

ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor

Porto, 2017



VOLUME
I

edp

ESTUDO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO VALE DO TUA

(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

COORDENAÇÃO

Pedro C. Carvalho

Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

edp

Porto, 2017

VOLUME
I

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua
(Concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Pedro C. Carvalho
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Luís Filipe Coutinho Gomes
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Arqueohoje, Lda.
João Nuno Marques
Diretor Técnico do PSPC do AHFT pelo Consórcio Arqueohoje&Palimpsesto. Sócio gerente da Palimpsesto, Lda.

AUTORES

Alejandro Beltrán Ortega
Ana Rita Rocha
Armando Redentor
Carlos Duarte
Catarina Tente
Damián Romero Perona
Dulcineia B. Pinto
Elisabete Pereira
F. Javier Sánchez-Palencia
Fabiola Franco Pires
Fernando Cerqueira Barros
Joana Castro Teixeira
João Paulo Barbosa
José Antonio López Sáez
Juan Luis Pecharrormán Fuente
Lois Ladra
Manuel António Pereira Couto
Manuel Abrunhosa
Marcos Osório
Marta Azevedo
Miguel Cipriano Costa
Mónica Ruiz Alonso
Natália Fauvrelle
Nuno Miguel Ferreira
Nuno Silveira
Pedro C. Carvalho
Rui Pedro Barbosa
Sofia Tereso
Telmo Salgado

DESIGN GRÁFICO e PAGINAÇÃO

João Pedro Rato e Luís Ferreira

EDIÇÃO

EDP, S.A.
Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859 – 4250-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt
geral@edicoesafrontamento.pt

IMPRESSÃO

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

ISBN

978-972-36-1600-2

DEPÓSITO LEGAL

431538/17

DISTRIBUIÇÃO

Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

TIRAGEM

1500 exemplares

PORTO, 2017

ÍNDICE

ESTUDOS SETORIAIS (Volume I)

| | |
|-----|--|
| 4 | 00 Prefácios |
| 10 | 01 Introdução (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques) |
| 18 | 02 Áreas de estudo, objetivos e metodologias (Pedro C. Carvalho) |
| 46 | 03 Pré-história (Joana Castro Teixeira) |
| 170 | 04 Proto-história (Dulcineia B. Pinto) |
| 240 | 05 Época Romana (Pedro C. Carvalho) |

ESTUDOS SETORIAIS (Volume II)

| | |
|-----|--|
| 4 | 06 Alta Idade Média (Catarina Tente) |
| 58 | 07 Idade Média (Ana Rita Rocha) |
| 126 | 08 Época Moderna e Contemporânea (Manuel António Pereira Couto) |
| 244 | 09 Etnologia (Lois Ladra) |

AÇÕES ESPECÍFICAS E PARTILHADAS (Volume III)

| | |
|-----|---|
| 4 | 10 Sistemas de informação geográfica (Marcos Osório, Telmo Salgado) |
| 60 | 11 Geologia (Manuel Abrunhosa) |
| 78 | 12 Mineração antiga (F. Javier Sanchez-Palencia, Damián Romero Perona, Alejandro Beltrán Ortega e Juan Luis Pecharrormán Fuente) |
| 124 | 13 Palinologia e antracologia (José Antonio López Sáez, Mónica Ruiz Alonso, Joana Castro Teixeira) |
| 138 | 14 Geoarqueologia (Catarina Tente e Carlos Duarte) |
| 146 | 15 Arqueogeografia (Miguel Cipriano Costa) |
| 178 | 16 Epigrafia romana (Armando Redentor) |
| 208 | 17 Numismática romana (João Paulo Barbosa) |
| 230 | 18 Arquitetura e território (Fabiola Franco Pires e Fernando Cerqueira Barros) |
| 308 | 19 Paisagem agrícola (Natália Fauvrelle e Rui Pedro Barbosa) |
| 366 | 20 Plano de salvaguarda (Rui Pedro Barbosa, Elisabete Pereira, Marta Azevedo, Nuno Silveira e Nuno Miguel Ferreira) |
| 392 | 21 Conclusão (Pedro C. Carvalho, Luís Filipe Coutinho Gomes e João Nuno Marques) |

Agradecimentos: Alexandre Lima, Amílcar da Conceição Rodrigues, Ana Cristina Ramos, Ana Rita Ferreira, Ana Teresa Peixinho, Anabela Peres, Antónia Tinturé, António Felício, António Sá Gué, António Vallejo Paes, Carla Rosa, Carlos Carvalho Dias, Carlos Cunha, Carlos d'Abreu, Carlos Delgado, Carlos Pinto Moreira de Sá, Carolina de Goes, Célia Quintas, Cristiano Morais, Dário Antunes, David Ferreira, Diogo Guedes Ferreira, Eduardo Beira, Elisabete Santos, Emília dos Anjos Mota, Fernando Barbosa, Fernando R. Santos, Francisco Queiroz, Helena Pontes, Joana Leite, Luís Pereira, Firmino Normando Vilares, Gualter Viriato Esteves, Hélder José Amorim da Silva, Inês Vasconcelos, Isidro Gomes, João Guedes, João Monteiro, João Madeira, João Paulo Avelãs Nunes, Joaquim Folhento, Joaquim Pêra, José Carlos Boura, José Carlos Reigadas, José Francisco Ferreira Queiroz, José Luciano Nascimento, José Ruivo, Liliana Benites Carvalho, Luciano Vilas Boas, Lucília do Céu, Luís Pereira, Maria de Jesus Sanches, Maria João Moita, Maria Laurinda Esteves, Maria Manuela Batista Assunção, Miguel Rodrigues, Nádia Figueira, Nuno Brito Jorge, Nuno Portal, Octávio Ribeiro, Patrícia Costa, Patrícia Rafaela Silva, Paulo dos Santos, Pedro Baptista, Pedro Cruz, Pedro Cunha, Pedro Rafael Morais, Profissionais alocados à obra da EDP Produção, da Fiscalização (Consórcio Fase-Gibb), da Coordenação de Segurança em Obra (Tabique), da Coordenação e Integração Ambiental (Profico Ambiente) e do Empreiteiro Geral (Foz Tua A.C.E.), Rui Santo, Sara Luísa Marques da Cruz, Sara Prata, Shawn Parkhurst, Sofia Lacerda, Sofia Tereso, Teresa Soeiro, Tiago Pereira e Xerardo Pereira.

Associação Cultural e Social do Amieiro, Associação Santo Mamede, Beta Analytic Limited, Biblioteca do Museu do Douro (Régua), Bibliotecas Municipais de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Vila Flor e Mirandela, Casa-Museu Maurício Penha (Sanfins do Douro), CEMUP - Centro de Materiais da Universidade do Porto, CICA - Centro de Interpretação do Castelo de Ansiães, Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Foto Morais (Alijó), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto Internacional de Investigaciones Prehistóricas de Cantabria, Junta de Freguesia de Caravelas, Municípios de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor.

HÁ DOIS MIL ANOS EM REDOR DO VALE DO TUA, ENTRE O DOURO E TRÁS-OS-MONTES: TEMPOS DE CONFRONTO, PAISAGENS DE TRANSIÇÃO

Em memória de minha Mãe e das suas origens no Douro

I. Introdução

Roma construiu o maior Império do Mundo Antigo. Esta região do Vale do Tua passa a integrar verdadeiramente o Império Romano há cerca de 2000 anos – um vasto espaço comum, com capital em Roma, por onde circulam gentes, ideias, tecnologias e bens. A partir de então, nesta como noutras partes do Império Romano, quase nada mais será como antes. Essa será uma época de aceleração histórica, marcada por profundas transformações, estando muitas delas na origem do que hoje marca o nosso tempo e o nosso mundo.

A ocupação efetiva deste território ocorre ao tempo do primeiro imperador de Roma, Octávio César Augusto (27 a.C. - 14 d.C.). Marcam-se territórios administrativos, abrem-se estradas e constroem-se edifícios, alguns deles públicos, recorrendo a novas técnicas e materiais de construção. Generalizam-se novas leis e formas de governo. Surge uma nova língua (o latim), falada e escrita. Enraízam-se no quotidiano novos e requintados hábitos. Consomem-se produtos comercializados a grandes distâncias, no quadro do amplo mercado comum do Império, estimulado também pela circulação de uma moeda única. Erguem-se templos e dirigem-se as preces a Júpiter e a outros deuses romanos. São estas algumas das novidades que dão corpo a esse novo mundo conhecido e globalizado de então.

Porém, a tradição indígena não se dilui. Há um passado que não se apaga e que continua atuante. Muitos dos povoados fortificados proto-históricos (os castros) permanecem ocupados em Época Romana, mantendo mesmo muitas das práticas ancestrais nativas – sinais de resistência que se traduziram em atos, mas também que se terão exercido pelo pensamento. Todo um sistema de crenças centrado nas divindades indígenas mantém-se,

assim como se mantêm alguns fabricos cerâmicos ou certos espaços de fronteira. O substrato social indígena prevalece nesta região. Em certos domínios as pontes com o passado não foram cortadas.

Não obstante essas permanências, as paisagens alteram-se. A par dos castros que continuam povoados, fundam-se novos núcleos de povoamento nas terras baixas: das povoações (*uici*) e estalagens viárias (*mansiones*), às ricas residências de campo (*uillae*), voltadas para a exploração agropecuária. Alguns desses novos lugares habitados corresponderão simplesmente a quintas e casais dispersos. Habitualmente, os vestígios arqueológicos que os revelam não são muito expressivos; dessas antigas moradas pouco resta hoje à superfície dos terrenos: fragmentos de louças dispersos pelo solo, pedras do que há muito se desmoronou, reaproveitadas nos muros que dividem propriedades, pedaços de mós ou de escórias, assinalam a área desses antigos lugares habitados, perdidos no tempo e apagados da memória. Alguns dos objetos encontrados, tanto nos castros como nas quintas, espelham várias facetas desse quotidiano longínquo, incluindo o amanho dos campos, a criação de gado, ou atividades específicas, como a fiação e a tecelagem. Por vezes, a estrutura de um ancestral lagar, mesmo sendo de cronologia incerta, acaba por refletir as práticas agrícolas de então e lembra-nos que o cultivo da vinha e da oliveira se iniciou em Período Romano. Como pano de fundo destes ambientes agro-pastoris, as grandes frentes de exploração mineira rasgariam parte dessas paisagens. Não há nesta região verdadeiras cidades, desenhadas de acordo com o modelo clássico mediterrânico, mas tal não significa que estas paisagens fossem menos “romanizadas”. Foram-no apenas de forma diferente – a ocupação romana assume aqui outros contornos.

05

ÉPOCA ROMANA

Pedro C. Carvalho

Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Doutorado em Arqueologia pela Universidade de Coimbra.
Investigador no Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património / UC.

Estes terão sido “tempos de confronto”, e “tempos interessantes” aos nossos olhos, muito marcados pelas novidades, mas também pela reinvenção de usos e costumes fundados na Proto-História. A síntese histórica que apresentaremos em seguida, redigida com base no conjunto de informações que foi possível reunir, refere-se a esse longo tempo romano no território centrado no Vale do Tua – hoje um território de fronteira, deixando

2. A ordem Romana

2.1. A conquista militar

A conquista da Hispânia assumiu diferentes escalas e ritmos. Os cenários diferenciados multiplicaram-se. As condutas e estratégias seguidas pelas comunidades locais e pelo poder romano foram diversas. Em algumas regiões, o impacto desse confronto terá sido violento. Noutras nem tanto ou esse confronto não terá sido propriamente marcado por claras ruturas. Os distintos substratos culturais no final da Idade do Ferro e a atomização étnica e política dessas comunidades indígenas explicarão em grande medida essa variabilidade (Sánchez-Moreno e Aguilera Durán, 2014). A orografia junta-se a estes fatores para ajudar a explicar o maior ou menor grau de dificuldade de progressão dos exércitos romanos.

Os primeiros contactos com Roma são difíceis de determinar nestas regiões durienses e do Nordeste transmontano. O registo arqueológico, por agora, não os revelou. As fontes literárias são parcas e fragmentadas. É provável, porém, que a presença dos Romanos comece a ser claramente sentida à distância por estas comunidades indígenas em meados do séc. II a.C., quando das chamadas ‘guerras celtibéricas’ e ‘guerras lusitanas’. O clamor dessa presença tornar-se-á mais audível no momento da primeira incursão conhecida de Roma no Noroeste: em 139 a.C., Q. Servílio Cipião, no quadro das lutas com os Lusitanos (Tranoy, 1981: 126-127), dirige as suas tropas para o território galaico e vetão “tendo devastado os seus campos” (Apiano, *Iber*, 70); o seu exército terá percorrido um corredor que cruzou, algures, estes territórios a norte do Douro. Logo depois, em 138-137 a.C., a campanha de D. Júnio Bruto (o *Callaicus*) pela orla atlântica, transpondo o Douro e o Lima e chegando ao Minho (Estrabão, III, 3, 4-5; Apiano, *Iber*, 72), passou ao largo destes territórios

para trás Trás-os-Montes Ocidental e entrando em Trás-os-Montes Oriental, tocando o Douro a sul; alternando entre a *Terra Fria* e a *Terra Quente* transmontanas; e um território de fronteira na Antiguidade, ocupado em grande parte pelos Galaicos, confrontando a nordeste com os Ástures e a sul, em parte para além do Douro, com os Lusitanos¹.

interiores, mas os ecos dessa vitoriosa investida contra galaicos e lusitanos também se terão feito sentir entre as pequenas comunidades autónomas que se multiplicavam a norte do Douro.

Embora a influência de Roma possa ser ainda indireta e / ou descontínua nesta segunda metade do séc. II a.C., talvez as movimentações militares romanas tenham impellido vários sítios fortificados proto-históricos a renovar e a tornar mais aparatosas as suas muralhas. Alguns não só terão remodelado os seus sistemas defensivos, como poderão ter alojado um maior número de pessoas, aumentando assim a sua área amuralhada, procurando estas comunidades um outro abrigo que a imprevisibilidade dos novos tempos aconselhava. A ser assim, datarão desse tempo, com início em meados ou na segunda metade do séc. II a.C., os grandes povoados com sistemas defensivos, por vezes complexos, que se documentam em várias zonas deste território? E estes lugares centrais, por sua vez, serão resultado de uma auto-organização indígena face ao avanço romano (González-Ruibal, 2006-07) ou antes reflexo de confronto e rivalidades entre comunidades numa fase pré-romana (Lemos e Cruz, 2006)? Ou também aqui, à semelhança de outras regiões do Noroeste, a emergência dos grandes castros é um fenómeno mais tardio, inscrito já no séc. I a.C. (e mesmo na sua segunda metade), decorrente da alteração do modelo de organização territorial e das formas de organização social, resultante de novas formas de controlo territorial e social, impostas pelo poder de Roma através dos seus exércitos (Currás Refojos, 2014)? Faltam escavações cujo registo sirva de suporte a uma destas hipóteses, mas parece-nos que o aumento

de instabilidade na última centúria do I milénio a.C. terá originado, à semelhança do que se verificará noutras regiões, o aparecimento de grandes castros, localizados em pontos altos e com áreas amuralhadas que ultrapassam talvez os 2 hectares, desfrutando de um grande domínio e controlo visual sobre o território envolvente e destacando-se na paisagem pelo aparato do seu sistema defensivo. Estes grandes castros – que também se encontram na bacia hidrográfica do Tua, alguns com 3 linhas de muralha (cf. Cap. 4) – passariam a reunir no mesmo recinto comunidades da Idade do Ferro até então equivalentes e dispersas por povoados mais pequenos (0,5-1ha), na procura do refúgio e da união que a ameaça romana aconselhava. Estes grandes povoados na fase tardo-republicana passam a corporizar as alterações nas formas de organização social decorrentes da presença mais efetiva do poder romano. Essas comunidades nativas submetidas, rendidas incondicionalmente ao poder de Roma, estão nesta fase sujeitas ao pagamento de indemnizações de guerra, antes da imposição de um sistema tributário regular com Augusto (Currás Refojos *et al.*, 2016).

Na passagem para o séc. I a.C. surgem referências a novas investidas contra os Lusitanos – as referências às incursões romanas em território lusitano não devem liminarmente excluir a região dos “galaicos”, uma vez que esta, inicialmente, é conhecida como *Lusitania* (Estrabão, III, 4, 20; Plínio, *Nat. Hist.* IV, 112)². Nestes territórios a norte do Douro, porém, a presença romana ganhará mais visibilidade no decorrer do séc. I a.C., quer por via da expedição de reconhecimento (em busca de recursos mineiros, como o estanho) liderada pelo procônsul P. Licínio Crasso (96-93 a.C.), quer através das campanhas comandadas por C. Júlio César, o novo governador da *Hispania Ulterior* (61 a.C.), contra Lusitanos e Galaicos, à procura de fortuna pessoal e glória militar (Estrabão, III, 5, 11; Apiano, *Iber*, 102; Dió Cassio, XXXVIII, 52; Plutarco, *Caes.*, 12; Suetónio *Caes.*, 54). Essa presença terá ganhado visibilidade essencialmente em vários pontos do litoral galaico, mas sem que se verifique uma integração efetiva do Noroeste na província da *Hispania Ulterior* (Tranoy, 1981: 130-132 e 139). Assim, à margem desse efetivo domínio, e porventura ainda longe de uma total pacificação, continuarão as regiões mais interiores a norte do Douro. Durante estas décadas e nas seguintes, as movimentações documentadas dos exércitos romanos parecem continuar centradas a sul do Douro, como sugerem as referências ao ataque de Q. Cássio Longino, governador da *Ulterior*,

a *Meidobriga* e ao *Mons Herminius*, em 48 a.C. (César *Bell. Alex.* 48.2) – antes da sua campanha, apenas se regista uma possível incursão de Júlio César “ao outro lado do Douro” (Dió Cassio, XXXVIII, 52); e se alude também, quando da participação dos Vetões nestes conflitos, às mulheres e crianças nativas postas a salvo do outro lado do Douro (Dió Cassio, XXXVII, 51); todavia, é provável que tenham ocorrido outras incursões romanas a norte do Douro. Uma destas incursões terá avançado pelo corredor natural de circulação que poucas décadas depois (em torno dos anos 23-21 a.C.) será materializado pela estrada que os miliários de Alfaiates (Sabugal) e Argomil (Pinhel) testemunham, cruzando depois o Douro talvez em Lobazim (ou na Senhora da Ribeira) (Carrazeda de Ansiães)³.

O domínio romano efetivo ou direto destas regiões a norte do Douro só se terá verificado duas décadas depois, na sequência da ofensiva militar de Estatílio Tauro contra os *Vaccaeii*, em 27 a.C. (Tranoy, 1981: 133-134), e das campanhas de *Publius Carisius*, governador da *Ulterior*, a partir de 26-25 a.C. (Amela Valverde, 2006: 53-54 e 2014: 78). *P. Carisius* poderá ter avançado para o interior do Noroeste (e conquistado o território Ásture e a cidade de *Lancia* – Villasabariego, León) a partir de um ponto situado algures no vale do Douro (Tranoy, 1981: 139-140); ou desde a *Gallaecia* costeira, talvez a partir de uma base de operações existente na região de Braga (Morillo Cerdán, 2014: 135). Estas movimentações podem não ter cruzado os vales do Tua, Tinhela, Tuela e Rabaçal, mas pelo menos terão passado à porta deste território, gerando inevitavelmente alguma instabilidade. Será, portanto, apenas nos primeiros anos do reinado de Augusto, num quadro em que se desencadeiam as Guerras Cântabras (27 a.C. – 19 a.C.) e se cria a província *Transduriana* (22 a.C.), que o início do domínio efetivo destas regiões a norte do Douro se terá verificado. Estas regiões acabam por constituir também a retaguarda pacificada dos cenários bélicos que então se observavam em forte ebulição mais a norte. Terá sido assim nesta década de 20 a.C., que o Nordeste transmontano inicia a sua integração na ordem romana (Redentor, 2002: 28-29).

A parte final da última centúria do primeiro milénio a.C. corresponde a um tempo quase mudo em termos de registo arqueológico. Nesta região centrada no Vale do Tua falta um registo claro, documentado por escavações, que revele a evolução territorial da conquista e as suas consequências. Neste, como noutros territórios contíguos, não se documentou ainda nenhuma evidência material que denuncie a presença de acampamentos

militares de campanha (*castra aetiva*) ou que revele destruições em povoados indígenas decorrentes de operações militares que terão tido supostamente aqui lugar. Um ou outro indício poderá documentar a presença de militares em povoados da região, mas sem que seja possível, por agora, vinculá-los a essa fase de conquista militar. Estes indícios talvez se relacionem antes com a fase inicial de ocupação destes territórios a norte do Douro e o controlo das explorações mineiras auríferas. Desde a antepenúltima década do séc. I a.C. que estes territórios seriam percorridos por destacamentos militares em ações de reconhecimento – movimentos relacionados com a presença, mais a norte, da legião *VI Victrix* (estacionada em León) e da legião *X Gemina* (com o acampamento central em Astorga); legiões que aí continuaram estacionadas após o término das guerras cántabro-ástures, passando desde então (juntamente com a legião *IV Macedonica*) a assumir indiscutível protagonismo no cumprimento dos novos desideratos, não bélicos.

Para além desta invisibilidade do exército⁴ em tempos de confronto, também faltam sinais inequívocos dos primeiros contactos com o mundo romano – um registo que reflita as novidades tecnológicas que as ideias transportam ou que revele os novos produtos oriundos de distantes paragens, nomeadamente mediterrânicas. Mesmo para a Época Augustana esse registo rareia ou

não se encontra documentado nesta região. Tanto as ânforas (como sejam as vinárias *Haltern 70*) como as cerâmicas finas (quer a *sigillata* de tipo itálico, quer a cerâmicas de paredes finas), não se encontram até agora representadas no Vale do Tua, ao contrário do que se verifica recorrentemente noutras paragens mais litorais. Ao nível do padrão de povoamento, nestas décadas anteriores à viragem de era, muito menos se conhecem fundações novas que resultem diretamente da presença romana. Neste tempo de transição parece-nos muito provável que as paisagens continuem em tudo idênticas àquelas que se observavam no(s) século(s) imediatamente anteriores. As mesmas modalidades de povoamento proto-histórico, mas também o mesmo registo artefactual, continuarão a marcar esta última centúria do I milénio a.C., até pelo menos ao tempo de Augusto.

Terminada a primeira fase das guerras cántabro-ástures (c. 25-24 a.C.) e a total pacificação do Noroeste (face à intervenção de M. Agripa, entre 22 e 19-18 a.C.), o processo de mudança acelera-se e mostra-se irreversível. O ordenamento territorial vai revelá-lo de forma clara. Agripa poderá ter ensaiado a organização política destes territórios mais a norte. Este ordenamento administrativo, porém, só se efetivará alguns anos mais tarde, sob o comando de Augusto, o primeiro imperador de Roma. Só então começará uma nova era, um tempo novo.

2.2. A organização administrativa

A Época de Augusto foi de decisiva mudança. Correspondeu a um tempo em que dois distintos “mundos” se confrontam e entrelaçam. Em que a cultura romana prevalece, mas sem que esta dilua muitos dos traços herdados do passado nativo. Foi também um tempo em que desse encontro resultaram paisagens urbanas e rurais (e sociais) matizadas com distintos contornos, variáveis de região para região. A paisagem provincial que então se forma na Hispânia, assim como outras por todo o Império, resulta de um compromisso entre o poder de Roma e as dinâmicas muito próprias das formações sociais autóctones, cada uma com caracteres distintivos que se fundam no seu passado, permanecendo alguns desses caracteres intocáveis, enquanto outros se recriam, adaptando-se a esse tempo novo.

A implementação de uma estrutura administrativa

que procura servir os interesses de Roma constituirá a condição *sine qua non* para que o processo romano de ocupação e exploração destes territórios tenha efetivamente lugar. A criação das *ciuitates* e a construção da rede de estradas que as ligam às capitais regionais e conventuais (mas também às provinciais e à própria capital do Império) afirmam-se também como as peças-chave desta mudança.

Augusto esteve na Hispânia nos anos 26-25 a.C., regressando alguns anos depois, em 16-13 a.C. Terá sido durante esta sua segunda estada como imperador, terminadas as Guerras Cântabras (*bellum Cantabrum*), que se concretizou uma primeira reorganização das províncias hispanas e se elaboraram as denominadas *formulae prouinciarum*: relação oficial das comunidades integrantes de uma província romana (mediante

a sua denominação jurídica, as suas obrigações e deveres fiscais), elencadas com base na nova divisão administrativa e no recenseamento (*census populi*) dos seus recursos materiais e humanos (López Barja, 2010; Espinosa, 2014). A divisão da grande província da Ulterior em *Baetica* e *Lusitania* (*Dion Cássio*, LIII, 12, 4-5) e a inclusão do Noroeste na *Hispania Citerior Tarraconensis* (Tranoy, 1981: 146-147), começam por constituir o pano de fundo de todo o processo de reorganização territorial que se institucionaliza quando dessa derradeira presença de Augusto na Hispânia⁵. Ao mesmo tempo, este processo contemplará, para além da consolidação da rede viária, a fundação de novas cidades e a promoção jurídica de outras – processo acompanhado da urbanização e monumentalização. Com efeito, é também durante estes derradeiros anos do séc. I a.C. que os três grandes centros urbanos do Noroeste são fundados (Le Roux, 1994: 231; Martins *et al.*, 2012: 32): *Bracara Augusta* (Braga), *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusta* (Astorga) – estas serão também as futuras capitais dos *conuentus iuridici*⁶.

A criação e divisão conventual no Noroeste têm sido objeto de continuada discussão (Redentor, 2002: 25-27). Todavia, parece provável que a sua criação tenha ocorrido em Época de Augusto, entre 15-13 a.C. (Le Roux, 2004: 344), ainda que estes possam ter sido projetados quando da estada de Agripa na Hispânia, em 19-18 a.C. (López Barja, 2000: 41-42) e apenas se tenham verdadeiramente institucionalizado no decurso

do Período Júlio-Claudiano ou mesmo já em Época Flaviana (Espinosa, 2014: 25). A principal função de um *conuentus iuridicus* seria de ordem jurídica – o governador da província deslocava-se periodicamente a cada uma das capitais conventuais para administrar a justiça em nome de Roma. Ao mesmo tempo, estas capitais conventuais constituíram-se como importantes centros do culto imperial, para além de se transformarem nas principais bases de arrolamento censitário e fiscal da lista de comunidades que integravam um *conuentus* (Ozcáriz Gil, 2009). Por conseguinte, centros urbanos como *Bracara Augusta* assumiam-se como os principais núcleos de representação oficial do Império e do imperador nestas regiões. Ora, foi precisamente no *conuentus Bracaraugustanus*, com capital em Braga, que grande parte do território centrado no Vale do Tua se inscreveu. Como veremos, o desfiladeiro do Tua poderia marcar os seus confins a sudeste, enquanto as terras a oriente do Tua e na parte a sul do Douro se inscreveriam na parte mais setentrional de um dos *conuentus* (o *Emeritensis*) da província da *Lusitania*. Mais a norte, uma franja deste território poderia tocar no limite sudoeste do *conuentus Asturum*, com a capital em Astorga⁷.

A área dos *conuentus Bracaraugustanus, Lucensis e Asturum* será a da província da *Gallaecia* criada pelo imperador Diocleciano nos finais do séc. III. *Bracara Augusta* é elevada a capital dessa nova província da Galécia, passando esta cidade a assumir ainda uma maior importância no contexto peninsular (Martins *et al.*, 2012).

2.2.1. As *ciuitates*

A criação das *ciuitates* destacou-se neste processo de organização administrativa augustano. Derivadas do modelo político romano, impostas e reconhecidas por Roma, as *ciuitates* constituem as entidades jurídico-administrativas organizadoras destes territórios. Constituem as unidades territoriais e fiscais de referência destas novas paisagens políticas provinciais. Não só possibilitaram a integração jurídica das comunidades locais, como favoreceram a administração descentralizada dos territórios conquistados, de acordo com uma fórmula de governo que tanto normalizava práticas em função dos interesses de Roma, como permitia a adequação organizativa de distintas comunidades indígenas.

A norte do Douro o processo de criação de *ciuitates* tem sido muito debatido (Alarcão, 1995-1996). Não é este o lugar para retomar essa discussão sobre esse(s) momento(s) de criação, mas parece-nos mais provável que a concretização de a rede de *ciuitates* neste Noroeste se tenha apenas processado na totalidade a partir de meados do séc. I d.C., ao tempo do imperador Cláudio, consolidando-se sobretudo em Época Flaviana (Alarcão, 2003 *a e b*; 2004: 45). É certo que estas circunscrições administrativas, também no Noroeste, começam por se estabelecer em Época Augustana, numa fase relativamente precoce, como se deduz claramente de documentos epigráficos como as tábuas de hospitalidade e o Edito del Bierzo (Orejas e Sastre, 1999; Orejas *et*

al., 2000; Sastre, 2001) ou da referência de Plínio às 24 *ciuitates* bracaraugustanas (III, 4, 28)⁸. No entanto, a conversão de outras em *ciuitates* parece só ter ocorrido em algumas zonas durante a segunda metade do séc. I d.C., no tempo dos Flávios – *Aquae Flaviae* (Chaves), o que constituirá um bom testemunho da importância desta outra fase para as *ciuitates* do Noroeste, uma vez que a cidade só parece ter ganhado o estatuto de capital regional da *Gallaecia* meridional interior na sequência da reorganização político-administrativa flaviana. Um outro exemplo, talvez ainda mais elucidativo dos ritmos de integração jurídica das *ciuitates* a norte do Douro, será o dos Zoelas. Mencionados por Plínio como *ciuitas* (*Nat. Hist.*, XIX, 10), a *gens Zoelarum* só se terá afirmado possivelmente como *ciuitas* ao tempo do imperador Cláudio (41-54 d.C.) (Lemos, 1993, Ib: 386-389; Redentor, 2002: 32-34)⁹. Escavações arqueológicas recentes levadas a cabo na Torre Velha de Castro de Avelãs (Bragança), no provável lugar central da *ciuitas Zoelarum*, revelaram ser precisamente dos inícios da segunda metade do séc. I d.C. (i.e., talvez de 50-60 d.C.) os contextos estratigráficos mais antigos até ao momento reconhecidos, ganhando depois expressividade poucos anos depois, durante o Período Flaviano (Carvalho *et al.*, 2015). A Época Flaviana, portanto, será um momento fulcral no processo de constituição das *ciuitates* a norte do Douro. Até então, em muitos territórios, o poder tinha sido somente confiado pela administração romana a príncipes indígenas, mantendo-se parte da tradição local, mesmo que recriada (Tranoy, 1995-1996: 31; Alarcão, 2003b).

Terá sido assim durante a segunda metade do séc. I d.C. que a geografia política romana se configurará verdadeiramente nestes territórios¹⁰. Uma geografia política estruturada segundo o sistema romano das *ciuitates*, em que cada *territorium* é entendido como *ager provincialis e stipendiarius*, repartido por comunidades *peregrinae*, cujos limites territoriais eram definidos pelo seu perímetro (*ager per extremitatem mensura comprehensus*) sem que se procedesse à sua *divisio* interna (Orejas e Sastre, 1999)¹¹; em que as *ciuitates* se configuram essencialmente como unidades fiscais, tributárias de Roma, recenseando-se para efeitos de tributação a população (*populus*) que nelas residia – nestas *ciuitates peregrinae* importava sobretudo ao Império determinar a sua superfície de jurisdição, para se estimar e aplicar a respetiva carga fiscal¹². Em que as respetivas capitais se elegem e constroem, mas sem que a maior parte delas reflita o desenvolvimento urbano e aparato monumental que projetam as cidades capitais de *ciuitates* de outras partes mais litorais e meridionais; e sem

que se assumam necessariamente como *capita viarum*, isto é, como centros a partir dos quais as milhas nas estradas passaram em regra a ser contadas – apenas *Bracara* foi *caput viarum* com Augusto e *Aquae Flaviae* com os Flávios.

A Época Flaviana também será de promoções jurídicas e desenvolvimento urbano. Algumas das cidades mais importantes, como será o caso de *Bracara Augusta*, poderão ter adquirido então o estatuto de *municipium*, o mesmo se verificando com *Aquae Flaviae*. Essas promoções, nestes casos, terão sido acompanhadas pela execução de (amplos) programas de obras públicas, os quais dotam essas cidades de equipamentos urbanos mais condizentes com esse novo estatuto municipal. Este fenómeno, todavia, não se generalizará a todas as capitais de *ciuitates*, uma vez que algumas nunca conheceriam o desenvolvimento urbano que caracterizou as grandes cidades, como *Bracara Augusta* ou mesmo *Aquae Flaviae*. Nestas regiões durienses e transmontanas, assim como noutras mais interiores e montanhosas da Hispânia, muitas das capitais de *ciuitates* não seriam verdadeiros núcleos urbanos, segundo o modelo mediterrânico. Por conseguinte, não será expectável nestas capitais encontrarmos vestígios de uma monumentalidade (e de uma extensa malha urbana) que, na realidade, nunca terá existido. Assim sendo, na ausência de paisagens verdadeiramente urbanas, muito deste mundo em Época Romana terá continuado claramente marcado pelo passado pré-romano e embutido na ruralidade.

Em suma, se a sul do Douro, no Norte da Lusitânia, é em Época Augustana que o novo modelo político-administrativo baseado na *ciuitas* se institucionaliza e se generaliza, como documenta bem o conjunto dos *termini Augustales* (materializadores no terreno da delimitação de *ciuitates*) que aí se conhece (Redentor e Carvalho, 2015), nestes territórios, em particular a norte do Douro, a operacionalização desta política geral de reordenamento territorial conhecerá outros momentos, mais avançados na primeira centúria. Só em meados ou durante a segunda metade do séc. I d.C. é que os vários *populi* pré-romanos passam a organizar-se ao modo romano, mas continuando regidos pelas aristocracias indígenas que ostentam os títulos de *magistratus* ou de *princeps* – terminologia latina, decalcada das instituições romanas. Talvez não signifique, porém, que a Época Augustana não integre este processo – constitui mesmo uma etapa decisiva, de arranque, uma vez que não apenas se fundam aquelas que virão a ser as principais cidades deste Noroeste peninsular (*Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, capitais, respetivamente, dos *conuentus*

bracarense e asturicense) e se criam algumas importantes *ciuitates*, como se abrem as principais estradas (primeiro com sentido estratégico militar e, logo a seguir, para potenciar a exploração dos recursos naturais) que

estruturarão todo este território, ligando-o entre si, mas ligando-o também a outras províncias, como a Lusitânia e a sua capital, *Emerita Augusta*, desde uma fase muito inicial do governo imperial de Augusto¹³.

2.3. A geografia política antiga do Vale do Tua

A criação de *ciuitates* com os seus lugares centrais e a construção de uma rede de estradas fizeram parte de um programa de ordenamento territorial concertado e dilatado no tempo – iniciado com Augusto, atravessando todo o Período Júlio-Claudiano e aprofundando-se com os Flávios. Mas a constituição das *ciuitates* não implicou a generalização do fenómeno urbano. Assim como a própria concessão do *ius Latii universae Hispaniae* (do direito latino a toda a Hispânia) não implicou automaticamente municipalização, nem também urbanização das *caput ciuitatis*. As paisagens romanas nestas regiões a norte do Douro serão eminentemente rurais. Esta característica, associada à escassez das fontes clássicas literárias e epigráficas (ambíguas e mesmo contraditórias), não facilita a localização das *ciuitates* e das suas capitais – identificá-las no terreno (capitais e territórios) torna-se um exercício de difícil resolução.

Este território da *Gallaecia* interior em Época Romana inscrevia-se em grande parte na grande província da *Hispania Citerior Tarraconensis*, e, em particular, no *Conuentus Bracarense* (Lemos *et al.*, 2012). O limite meridional desta província coincidiria com a linha do Douro – para além deste rio estendia-se a Lusitânia (*Durio Lusitania incipit* – Plínio, *Nat. Hist.* IV, 112-113). Mas o Douro não terá sido definido como limite provincial ao longo de todo o seu curso (Lemos, 1993, Ib: 480-482). Na Foz do Tua – próximo do limite da navegabilidade do Douro (marcado pelo Cachão da Valeira) – a *linea confinalis* entre províncias / *conuentus* passaria a seguir o curso do Tua. Este rio passava a delimitar os *Bracarense* (ou os *Callaeci Bracari*) da *provincia Lusitana* (e do *conuentus Emeritensis*) no seu curso inferior, quando o Tua se mostra como um autêntico desfiladeiro. Mais adiante, em Abreiro (até onde se estende a bacia de Mirandela, dos xistos e grauvaques, e onde de alguma forma se inicia, abruptamente, o planalto granítico de Carrazeda), a fronteira poderia seguir pela cumeada da serra da Tinta (paralela à ribeira do Cabreiro) em direção à imponente serra de Bornes; ou então, mais provavelmente, só deixava

o curso do Tua um pouco mais adiante, na zona do Cachão / Frechas, no cotovelo do rio (junto a um ponto onde este revela uma rutura de declive), seguindo depois uma expressiva linha de relevos que demarca orograficamente esta região, englobando ainda, desta forma, a serra de Faro e a Senhora da Assunção na província da Lusitânia (Fot. 1) – a crista quartzítica de Faro seria assim vista de sul e da capital provincial, o ponto mais longínquo e ulterior da Lusitânia¹⁴. Mais adiante, as altas cumeadas das serras de Bornes (1202 m), da Nogueira (1318 m) e da Coroa (1273 m), separariam os *Callaeci Bracari* do *conuentus Asturicensis* (cf. Tranoy, 1981: 159; Lemos, 1993, Ib: 482-483 e 485; Redentor, 2011: 33, mapa 2). A ser assim, a Lusitânia estenderia o seu território, a norte do Douro, ao planalto de Carrazeda de Ansiães e às terras de Vila Flor, enquanto os Ástures Augustanos (*conuentus iuridicus Asturum*) estendiam um dos limites mais meridionais do seu território quase até à cintura oriental da bacia de Mirandela / bacia média do Tua, podendo essa linha de fronteira correr pelos montanhosos e muito recortados contrafortes ocidentais das serras da Nogueira (Macedo de Cavaleiros) e de Bornes, talvez seguindo um traçado que, em parte, se aproximará do atual limite entre os concelhos de Mirandela e de Macedo de Cavaleiros. Ou, dito de outra forma: a *Lusitania*, enquanto construção romana que, numa fase inicial, se estendia a todo o Norte do Douro, manterá essa área a oriente do Tua (prolongando-se para o Vale da Vilarça) em sua posse após a reforma administrativa de Augusto – área que, inclusive, poderá ter feito parte, durante poucos anos, da *provincia Transduriana*.

A bacia hidrográfica do Tua, de acordo com este cenário, seria uma zona de fronteira entre duas províncias, a *Tarraconensis* e a *Lusitania*; e três *conuentus*, o *Bracarense*, o *Emeritensis* e o *conuentus iuridicus Asturum*. Seria também, de certa forma, uma zona periférica no quadro da administração provincial romana, mas assumir-se-ia sobretudo como faixa de transição, onde três grandes unidades territoriais se cruzavam: a *Callaecia*, a *Asturia* e a *Lusitania*. Por isso, como veremos, talvez os possíveis



Fot. 1: A serra de Faro e a Senhora da Assunção (em primeiro plano a serra da Tinta, correndo ao longo do Tua, e ao fundo a serra de Bornes) (© P.C. Carvalho).

santuários da Senhora da Cunha (Alijó), no confim sudeste do *conuentus Bracaraugustanus*, o da Senhora da Assunção (Vila Flor), na transição da *Lusitania* para a *Callaecia* (e para o território Ásture), e o de S. Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira), no extremo norte da província da *Lusitania*, junto à travessia do Douro, assinalassem essa periferia – seriam pontos de ancoragem na paisagem, marcadores simbólicos de cada *linea confinalis* entre províncias e *conuentus* (e também entre *ciuitates*) que tanto corriam pelo Douro e pelo Tua como seguiam pela cumeeada de uma serra. Ora, ao discutir-se a identidade do Vale do Tua numa região de transição para Trás-os-Montes oriental, que toca o Alto Douro, e que alterna entre a *Terra Fria* e a *Terra Quente* transmontanas, esta ideia de fronteira em Época Romana não pode deixar de ser devidamente considerada.

A área ocupada até então por cada *populus* com fundas raízes na Idade do Ferro não terá deixado de ser considerada no momento da criação das *ciuitates*¹⁵. Essa anterior base etnogeográfica não terá sido decalcada, mas pelo menos em parte poderá ter sido respeitada, constituindo o ponto de partida da organização territorial ou divisão administrativa executada no terreno de acordo com o modelo político romano. As *ciuitates* então criadas, algumas com territórios relativamente pequenos, poderão assim espelhar, em certa medida, esse passado pré-romano, retalhado por diferentes povos e territórios¹⁶.

O nome das *ciuitates* que abarcariam este território está longe de ser consensual. Perante a insuficiência de dados conhecem-se várias propostas, por vezes muito

díspares – facto por si só revelador das dificuldades em abordar esta problemática (Redentor, 2001: 42-43, Quadro 1). Na ausência de fontes antigas mais esclarecedoras, faltará sobretudo descobrir testemunhos epigráficos mais clarificadores. Por agora, todavia, é possível sustentar uma proposta para a Geoetnografia do Vale do Tua em Época Romana, cruzando as fontes escritas antigas e epigráficas, com a leitura da paisagem (os seus “limites naturais”), mas tendo também em conta os trajetos das principais estradas e o reconhecimento dos possíveis lugares centrais.

Os *Aobrigenses* (ou *Auobrigenses*¹⁷) encontram-se referidos nas fontes clássicas (Plínio, *Nat. Hist.*, IV, 112; Mela, III, 13) e figuram na lista das *ciuitates* registadas no Padrão dos Povos da ponte de Chaves (CIL II 2477 = 5616; *AquaeFlaviae*² 587). Integravam o *conuentus bracaraense*, mas a sua localização concreta não é fácil de determinar, tendo sido apresentadas diferentes propostas (Silva, 1986; Rodríguez, 1997a). Seguimos aquela que os situa entre os vales do Rabaçal e do Tuela (Alarcão, 1995-1996: 30; 2004: 342), centrados numa área que ocupa a parte norte do território que estudamos. Confinariam com os Zoelas a oriente, na serra da Nogueira, e com o território dos *Aquiflavienses* a ocidente, na serra da Padrela (1147m). Desde o extremo leste dos planaltos de Monforte-Fiães-Vilarandelo, Carrazedo de Montenegro, Jales e Jou, onde termina a *Terra Fria* e principiam as depressões da *Terra Quente*, o seu território estender-se-ia a sul até à serra de Passos / Santa Comba (940 / 1016 m) e ao curso inicial do Tua, onde este recebe a ribeira Carvalhais, na área da atual

cidade de Mirandela. A ser assim, este território integrava importantes povoados: tanto na margem esquerda do Tuela, como o Castelo Velho de Mirandela, os da Senhora do Viso e Fraga do Penedo (Mascarenhas) e ainda S. Juzenda (Múrias) e S. Brás (Torre de D. Chama); como aqueles que se encontram na faixa de transição para o planalto de Jou e Carrazedo de Montenegro (Valpaços), como é o caso do Alto da Torre / Vila Nova (Santa Maria de Émeres), Cerca de Ribas (Argeriz) e o Castro de Vila Nova (Friões); para além daqueles que se encontram no trajeto da variante norte da *uia XVII* e no planalto de Fiães / Vilarandelo (Valpaços), entre os quais se destaca o *uicus* de Muradilha de Fiães, já na periferia desta *ciuitas*. O ensaio efetuado com os polígonos de Thiessen para a região, assim como as áreas de influência e as bacias de visão, também parecem corroborar o traçado proposto para a geografia política desta região em Época Romana (Mapas 1, 2, 3 e 4).

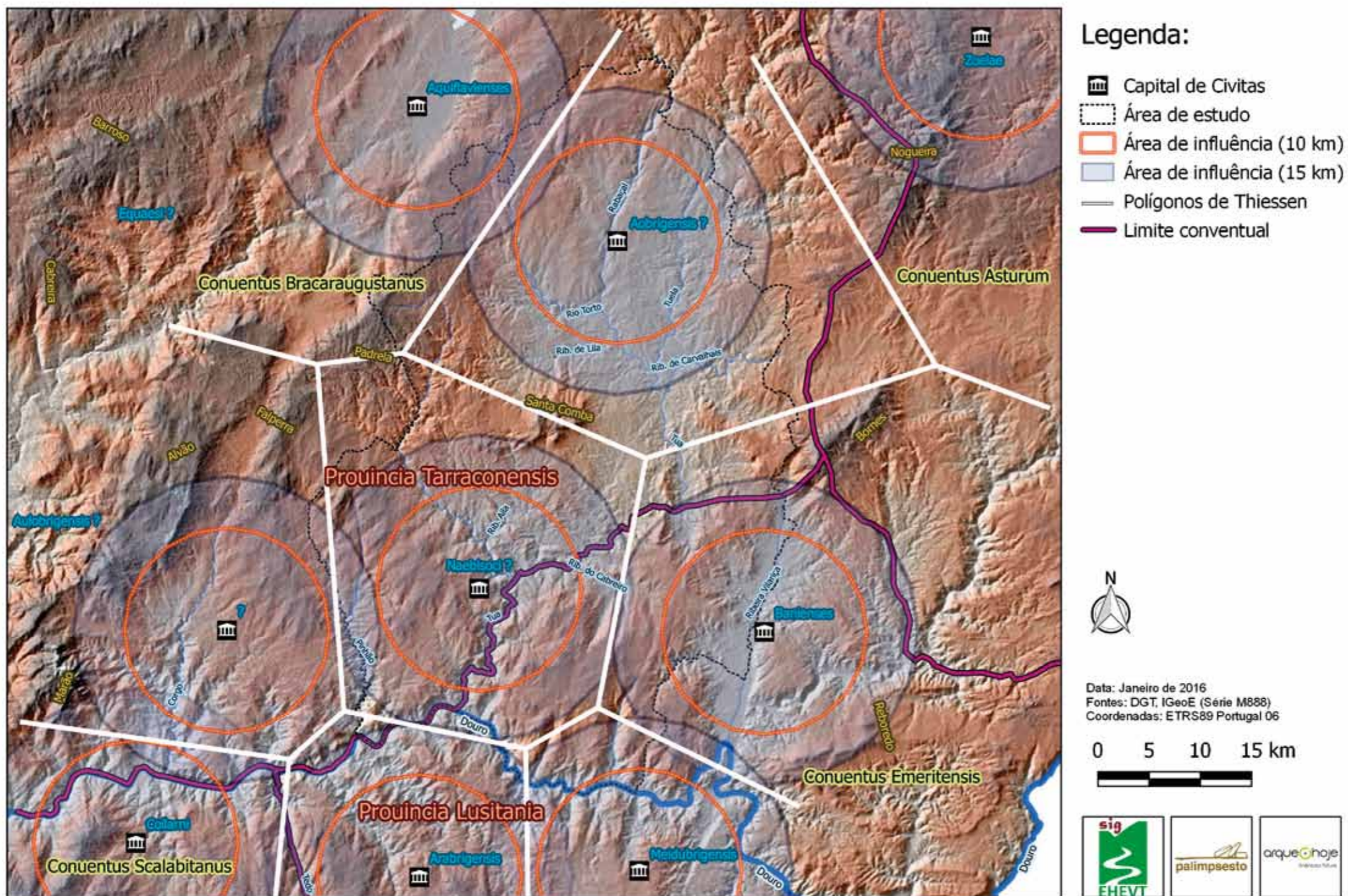
A capital desta *ciuitas* parece situar-se no Cabeço de Vale de Telhas (Vale de Telhas, Mirandela), também identificado habitualmente como a *mansio Pinetum* do Itinerário de Antonino (Lemos, 1993, Ib: 307 e 495; IIa: 265-266, n.º 634; Cruz, 2000: 221 e 421-422). Voltaremos a este sítio mais adiante, mas o que tem sido encontrado neste lugar (no contexto da zona) sugere esta capitalidade, ainda que não façamos corresponder esta possível capital a um núcleo urbano desenvolvido, com todo o aparato arquitetónico e monumental que caracteriza as cidades romanas. É provável que esta *ciuitas* se tenha constituído como tal apenas em Época Flaviana, desenhando-se em torno de um lugar central, de uma nova *caput ciuitatis*. A origem de *Pinetum* (se não se confirmar a ocupação deste lugar na Idade do Ferro) remontará à Época Augustana. No trajeto da *uia XVII* – variante sul (Argote, 1732: 291; Rodríguez *et al.*, 2004: 113 e 125-126), este lugar (*Itin. Anton.* 422,7) parece fazer parte – assim como *Ad Aquas* (Chaves: *Itin. Anton.* 422,6) e *Roboretum* (Castro de Avelãs: *Itin. Anton.* 422,8) – de um modelo de povoamento augustano que se traduziu na fundação oficial de *mansiones* que evoluiriam, a dado momento, para capitais de *ciuitates*. Poderiam mesmo ter-se inicialmente estabelecido como *uicus* (neste caso como *uicus* viário), sobretudo se este conceito romano for aqui entendido não como “aglomerado populacional secundário”, mas antes como núcleo de carácter oficial, resultante de uma decisão institucional, levada a cabo num momento inicial de ocupação e estruturação do território. A ser assim, *Pinetum* ter-se-ia inicialmente estabelecido ao tempo de Augusto como uma pequena povoação agrupada em torno (ou nos arredores) de uma *mansio* da *uia XVII*, evoluindo depois para capital de *ciuitas*. Em Época Sueva,

a esta *ciuitas* terá sucedido o *pagus* ou *ecclesia* de *Laetera* – nomeado antes do *pagus Brigantia* no documento n.º 10 do *Liber Fidei* (Alarcão, 2001; 2015), este *pagus* corresponderá depois, em plena Época Medieval, à Terra de Ledra (Mirandela / Macedo de Cavaleiros).

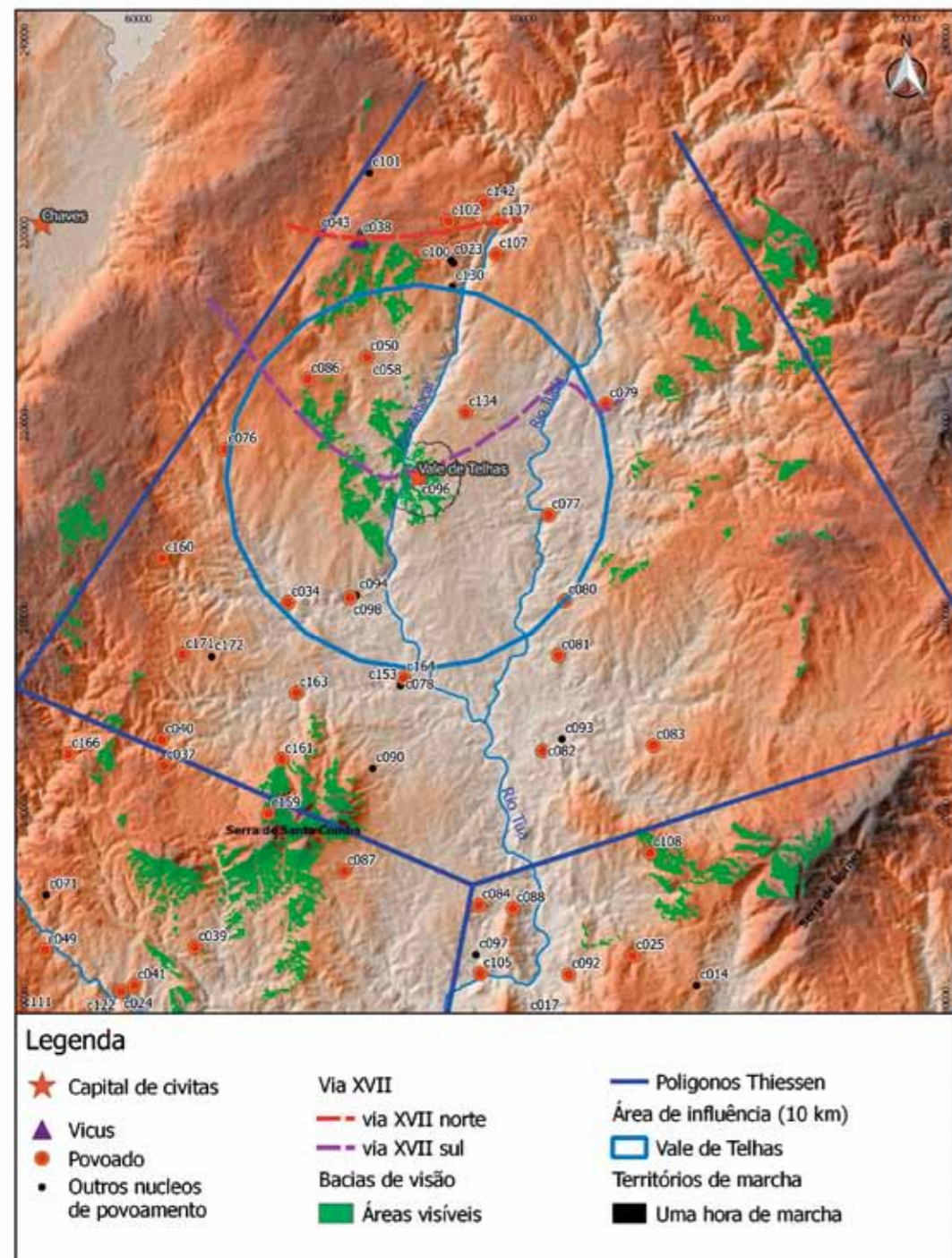
A localização dos *Naebisoci* (ou *Aebisoci*), inscritos também no Padrão dos Povos da ponte de Chaves (CIL II 2477; *AquaeFlaviae*² 587), é igualmente incerta. Articulando todos os dados disponíveis, parece-nos que a hipótese que coloca os *Naebisoci* na bacia média do Tua, entre os vales do Tua e do Tinhela (Alarcão, 1998: 53-55; 2004: 342; Rodríguez Colmenero, 1997: 23-26), mais concretamente em torno do Tinhela e na margem direita do Tua, estendendo-se até aos rios Douro e Pinhão, deve ser destacada das demais – mas deve considerar-se como hipótese que carece de confirmação. Este *populus* remataria assim um dos limites (*finis*) dos *Callaeci Bracari* junto ao Douro e da área mais meridional de tutela regional de *Aquae Flaviae*¹⁸. Esta *ciuitas* confrontaria assim na serra de Passos / Sta. Comba, a norte, com a dos *Aobrigenses*; a oeste, no rio Pinhão, com o *territorium* de outra *ciuitas* que se estenderia pelas terras baixas de Vila Real até ao rio Corgo¹⁹; e, no Tua, como veremos, com a *ciuitas* dos *Banienses*. Este território, pelo menos entre o Pinhão e o Tua, poderia ter posteriormente correspondido à *ecclesia* de *Auneco*.

Cruzando também os dados disponíveis (e tendo em conta o contexto da região e do seu restante povoamento) a sede destes supostos *Naebisoci* poderia corresponder ao Castelo de Carlão (Alijó) (Lemos, 1993, Ib: 489-490; Martins *et al.*, 2005), lugar situado para além da cintura do planalto granítico do Pópulo, junto ao Tinhela, e que posicionamos, como veremos, no cruzamento de vias. É certo que os vestígios identificados até ao momento em Carlão não são muito expressivos, mas são suficientemente sugestivos, desde que não procuremos estabelecer uma correspondência entre esta possível *caput ciuitatis* e a referida conceção clássica da cidade romana mediterrânica. A bacia de visão projetada a partir de Carlão, assim como os polígonos de Thiessen, também parecem reforçar os limites territoriais antes propostos para esta *ciuitas*: a norte a Serra de Paços / Santa Comba, a noroeste a Serra da Padrela, a oeste o rio Pinhão, a sul o Douro e a nordeste a área do Cachão / Frechas e da Serra de Faro.

Na ausência de grandes núcleos urbanos, e em contextos eminentemente rurais, os cenários de representação política multiplicar-se-iam. O padrão de povoamento romano configurava-se de forma não só



Mapa I: Geografia política antiga: proposta de distribuição das *civitates*, com a identificação das capitais / possíveis capitais e respetivos territórios teóricos.



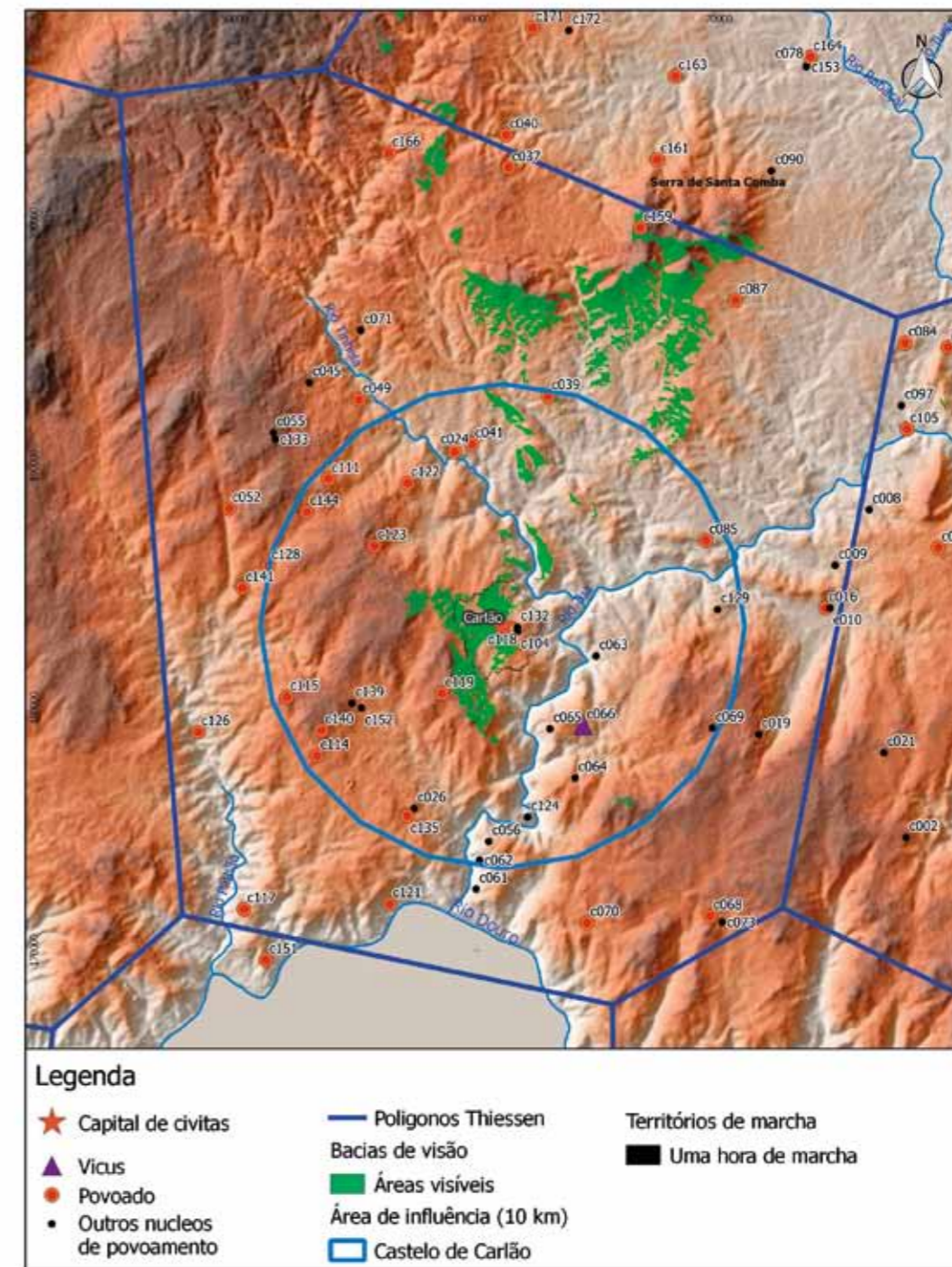
Bacia de visão e áreas de influência – Vale de Telhas

0 5 10 Km

Data: fevereiro de 2016
Fontes: DGT, IGEOE (Série M888)
Coordenadas: ETRS89 Portugal 06



Mapa 2: Bacia de visão e territórios de influência teórica de Vale de Telhas, possível capital de civitas.



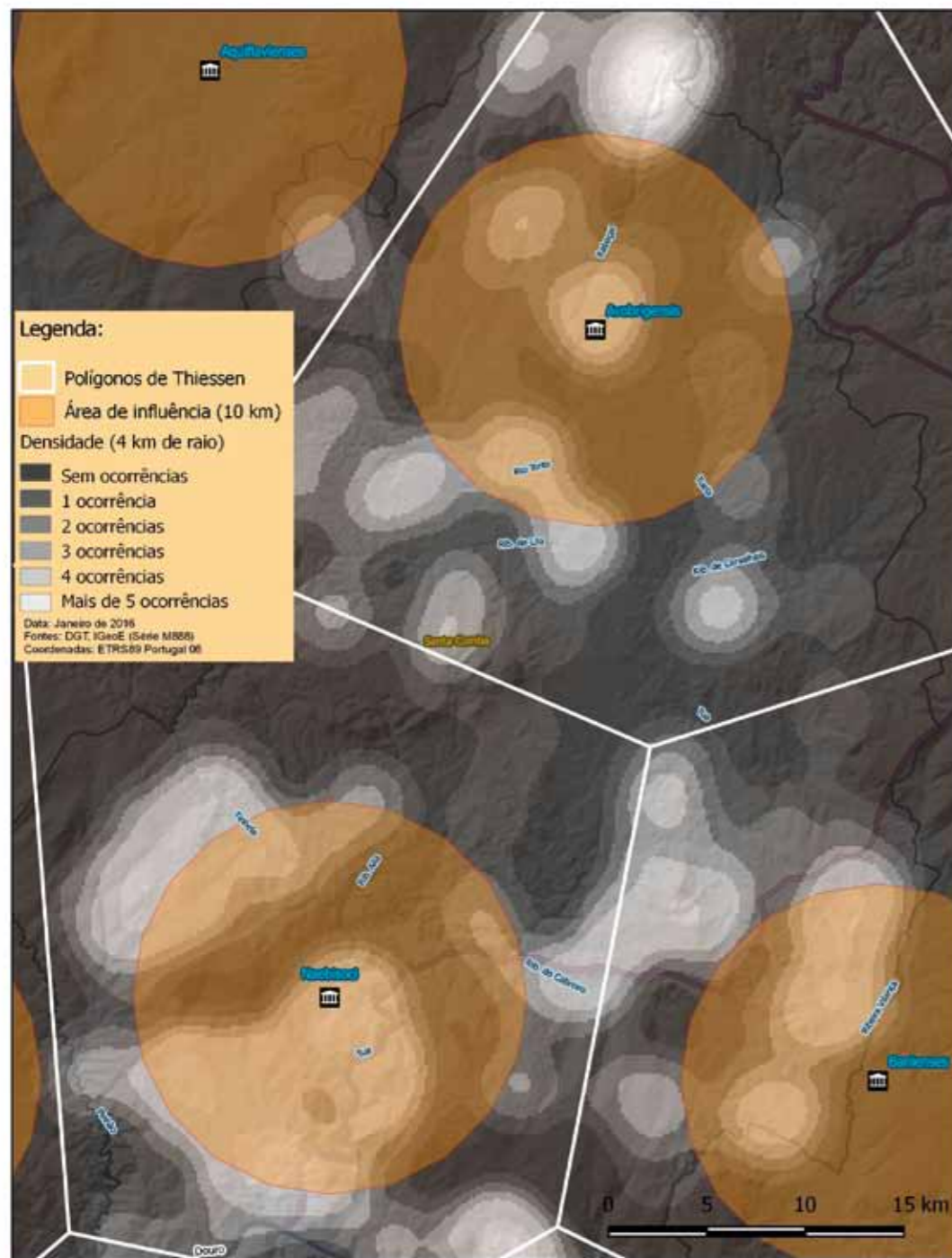
Bacia de visão e áreas de influência – Carlão

0 5 10 Km

Data: fevereiro de 2016
Fontes: DGT, IGEOE (Série M888)
Coordenadas: ETRS89 Portugal 06



Mapa 3: Bacia de visão e territórios de influência teórica de Carlão, possível capital de civitas.



Áreas de influência, Polígonos de Thiessen e Mapa de densidade nas capitais no Vale do Tua



Mapa 4: Possíveis capitais de *civitates*, respectivos territórios teóricos e manchas de densidade da ocupação romana.

hierarquizada, mas também descentralizada. Os *castella* (e os *uici*), como veremos, assumem também um papel importante na estruturação do povoamento romano (Sastre, 2002). Sobretudo numa fase inicial, os grandes povoados de Alijó, desde os Castros do Pópulo e de Ribalonga àqueles que se situam na área de Favaios / Sanfins do Douro / Vilar de Maçada, poderão ter também desempenhado um papel importante na gestão do território desta *ciuitas*, nomeadamente repartindo funções de ordem censitária e fiscal. Ou melhor, enquanto não se procedeu à eleição de um centro, de uma *caput ciuitatis*, presumivelmente em Carlão, e no quadro da reorganização político-administrativa flaviana, seriam castros como estes (alguns identificados como *castella* na epigrafia da parte norte desta região), cada qual como *caput populi*, que estruturariam o território romano na bacia hidrográfica do Tua. Era a partir destas unidades organizativas – de base possivelmente pré-romana – que as aristocracias locais, agora ao serviço de Roma, exerciam o seu controlo territorial.

Nesta geografia política, a *ciuitas* dos *Banienses* estendia-se a oriente do Tua e a norte do Douro. O seu território, integrando a província da *Lusitania* (CIL II 760), centrava-se no vale fértil da Vilarça, mas também se estendia ao planalto de Carrazeda de Ansiães e à Serra de Faro, às alturas das serras da Navalheira e de Bornes (na passagem para a *Terra Fria* transmontana), podendo ainda transpor a serra de Reboredo e incluir a depressão de Freixo (Lemos, 1993, Ib: 485; Alarcão, 2004: 201-202; Redentor, 2002: 30-31). O curso profundamente cavado do Douro – até à atual barragem de Aldeadávila – constituiria o seu limite oriental, tocando aqui, possivelmente, no limite mais meridional do *conuentus Asturum* (para nascente estendia-se depois a *ciuitas Bletisamensis*)¹⁹. Esta *ciuitas*, na parte que interessa a este estudo, englobava assim as terras altas e graníticas de Carrazeda de Ansiães e de Vila Flor, nomeadamente aquelas voltadas à Ribeira da Vilarça. Incluiria alguns povoados amuralhados de altura (como o de S. Pedro, Assares e Lodões), mas distinguia-se sobretudo pela maior expressividade do povoamento rural disperso (*uillae*, quintas e casais) e pela presença de *uici*, como os de Pombal e Nossa Senhora da Ribeira (Carrazeda de Ansiães), para além do povoado de Selores, na base do Castelo Velho de Ansiães.

A sua capital, de acordo com a proposta que tem sido defendida, situava-se no Chão da Capela (Adeganha, Torre de Moncorvo), nas margens da Ribeira da Vilarça, próximo da povoação de Junqueira (Cruz, 2000: 222 e 420; Alarcão, 2004: 198-204) – um pouco para além do

limite da nossa área de estudo. A extensão dos vestígios, ainda que aparentemente estes sejam descontínuos (Silva, 2014), é considerável, tendo sido vários os achados efetuados neste lugar: diversas cerâmicas (incluindo *sigillata* hispânica), silhares e, mais recentemente, cinco estelas funerárias. A importância do local é reforçada pelo seu posicionamento estratégico, em pleno centro do Vale da Vilarça e no corredor de um importante eixo viário que ligava o Vale do Douro à *uia XVII* (Lemos, 1993, Ib: 484-485; IIa: 330-331, n.º 650). A esta *ciuitas* terá sucedido uma outra antiga “paróquia” sueva (sobre esta questão, cf. Alarcão, 2015: 42-43 e Cap. 6 neste volume).

Por ser a capital regional de parte de Trás-os-Montes em Época Romana, estendendo provavelmente também a sua influência até ao Vale do Tua, a cidade romana de *Aquae Flaviae* (*Aquae Flaviae* 587) merece uma particular menção. A atual cidade de Chaves começou por ser, nos primeiros anos da nossa era, uma importante estação de muda da estrada que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Asturica Augusta* (Astorga) – ou seja, correspondeu à designada *mansio* de *Ad Aquas* da *uia XVII* do Itinerário de Antonino. Terá então atraído população instalada em torno dessa estalagem oficial, originando um aglomerado populacional. Ganhou rapidamente dimensão e notoriedade, ao ponto de este lugar ter agregado vários *populi* num lugar considerado simbólico desde a Idade do Ferro²¹, centrado em torno do importante manancial de águas termais (gasocarbónicas) que aí se observa. No Período Flaviano tornou-se *caput uiarum* (lugar de contagem de milhas²²) e foi juridicamente promovido a *municipium*, tendo essa promoção estatutária acelerado as obras públicas na cidade doravante chamada de *Aquae Flaviae*. Será, então, durante as últimas décadas do séc. I d.C., pelas mãos dos notáveis que aí residiam, mas também pelas mãos do exército, que *Aquae Flaviae* se mostra como uma verdadeira cidade romana, urbanisticamente desenvolvida, com um conjunto de espaços públicos importantes, entre os quais se destacam as notáveis termas públicas escavadas nos últimos anos (Carneiro, 2013). Desde então, revelará uma monumentalidade mais condizente com a importância que assume nesta parte oriental do *Conuentus Bracarensis* – será, doravante, a capital regional da *Gallaecia* Meridional Interior (Tranoy, 1981; Rodríguez Colmenero, 1997; Lemos e Martins, 2010: 90-91). A importância regional de *Aquae Flaviae* encontra-se refletida no conhecido Padrão dos Povos (Alarcão, 2003b), gravado em 79 d.C. e colocado

na ponte romana sobre o Tâmega – obra da *legio VII Gemina*, e para a qual devem ter contribuído com dias de trabalho os *populi / ciuitates* enumerados nessa inscrição (Pérez Losada, 2002; Fonte, 2006). No contexto da reorganização político-administrativa flaviana, esta cidade terá passado a tutelar um conjunto de *ciuitates* em redor, nomeadamente as que se mencionam no referido Padrão dos Povos, incluindo, portanto, os *Aobrigenses* e os *Naebisoci*, ocupando o extremo do quadrante sudeste do *conuentus Bracaraugustanus*. O território de *Aquae Flaviae* era extenso, estendendo-se a sul até à serra da Padrela (Redentor, 2008a: 108-109), onde se situava o importante território aurífero de Tresminas e Jales. Delimitado por Roma e propriedade do Estado Romano (*ager publicus*), este importante território mineiro (*metalla*) poderia constituir um limite entre *ciuitates* – entre a *ciuitas* com possível capital em Vale de Telhas (Mirandela), a que teria sede em Carlão (Alijó) e, eventualmente, aquela outra com possível núcleo central em Constantim de Panóias (Vila Real).

Esta proposta foi submetida a análises espaciais. As projeções que ensaiámos, partindo de uma base geográfica

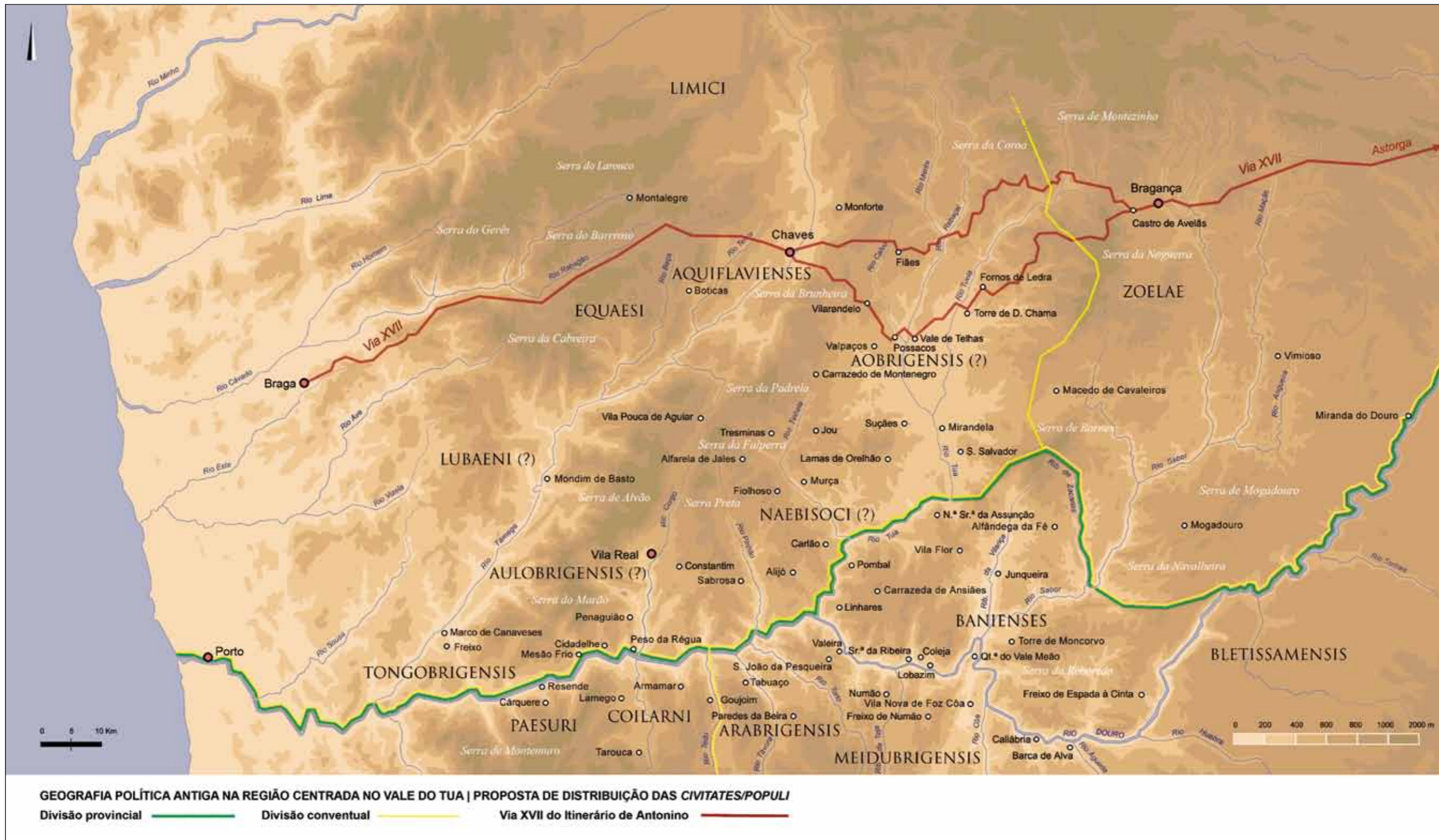
necessariamente mais ampla do que a bacia hidrográfica do Tua, permitem esboçar uma imagem teórica para a geografia política antiga desta região transmontana e alto duriense (Mapas 1, 2 e 3). Como se pode verificar, os buffers de 10 e 15 km criados a partir dos lugares que identificamos como possíveis capitais de *ciuitates*, tanto a norte como a sul do Douro, conferem a este espaço uma ordem que se compagina com a organização administrativa romana. Configuram um sistema ordenado que estende o *territorium* dos *Aobrigensis*, pelos atuais concelhos de Mirandela e de Valpaços, confinando a sul, na serra de Santa Comba, com a eventual *ciuitas* dos *Naebisoci*, centrada no atual concelho de Alijó, cujo *territorium*, por sua vez, estaria encaixado entre a margem direita do curso inferior do Tua, o rio Pinhão e a serra da Padrela. A serra de Passos / Sta. Comba (um “monte-ilha”, formado por um maciço de quartzitos, que se mostra como marcador espacial quando se percorre a região) constituiria, assim, um limite entre *ciuitates*, correndo a *linea confinalis* pela sua cumeada mais destacada, em torno dos 1000m de altitude. Os polígonos de Thiessen projetados parecem igualmente concorrer para a coesão geopolítica da proposta apresentada, reforçando uma lógica de ordenação do espaço equilibrada

(face aos limites dos *territoria* desenhados, incluindo aqueles a sul do Douro), e assinalando de novo como prováveis limites territoriais entre *territoria* de *ciuitates* a serra de Sta. Comba e de Bornes – e também as serras da Nogueira, da Padrela e da Falperra – assim como os vales profundamente cavados do Tua (a leste) e do Pinhão (a oeste), para além da sobreposição com o curso do Douro. Neste quadro, os limites administrativos das *ciuitates* correriam pelas cumeadas lineares das serras mais altas ou pelos vales muito encaixados de alguns rios. Os limites das áreas povoadas, por sua vez, não ultrapassariam em muito o sopé dessas serras e não seriam nada frequentes nas encostas abruptas dos vales do Tua, do Tinhela ou do Pinhão. As centralidades propostas parecem também ser sugeridas pelos *heatmaps* projetados (Mapa 4). A imagem obtida permite verificar que é precisamente em redor de Carlão e Vale de Telhas (e também do Chão da Capela) que existe uma maior concentração de ocorrências de Época Romana. Esta concentração poderá denunciar, à semelhança do que acontece noutras regiões (Carvalho *et al.*, 2002), a presença de um lugar central que faz gravitar em seu torno um número assinalável de núcleos rurais (tanto quintas e casais, como povoados).

Nesta como noutras regiões em Época Romana, à semelhança do que continuou a verificar-se posteriormente (e nos nossos dias), os limites administrativos antigos coincidirão com algumas das linhas de relevo mais expressivas, como as serras de Passos / Sta. Comba, Bornes e Faro, para além do rebordo planáltico de Valpaços, entre as serras da Padrela e da Brunheira. Contudo, as extremas de *ciuitates*, *conuentus* e *prouvinciae* também coincidirão com outras linhas de corte, como os rios Tua e Pinhão, onde estes surgem mais cavados, mostrando-se autênticos desfiladeiros, difíceis de transpor. Muitas das propostas que desenhamos a este nível devem ser consideradas como hipóteses que carecem de confirmação. Novas descobertas, sobretudo epigráficas, são necessárias para esclarecer o conjunto de questões que têm a ver com a designação das *ciuitates*, limites dos seus territórios e identificação das suas capitais. Mas as diferenças observadas ao nível do padrão de povoamento, entre o planalto de Carrazeda de Ansiães e as terras de Vila Flor, a bacia de Mirandela e a área planáltica de Alijó, parecem refletir os contornos administrativos desta região fronteiriça, periférica pela geografia.



Fot. 2: Parte oriental da área em estudo, com a serra de Faro e a bacia de Mirandela, em destaque, e a serra de Passos, ao fundo (vista de sudeste) (© P.C. Carvalho).



Mapa 5: Proposta de divisão provincial e conventual e de distribuição das civitates / populi numa região mais vasta centrada no Vale do Tua.

3. Ocupação do território e padrão de povoamento. Imagens de um tempo que se ergue sobre o silêncio da terra

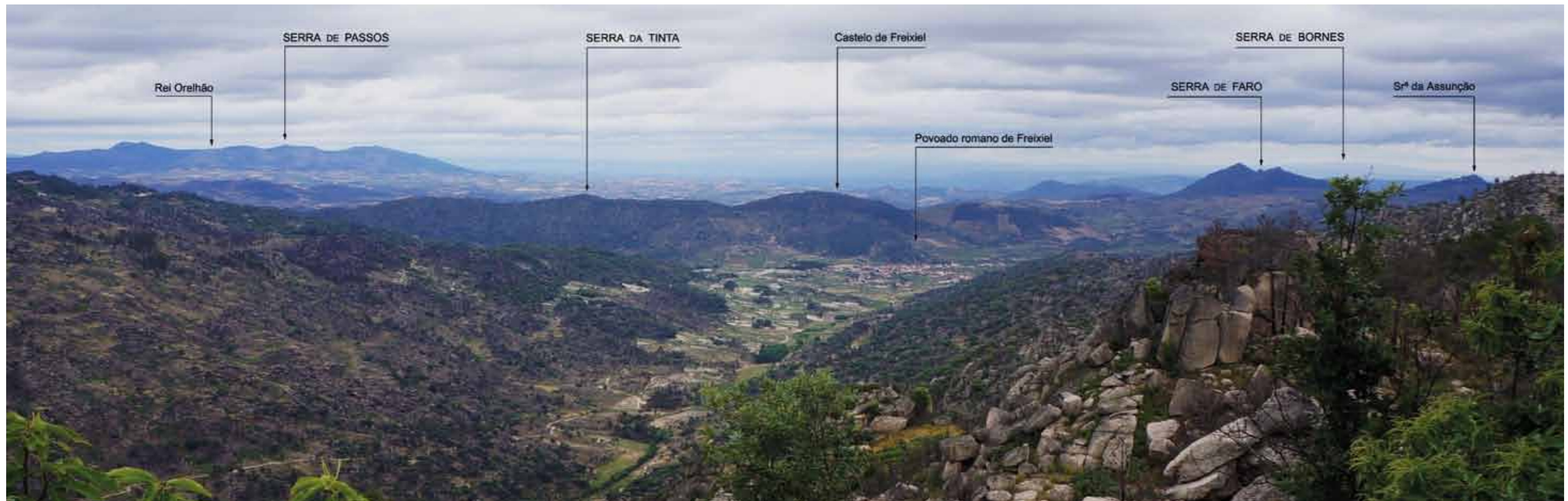
É neste quadro marcado pelas condicionantes antes descritas (cf. Cap. 2.2.) que em seguida enumeramos os sítios romanos do Vale do Tua por concelho, de acordo com as tipologias propostas (cf. Mapas 6 e 7). No concelho de Vila Flor (32 sítios) os casais apresentam-se em maior número (11 sítios identificados como tal, correspondendo a 34% do total de sítios romanos identificados), sendo ainda de destacar a presença de 4 possíveis *uillae* (12.5%) e de 8 povoados (25%). Em Carrazeda de Ansiães (21 sítios), destacam-se em número os sítios classificados como casais (somam 8, correspondendo a 38% do total), sendo de assinalar a presença de 2 possíveis *uici* e a aparente ausência de povoados fortificados (apenas 1

sítio foi classificado como povoado, mas sem vestígios de muralhas). O maior número de sítios com ocupação romana encontra-se no concelho de Valpaços (48). Neste conjunto sobressai claramente o número de povoados amuralhados (14, correspondendo a 29% do total de sítios identificados), ao qual se juntam mais 5 lugares integráveis no grupo do povoamento agrupado (i.e. quase 40% dos sítios romanos fazem parte deste grupo). Também em Murça (onde se regista o menor número de sítio de Época Romana: 12), os povoados amuralhados destacam-se (5, equivalendo a 42 % do total de sítios classificados como tendo ocupação romana), não tendo sido inventariado, por exemplo, nenhum sítio classificável como *uillae*. O mesmo

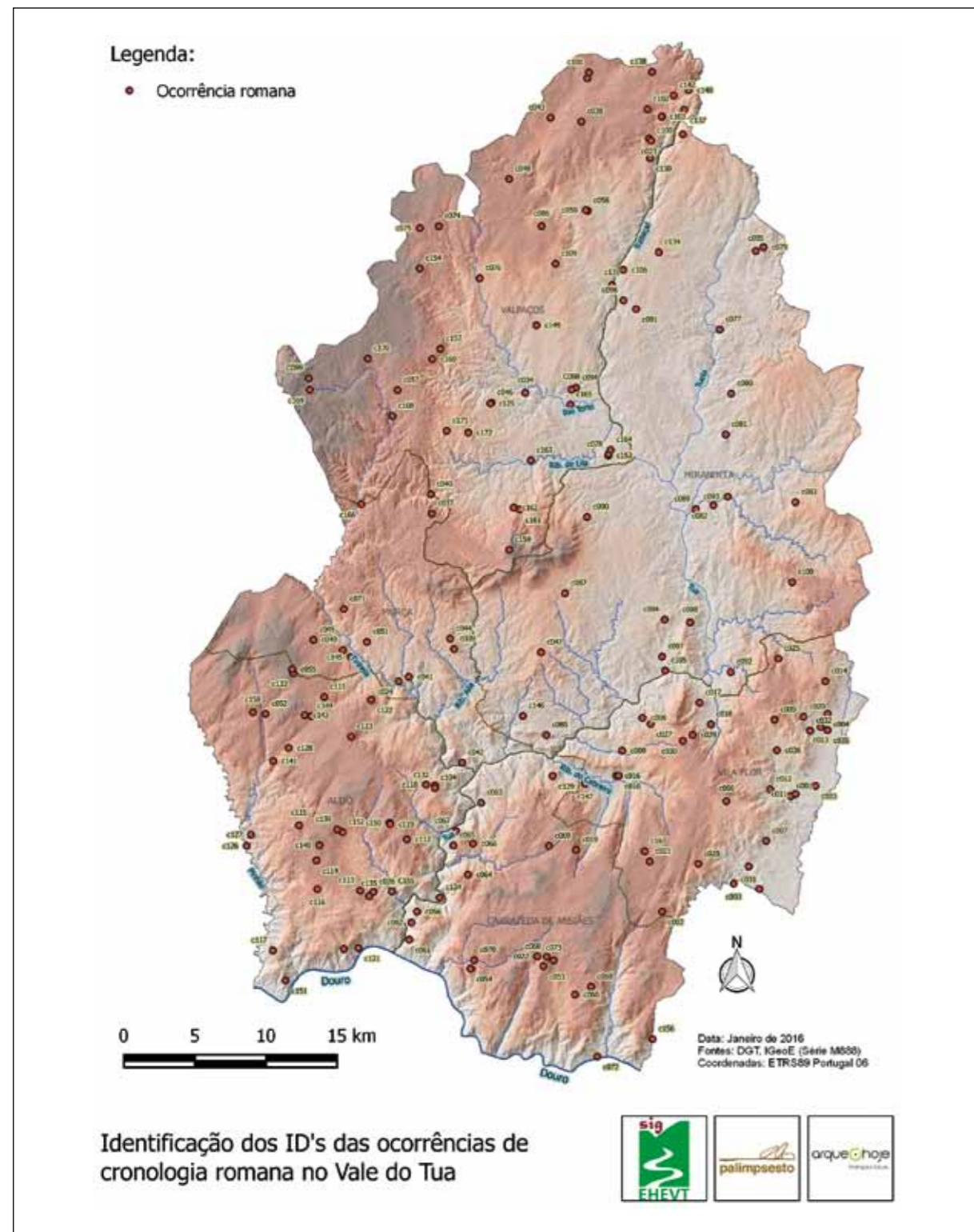
se passa em Alijó (34 sítios), onde a representatividade dos povoados se evidencia (19, sendo 13 amuralhados, perfazendo 50% do total de sítios romanos), sendo ainda algo habitual os sítios que se revelam mediante escassos vestígios de superfície, classificáveis como casais (9, correspondendo a 26%). Tal como em Mirandela (25 sítios), são os povoados o tipo de povoamento romano mais frequente (16 povoados no total, sendo 14 fortificados), atingindo mesmo a maior percentagem no cômputo global, isto é, cerca de 64% do total dos núcleos de povoamento identificados.

Em termos gerais, para toda a região em estudo, verifica-se que os povoados fortificados serão o tipo de sítio mais frequente, com cerca de meia centena de ocorrências. O povoamento agrupado ganha ainda mais expressividade se a este juntarmos outros povoados, nos quais se incluem tanto os *uici* como eventuais aldeias, para

além dos dois núcleos que identificamos como prováveis capitais de *ciuitates*. Estes povoados surgem sobretudo na parte mais setentrional e ocidental da área em estudo (concelhos de Mirandela, Valpaços e Alijó), sendo raros ou mesmo inexistentes no planalto granítico de Carrazeda de Ansiães. O povoamento romano disperso parece não assumir nesta área do Tua a grande representatividade que assume noutras regiões. Neste grupo, em maioria, encontram-se os casais, surgindo depois as granjas e as *uillae*, salvaguardadas, como vimos antes, todas as dificuldades que encerram as classificações tipológicas com base apenas em achados de superfície²³. A maior frequência destas unidades de povoamento unifamiliares encontra-se no quadrante sudoeste da área em estudo, dispersos pelos territórios de Vila Flor e de Carrazeda de Ansiães – a área a oriente do Tua que, segundo a nossa proposta, integraria a *ciuitas* dos *Banienses*, na *Lusitania*.

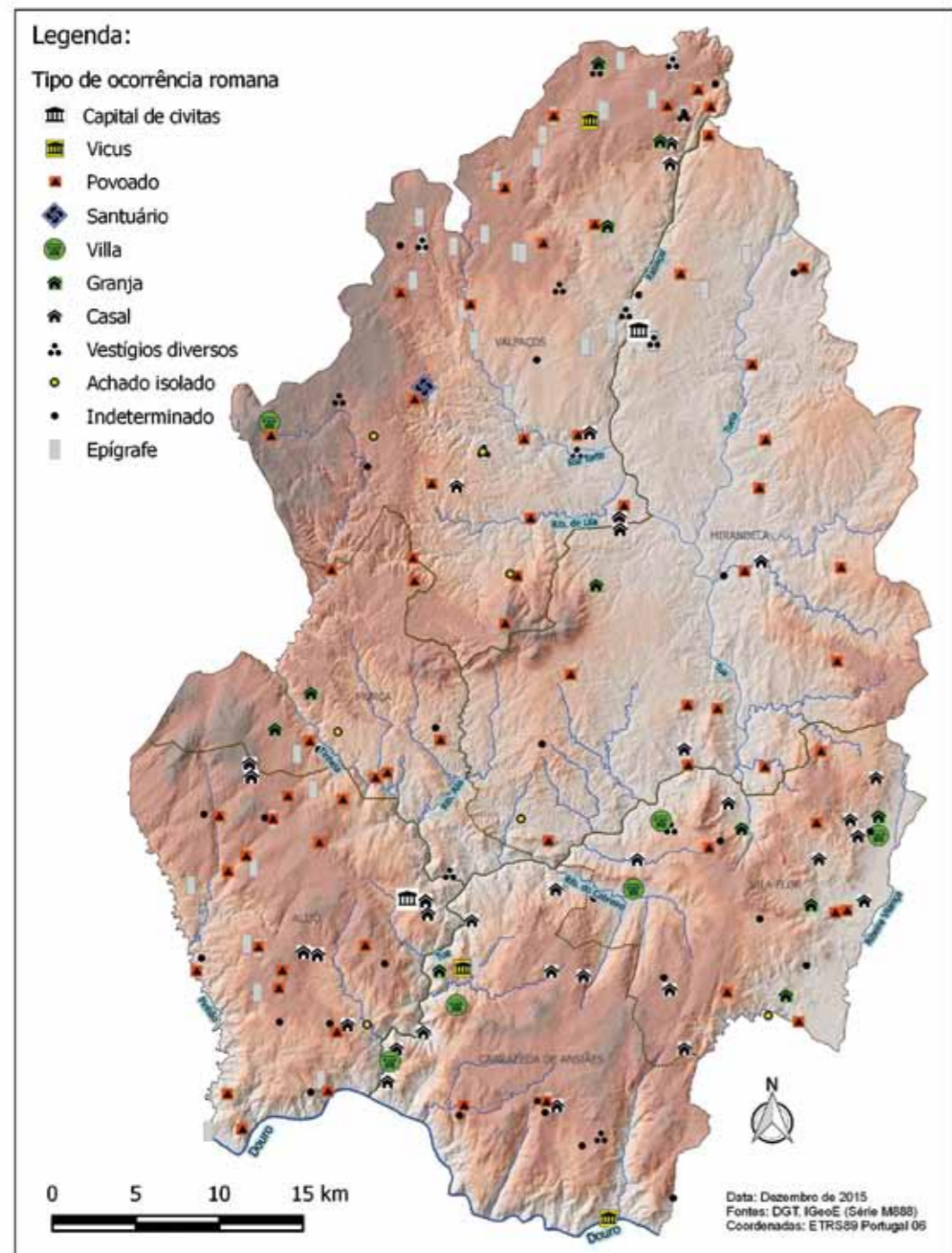


Fot. 3: O vale de Freixiel (Vila Flor), em primeiro plano, visto de sul, e as serras de Passos, Tinta e Faro, com alguns sítios arqueológicos assinalados (© P.C. Carvalho).



Mapa 6: Totalidade das ocorrências de época romana mediante a sua designação e número de identificação.

| | | | |
|------|---|------|-----------------------------------|
| c001 | Cabeço de São Pedro | c086 | Cividade de Vilarandelo |
| c002 | Mourão Velho | c087 | Muro |
| c003 | Quinta do Couquinho | c088 | São Martinho de Marmelos |
| c004 | São Sebastião | c089 | São Sebastião |
| c005 | Castelo de Valadares | c090 | Sainca |
| c006 | Vila Flor | c091 | Vale de Telhas |
| c007 | Quinta dos Castelares | c092 | Fragas do Castelo |
| c008 | Orval do Rei (Ribeirinha) | c093 | Moure |
| c009 | São Domingos de Vieiro | c094 | Muradilha 2 |
| c010 | Freixid | c095 | Torre de Dona Chama |
| c011 | Lodões | c096 | Pineto-Vale de Telhas |
| c012 | Parede Nova | c097 | Vale Verde |
| c013 | Ferradoza | c098 | Muradilha 1 |
| c014 | Salgueiro | c099 | Milagres |
| c015 | Castelo de Godeiros | c100 | Marmorais |
| c016 | Castelo de Freixid | c101 | Caco ou Megingueira |
| c017 | Casarelhos de Meireles | c102 | Ferás |
| c018 | Moura de Meireles | c103 | Abadia de Bouças 1 |
| c019 | Pé de Cabrito | c104 | Pisco 2 |
| c020 | Rego do Souto | c105 | Vila Velha de Vale Verde |
| c021 | Fraga do Ovo 1 | c106 | Muralha |
| c022 | Lagares do Navalinho | c107 | Nossa Senhora do Monte |
| c023 | Terreiro/Real Covo 3 | c108 | Vila Velha |
| c024 | Salto | c109 | Monte de Penide |
| c025 | Castelo de Macodinho | c110 | Lebução |
| c026 | Cortinhas 2 | c111 | Castelo de São Marcos |
| c027 | Quinta de Feça | c112 | Senhora da Cunha |
| c028 | Monte Grande | c113 | São Domingos |
| c029 | Senhora da Assunção | c114 | Santa Bárbara de Raveios |
| c030 | Tanancas-Senhora da Assunção | c115 | Nossa Senhora da Piedade |
| c031 | Tapados de Santa Cruz | c116 | São Berco |
| c032 | Morreirão | c117 | Castelo de Vilariño das Cotas |
| c033 | Freixeda 1 | c118 | Castelo de Carliño |
| c034 | Cerca dos Mouros | c119 | Castelo de Burneira |
| c035 | Santa Cruz | c120 | Castelo do Castelo |
| c036 | Santo Estêvão | c121 | Cerca do Castelo |
| c037 | Castelo de Jau | c122 | Castelo de Castorigo |
| c038 | Muradilhas de Riles | c123 | Castelo de Vale de Mir |
| c039 | Castro dos Palheiros | c124 | Castelo dos Barros |
| c040 | Alto da Cerca dos Mouros | c125 | Água Revez e Castro |
| c041 | Castelo de Noura | c126 | Castelo de Cheires |
| c042 | Caldas de Carliño | c127 | Santiago de Cheires |
| c043 | Cortinha das Vinhas | c128 | Castelo de Francelos |
| c044 | São Bartolomeu | c129 | Pereiros 1 |
| c045 | Termo de Folhoso | c130 | Riqueiral |
| c046 | Propriedade de Manuel Tirito | c131 | Parque de Campismo do Rabaçal |
| c047 | Avidagos | c132 | Pisco 1 |
| c048 | Muraca de Lema do Ouriço | c133 | Caril |
| c049 | Castelo do Cedaval | c134 | Breira |
| c050 | Castro de Santa Valha | c135 | Cortinhas 1 |
| c051 | Murça | c136 | Abadia de Bouças 2 |
| c052 | Cerca | c137 | Outeiro |
| c053 | Castelo de Ansiles | c138 | Raposeira |
| c054 | Castelo de São Miguel | c139 | Lameirinhos |
| c055 | Caril 1 | c140 | Castro de Vilareiro |
| c056 | Trailhariz | c141 | Alto da Muralha |
| c057 | Termo de Carazedo de Montenegro | c142 | Nossa Senhora da Ribeira |
| c058 | Santa Eulália/Quinta do casal | c143 | Ribalonga |
| c059 | Ansiles | c144 | Santa Ana ou Santo Ovídio |
| c060 | Beira Grande | c145 | Cadaval |
| c061 | Fisihal | c146 | Milhais |
| c062 | Quinta da Ribeira (Trailhariz) | c147 | Alho 2 |
| c063 | Lugar da Pola | c148 | Quinta dos Piões 2 |
| c064 | Cumal dos Mouros | c149 | Vaipagos |
| c065 | Quinta do Barrabáz | c150 | Senhora da Cunha 1 |
| c066 | Lugar da Costa (Mós) | c151 | Cerca ou Cerca |
| c067 | Antigas Caldas de São Lourenço | c152 | Quinta do Ferrocinto |
| c068 | Selores 1 | c153 | Alto de Sao Pedrinho 2 |
| c069 | Zedas | c154 | Castro de Vila Nova |
| c070 | Linhares | c155 | Ferrado |
| c071 | Lagares dos Mouros | c156 | Lajares-Lobazim |
| c072 | Senhora da Ribeira | c157 | Pias dos Mouros |
| c073 | Selores 2 | c158 | Veigaonha |
| c074 | Igreja de Friões | c159 | Santa Comba |
| c075 | São Pedro | c160 | Cerca dos Mouros (Cerca de Ribas) |
| c076 | Cigadorinha de Monsalvarga | c161 | Fraga da Cerca dos Mouros |
| c077 | S. J. pendã | c162 | Fraga da Cerca dos Romanos |
| c078 | Alto de Sao Pedrinho 3 | c163 | Monte de Santa Bárbara |
| c079 | São Brás | c164 | Alto de São Pedrinho 1 |
| c080 | A Cidade ou Fraga do Penedo | c165 | Aldea de Rio Torto |
| c081 | Senhora do Viso | c166 | Vale do Osso |
| c082 | S. Martinho de Cima ou Castelo Velho | c167 | Póvoa |
| c083 | Alto do Prado do Castelo (Vila Verdinho) | c168 | As Portas |
| c084 | Santa Catarina (São Pedro de Vale do Conde) | c169 | Alto da Cerca ou Coro |
| c085 | Santa Catarina de Albreiro | c170 | Igreja de São João da Corveira |
| | | c171 | Alto da Torre |
| | | c172 | Més |



Classificação por tipologia das ocorrências de cronologia romana no Vale do Tua



Mapa 7: Sítios/ocorrências de época romana segundo a sua classificação tipológica.

3.1. O povoamento agrupado

3.1.1. As possíveis capitais de *ciuitates*

Tanto em Carlão (Alijó) como em Vale de Telhas (Mirandela), os vestígios arqueológicos observáveis atualmente à superfície não são muito expressivos.

O Castelo de Carlão (Fot. 4 e 5) ganha particular destaque no povoamento desta região, a sul da serra de Passos e a ocidente do Tua, pelo seu posicionamento estratégico, em termos geográficos e viários. A maior densidade (aparente) de povoamento romano em redor também concorre para propor a centralidade deste lugar cenograficamente assinalado por dois morros graníticos (o da Azinheira e o do Castelo, onde, neste último, se situaria um povoado fortificado proto-histórico) e não muito distante do curso cavado do Tinhela e das águas sulfúreas das Caldas de Carlão. À superfície ainda se podem observar fragmentos cerâmicos de Época Romana com alguma abundância, incluindo *sigillata* hispânica e cerâmica comum (nomeadamente *dolia* e cerâmica

cinzenta fina com decoração brunida), a par de entalhes nos afloramentos graníticos e de lagares escavados na rocha (Almeida, 1992-1993; Almeida, 1993), estes últimos relacionáveis com a ocupação importante que terá conhecido na Alta Idade Média (cf. Cap. 6). A área de dispersão parece ser relativamente extensa e aparentemente descontínua, ainda que esta observação esteja condicionada tanto pelos terrenos incultos (cujo mato não deixa ver o solo), como pelas vinhas, socalcos e outros espaços construídos (o revolvimento profundo do subsolo terá alterado topograficamente o local). Poderá ainda admitir-se o prolongamento deste núcleo de povoamento antigo para a área da atual aldeia, onde alegadamente se terão encontrado moedas romanas (cf. Cap. 17) – um denário do séc. I a.C. terá ainda sido encontrado “no termo desta aldeia” (Parente, 1997: 19).

A norte da serra de Passos, entre o Tuela e o Rabaçal,



Fot. 4: A aldeia de Carlão (Alijó), vista de sul, e as serras de Passos e da Garraia, ao fundo (© P.C. Carvalho).

e no aro da bacia de Mirandela, destaca-se o Cabeço de Vale de Telhas (ou Cabeço da Mochicara). No trajeto da *via XVII* (dista deste trajeto algumas centenas de metros) este local (associado de algum modo à *mansio Pinetum*), posicionado de forma dissimulada na paisagem, ainda que dominando o rio Rabaçal e a passagem da via, apresenta uma quantidade significativa de materiais arqueológicos à superfície. Em prospeção observámos

fragmentos relativamente abundantes de *sigillata* hispânica e hispânica tardia, de cerâmica comum (*dolia*, cerâmica de engobe vermelho e cerâmica cinzenta fina com decoração brunida)²⁴, mas também se observaram pesos de tear e mós rotativas manuais; identificámos também pedras facetadas (incluindo um silhar de grande aparelho) e vestígios de alinhamentos presumivelmente de estruturas soterradas, assim como aparentes troços

descontínuos de muralha. A área de dispersão de materiais é relativamente significativa, podendo andar pelo menos em torno dos 2 ou 3 hectares. A sua ocupação na Época Alto-Medieval também se pode depreender dos materiais observados em prospeção (cf. Cap. 6). Mas é sobretudo a ara dedicada a Júpiter por um indivíduo com estatuto de cidadão romano e possível magistrado local (cf. Cap. 16) que concorre para esta proposta de capitalidade. A “anómala” concentração de miliário na área de Vale de Telhas (entre Possacos e Vale de Telhas) também reforça esta hipótese (Lemos, Martins e Cepeda: 2011).

De todo o modo, se admitimos a importância de Vale de Telhas e de Carlão na região em estudo, convém igualmente sublinhar que não temos nenhuma evidência arqueológica ou epigráfica absolutamente segura de que foram ambas capitais de *ciuitates* neste extremo do *conuentus Bracarum* e na área de influência da capital regional *Aquae Flaviae*.



Fot. 5: Carlão (Alijó), vista de norte, com o morro do Castelo, do lado esquerdo, e a Senhora da Cunha, como pano de fundo (© P.C. Carvalho).

locais (condicionadas desde logo pela sua capacidade económica) aderem às práticas evergéticas e se inscrevem no novo quadro político romano, explicarão as particularidades do “modelo urbanístico” concretizado.

Estes serão essencialmente territórios rurais, onde o poder de Roma e as práticas públicas e privadas do quotidiano encontram outro palco e se representam de outra forma. É desse outro ângulo que o poder de Roma e a presença romana devem ser observados. Neste sentido, a capitalidade do Castelo de Carlão ou do Cabeço de Vale de Telhas (ou mesmo do Chão da

Nestes territórios interiores a norte do Douro, o fenómeno urbano não se expressou do mesmo modo como noutros contextos sobretudo mais litorais e meridionais. As novas capitais não se constroem de acordo com a conceção clássica da cidade mediterrânica. Os elementos característicos de âmbito urbano romano não se revelam nestas paragens da mesma maneira. Os dados arqueológicos, por conseguinte, não se compaginam com esse “modelo urbanístico ideal”. Já antes o afirmámos: a cidade não estrutura este território, a *urbs* não pauta aqui a vida em sociedade. Se a *ciuitas* se converte na peça-chave organizadora destes territórios, a sua implantação não implica necessariamente a generalização do fenómeno urbano, mesmo quando o *ius Latii* é concedido a toda *Hispania* pelo imperador Vespasiano. A herança proto-histórica e a ausência de uma tradição urbana no período anterior à conquista, mas também a forma como as aristocracias

Capela) derivará das funções jurídico-administrativas e fiscais que nesses lugares se terão exercido. A eleição desses centros políticos alicerça-se na posição estratégica que cada um ocupa no território – posição estratégica frequentemente herdada. Consolida-se por continuar no curso de um corredor natural de circulação, doravante itinerário imperial. E manifesta-se mediante uma (única) área pública monumentalizada – o fórum da *ciuitas*, onde se reúnem os magistrados locais.

Cada um destes lugares centrais, assim sendo, não será muito mais do que um lugar simbólico do poder,

onde um espaço público monumental (fórum), entendido como lugar de reunião, encontro e encenação, serviu para representar de forma expressiva a presença e o domínio romano. Para além do fórum, centro cívico e monumental essencial à vida da *ciuitas*, poderia não haver outros edifícios públicos nesses centros de poder. Ao contrário do que acontecia noutras paragens, o espaço público urbano não seria montado com edifícios termais ou recintos de espetáculo, tão característicos da cenografia do poder imperial que pautavam a vida em sociedade³. Também a área residencial seria reduzida, vivendo o grosso da população dispersa por núcleos rurais (tipo casal, granja ou *uilla*) ou, no caso da bacia hidrográfica do Tua, agrupando-se noutros lugares, como sejam os *uici*, as aldeias abertas ou, sobretudo, os povoados amuralhados. Neste tipo de *ciuitates*, com malhas de povoamento hierarquizadas, mas, simultaneamente, descentralizadas, poderemos mesmo afirmar que esses outros núcleos populacionais (quer sejam povoados abertos ou de altura e fortificados) assumirão um papel central como estruturadores do território, podendo desempenhar funções de âmbito público que noutras paragens estão centralizadas na *caput ciuitatis*.

Tanto Carlão como Vale de Telhas poderiam igualmente ser lugares de mercado. Se se assumissem também como centros religiosos (onde se reproduzem os atos básicos da *religio* pública e oficial romana), constituiriam ainda importantes lugares de convergência periódica da população que vivia dispersa pelo território da *ciuitas*. Sendo lugar de reunião das comunidades rurais dispersas poderemos inclusivamente supor que essa seria uma condição herdada do Período Pré-Romano – talvez o Castelo de Carlão se possa inscrever num cenário deste tipo, tendo em conta as características que encerra. E, se assim fosse, poderão corresponder de certa forma ao que nas fontes clássicas surge designado como *conciliabulum / a* (Oller, 2014).

Esta ideia de lugar onde se reúnem comunidades dispersas (tanto em Época Pré-Romana, como – com outro cenário e roupagem – no Período Romano) não deixa de remeter para o processo de escolha dos espaços fundacionais de certas capitais romanas do Noroeste. Com efeito, os lugares onde se fundam *Bracara Augusta* e *Aquae Flaviae* parecem encerrar uma forte carga simbólica e identitária, herdada da Idade do Ferro (Lemos, 2007-2008 e Fonte, 2009).

Se em algumas regiões da *Hispania*, em Época Augustana, o fenómeno urbano já estava enraizado,

podendo mesmo ter uma larga tradição, noutras este era incipiente ou mesmo nulo. Esta variável também contribuirá em parte para que as capitais de algumas *ciuitates* quando se constituem (e antes de serem promovidas a *municipia* ou mesmo depois dessa promoção jurídica, se tal se chegou a verificar) não se apresentem como verdadeiras cidades, i.e., como cidades no sentido clássico ou mais “mediterrânico” do termo. Estaremos, assim, em presença de *ciuitas sine urbe* – fenómeno próprio de alguns contextos provinciais eminentemente rurais (Arrayás *et al.*, 2001; Oriol, 2014). Mesmo não associando desenvolvimento urbano e aparato arquitetónico a estas possíveis capitais, Carlão e Vale de Telhas (e Chão da Capela) serão os lugares por excelência da afirmação do espaço público, do espaço cívico destas comunidades. Enquanto capitais, e à escala deste território, serão os lugares onde o espaço público se constrói enquanto espaço encenado, distinguindo-se do privado. Espaço público que se mostra como a marca mais expressiva do Império nestes territórios. Mas que também reflete a imagem que cada comunidade fazia de si própria, na medida em que cada comunidade tanto é constituída como é representada pelos espaços e construções que cria. A ideia de espaço público, portanto, surge aqui associada à ideia de centralidade ou de capitalidade. Mas, acima de tudo, a presença deste espaço é reveladora do domínio romano.

A Época Flaviana não foi apenas importante para cidades como Chaves, como vimos anteriormente. Terá sido igualmente muito importante para as *ciuitates* cuja sede situamos em Vale de Telhas e no Castelo de Carlão. A constituição dessas *ciuitates* e a eleição das suas respetivas capitais apenas se terá possivelmente verificado na segunda metade do séc. I d.C. Terá sido só então que o modelo das *ciuitates* se aplicou a esta região em concreto. O cabeço de Vale de Telhas em particular, situado no trajeto da *uia XVII*, poderá ter até feito parte de um plano augustano de reordenamento territorial que contemplou a fundação oficial de *mansiones* (ou de *uici* viários), evoluindo estas, no Período Flaviano, para capitais de *ciuitates* – neste grupo incluímos as *mansiones* de *Ad Aquas* (Chaves), *Pinetum* (Vale de Telhas) e *Roboretum* (Castro de Avelãs). Não temos provas de que tenham alcançado o estatuto municipal. A norte do Douro, só Braga e Chaves foram, de certeza, *municipia*. A *ciuitas Baniensium* também o terá sido, se tivermos em conta a inscrição da ponte de Alcântara.

3.1.2. Os uici

A par das plausíveis capitais de *ciuitates*, merece particular destaque nestes territórios interiores cada um dos lugares que identificamos como *uicus* (Mapa 8). Entre as primeiras povoações de fundação romana surgidas no Período Júlio-Claudiano destacar-se-ão os *uici*. Estes poderão ser entendidos como fundações oficiais, resultantes de uma decisão institucional tomada ainda provavelmente ao tempo de Augusto ou, o mais tardar, no momento em que se constituem as *ciuitates*. Os *uici* constituirão um dos principais “instrumentos de colonização” (Tarpin, 2002: 247-260) dos programas de ocupação e ordenamento territorial romano, não só por poderem reunir algumas das funções próprias das capitais de *ciuitates* (funções que, neste caso, num contexto eminentemente rural, com uma malha de povoamento hierarquizada e uma estrutura de poder descentralizada no quadro de cada *ciuitas*, se justificaria ainda mais exercer), como por se poderem apropriar formalmente de áreas-chave, quer estas estejam relacionadas com a presença de importantes recursos mineiros, quer se vinculem a pontos incontornáveis nos corredores naturais e ancestrais de passagem. Assim, o surgimento de um *uicus* não resultará de um crescimento orgânico ou espontâneo de um aglomerado populacional indígena. Constituirá antes o resultado de uma política oficial de controlo de territórios e vias, respondendo às necessidades administrativas do Império. Concorreriam para exercer um controlo de maior proximidade das populações indígenas submetidas, sobretudo daquelas que se encontravam mais distantes da *caput ciuitatis*. Este tipo de povoados constituiria assim uma das traves mestras do modelo de ocupação do solo em Época Romana.

Um *uicus* é uma povoação que pode assumir algum desenvolvimento. Mas nem sempre existirá uma correspondência entre *uici* e os designados “aglomerados urbanos secundários”. Por um lado, um *uicus* não assumirá necessariamente uma feição urbana (ainda que possa estar dotado de áreas públicas monumentalizadas); por outro lado, nem todo o “aglomerado urbano secundário” se designaria de *uicus* – aliás, o conceito de *uicus* deve mesmo libertar-se dessa associação, até para que a natureza institucional e colonizadora do termo se possa apreender. A partir do momento em que são fundados, e face a dinâmicas diferenciadas quanto ao modo como se relacionavam com o espaço social e os recursos envolventes, cada *uicus* poderá ter conhecido evoluções orgânicas distintas, o que torna

difícil identificá-los e agrupá-los na atualidade, podendo originar um registo arqueológico bem distinto. Por sua vez, a equivalência entre povoados romanos abertos e *uici* também não pode ser automaticamente estabelecida. Na verdade, só devemos à partida classificar como *uicus* aquele povoado cuja epigrafia expressamente o denunciar – e a epigrafia regista claramente a presença de *uici* nesta região duriense e do Nordeste transmontano. Para este efeito concorrem as dedicatórias coletivas a Júpiter efetuadas pelos *uicani Vagornicenses* e pelos *uicani Cabr(enses?)* – o primeiro *vicus*, com a possível designação de *uicus *Vagornica* ou **Vagornicum*, localizava-se em Muradilha de Fiães (Lebução, Fiães e Nozelos, Valpaços) (Lemos, 1993, Ilb: 524-525, n.º 873 e 527-528, n.º 876) e o segundo, talvez designado de **Cabr(i)a* ou **Cabr(i)um*, situava-se em Mós de Pombal (Pombal, Carrazeda de Ansiães) (Lemos, 1993, Ilb: 524-525, n.º 873). Uma outra povoação romana, a Quinta da Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães, Carrazeda de Ansiães), nas margens do Douro, poderia também corresponder a um *uicus*, mas aqui a epigrafia não o revela de forma distinta²⁶.

O sítio de Muradilha de Fiães terá sido um *uicus*. Uma ara (encontrada na Cortinha do Fundo) que os *uicani Vagornicenses* dedicam a Júpiter (*AquaeFlauiae*² 5), parece revelá-lo. Os vestígios romanos à superfície estendem-se por uma vasta área (c. 7 hectares, segundo Teixeira, 1996) e são relativamente abundantes (Lemos, 1993, Ilb: 527-528, n.º 876; Freitas, 2003: 220). Na área deste povoado aberto observámos *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, cerâmicas cinzentas finas de tradição indígena e cerâmicas de engobe vermelho. Para além de uma outra ara a Júpiter, colocada por *uicani*, achada numa das paredes da igreja paroquial de Fiães (Caetano, 2013), há também a assinalar uma referência ao achado de outra inscrição reaproveitada na padieira da fonte da capela de Nossa Senhora do Socorro (*AquaeFlauiae*² 367), admitindo-se ainda que possa ser proveniente de Muradilha de Fiães uma outra ara consagrada por um cidadão romano a Júpiter (CIL II 2495) encontrada na capela de Nossa Senhora do Amparo, no lugar de Fiães. Situado no corredor da variante norte da *uia XVII* (cujas passagens está também aqui documentada por um possível miliário), este sítio poderá assim corresponder, como referimos, ao *uicus *Vagornicum* ou **Vagornica*.

O *uicus *Cabr(i)a* ou **Cabr(i)um* (HEp 4, 1994, 1016) corresponderá a Mós de Pombal, também designado como Lugar da Costa (Cruz, 2000: 223; Pereira e Lopes, 2005: 52). Situado junto à povoação de Pombal, não muito distante do desfiladeiro do Tua, este lugar de passagem de uma das vias romanas que ligava o Douro (na Valeira e / ou na Senhora da Ribeira) aos territórios interiores, desde logo a Carlão, mostra à superfície de uma suave encosta abundantes fragmentos cerâmicos (incluindo *sigillata* hispânica e hispânica tardia), ainda que estes não sejam propriamente reveladores do significado que acaba por encerrar a inscrição dedicada a Júpiter Ótimo Máximo pelos *uicani Cabrenses* – esta ara apareceu no adro da igreja de Pombal, nos inícios dos anos 80, quando de obras aí realizadas.

Para além destes dois *uici*, a Quinta da Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães, Carrazeda de Ansiães), situada nas margens do Douro (num lugar de passagem do rio), também poderá ter sido uma fundação romana com esse estatuto (Lemos, 1993, IIa: 149-151, n.º 552; Lemos e Martins, 2011: 302-306) (Fot. 6). A ara encontrada na capela de Santa Maria da Ribeira dedicada a *Tutela Liriensis* (Vasconcelos, 1905: 197), denuncia o topónimo

**Liria* (Guerra, 1998: 185-186 e 500; Redentor, 2008 a: 112-113), ainda que não seja possível retirar desta referência epigráfica (à qual neste sítio se junta uma dedicatória a *Bandu Vordeaeo* – cf. Lemos e Encarnação, 1991: 121-125) o estatuto de *uicus*. Mas esta proposta de classificação da Senhora da Ribeira como *uicus* não é despropositada. A extensão dos vestígios arqueológicos que se observam no local e o seu próprio posicionamento estratégico, no enfiamento de uma via romana e junto provavelmente a um dos principais ancoradouros e pontos da travessia do Douro até épocas recentes, concorrem para sublinhar a importância do sítio. Para além do mais, o sítio da Senhora da Ribeira encontra-se também associado a uma frente de exploração aurífera importante – a do Vale das Covas. O plausível *vicus Liriensis*, posicionado junto a um território mineiro controlado pelo Estado romano, no limite do território da *ciuitas* e junto a uma travessia importante do Douro, seria, neste quadro, um dos principais lugares deste território, podendo reunir algumas funções próprias das capitais de *ciuitates*. Destacar-se-ia, portanto, enquanto entreposto comercial, estação de apoio aos viandantes e, também, como “povoado mineiro”²⁷.



Fot. 6: A Senhora da Ribeira (Carrazeda de Ansiães), junto ao Douro (© P.C. Carvalho).

O mesmo poderá ter ocorrido com outros lugares situados em pontos-chave da rede viária. O próprio sítio de *Pinetum* (Vale de Telhas), antes de se ter constituído como capital de *ciuitas* poderá inicialmente ter-se estabelecido como *uicus* viário, associando a si uma importante estação de apoio (*mansio*) ao correio oficial (*cursus publicus*) da *uia XVII* do Itinerário de Antonino. Como vimos antes, *Pinetum* poderia assim ter correspondido a um outro núcleo de carácter oficial, cuja fundação resultou de uma decisão institucional, levada a cabo num momento muito inicial de ocupação e estruturação do território. Poderemos mesmo supor que nessa fase, antes de um lugar se afirmar como capital, seriam estes pequenos núcleos de povoamento agrupado, juntamente com alguns *castella*, que estruturaram a partir da Época Augustana a nova rede de povoamento romano.

Ao contrário, como veremos, do que acontece com outros povoados abertos, no caso destes *uici* (Muradilha de Fiães e Mós de Pombal e, eventualmente, a Senhora da Ribeira) não se pode estabelecer uma relação direta ou indireta (por serem lugares contíguos) com um anterior povoado da Idade do Ferro. Estes parecem corresponder a fundações novas, ocupando novas áreas. No entanto, também nos parece que estes terão reunido as comunidades de lugares de altura fortificados entretanto despovoados: o *uicus* de Pombal pode ter agregado a população dos Castelos de Pereiros e de Pinhal do Norte (povoados proto-históricos abandonados); enquanto o de Muradilha de Fiães terá recebido a população com origens no grande povoado amuralhado vizinho de Muro ou Murada (Lebução, Fiães e Nozelos), sem vestígios de ocupação romana à superfície (Freitas, 2003: 212-217). Alguns destes novos

3.1.3. Dos *castella* aos povoados abertos

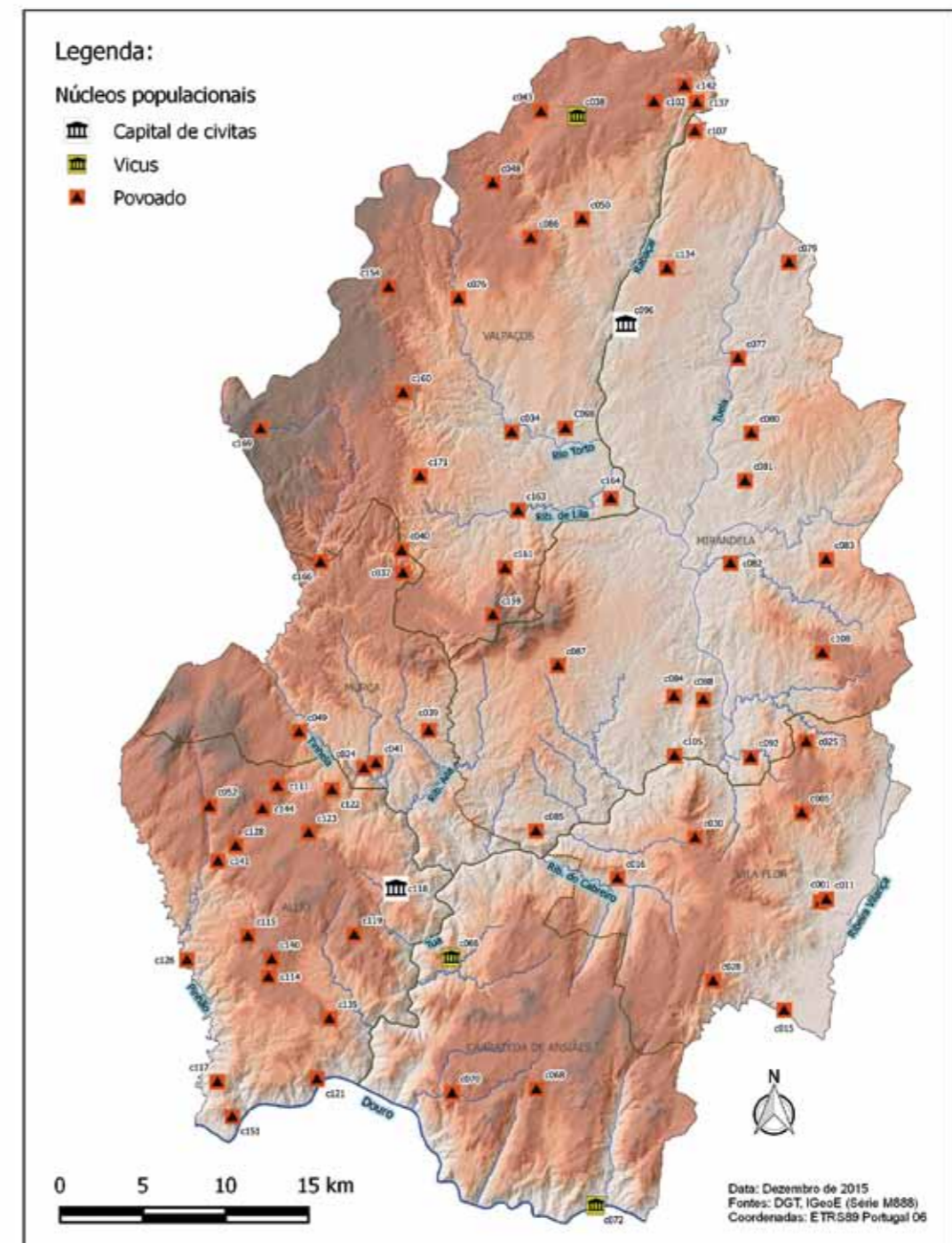
O padrão de povoamento romano nestas regiões durante uma boa parte do séc. I d.C. não terá conhecido alterações substantivas relativamente ao período anterior. A paisagem continua a ser marcada por povoados amuralhados, alguns de grandes dimensões, a par das capitais de *ciuitates* e dos *uici* que então serão fundados (Mapa 8). No decorrer dessa centúria, ter-se-á também assistido a uma extensão progressiva desses lugares povoados para além dos perímetros amuralhados, deslocalizando-se as áreas habitadas para as encostas e sopés dos ancestrais cabeços habitados, ao mesmo tempo

povoados abertos terão desta forma passado a reunir no seu seio as populações dispersas até aí por vários povoados amuralhados. Ao mesmo tempo, os *uici* podem também ter polarizado em seu torno vários pequenos núcleos rurais dispersos. Como ocorre noutras regiões (Carvalho *et al.*, 2002), prospeções intensivas talvez venham a revelar que no seu raio de influência proliferavam os pequenos grupos de casas e casebres de habitar, com anexos para gado e para recolha dos produtos da cultura, por vezes posicionados em topos de ligeiras elevações, à vista uns dos outros.

Em boa parte da região em estudo, os *uici* não seriam propriamente uma das principais marcas identitárias do povoamento romano, perante a proliferação dos lugares que identificamos como castros. Mas poderão assumir alguma expressão precisamente no território – a oriente do Tua e a norte do Douro – que inscrevemos na província da Lusitânia. Se assim fosse, à semelhança do que ocorre no interior da Lusitânia (Fernandes *et al.*, 2006; Carvalho, 2010 e 2012), este tipo de povoados poderia também aqui constituir uma das traves mestras do modelo de ocupação do solo. Ora, dois dos três possíveis *uici* identificados (em Mós de Pombal e na Senhora da Ribeira – ambos em Carrazeda de Ansiães) situam-se precisamente num território de relevos sinuosos que consideramos pertencer à *ciuitas* lusitana dos *Banienses* – território que, sintomaticamente, parece também distinguir-se dos demais, em termos de povoamento, pela ausência de povoados amuralhados romanizados e pela maior representatividade dos núcleos rurais dispersos. Estes *uici* estariam ainda posicionados no limite do *territorium* dessa *ciuitas*, assumindo algumas das funções que a capital demasiado distante não desempenharia com igual proveito.

que surgem novos núcleos de povoamento rural disperso localizados em áreas até então aparentemente não povoadas. Os povoados fortificados continuam a marcar estas paisagens, ainda que novos núcleos aglomerados abertos possam surgir em áreas contíguas, a cotas mais baixas, a par de lugarejos descerrados, lugares de poucas casas, ou de estabelecimentos rurais dispersos que gravitam em torno dessas povoações mais importantes.

Os castros que continuam ocupados em Época Romana marcam estas paisagens rurais e campesinas. Parecem mesmo desempenhar um papel central na



Sítios de povoamento romano agrupado no vale do Tua



Mapa 8: Núcleos de povoamento agrupado.

estruturção de territórios politicamente descentralizados, onde as *ciuitates* não acolhiam um núcleo urbano capital que se afirmasse claramente, concentrando assim um conjunto de funções que noutras paragens se encontram reunidas nas cidades capitais. Também nesta região do Nordeste transmontano, alguns destes lugares surgem expressamente designados na epigrafia como *castellum*²⁸. Os *castella*, característicos sobretudo da *Gallaecia*, manter-se-ão ainda como reflexo de uma organização social e territorial possivelmente pré-romana, mas ajustada ou adaptada ao domínio romano.

No total contabilizámos quase meia centena de povoados de altura com vestígios de “romanização”. A sua frequência é maior na parte norte e mais ocidental da zona de estudo (concelhos de Alijó, Murça, Valpaços e Mirandela), sendo menos frequentes (ou sendo mesmo inexistentes em algumas zonas) no quadrante sudeste, a oriente do Tua (concelhos de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães), no *territorium* que propomos para a *ciuitas Baniensium* e, por conseguinte, para a província da Lusitânia. É todo esse conjunto de povoados que em seguida passaremos a apresentar, mediante um périplo descritivo resumido, tendo como base o que se encontra na bibliografia e os resultados nas nossas prospeções.

Começamos pelo concelho de Vila Flor. Embora, aparentemente, sem ocupação romana, não podemos deixar de referir o grande povoado fortificado de Santa Marinha (Sampaio), posicionado num cabeço destacado, sobranceiro à ribeira de Vilariça e dominando visualmente todo o vale (Lemos, 1993, IIa: 383, n.º 754)²⁹. Este constitui o pano de fundo da possível capital de *ciuitas* localizada no sítio do Chão da Capela (Junqueira, Torre de Moncorvo), podendo ter constituído um dos centros de poder indígena deste território (a par do Cabeço de S. Pedro) até à fundação dessa *caput ciuitatis*. Se assim foi, ter-se-á assistido a uma curta deslocalização do lugar central, mediante o abandono do povoado de altura de Santa Marinha e a fundação de um novo núcleo nas terras baixas e férteis da Vilariça.

Não muito distante, o povoado amuralhado do Cabeço de São Pedro (Assares e Lodões, Vila Flor), situado no topo de um monte quartzítico que integra a cintura oeste do Vale da Vilariça (sobre o qual tem um amplo domínio visual), revela à superfície – na parte não alterada pelo atual espaço religioso – sinais claros de ocupação romana (Lopo, 1911: 49-50; Cruz, 2000: 238). À superfície observam-se *tegulae* e cerâmica

comum, com formas e fabricos desta época.

No sopé do Cabeço de São Pedro, na margem direita da Ribeira da Laça, possivelmente junto à provável via que ligava os lugares de Chão da Capela (Torre de Moncorvo) a Vale de Telhas (Mirandela), voltam a encontrar-se sinais de ocupação romana, agora de uma forma ainda mais expressiva (Santos Júnior, 1952: 297-306; Cruz, 2000: 273). A extensão dos vestígios à superfície em Lodões (numa área talvez superior a 2 hectares) e as suas características (destaca-se o aparecimento de fustes de coluna) sugerem a presença de uma *uilla* ou de uma extensão do povoado original de S. Pedro para as terras baixas do Vale da Vilariça – se assim for, estaremos perante um povoado aberto estruturado em função da passagem da via romana e na órbita de influência direta da possível capital dos *Banienses*, localizada no Chão da Capela.

Como veremos adiante, situação semelhante a esta parece verificar-se em Freixiel (Vila Flor). Também aqui, no sopé de um povoado fortificado (o Castelo de Freixiel) com vestígios de romanização (essencialmente *tegulae*), encontra-se uma outra área (junto ao lugar de Santa Marinha) com bastantes vestígios à superfície de Época Romana (entre os quais se destaca *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, mas também escória) (Alves, 1934: 90 e 626; Lemos, 1993, IIa: 374, n.º 735), podendo esta constituir uma extensão do antigo povoado proto-histórico para as zonas mais baixas e aplanadas; ou então revelar a presença de uma *uilla* – ou mesmo de uma *mutatio*, face à sua localização junto ao cruzamento de vias e a meio caminho entre paragens importantes.

Um cenário com contornos semelhantes poderá ainda ser traçado para o muito proeminente monte de Nossa Senhora da Assunção (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas, Vila Flor) e para o seu sopé, nomeadamente para o lugar de Tamancas, onde se achou o conhecido torques em ouro de Vilas Boas e, possivelmente, o não menos conhecido berrão (Santos Júnior e Freire, 1965b: 443-458; Cardozo, 1965: 459-460). Terá sido aqui, numa plataforma do lado mais meridional da Senhora da Assunção, que se desenvolveu um povoado romano, podendo este ter inclusivamente origem num povoado da Idade do Ferro (Lemos, 1993, IIa: 393-394, n.º 774; Cruz, 2000: 239 e 277-278). Se assim for, o proeminente monte da Senhora da Assunção (822 m) poderia ser em ambas as épocas um espaço exclusivamente religioso.

Integrando a linha de alturas que desenha a cintura oeste do Vale da Vilariça, controlando visualmente

a sua parte mais meridional, destaca-se um outro povoado com vestígios de ocupação romana – o Alto dos Godeiros (Vila Flor e Nabo, Vila Flor). Para o topo do cabeço registaram-se as ruínas de uma hipotética atalaia medieval, encontrando-se os restos do povoado romano (e medieval?) a cotas mais baixas (Lemos, 1993, IIa: 378-379, n.º 745; Cruz, 2000: 273-274). Este povoado posiciona-se estrategicamente junto a um dos trajetos viários projetados, ligando a possível capital dos *Banienses* à importante travessia do Douro em Lobazim.

Não muito distante dos Godeiros, numa zona interior um pouco mais elevada e montanhosa, encontra-se o sítio do Monte Grande, numa plataforma sobranceira à atual aldeia de Seixo de Manhoses (Vila Flor) (Brandão, 1960: 37-38; Cruz, 2000: 275). O local encontra-se aparentemente muito alterado por trabalhos recentes de surriba, mas ainda se observam à superfície numerosos materiais de Época Romana (*tegulae*, cerâmica comum e mós circulares). A sua classificação como povoado (aberto) não é segura, podendo antes corresponder a um núcleo rural de povoamento disperso. Porém, a sua implantação topográfica e as referências que existem para o local (o qual parece estar na origem da atual aldeia) permitem avançar com esta proposta, ainda que a sustentemos com as devidas reservas.

À semelhança do sítio anterior, também o Castelo de Valadares, no topo de um cabeço, poderá de certa forma estar na origem da atual aldeia que se desenvolveu no seu sopé – a aldeia de Vale Frechoso (Vila Flor e Nabo). No cabeço, todavia, não observámos qualquer indício da alegada ocupação antiga – trabalhos recentes de surribas, assim como os matagais que o cobrem em parte, poderão explicar esta invisibilidade da ocupação romana. Seja como for, existem referências ao achado de alguns materiais (incluindo duas lucernas) que apontam para a sua ocupação (Alves, 1934: 155; Almeida, 1953: 133 e 171). O Castelo de Valadares controla a zona de passagem da via romana que desenhámos entre o Chão da Capela – Mirandela – Vale de Telhas / Torre de D. Chama, servindo o território mineiro de Freixeda e de São Salvador.

Aparentemente distinto será o Castelo de Macedinho (Trindade, Vila Flor), situado no limite norte deste concelho (e talvez também no limite da *ciuitas* dos *Banienses*) e no rebordo de um outro vale a oriente daquele onde se destaca o Castelo de Valadares. Este pequeno povoado fortificado, localizado no esporão de um cabeço rochoso, poderá ser de fundação romana, relacionando-se diretamente com o território mineiro aurífero que se estende entre a Trindade e a Freixeda.

Os habituais vestígios de Época Romana podem ainda observar-se à superfície de forma relativamente abundante neste provável “povoado mineiro” (Lemos e Martins, 2011: 309).

É no concelho de Alijó que se observa a maior concentração de povoados de altura aparentemente romanizados. Nesta área planáltica contam-se pelo menos onze povoados amuralhados (a este conjunto junta-se mais um no concelho de Murça, ainda na margem direita do Tinhela, e mais dois na sua margem esquerda). Outros dois, situados em cabeços voltados ao Douro, assumem uma posição algo periférica em relação a este conjunto de povoados. Outros dois ficam sobranceiros ao Rio Pinhão, em zonas também marcadas por fortes declives. Já nas margens do Rio Tua, nas fiadas de cabeços que delimitam este vale profundo e estreito (pelo lado de Alijó e de Carrazeda de Ansiães), desconhecem-se povoados deste tipo, ao contrário, portanto, do que se verifica junto aos rios Douro, Pinhão e Tinhela. Os povoados voltam apenas a surgir no troço mais a montante do Vale do Tua, onde o rio não é tão cavado, sendo cruzado por vias. Em todo este território, por sua vez, o povoamento rural disperso é diminuto.

Numa plataforma sobranceira ao Douro, controlando parte do curso deste rio até à Foz do Tua, encontra-se o povoado fortificado da Cerca do Castedo (Castedo e Cotas) (Maranhão, 1836: 13; Lemos, 1993, IIb: 468-469, n.º 809). Embora sujeito a destruições recentes, permanecem ainda troços de muralha relativamente bem conservados, observando-se abundantes materiais de Época Romana (sobretudo *dolia* e *tegulae*) no interior deste recinto de forma ovalada, assim como algumas *tegulae* entre os socalcos das vinhas que aí desenham as encostas. Talvez a Cerca do Castedo corresponda a um povoado de fundação romana, uma vez que a sua ocupação na Idade do Ferro não se distingue à superfície. Coloca-se ainda a hipótese de ser daqui proveniente a ara consagrada a Júpiter encontrada reaproveitada na ermida de Santa Marinha (Castedo e Cotas).

Um pouco mais a jusante, controlando outro troço do Douro, incluindo a Foz do Pinhão, estaria o povoado fortificado da Circa ou Cerca (Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas) (Severo, 1908: 263; Lemos, 1993, IIb: 467, n.º 807). Este encontra-se quase integralmente destruído por socalcos, não sendo hoje possível determinar a amplitude da sua ocupação. À superfície foi ainda possível observar vestígios muito ténues da ocupação romana.

Não muito distante da Circa, mas agora sobranceiro ao vale muito cavado do Rio Pinhão, encontra-se o Castelo de Vilarinho de Cotas (Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas) (Azevedo, 1897: 196; Almeida, 1996a: 266-269). Também muito afetado por trabalhos de surriba recentes, este sítio poderá corresponder a um povoado fortificado ocupado em Época Romana (ou mesmo fundado neste período, por ser muito duvidosa a sua ocupação na Idade do Ferro) – classificação que essencialmente decorre da descrição de Ricardo Severo, na sequência das escavações que dirigiu neste lugar nos inícios do séc. XX (Severo, 1908: 263-269). Entre os materiais aqui achados e que publica, para além das cerâmicas romanas, destacam-se duas fíbulas (uma de tipo anular outra do tipo transmontano) e moedas (Centeno, 1987: 120, n.º 60; Lemos, 1993, IIb: 484-485, n.º 831). Francisco Sande Lemos, tendo em conta as informações disponíveis, considera “mais provável que a estação tenha sido um habitat fundado no século I, talvez uma *uilla*, dada a riqueza dos achados. A *uilla*, com um contexto geomorfológico e paisagístico análogo ao Castelo da Fonte do Milho, teria sido fortificada no Baixo-império ou na Alta Idade Média”. Embora não descartemos esta possibilidade, consideramos que o conjunto de dados reunido (incluindo a possibilidade de ter existido uma linha de muralha e fosso), a implantação topográfica do Castelo de Vilarinho de Cotas, e as próprias características do povoamento desta região, permitem sustentar a identificação deste lugar como povoado fortificado, fundado ou não em Período Romano.

Sobranceiro também ao Rio Pinhão, mais a montante, desenvolvendo-se num esporão a meia encosta do vale, encontra-se o Castelo de Cheires (Sanfins do Douro). Este povoado fortificado de pequenas dimensões conserva pelo menos um troço de muralha. Os vestígios de ocupação romana (essencialmente *tegulae*) começam a observar-se à superfície logo na plataforma de acesso ao povoado (Azevedo, 1902: 125; Lemos, 1993, IIb: 479, n.º 823). À semelhança do anterior (o Castelo de Vilarinho de Cotas), não sabemos ao certo se corresponderá a um povoado de fundação romana ou romanizado (à superfície a ocupação da Idade do Ferro não se distingue com clareza, mas é provável que a sua ocupação remonte à Proto-História cf. Cap. 4). Mais segura parece ser a sua localização num ponto que controlava a provável passagem do Rio Pinhão em Época Romana (e linha de fronteira entre *ciuitates*), no enfiamento da estrada que, desde o planalto granítico de

Alijó, passando na proximidade dos Castros de Vilarelho (Favaios) e de Nossa Senhora da Piedade (Sanfins do Douro), vencendo os declives acentuados do Pinhão pela via de Rio de Moinhos, se dirigia para ocidente, por Sabrosa, em direção a Constantim de Panóias.

Esta relação aparentemente estreita entre povoados e vias também se verifica no planalto de Alijó. Dois dos lugares assinalados como povoados (abertos) encontram-se no trajeto daquela estrada que, vinda dos lados de Tralhariz, atravessa o desfiladeiro do Tua, chegando a S. Mamede de Ribatua, rumando depois para ocidente, pelo povoado das Cortinhas, ou para norte, pelo Castelo da Burneira. A ocupação romana das Cortinhas é evidente e expressiva (Lemos, 1993, IIb: 476-477, n.º 819). Também aqui se poderá verificar a habitual associação entre um possível povoado proto-histórico de altura (S. Domingos, Alijó) e outro de Época Romana situado a cotas mais baixas (Cortinhas, S. Mamede de Ribatua), na encosta do outeiro onde se ergueu o primeiro. A plena ocupação romana situa-se nas Cortinhas, dissociado espacialmente do primeiro e com um registo arqueológico singular, podendo o povoado de S. Domingos ter conhecido uma ocupação incipiente em Época Romana (Lemos, 1993, IIb: 465, n.º 805)³⁰. Situação algo semelhante poderá observar-se no Castelo da Burneira (Alijó) – situado na base da Senhora da Cunha (Botelho, 1896: 266; Lemos, 1993, IIb: 463-464, n.º 803). Os derrubes de pedra que se observam no topo e a meia encosta do cabeço da Burneira parecem denunciar uma fortificação relacionável com uma anterior ocupação proto-histórica. Os vestígios de Época Romana (essencialmente *tegulae* e cerâmica comum) não são muito abundantes, mas estendem-se por uma área ainda vasta, cobrindo essencialmente as encostas e o sopé do referido cabeço. Próximo existe uma pedreira antiga e indícios de mineração. A presença nas imediações de quatro lagares escavados na rocha e alguns dos fabricos cerâmicos identificados sugerem a possibilidade de este povoado continuar habitado em plena Época Medieval.

A nordeste das Cortinhas, e uma vez mais relacionados com estradas regionalmente importantes, surgem em relevos destacados dois outros povoados fortificados: o Castelo de Vilarelho e o de Santa Bárbara, ambos na freguesia de Favaios. Do povoado de Santa Bárbara, situado num cabeço sobranceiro à vila de Favaios, pouco restará. O atual recinto religioso acaba por ocultar os restos das construções e das práticas de outrora. O sítio, porém, terá sido um pequeno povoado fortificado romanizado, cuja ocupação progressivamente

se terá deslocado para cotas mais baixas, em direção à área ocupada pela vila de Favaios. Tal é sugerido pelos achados feitos no local (Vasconcelos, 1889: 179; Arião, 1908: 62-64) e pelos vestígios que ainda se observam pontualmente nas suas encostas. De entre esses materiais cuja descoberta foi noticiada destaca-se um pequeno conjunto de moedas: um denário do séc. II a.C., dois denários do séc. I a.C. e um *As* de Augusto (cunhado em 12 a.C.) (Parente, 1997). A inscrição funerária reaproveitada na capela da Quinta de S. Jorge (Favaios) (Almeida e Plácido, 1983: 48-50) poderá pertencer à necrópole de uma *uilla*, mas também poderá relacionar-se com esta presumida povoação. Considerando que nesta área de Favaios / Alijó poderia situar-se um cruzamento de estradas romanas (uma que viria de Roriz, no Douro, e outra dos lados de S. Mamede de Ribatua, depois de galgar o Tua), não será despropositado propor a presença de uma estalagem viária nesta área, podendo a povoação romana que se estendeu a sul do povoado de Santa Bárbara de Favaios ter-se precisamente constituído em torno dessa *mutatio*.

No corredor de passagem da estrada que, a partir deste cruzamento, se dirigia para norte, em direção à Ponte Velha de Murça, sobre o Tinhela, estaria o Castelo de Vilarelho (Botelho, 1896: 266; Arião, 1908: 64; Almeida e Plácido, 1983: 48-51). Gozando de uma ampla visibilidade sobre todo o território em redor (nomeadamente para a Burneira e a Senhora da Cunha ou para S. Domingos), este povoado fortificado de grandes dimensões teria duas linhas de muralhas (ainda bem conservadas), com torreões, um fosso e um campo de pedras fincadas. No seu interior, à superfície, revela essencialmente uma ocupação importante na Idade do Ferro (cf. Cap. 4). Os vestígios de Época Romana também surgem à superfície, mas neste caso de forma muito ténue, parecendo denunciar o abandono do Castelo de Vilarelho numa fase inicial da ocupação romana (ou então a sua reocupação num período tardio?). Dada a proximidade em relação ao povoado de Santa Bárbara (cuja alegada ocupação na Idade do Ferro não é pelo menos tão expressiva), admitimos a possibilidade de deslocalização desta comunidade em Período Alto-Imperial para esse outro lugar mais próximo das terras baixas de Favaios e do provável cruzamento de vias romanas.

Não muito distante destes dois povoados e situando-se ao largo da estrada que se dirigia para ocidente, transpondo o rio Pinhão nas imediações do Castelo de Cheires, fica o Castelo de Nossa Senhora da Piedade

(Sanfins do Douro). O que se identificou neste esporão permite a classificação do sítio como povoado fortificado romanizado (Grácio, 1985: 19-22; Lemos, 1993, IIb: 480-481, n.º 825). Atualmente, no topo do outeiro ocupado pela Capela da Senhora da Piedade e áreas anexas, pouco desse passado longínquo se pode observar. Nas encostas identificam-se escassos materiais romanos (nomeadamente *tegulae*), sendo ainda visível parte pelo menos de uma linha de muralha descontinuada e muito esbatida. Este povoado, tal como se verifica em Favaios (e em muitos outros lugares desta região), constituirá mais um bom exemplo da associação entre povoamento proto-histórico, romano e medieval / contemporâneo. No cabeço sobranceiro à atual aldeia situa-se o foco de povoamento original, sendo também admissível que a deslocalização dessa comunidade para as terras mais baixas se tivesse ainda feito em Época Romana, estando assim diretamente na origem de Sanfins do Douro. Seja como for, este povoado, localizado num esporão da vertente oriental da serra de Vilarelho e sobranceiro à passagem da via que se dirigia para o vale cavado do rio Pinhão, destaca-se por estar associado a duas estelas funerárias (Grácio, 1985: 19-22) e pelo achado de um tesouro monetário composto por “62 *denarii* e 1 *quinarius*” (Centeno, 1987: 64-65). Algum do espólio proveniente deste povoado encontra-se depositado na Casa-Museu Maurício Penha, em Sanfins.

Retomando o percurso para norte, desde a área de Alijó e Favaios, vamos encontrar no rebordo da zona central do planalto de Alijó, a altitudes que variam entre os 700 e 900m, um grupo de quatro povoados fortificados relativamente próximos uns dos outros: o Castelo de Vale de Mir, o Castelo do Pópulo, o Castelo de Ribalonga e o Castelo de Castorigo. Os dois primeiros, segundo a nossa projeção, estariam no trajeto da via que seguia em direção à zona do Castelo de Cadaval e da Ponte Velha de Murça sobre o Tinhela; o Castelo de Ribalonga estaria ligeiramente mais afastado, talvez no corredor de um caminho secundário que, desde esse ponto no Tinhela, se dirigia para o Pinhão, passando nas imediações dos povoados fortificados do Castelo de Francelos (Vila Chã / Vilar de Maçada) e Alto da Muralha (Vilar de Maçada); o Castelo de Castorigo, por sua vez, estaria voltado para a zona do Tinhela, onde na margem esquerda deste rio (no concelho de Murça) se encontram outros dois povoados: o Salto e o Castelo de Noura. Embora com uma posição mais excêntrica e uma natureza aparentemente distinta, a este grupo poderá ainda juntar-se um outro povoado: o pequeno povoado

da Cerca (Vila Verde), sobranceiro à ribeira de Askra, na zona mais a norte do concelho de Alijó.

O Castelo de Vale de Mir (Pegarinhos) situa-se num cabeço sobranceiro à pequena aldeia de Vale de Mir, controlando visualmente todo o vale de Pegarinhos ou da Freixa (Botelho, 1896: 266; Azevedo, 1901: 106). De média dimensão e aparentemente com duas linhas de muralha, este povoado romanizado apresenta à superfície vestígios que revelam essa dimensão cronológica de ocupação. Para este lugar há vagas referências ao achado de um “cavalo em ouro e várias moedas” (Lemos, 1993, IIb: 473-474, n.º 815), entre as quais um *As* hispano-romano cunhado em *Celsa* ao tempo de Augusto (Parente, 1997: 37). No Castelo de Vale de Mir a ocupação romana desenvolveu-se também para além da cintura amuralhada, assinalada à superfície por materiais dispersos, nomeadamente no sopé oriental do cabeço. Este lugar em concreto, também conhecido como “Trás do Castelo”, tem sido objeto de escavação nos últimos anos, aguardando-se pela publicação dos resultados³¹.



Fot. 7: O Castro do Pópulo ou de S. Marcos (Alijó) (© P.C. Carvalho).

Não muito distante do Pópulo surge outro possível grande povoado: o Castelo de Ribalonga (Almeida e Almeida, 2004: 345-358; Lemos, 1993, IIb: 475-476, n.º 817). Como veremos adiante, a identificação do cabeço sobranceiro à aldeia de Ribalonga como castro romanizado não pode ser dada como inequívoca – as profundas alterações que o sítio conheceu impedem a validação dessa proposta. Porém, nas encostas e no sopé deste largo cabeço surgem materiais de Época Romana, nomeadamente junto às capelas de Santa Ana e Santo

A cerca de 3 quilómetros mais a norte ergue-se um dos grandes povoados romanizados desta região: o Castro do Pópulo, também conhecido por Castelo de S. Marcos (Pópulo e Ribalonga) (Botelho, 1896: 266; Lemos, 1993, IIb: 474-475, n.º 816; Almeida e Almeida, 2004: 345-358). Este povoado fortificado destaca-se desde logo pela dimensão e aparelho cuidado das suas muralhas (Fot. 7). No seu interior, à superfície, observam-se indícios da sua ocupação em Época Romana. A estela funerária achada reutilizada numa das casas na aldeia de Vale do Cunho (Curado, 1985: n.º 63), a oriente do povoado, pode eventualmente relacionar-se com o espaço funerário desta comunidade do Pópulo. No corredor de passagem da estrada romana que se dirigia para norte, em direção ao Tinhela, pelo Castro do Cadaval (Murça), este povoado gozava de uma posição estratégica que lhe permitia ainda controlar dois outros vales de acesso às terras altas do planalto granítico de Alijó, pelo Vale de Cunho e por um outro que (no sentido da autoestrada A4) se dirigia até ao curso inferior do Tinhela, com ligação a Carlão.

Ovídio, registando-se ainda notícias vagas do achado de moedas (Lemos, 1993, IIb: 476, n.º 817a; Almeida, 2004: 345-358). A importância do local reforça-se com a possível descoberta de uma ara dedicada a Júpiter (*AquaeFlaviae*² 48). Relevante será igualmente o recente achado no sítio dos Meirinhos ou Carvalhal de uma pedra talhada identificada como podendo pertencer a uma “pedra formosa” de um “balneário castrejo” – trata-se de duas pedras decoradas, formando o arranque de um arco, depositadas atualmente no Museu de Vila Real

(Parente, 2003: 63 e 115; Silva e Maciel, 2004: 120-121)³². Ribalonga poderá encontrar-se no enfiamento de um caminho secundário que, a partir do Pópulo, se dirigia para o Pinhão, por Vilar de Maçada, passando junto de outros dois povoados romanizados: o Castelo de Francelos (Vila Chã) e o Alto da Muralha (Vilar de Maçada).

O Castelo de Castorigo (Pegarinhos) (Fot. 8) posiciona-se no rebordo oriental do planalto de Alijó, voltado para o lado do vale por onde corre o Tinhela (Azevedo, 1901: 67-68, 103-112, 150-151 e 236-240; Lemos, 1993, IIb: 472-473, n.º 814; Almeida, 2004: 345-358). Correspondendo a um cabeço que se destaca na paisagem, com amplo domínio visual em todo o seu redor, este povoado fortificado de dimensões consideráveis, também poderá ter sido ocupado em Época Romana. Porém, os vestígios comprovadamente desta época que observámos no seu interior são muito escassos, parecendo revelar, sendo assim, uma ocupação pouco expressiva, circunscrita, eventualmente, ao Alto-império – a referência ao achado de um *As* hispano-romano (*Celsa*) do tempo de Augusto (Parente, 1997: 37) deve ser lembrada neste contexto. Também aqui a ocupação romana ter-se-á sobretudo verificado a cotas mais baixas, nomeadamente na vertente / sopé ocidental deste cabeço, onde se dispersam *tegulae* e cerâmicas comuns e se observam dois lagares escavados na rocha de cronologia indeterminada (Almeida *et al.*, 1997: 15-24; Almeida, 2004: 345-358). Somente escavações arqueológicas poderão revelar a verdadeira natureza e

amplitude dessa ocupação romana, mas o facto de este povoado se encontrar numa zona periférica em relação à passagem da(s) via(s) poderá explicar a sua perda de importância em relação àquela que terá provavelmente conhecido na Idade do Ferro.

Do outro lado deste planalto, no seu rebordo ocidental, a caminho do Rio Pinhão, localizam-se dois outros povoados fortificados. O Castelo de Francelos (Vila Chã / Vilar de Maçada) é um pequeno povoado dissimulado na paisagem com uma ocupação romana aparentemente pouco expressiva (Silva, 1986: 95; Lemos, 1993, IIb: 481, n.º 826). Não muito distante deste, na confluência das ribeiras de Monim e Ribalonga e destacando-se na paisagem envolvente, o povoado fortificado Alto da Muralha (Vilar de Maçada) corresponde também a um povoado romanizado, ainda que os vestígios romanos à superfície sejam relativamente diminutos, tornando difícil aferir a natureza e amplitude dessa ocupação romana (Lemos, 1993, IIb: 482-483, n.º 829). Uma estela funerária encontrada no “termo da aldeia de Francelos” (*AquaeFlaviae*² 288) poderá pertencer ao espaço funerário de um destes dois povoados. Ambos parecem situar-se num corredor de ligação entre o Alto do Pópulo / Ribalonga e o Pinhão (continuando depois em direção ao importante Castro de Sabrosa / Castelo da Sancha), passando antes por Vilar de Maçada, lugar onde poderá ter existido um núcleo romano com alguma importância, face ao achado (reaproveitadas numa das paredes da igreja matriz) de duas inscrições votivas: uma



Fot. 8: O Castro de Castorigo (Pegarinhos, Alijó) (© P.C. Carvalho).



Fot. 9: O Castro do Cadaval (Fiolhoso, Murça), sobranceiro ao vale cavado do Tinhela (© P.C. Carvalho).

ara a Júpiter e outra a *Albocelo* (Vasconcelos, 1905: 337; Lemos, 1993, IIb: 483-484, n.º 830)³³.

Finalmente, numa posição algo periférica em relação aos restantes, numa zona de relevo sinuoso, encontra-se o povoado da Cerca (Vila Verde) (Lemos, 1993, IIb: 481-482, n.º 828; Almeida e Almeida, 2004: 345-358). Este é um sítio curioso, camuflado na paisagem, junto à ribeira de Ascre e com escassa visibilidade em seu redor, na cintura de um conjunto de grandes povoados que marcam o planalto de Alijó. A sua ocupação em Época Romana é duvidosa. Presumivelmente terá sido aqui encontrado um conjunto de moedas romanas. Um ou outro fragmento cerâmico observado no local também o sugere. Mas os vestígios são muito escassos e algo incaracterísticos, parecendo antes remeter para outra(s) época(s). Em função disso, poderemos mesmo dizer que se foi ocupado em Época Romana, essa ocupação terá sido pouco expressiva ou então circunscreveu-se a um curto período de tempo. Se se confirmar a sua ocupação em Época Romana, poderá documentar mais um caso de conservadorismo de formas materiais durante o Alto Império. De todo o modo, convém também referir que a prospeção no local se revelou muito difícil, face à densa vegetação que o cobre. Admitimos, porém, a sua ocupação em Época Romana, podendo relacionar-se com a exploração de recursos mineiros nas proximidades, podendo assim corresponder a um povoado mineiro. A sua localização junto ao traçado de uma via (com um troço de calçada junto ao povoado) que propomos entre Vilar de Maçada e a Serra da Padrela / Tresminas poderá ajudar a explicar o seu posicionamento, reforçando a possibilidade de ocupação romana.

Na continuação desta área planáltica de Alijó e no seguimento da via que passava junto ao Castro do Pópulo e Castelo de Val de Mir, mas desta feita já no concelho de Murça, nas margens do Tinhela, surge um outro grande povoado amuralhado: o Castelo do Cadaval, também conhecido como Castro das Curvas de Murça (Fiolhoso) (Fot. 9). O que se observa da fortificação e de estruturas interiores conservadas revelam a importância deste local³⁴. Embora seja atualmente difícil de prospeçar, face à densa vegetação que o cobre, no local observam-se os habituais materiais de Época Romana que surgem na região. Há ainda notícia que deste lugar “têm saído milhares de moedas romanas de variada cronologia, assim como a pedra de anel e o enxadão” que se mostram no Museu de Vila Real (Silva, 1986: 94; Centeno, 1987: 114; Lemos, 1993, IIb: 488-490, n.º 837). Em Época Romana a importância deste povoado terá resultado do controlo de uma das encruzilhadas viárias mais importantes da região, localizada na Ponte Velha de Murça sobre o Tinhela – talvez este lugar de encruzilhada seja herdado desde tempos pré-romanos, acentuando então ainda mais o seu posicionamento estratégico por se situar numa eventual zona de fronteira entre povos.

Do outro lado do vale cavado do Tinhela, ainda no concelho de Murça, surgem mais dois povoados. O pequeno povoado fortificado do Salto (Sobreda) assinala o relevo com desníveis muito acentuados na margem esquerda deste rio, num esporão sobranceiro à confluência com a Ribeira de Noura. A sua ocupação proto-histórica encontrava-se registada (Costa, 1992: 461; ainda que este seja pouco expressiva – cf. Cap. 4), mas não a de Época Romana, identificada agora (e revelada designadamente por *tegulae*)

quando das prospeções que efetuámos no local. Sinais de extração mineira, incluindo trincheiras de extração de pedra (filões quartzíticos) que se observam nas imediações, levam a que coloquemos a possibilidade de o Salto corresponder a um “povoado mineiro”³⁵. Próximo de o Salto, instalado também num esporão, surge outro povoado fortificado: o Castelo de Noura. Situado um pouco mais no interior, mas não muito longe do Tinhela, este povoado, por ser contíguo à aldeia de Noura, encontrar-se-á em parte oculto ou destruído, mas os indícios de romanização ainda hoje se podem observar à superfície do terreno (Fernandes, 1985: 95; Cruz, 2000: 244-245). Os povoados de Noura e Salto, sendo contemporâneos, articular-se-ão estreitamente no quadro de uma interdependência funcional?

Outros dois povoados fortificados romanizados vamos encontrá-los no limite norte do concelho de Murça, ambos na freguesia de Jou, numa zona planáltica, a altitudes que quase atingem os 700m. O sítio conhecido como Castelo de Jou fica sobranceiro à pequena aldeia de Castelo, no rebordo do planalto voltado para o Vale da Ribeira de Lila. A muralha apresenta duas tipologias de aparelho construtivo, parecendo sugerir fases distintas de ocupação ou um processo reconstrutivo. A área amuralhada parece não ser muito extensa e nesse espaço interior são escassos os materiais observados à superfície (Fernandes, 1985: 20 e 95; Lemos, 1993, IIb: 492, n.º 842). Apenas numa segunda ida ao local, após um incêndio, é que foi possível detetar, pela primeira vez, materiais romanos (*tegulae*). À partida, este povoado não se situaria muito afastado de uma estrada romana que cruzava este território de sul para norte, desde a travessia do Tinhela na Ponte Velha de Murça, até aos territórios de Argeriz e Friões (Valpaços), onde entroncava na *uia XVII*, seguindo em direção a Chaves.

Não muito longe do Castelo de Jou (avistando-se, aliás, a partir deste povoado) situa-se o designado Alto da Cerca dos Mouros (próximo do topónimo Alto dos Godecos) (Fot. 10) (Lemos, 1993, IIb: 493-495, n.º 844; Cruz, 2000: 243-244; Freitas, 2003: 305-308). Inscrito já numa zona mais interior e montanhosa (no limite com o concelho de Valpaços), de certo modo camuflado na paisagem, assentando num esporão sobranceiro à ribeira de Santarém, este pequeno povoado fortificado (em que os troços de muralha alternam com as escarpas) apresenta à superfície um conjunto significativo de materiais de cronologia romana, sendo duvidosa a sua ocupação no período anterior. Entre os materiais que recolhemos à superfície, para além da cerâmica doméstica comum (com destaque para os fragmentos de *dolia*), sobressaem aqueles que fornecem datação, nomeadamente os fragmentos de *terra sigillata* hispânica tardia, estampilhada (produção do Douro), datável do séc. VI(VII), e quatro moedas datáveis dos séculos IV. O posicionamento deste sítio, voltado para as terras baixas que se espraiam no lado norte da Serra de Passos / Sta. Comba, assim como o bom grau de conservação que algumas das suas estruturas parecem apresentar, e ainda o facto de na proximidade se localizar o topónimo Cabeça do Seixo, levam-nos a perguntar se não será este o local a que se refere Jerónimo, Contador de Argote (1734: 496). Este povoado revela distintamente uma ocupação tardo-romana, constituindo um bom testemunho (talvez o melhor) da transição para a Alta Idade Média (e de um povoado romano com ocupação alto-medieval, cf. Cap. 6).

Entre estes quatro povoados identificados nos concelhos de Murça existe um outro que é conhecido essencialmente pela sua importante ocupação durante a



Fot. 10: O Alto da Cerca dos Mouros ou Alto dos Godecos (Murça), visto de norte, com a serra de Passos, ao fundo (© P.C. Carvalho).

Pré e Proto-História (do Calcolítico à Idade do Ferro): o Crasto de Palheiros (Noura e Palheiros), amplamente escavado e publicado (Sanches, 2008). Este povoado fortificado, inscrito por nós também no quadro da Época Romana, encerra uma problemática importante que mais adiante também discutiremos.

Nas terras altas do planalto granítico de Carrazeda de Ansiães, ao contrário do que se tem verificado até agora, não existem comprovadamente povoados amuralhados romanizados. Apenas dois lugares – Castelo Velho de Ansiães e Castelo de Linhares – poderão integrar esta modalidade de povoamento, mas esta ocupação faseada não encontra num e noutra lugar um registo no terreno que a suporte. O que se documenta é a ocupação romana na base dos morros onde as cercas medievais posteriormente se ergueram (ambos os lugares receberam Carta de Foral ao tempo de Fernando Magno) (cf. Cap. 6). No caso do Castelo Velho de Ansiães (Alves, 1934: 113-117; Pereira e Lopes, 2005: 22-23 e 79-129), com uma ocupação documentada para a Proto-História, a presença romana encontra-se exclusivamente centrada nas encostas desse Castelo, numa área extramuros a norte, junto à igreja de S. João Baptista e a caminho de Selores, revelando a extensão desses vestígios a provável presença de um povoado aberto situado no entroncamento das vias romanas que fariam a travessia do Douro em Lobazim e na Senhora da Ribeira. No caso do Castelo de Linhares (Alves, 1918: 403; Morais e Magalhães, 1985: 52), com uma ocupação que remonta ao Calcolítico, admitimos igualmente a possibilidade de a ocupação romana se encontrar circunscrita ao sopé desse cabeço, do seu lado nordeste, onde se encontra a aldeia de Linhares e onde observámos raras *tegulae*, para além das pedras do que há muito se desmoronou³⁶. A povoação romana estender-se-ia também ao longo de uma via (ainda hoje denunciada pela calçada de Linhares) e num ponto que marcava precisamente o final da difícil subida a partir do Douro, com início no Cachão da Valeira. Em ambos os casos a relação direta com estradas parece explicar a presença destes núcleos de povoamento romano, podendo mesmo terem-se agrupado em torno de estações de muda (*mutationes*).

Se no concelho de Carrazeda de Ansiães os povoados parecem rarear, no de Mirandela (já para além da Lusitânia) os povoados voltam a ser o tipo de povoamento romano maioritário (à semelhança, como vimos, do que se verifica no concelho de Alijó).

Começamos o périplo por estes povoados de Mirandela pelo de Santa Catarina de Abreiro, também conhecido como Poço dos Mouros, localizado junto ao Rio Tua, no limite sul do atual concelho e da bacia de Mirandela e num dos extremos mais orientais do *conuentus Bracaraugustanus*. Implantado num cabeço que se destaca na paisagem, controlando a passagem de uma via romana que passaria por Abreiro (ligando Pombal e Carlão), neste pequeno povoado fortificado observámos alguns materiais romanos à superfície (designadamente *tegulae*), juntando-se a outros vestígios proto-históricos e romanos anteriormente noticiados (Alves, 1934: 697; Cruz, 2000: 231-232; Gomes, 2007: 51-53).

A montante deste povoado, num esporão não muito destacado sobranceiro ao Tua e numa zona onde o vale se mostra mais aberto, situa-se a designada Vila Velha (Vale Verde) – sítio que poderemos considerar inédito. Este povoado fortificado apresenta vestígios de Época Romana à superfície, sobretudo nas encostas e no exterior do aparente perímetro amuralhado, onde hoje se encontra um olival. Nas imediações, observam-se três valas paralelas de extração de filões de quartzo, sugerindo a possibilidade deste poder integrar um conjunto de “povoados mineiros” que identificamos em seguida.

O povoado fortificado das Fragas do Castelo (Frechas) localiza-se também nesta zona mineira (cf. Cap. 12), numa área que consideramos de fronteira administrativa e num ponto por onde corria a principal ligação entre o Vale da Vilarça e a bacia de Mirandela / bacia média do Tua. Os materiais de Época Romana que se observam à superfície são relativamente abundantes, não sendo evidentes materiais com cronologias anteriores. Neste sentido, é provável que corresponda a um povoado (fortificado) fundado em Época Romana, relacionado tanto com a passagem da via, como com o território mineiro que se desenvolve entre Frechas, Trindade e Vila Verde, (Alves, 1934: 153 e 573; Neto, 1975: 264; Lemos, 1993, IIa: 252-253, n.º 611).

O povoado fortificado de Santa Catarina (Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa), também designado por S. Pedro de Vale do Conde, encontra-se num cabeço que marca igualmente esta parte do vale aberto do Tua. Ainda que o local onde se ergueu uma capela se encontre muito alterado por atividade construtiva recente, é possível observar à superfície, nomeadamente em alguns pontos da encosta, fragmentos cerâmicos que permitem sustentar (juntamente com referências anteriores) a proposta de romanização do local (Lemos, 1993, IIa: 254-255, n.º 615; Cruz, 2000: 233-234).

A pouca distância deste, no topo de um pequeno outeiro, encontra-se o povoado de S. Martinho de Marmelos. A sua interpretação como possível povoado medieval, mas de fundação romana, tem sido sugerida (Lemos, 1993, IIa: 255-266, n.º 616). Os vestígios observáveis à superfície não permitiram validar esta hipótese na íntegra. Reiteramos a sua ocupação em Época Romana e preferimos inscrevê-lo nos sítios de classificação tipológica indeterminada – mas não deixamos de perguntar se originalmente (sendo um sítio de fundação romana, situado junto a uma via e numa área conhecida pelas explorações mineiras) não poderia corresponder também a um povoado (aberto) mineiro.

Classificada como possível povoação mineira romana é a Vila Velha de Vila Verde (Lemos, 1993, IIa: 268, n.º 637). Uma linha de muralha distingue-se no topo de um cabeço em esporão, na proximidade do curso em cotovelo do Tua (Cruz, 2000: 235-236; Gomes, 2007: 53). No interior deste povoado, não obstante a densa vegetação, foi possível recolher alguns fragmentos cerâmicos à superfície. Na sua grande maioria estes revelam-se incaracterísticos, mas alguns permitem dar como provável a ocupação romana do local, associando-o mesmo às explorações mineiras auríferas que se encontram nas proximidades.

Mais a norte surge uma outra povoação com ocupação romana: o Alto do Prado do Castelo (Vila Verdinho, Cedães). Trata-se agora de um grande povoado fortificado (com duas linhas de muralha imponentes, com troços ainda bem conservados), gozando de ampla visibilidade para todo o vale médio e superior do Tua, incluindo a bacia de Mirandela. À superfície surgem vestígios de Época Romana, sobretudo *tegulae* (Hock, 1980: 55-70; Cruz, 2000: 232-233). Possivelmente no trajeto de um outro caminho entre o Chão da Capela e a Torre de D. Chama, este povoado romanizado, localizado nos contrafortes ocidentais da Serra de Bornes, ter-se-á mantido ocupado em Época Medieval, eventualmente como ermitério (cf. Cap. 6).

O Castelo Velho de Mirandela ou de S. Martinho de Cima (Mirandela) foi um povoado amuralhado romanizado importante e talvez um dos centros de poder indígena desta região. As referências que existem (resultantes inclusivamente de sondagens arqueológicas) parecem não deixar muita margem para dúvidas no que concerne a essa sua importância e à ocupação na longa duração, atravessando todo o Período Romano e perdurando na Idade Média (Lopo, 1911: 96-100; Sanches e Santos, 1987: 44-45; Lemos, 1993, IIa: 257-

258, n.º 620). À superfície observámos *sigillata* hispânica alto-imperial e tardia, assim como cerâmica cinzenta fina com decoração brunida (também alto-imperial) e pesos de tear, para além dos habituais materiais (cerâmica comum e de construção) encontrados nos sítios romanos da região. Este povoado, sobranceiro de algum modo à cidade de Mirandela, goza de uma excelente posição estratégica, tanto pela ampla visibilidade que disfruta em todo o seu redor, como por se situar próximo da passagem da via que ligava o vale da Vilarça à bacia de Mirandela e à *uia XVII*. Mais concretamente, situava-se nas proximidades do ponto onde esta via poderia derivar para Vale de Telhas e para a Torre de D. Chama – entroncamento que relacionamos com os vestígios de S. Sebastião (Lopo, 1987: 116; Lemos, 1993, IIa: 259, n.º 623), atualmente englobados na área urbana de Mirandela, e que também associamos a uma possível *mutatio* (Lemos e Martins, 2001: 309), em redor da qual se formou uma povoação (se assim for, será este o sítio que acaba por estar na origem da atual cidade de Mirandela).

É precisamente no corredor de passagem da via romana que a partir de Mirandela se dirigia para a Torre de D. Chama / Castro de S. Brás (pela margem esquerda do Tuela) que encontramos cadenciados mais três importantes povoados com ocupação romana.

O outeiro onde se ergue o santuário da Senhora do Viso (Mascarenhas) foi lugar de um desses povoados. Não obstante as construções recentes, ainda se podem observar restos da muralha e alguns materiais romanos (designadamente *tegulae*) no interior do recinto que esta delimitaria por completo (Alves, 1975: 458; Lemos, 1993, IIa: 256, n.º 617). O povoado da Fraga do Penedo, também designado como a “Cidade” (igualmente na freguesia de Mascarenhas), surge a cerca de 2 quilómetros mais a norte (Alves, 1975: 181; Lemos, 1993, IIa: 256-257, n.º 618; Gomes, 2007: 51). Instalado num outeiro dissimulado na paisagem, mas controlando todo o vale do Tinhela que se estende a ocidente, este sítio delimitado por um talude defensivo parece corresponder a um grande povoado no contexto desta zona em particular. A sua ocupação recua pelo menos à Idade do Ferro. À superfície observámos materiais de Época Romana em quantidade significativa, destacando-se fragmentos de mós, pesos de tear, *sigillata* hispânica tardia e cerâmicas de engobe vermelho (talvez produzidas em Lugo). Este povoado em Mascarenhas foi sem dúvida um lugar importante, relacionado também com a passagem da via.

O povoado de S. Juzenda (Múrias) entra claramente na categoria de povoados fortificados romanizados (Lopo,

1900: 114-115; Sanches e Santos, 1987: 39-42; Lemos, 1993, IIa: 260-261, n.º 625). Situado num cabeço sobranceiro ao Tinhela, conservando parte das linhas de muralha, este sítio foi objeto de sondagens arqueológicas que comprovaram a sua ocupação na longa duração, nomeadamente durante o Período Romano (Hock e Coelho, 1974-1977; Hock, 1979: 393-396). Francisco Sande Lemos considera a possibilidade de este povoado (face ao seu posicionamento, à sua dimensão, estrutura defensiva e ampla cronologia) ter sido a capital dos *Interamici* (1993, IIa: 260) ou da *ciuitas* “cujo nome se desconhece” que abarcaria esta região (Lemos e Martins, 2010: 91) – proposta, contudo, que não se compagina com a do Cabeço de Vale de Telhas corresponder precisamente a esse lugar central. De todo o modo, a passagem de uma via secundária romana que cruzaria toda esta zona de sul para norte (Lemos e Braz, 2011: 309; Lemos *et al.*, 2011: 172-173) explicará em parte a importância deste lugar nas margens do Tuela, assim como dos outros dois povoados antes referidos na área de Mascarenhas.

Este corredor natural de passagem tinha como destino o povoado de S. Brás / Torre de D. Chama (Lopo, 1900b: 279-280; Vasconcelos, 1913: 20-21; Santos Júnior, 1975: 94-100). Ao povoado fortificado proto-histórico terá sucedido um povoado romano, cujo núcleo central se deslocou para as zonas mais baixas, onde hoje se encontra a vila de Torre de D. Chama e passaria a *uia VXII* (admitimos mesmo, como referiremos adiante, a possibilidade desse entroncamento de vias ter dado lugar a uma *mutatio*, em torno da qual se formou a possível povoação romana). As prospeções que efetuámos na encosta de S. Brás voltada à atual vila revelam numerosos materiais de Época Romana (incluindo *sigillata* hispânica), acentuando a importância do local e revelando a sua extensão muito para além do perímetro amuralhado inicial.

Finalmente, no concelho de Mirandela, na sua parte mais setentrional, há a registar mais três povoados. O de Bireira (Bouça) encontra-se apenas identificado na base de dados Endovélico, e como “povoado fortificado indeterminado”. O topo do cabeço foi muito alterado quando da construção da Capela de S. Sebastião, mas tal não impediu a recolha de algumas materiais de cronologia romana (incluindo *tegulae*) nas suas encostas. A ocupação romana deste local (que consideramos inédita) parece poder assim assegurar-se, ainda que não seja possível determinar a sua natureza – também neste caso a ocupação romana poderá a dado momento ter-se deslocado para o lugar da atual aldeia de Bouça, estando assim na sua origem.

O mesmo não se verificou com o povoado da Muralha (Bouça, Mirandela), onde em prospeção não foi possível identificar qualquer vestígio de Época Romana – não obstante as referências ao achado de alegadas “telhas romanas” (Lemos, 1993, IIa: 264-265, n.º 633; Cruz, 2000: 235). De todo o modo, fica a referência a este povoado, cuja localização, junto ao rio Rabaçal e à variante sul da *uia XVII*, é estrategicamente sugestiva sob o ponto de vista de ocupação romana.

Mesmo no limite norte deste concelho, na margem esquerda do rio Rabaçal, surge um outro povoado aparentemente romanizado: o grande povoado fortificado de Nossa Senhora do Monte (Aguieiras). No local, em redor da capela, são ainda visíveis troços de muralhas, encontrando-se escassos fragmentos cerâmicos que revelam uma ocupação na Proto-História e também no Período Romano (Beça, 1915: 101; Alves, 1934: 149). Como veremos adiante, na outra margem do Rabaçal encontra-se o possível povoado (aberto) do Outeiro (Bouçoais) e, um pouco mais distantes, o de Cabeço / Fetais e de Nossa Senhora da Ribeira (também na freguesia de Bouçoais), enquadrando este conjunto de povoados a passagem da variante norte da importante *uia XVII*.

Por último, ocupando uma posição algo isolada em relação aos demais, nas terras de relevo ondulado que se estendem a sul da Serra de Passos / Sta. Comba, situa-se o povoado do Muro (Lamas de Orelhão) (Vasconcelos, 1902: 14; Sanches e Santos, 1987: 48-49; Lemos, 1993, IIa: 253, n.º 612). A parte sul da atual aldeia (nomeadamente o seu cemitério) ocultará o que restará deste provável povoado fortificado. Não obstante, ainda se podem encontrar vestígios de Época Romana muito dispersos pelo outeiro, sendo apenas hipotética a sua ocupação num período anterior. Existem também referências vagas ao achado de moedas (Alves, 1934: 447-448 e 527). A possibilidade de este sítio corresponder a um povoado fundado em Época Romana deverá ser considerada. Se considerarmos este ponto como provável entroncamento de vias romanas, deveremos ainda associar ao povoado uma possível estação de muda, situada num lugar contíguo ao suposto povoado (i.e., situar-se-ia numa área mais baixa, onde hoje se encontra a própria aldeia de Lamas de Orelhão).

No concelho de Valpaços a presença dos castros continua a revelar-se como o elemento estruturante do povoamento em Época Romana. Também neste território os povoados da Idade do Ferro que continuaram ocupados em Época Romana (e que pelo

menos na parte norte do concelho são expressamente registados na epigrafia como *castella*) parecem ser aqueles que se encontram nas proximidades das principias vias, desde logo da *uia XVII* do Itinerário de Antonino, tanto da sua variante norte como da sul.

Na margem direita de um pequeno ribeiro que desagua logo a seguir no rio Rabaçal, sobranceiro à pequena aldeia de Ermidas, surge o povoado do Outeiro (Bouçoais) (Teixeira, 1996). Os vestígios que se conseguem observar entre o matagal que cobre o morro onde se localiza sugerem uma ocupação romana (e, possivelmente, em Época Alto-Medieval, dando depois origem à atual povoação). Talvez este lugar possa corresponder a um pequeno povoado que se estenderia sobretudo para a área da atual aldeia, posicionado junto à variante norte da *uia XVII* (neste troço em parte reproduzido pelo trajeto da estrada N103) e eventualmente englobando uma pequena estação de muda posicionada num ponto imediatamente antes (ou após) dois vales mais cavados de se sucedem (limite distrital entre Vila Real e Bragança).

Não muito distante do Outeiro e também junto à *uia XVII* conhece-se um outro lugar com características semelhantes. Os materiais romanos à superfície (e, aparentemente, também alto-medievais) dispersam-se com alguma abundância no sítio de Fetais (Tortomil, Bouçoais), sobretudo pela encosta e sopé do cabeço onde o povoado proto-histórico do Cabeço dos Mouros se situa (Freitas, 2001: 178-179). Este cabeço pode ter sido progressivamente abandonado em Época Romana, podendo verificar-se uma deslocalização da população para as terras mais baixas, cruzadas por um itinerário principal romano (aqui bem assinalado pela presença de dois miliários). Se de Fetais provêm as duas aras (encontradas no termo de Tortomil) que registam dedicatórias (uma delas a Júpiter) realizadas pelos habitantes de um *castellum* (*AquaeFlaviae*² 6 e 184), nesse caso teremos de admitir a continuidade de ocupação do povoado amuralhado, pelo menos nos primeiros tempos do Império, ou então a manutenção da anterior designação (*castellum*), agora aplicada à comunidade que se estabeleceu nesta área planáltica, num novo lugar junto à passagem da via.

No trajeto da *uia XVII*, um pouco mais a norte, situa-se o povoado fortificado de Nossa Senhora da Ribeira (Lampaça, Bouçoais), sobranceiro ao vale do Rabaçal. As referências ao sítio e aos seus achados – entre os quais pontifica uma ara e uma estela funerária – são frequentes (Beça, 1915: 100; Lemos, 1993, IIb: 516-

518, n.º 863; Freitas, 2003: 121-132, 182-183), levando mesmo alguns autores a classifica-lo como possível *uicus* (Lemos e Martins, 2010: 95). Os vestígios que se podem ainda observar no topo do outeiro florestado – a oriente do largo assinalado pela torre sineira da igreja de Nossa Senhora da Ribeira – parecem de facto atestar a ocupação do local na Proto-História e Época Romana, assim como a sua importância. Também no Período Medieval a ocupação de Lampaça foi importante, continuando assim a beneficiar da passagem da *uia XVII*.

Ainda no trajeto deste itinerário principal, mais para ocidente, correndo as terras planálticas de Fiães até ao Tinhela, surgem dois outros importantes povoados. O sítio de Muradelhas de Fiães (Lebução, Fiães e Nozelos) poderá efetivamente corresponder a um *uicus*, como antes já foi referido. O outro local, a norte da povoação de Tinhela (e do seu castro) e na margem direita do Rio Calvo, designado por Cortinha das Vinhas, corresponderá a um povoado aberto de fundação romana, posicionado ao largo da *uia XVII*⁵. Numa área ainda vasta surgem dispersos à superfície vestígios que documentam a ocupação deste lugar no Período Romano e Medieval (Lemos, 1993, IIb: 558, n.º 914). A sul deste povoado, no termo de Tinhela, foi encontrada uma inscrição que faria referência a uns *castellani Sermacele(n)s(es)* (Argote, 1732: 301) – ainda que o povoado mais próximo seja o da Cortinha das Vinhas (e, depois, o *uicus* de Muradella de Fiães), as características deste(s) levam-nos a relacionar antes esse *castellum* (cujo nome poderia ser **Sermacelum* ou **Sermocelum*) com o importante sítio de Murada da Lama de Ouriço, descrito em seguida.

Dois outros importantes povoados posicionam-se junto à variante sul da *uia XVII*, a meio do percurso entre Chaves e Vale de Telhas. O grande povoado de Murada de Lama de Ouriço (Tinhela e Alvarelos) destaca-se pelo seu sistema defensivo relativamente bem conservado e complexo (três linhas de muralha, fosso e campo de pedras fincadas) (Lopo, 1954: 18-19; Lemos, 1993, IIb: 505-507, n.º 854; Freitas, 2003: 43-49). Aqui terão sido encontrados “dezenas de denários” de Augusto e Tibério (Parente, 1997: 20 e 38). Os vestígios romanos (designadamente *tegulae*) observam-se sobretudo no exterior do povoado, para sul e poente, sugerindo que, a partir de determinado momento, a ocupação romana passou a centrar-se nessas terras mais baixas, próximo da passagem da via (assinalada neste ponto do trajeto por um miliário de Magnêncio: *AquaeFlaviae*² 430). Será este o *castellum* **Sermacelum* ou **Sermocelum* registado epigraficamente?

Mais adiante, a poente de Vilarandelo, encontra-

se o lugar da Cividade, assinalado no terreno por materiais romanos à superfície (Lemos, 1993, IIb: 564, n.º 923). Este sítio vem reforçar a prevalência dos povoados abertos nesta área, tomando o lugar dos antigos povoados fortificados proto-históricos existentes sempre nas imediações. Neste caso da Cividade, a relação a estabelecer (deslocalização da população) será com o povoado do Alto da Muradelha (a NE de Vilarandelo) (Freitas, 2003: 401-404), onde não se observam materiais romanos à superfície – ainda que possamos admitir a sua ocupação até inícios do séc. I d.C., deslocando-se depois a sua comunidade para a área da Cividade, no corredor da variante sul da *uia XVII* (assinalada pelos três miliários de Vilarandelo - *AquaeFlaviae*² 407, 411, 425).

O pequeno Castro de Santa Valha localiza-se mais no interior deste território, assentando num cabeço atualmente florestado, sobranceiro à aldeia de Santa Valha. No interior do seu perímetro amuralhado observam-se escassos vestígios romanos (para além de um lagar escavado na rocha) (Martins, 1978: 28 e 228-229; Freitas, 2003: 268-276). Os materiais romanos (essencialmente *tegulae*) voltam a observar-se pontualmente no sopé do cabeço, parecendo a sua distribuição configurar a presença de pequenos grupos de casas e casebres de habitar (como eventualmente o de Santa Eulália) nos campos agrícolas em redor do povoado. Talvez em Época Romana o Castro de Santa Valha tenha conhecido uma ocupação pouco expressiva, possivelmente por se encontrar algo afastado dos trajetos principais.

Um outro cordão de povoados distribuídos de forma cadenciada assinala o trajeto da estrada que ligava Chaves e a *uia XVII* ao Douro, passando o Tinhela na Ponte Velha de Murça. O Castelo de Jou (Murça), como vimos, encontra-se neste provável trajeto. Mais adiante, cruzando uma zona planáltica, situava-se o povoado do Alto da Torre, em Santa Maria de Émeres (Albuquerque, 1985: 83-139; Lemos, 1993, IIb: 550-551, n.º 904). Neste largo outeiro pouco ou nada se pode hoje observar das construções e práticas de outros tempos. Este grande povoado, mostra, uma vez mais, como a ocupação destes lugares com origem na Proto-História se estende pelas encostas, para as zonas mais baixas. É precisamente para além da segunda linha de muralhas, numa área conhecida como Vilanova, que se encontra à superfície um significativo conjunto de materiais romanos. O aparecimento de *sigillata*, paredes finas e diversificada cerâmica comum, para além de uma ara a Júpiter (*AquaFlaviae*² 33), acaba por ser revelador da sua importância (Freitas, 2003: 308-310) – à qual também

não será alheio o facto de se encontrar no trajeto de uma via. Relacionado com este povoado encontra-se ainda um dos mais conhecidos depósitos monetários achados em Trás-os-Montes, sobretudo por ser composto por um numeroso conjunto de numismas – num *dolium* (com mais de 1,5 m de altura), achado enterrado, estariam “mais de 300 quilos de moedas”, dos séculos III e IV (Parente, 1997: 19).

Também sensivelmente à mesma distância uns dos outros, no trajeto da via que projetamos em direção a *Aquae Flaviae*, correndo ao longo de uma área que bordeja outra mais elevada (a altitudes superior aos 700m, na transição entre a designada *Terra Quente e Terra Fria* transmontana), posicionavam-se mais dois povoados. A Cerca de Ribas ou Cerca dos Mouros (Argeriz), erguendo-se num topo de cabeço sobranceiro à aldeia de Ribas, destaca-se pela fortificação complexa que apresenta (Azevedo, 1896: 258; Montalvão, 1971: 79-83; Lemos, 1993, IIb: 509-511, n.º 857). Os levantamentos e sondagens feitas no local por Adérito Freitas (1989: 319-367; 2003: 51-84) revelaram uma ocupação balizada entre a Idade do Ferro e a Idade Média – construções e variado espólio (incluindo *terra sigillata*) documentam a importância da ocupação romana, enquanto os lagares escavados na rocha talvez pertençam à fase medieval; no local terão surgido ainda três pedras decoradas, pelo menos uma delas com a típica “decoração castreja”. No exterior do perímetro amuralhado, nos lugares de a Cividade e Castelares, surgem materiais romanos à superfície (Freitas, 2003: 82-84), revelando também a extensão do povoado para áreas mais baixas e abrigadas ou então, como parece acontecer noutros casos, denunciando a presença de núcleos rurais dispersos em seu torno. Uma inscrição consagrada aos *Lares Cusicelenses*, achada junto ao lugar de Couto de Argeriz (*AquaeFlaviae*² 146), poderá relacionar-se com o santuário rupestre conhecido por Pias dos Mouros, em Argeriz; mas também não será descabido estabelecer uma possível relação com este povoado – esta inscrição votiva revela um lugar chamado **Cusuclum* ou **Cusicelum* (Guerra, 1998: 423): seria este o nome romano da Cerca de Ribas?

O Castro de Vila Nova ou Alto da Cividade (Friões) (Vasconcelos, 1905: 181-182; Lemos, 1993, IIb: 553-554, n.º 908; Freitas, 2001: 229-230) poderia também encontrar-se no principal corredor de circulação que cruzava esta área planáltica, na transição da *Terra Fria* para a *Terra Quente*. Se este povoado fortificado, ocupando um largo cabeço que se destaca na paisagem,

foi habitado em Época Romana, essa ocupação terá sido algo residual ou limitada no tempo, visto que os materiais romanos se identificam sobretudo no seu sopé, nas terras baixas, contíguas a Cealirós, por onde passaria a referida estrada e possível lugar de achado de uma inscrição aos Lares Findenéticos (*AquaeFlaviae*² 148).

O povoado fortificado de Cidadonha ou Cigadonha de Monsalvarga, no lugar do Alto dos Mouros, merece também particular destaque. Os seus vestígios encontram-se num pequeno cabeço sobranceiro a uma ribeira afluente do Rio Torto, entre as povoações de Monsalvarga e Lamas (Lemos, 1993, IIb: 561-562, n.º 920). A ocupação romana revela-se pela presença de *tegulae* e cerâmica comum, enquanto algumas cerâmicas manuais parecem remeter para a Proto-História (ou mesmo para a Época Alto-Medieval?). Seja como for, também aqui a ocupação romana parece ter-se estendido e possivelmente concentrado no sopé meridional do cabeço, onde se observam cerâmicas de Época Romana em maior quantidade (Freitas, 2003: 389-394). A inscrição rupestre conhecida a sudeste deste povoado, tem sido interpretada como um texto de natureza jurídica, aludindo talvez a um *castellum* e à posse da nascente permanente que se encontra junto à epígrafe (*AquaeFlaviae*² 621).

Outros dois povoados vamos encontrá-los a cotas

mais baixas, nas margens do Rio Torto, antes de este desaguar no Rio Rabaçal. O pequeno povoado fortificado da Cerca dos Mouros (Água Revés e Crasto) localiza-se num outeiro sobranceiro à aldeia de Castro, na margem direita do rio, na confluência entre o Rio Torto e a ribeira de Midões. A sua ocupação durante o Período Romano não parece ter sido muito expressiva, face ao carácter diminuto dos vestígios desta época, pertencendo à Idade do Ferro e / ou Alta Idade Média o grosso da cerâmica que se observa à superfície (Lemos, 1993, IIb: 493-495, n.º 844; Freitas, 2003: 29-32). Próximo da confluência do Rio Torto com o Rio Rabaçal, na margem oposta, surge um povoado fortificado romanizado de maiores dimensões: o de Muradelha 1 (Rio Torto) (Lemos, 1993, IIb: 546, n.º 898). No interior do recinto os vestígios romanos são muito escassos, ao contrário do que se verifica no sopé deste largo outeiro, do seu lado ocidental, onde abundam as *tegulae* e as cerâmicas comuns, surgindo também dispersas algumas escórias. Também aqui a população deste lugar em Época Romana ter-se-á instalado sobretudo no vale. Nas imediações do aglomerado terão surgido pequenos núcleos rurais dispersos, como será o caso do sítio designado como Muradelha 2. Talvez este povoado, juntamente com o da Cerca dos Mouros (Água Revés e Crasto), enquadrasse a passagem de um caminho que, cruzando estas terras



Fot. 11: O Castro de S. Pedrinho (Valpaços) e, em primeiro plano, no seu sopé, o olival onde se registam manchas de materiais romanos à superfície (© P.C. Carvalho).

baixas e aplanadas, ligaria o Cabeço de Vale de Telhas à Ponte Velha de Murça, servindo desta forma os povoados fortificados romanizados do Monte de Santa Bárbara e das Fragas da Cerca dos Mouros, mencionados mais adiante.

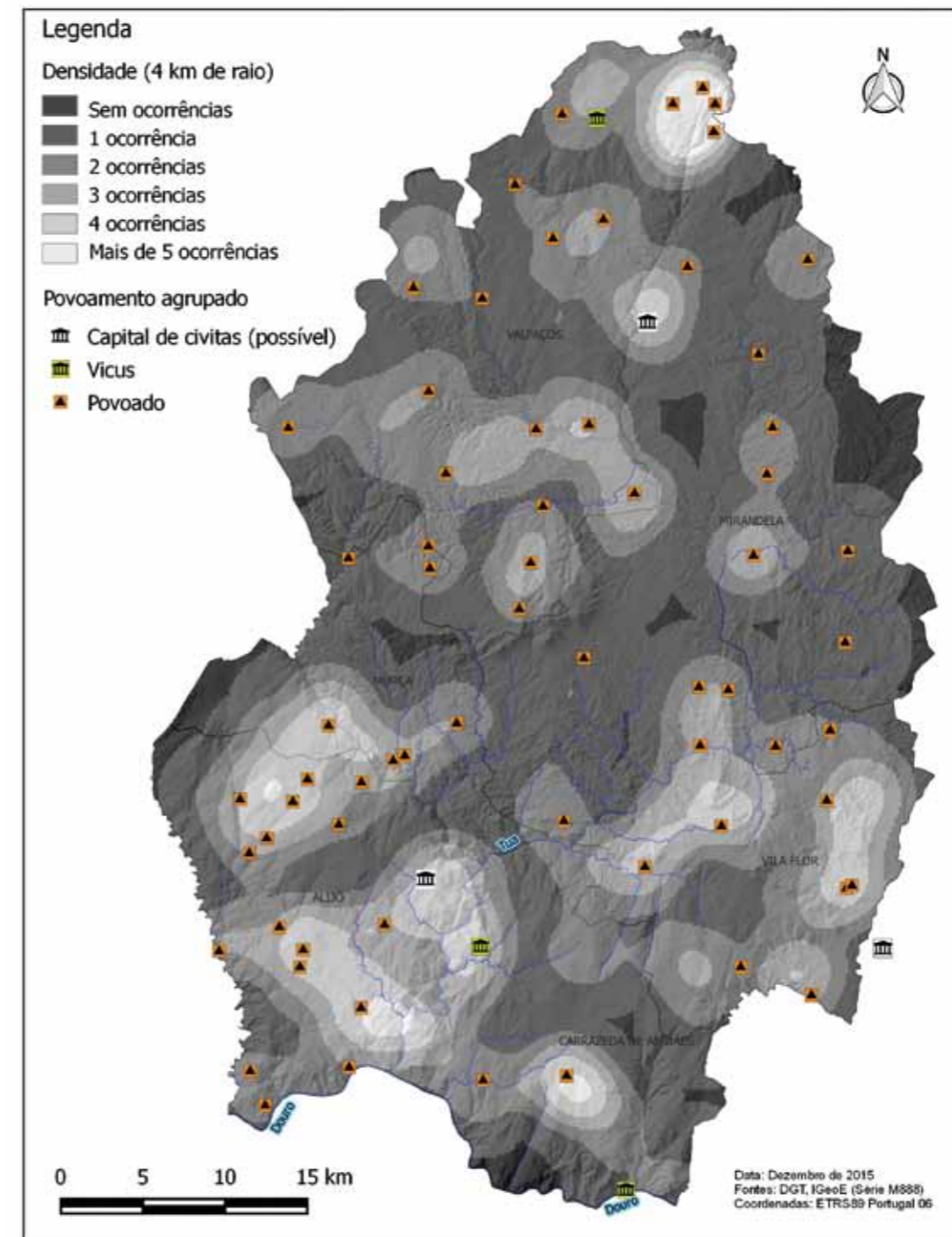
Na confluência da ribeira de Lila com o rio Rabaçal e no trajeto de outra via que cruzava as terras baixas a sul e a oriente da Serra de Santa Comba (tendo como possível ponto de partida o povoado / estação de muda do Muro, em Lamas de Orelhão), situa-se o pequeno povoado fortificado do Alto de S. Pedrinho (Rio Torto) (Fot. 11). A sua ocupação em Época Romana (e medieval) é revelada pelos achados de superfície (Lemos, 1993, IIb: 545-546, n.º 897; Freitas, 2003: 258-262). No local encontrámos *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, testemunhando assim uma ocupação que cobre todo o Período Romano. Em redor deste povoado encontraram-se à superfície pequenas manchas de materiais romanos (*tegulae* e cerâmica comum) que parecem documentar não tanto a extensão do próprio aglomerado, mas antes a dispersão de pequenos casais no seu entorno imediato.

O povoado do Monte de Santa Bárbara (Veiga de Lila) ocupa um cabeço rochoso sobranceiro à aldeia de Veiga de Lila e ao vale da Ribeira de Lila (Freitas, 2003: 396-399). No interior do perímetro fortificado observam-se materiais da Idade do Ferro e de Época Romana. Mas a mancha de ocupação romana (com *sigillata*, pesos de tear e mós) surge sobretudo no lado norte do amuralhamento. Ainda que o atual santuário possa ocultar os vestígios arqueológicos, admitimos que também aqui a ocupação romana passe a dado momento a concentrar-se a cotas mais baixas, mais próxima das terras férteis e do caminho romano, deslocando-se depois, progressivamente, para o lugar da atual aldeia. Um pouco mais a sul, algo dissimulado junto à ribeira de S. Pedro, encontra-se o povoado fortificado das Fragas da Cerca dos Mouros (S. Pedro de Veiga de Lila) (Castro e Cordeiro, 1963: 117-128; Lemos, 1993, IIb: 548, n.º 901). Com características semelhantes ao anterior (delimitado em parte por penhascos), este lugar revela alguma *tegulae* no interior do recinto, denunciado assim uma ocupação em Época Romana, ainda que eventualmente pouco expressiva.

Em plena Serra de Santa Comba, num dos topos destacados do seu lado noroeste, situa-se o povoado fortificado de Santa Comba (Vales). O recinto do atual santuário ocupará a zona central do povoado proto-histórico, ocultando assim os vestígios arqueológicos. Mas o que se encontra registado (Lemos, 1993, IIb: 558-559, n.º 915; Freitas, 2003: 377-380) e o que ainda

se pode observar avulsamente indicia uma ocupação na Idade do Ferro e na Época Romana. Deste lugar observa-se todo um vasto território centrado na bacia média do Tua, e com as serras da Padrela, Coroa, Nogueira e Bornes, e os planaltos do Pópulo e Carrazeda a recortar o horizonte. Não sabemos se durante o domínio romano este lugar continuou a ser habitado. Se assim foi, talvez tenha sido como assentamento de uma pequena comunidade pastoril – a partir daqui dominavam-se as áreas de pasto e os pontos de água que norteavam o movimento pendular dos gados. De todo o modo, se a sua ocupação em Época Romana parece poder ser dada como certa, a elevada altitude a que se encontra (este ponto na Serra de Santa Comba atinge os 1013 metros) e o facto de poder estar num lugar de fronteira entre *ciuitates* (avistando-se também outros limites territoriais), mais do que ser lugar habitado seria antes um espaço sagrado (antecedendo assim o atual). Constituiria, assim sendo, um outro marcador territorial, mas também um espaço com memória, encerrando um tempo passado, sendo em Época Romana reocupado periodicamente pela via do sagrado.

Finalmente, ainda no concelho de Valpaços, no seu limite sudoeste, surgem dois outros povoados, localizados de forma periférica em relação aos demais. Um é o povoado fortificado de Vale de Osso (Carrazedo de Montenegro e Curros), situado num meandro de uma zona sinuosa e cavada da ribeira de Curros, na cintura meridional da Serra da Padrela (Freitas, 2003: 198-200). Os vestígios observados (*tegulae* e cerâmica comum) sugerem pelo menos uma ocupação durante a Época Romana. É provável que corresponda a um “povoado mineiro”, tendo em conta a base geológica local e a relação de proximidade com o território mineiro de Tresminas e Jales (Vila Pouca de Aguiar) no interior da Padrela. O outro é o Alto da Cerca ou Côro (Padrela e Tazém), situado junto à aldeia de Padrela (Freitas, 2003: 239-242). No local, num amplo mas pouco destacado outeiro, observa-se o que parecem ser dois taludes em terra (e fosso) desenhando um plano sub-retangular, com cantos arredondados e uma área que ultrapassará os dois hectares. À superfície não se observa qualquer tipo de material arqueológico – a sua ocupação em Época Romana é, portanto, duvidosa. Tendo em conta estes indicadores, no entanto, reiteramos a proposta de Francisco Sande Lemos (1993, IIb: 535-536, n.º 886; 2004: 417) quando aventa a possibilidade de corresponder a “um campo militar romano”, relacionado de algum modo com o acesso ao território mineiro aurífero centrado na serra da Padrela.



Mapa de densidade de ocorrências de cronologia romana no Vale do Tua e povoamento agrupado



Mapa 9: Relação entre densidade de povoamento e núcleos de povoamento agrupado.

3.1.4. Entre povoações, das serras e dos vales

Não podemos afirmar, sem mais, que o sistema romano de ocupação do território substituiu o modelo de povoamento anterior. É certo que vários castros são abandonados ao mesmo tempo que surgem novas fundações, mas muitos continuam ocupados. Ou então, as ocupações passam a centrar-se nas encostas e sopés dos anteriores cabeços amuralhados. Mesmo que tal encerre alterações estruturais, através da renovação do interior das áreas habitadas ou da sua curta deslocalização, esses núcleos, os lugares que ocupam, mantêm-se como os principais espaços povoados da região. As alterações são inegáveis, mas estas não apagam totalmente o passado pré-romano. Esse passado manter-se-á em Época Romana, embora recriado.

As alterações, porém, são claras e significativas. As ruturas serão mesmo evidentes em certos âmbitos. Desde logo, os grupos sociais deixam de se distinguir e estruturar com base nos castros (unidade básicas da sociedade e do território durante a Idade do Ferro) e passam a integrar o espaço político e fiscal mais vasto que constitui a *ciuitas*. Muitos dos castros podem permanecer habitados, mas deixam de ser entidades sociopolíticas autónomas e individualizadas, alterando ao mesmo tempo a sua configuração interna, os seus espaços públicos e privados, resultante precisamente da nova organização política e social romana. A arquitetura castreja tradicional adapta-se aos padrões construtivos romanos – as ruas redesenham-se e surgem edifícios novos (resultantes de outras técnicas de construção e acabamento) que convivem com outros herdados do passado proto-histórico. Por sua vez, a deslocalização do principal espaço habitado acaba por ser reflexo de uma certa quebra com o passado. Enquanto marca mais expressiva da coesão social de uma comunidade, a muralha proto-histórica perde o seu significado original. A partir de então, nos povoados que surgem nas ladeiras dos anteriores castros, diversas habitações modestas poderão estruturar-se em torno de uma de maiores dimensões e mais elaborada, vinculada às elites locais. Estes serão sinais claros de uma nova era e das transformações substantivas que o tempo romano encerra.

Se na sua maioria os povoados da Idade do Ferro continuam ocupados em Época Romana, existem alguns que serão abandonados – nestes, até ao momento, pelo menos à superfície, não se registou qualquer indício de romanização. Na ausência de escavações não sabemos quando se terá

verificado esse abandono. Alguns terão sido abandonados nos finais do séc. I a.C., na sequência do domínio romano efetivo destes territórios; mas outros poderão ter sido abandonados antes ou muito antes desse domínio romano, inclusivamente nos inícios do I milénio a.C.

Os castros abandonados em Época Romana são vários, ainda que, como referimos, em número mais reduzido do que aqueles que continuaram habitados. No concelho de Vila Flor regista-se apenas o povoado da Serra de Faro (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas). Em Mirandela surgem os povoados de Muralha (Vale de Telhas), Regato da Vacaria (Múrias), Pendão e Alto da Liceira (Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa), Colado e Castelo do Rei Orelhão (Franco). Em Murça temos os casos dos povoados do Cabeço e Castelo de Porrais (Candedo). No concelho de Alijó encontram-se os povoados da Murada / Castelo de Balsa (Vila Verde), Piolho (S. Mamede de Ribatua), Freixo (Pópulo e Ribalonga) e Cabeço de Barreiro (Carlão e Amieiro). Finalmente, em Carrazeda de Ansiães (no rebordo do seu planalto), registam-se os povoados de Monte das Chãs (Tralhariz), Cascalheira e Cabeço dos Moinhos (Linhães), Castelo de Pinhal do Norte (Pombal), Castelo de Pereiros (Pereiros) e Gralheira (Folgares) e Senhora da Graça (Amedo) (cf. Cap. 4). É precisamente no território deste último concelho que surge o maior número de povoados proto-históricos amuralhados sem vestígios de ocupação romana. Nesta zona centrada no planalto de Carrazeda de Ansiães (que integramos na província da Lusitânia) o padrão de povoamento não se desenha em função destes “povoados romanizados”, abrindo-se assim claramente espaço a novas modalidades de ocupação territorial³⁸.

O abandono (ou a não reocupação) de alguns destes sítios em Época Romana poderá compreender-se. Os povoados da Serra de Faro, Pendão, Gralheira, Castelo de Pereiros, Murada, Colado, Castelo e Castelo do Rei Orelhão poderão ter sido abandonados ainda durante o Ferro inicial (cf. Cap. 4). Outros, ainda que gozassem de uma posição estratégica sob o ponto de vista de intervisibilidade entre sítios, como os povoados de Castorigo ou de Porrais, podem ter sido abandonados já na fase final da Idade do Ferro por se posicionarem em cabeços muito destacados, com acesso difícil ou demorado às terras férteis dos vales e / ou por se encontrarem na periferia de territórios mais ocupados ou algo afastados das principais vias romanas. Noutros,

porém, a maior distância em relação às vias já não pode ser invocada como possível justificação, sendo outras as razões que ditaram o seu abandono em Época Romana. Esta questão do abandono dos povoados em Época Romana não é fácil de abordar. Trabalhar com dados resultantes apenas das prospeções não facilita também a este nível a abordagem interpretativa.

A maioria dos castros, porém, parece revelar uma continuidade de ocupação. Esta continuidade está em linha com o que se verifica no Noroeste peninsular – nesta parte da Hispânia, a maioria dos castros com ocupação no final da Idade do Ferro, tanto nas zonas litorais como nas mais interiores, continua ocupada. As sínteses mais recentes revelam-no (Currás Refojos, 2014: 465-471 e 848-852). No vale do Baixo Minho, por exemplo, a ocupação romana encontra-se documentada em 57% dos 161 castros conhecidos (*Idem*: 850). O mesmo se passa no vale do Cávado, onde 64% dos castros apresentam sinais dessa ocupação em Época Romana (Martins, 1990). De todo o modo, para o conjunto dos castros do Noroeste, o tipo de informação publicada geralmente não permite aferir o arco temporal de ocupação em Época Romana. Ou seja, à semelhança do que se passa no Vale do Tua, na maioria dos casos não é possível verificar se esta continuidade de ocupação é efetiva ou duradora, prolongando-se no tempo, ou se, pelo contrário, se estende apenas durante algumas décadas, talvez até ao Período Flaviano ou, quando muito, ao tempo de Trajano. Da mesma forma que, face à imprecisão cronológica de muitos dos materiais publicados de Época Romana (com as *regulae* à cabeça), importa questionar se estes não serão apenas resultantes de uma reocupação tardia, de um alegado retorno aos castros, a partir do séc. IV-V d.C., verificando-se, a ser assim, um abandono dos povoados no final da Idade do Ferro ou nos começos do Alto Império.

A maioria dos povoados que inventariámos revela vestígios de ocupação romana sobretudo no interior do perímetro amuralhado. Outros parecem mostrar que a ocupação romana se processou no interior e no exterior dessa cintura de muralha. Mas outros ainda, em considerável número, mostram que a área habitada se concentrou a dado momento no exterior do perímetro amuralhado. Ou seja, abandona-se progressivamente o topo dos cabeços e ocupam-se os sopés – por esta via também se mantém a importância do *locus*. Os cerros anteriormente habitados são substituídos por pequenas aldeias contíguas,

como parece ter-se verificado, em Ribalonga e na Burneira (Alijó). Mantém-se a ideia da importância que o lugar do castro encerra, ainda que esta deslocalização do núcleo de povoamento agrupado não deixe de configurar uma alteração na estratégia de povoamento.

A este nível, todavia, coloca-se desde logo uma dúvida: estas ocupações nos sopés dos cabeços fortificados correspondem a (novas) fundações romanas ou, pelo contrário, prolongam e tornam mais expressivas ocupações anteriores, proto-históricas? Noutras regiões contíguas esta continuidade parece verificar-se. No Baixo Vale do Sabor, o sítio da Quinta dos Crestelos (em Meirinhos, Mogadouro) parece constituir um bom exemplo tanto de uma ocupação da II Idade do Ferro localizada na encosta e sopé de um cabeço (ao mesmo tempo que o seu topo continuava ocupado), como da continuidade de ocupação em Período Romano, dando então lugar a um “povoado indígena romanizado” (com a presença de forjas e fornos de pão e de cerâmica, e espaços de grande dimensão, incluindo os de armazenamento) (Pereira *et al.*, 2104: 104-119 e 141)³⁹. Ou seja, também nesta região do Nordeste transmontano, temos de admitir a possibilidade de alguns destes povoados abertos de Época Romana continuarem uma ocupação anterior da Idade do Ferro. De igual forma também não podemos descartar a hipótese de algumas destas áreas com vestígios romanos nos sopés dos castros corresponderem a uma *uilla*; ou então a casais dispersos. Com efeito, em certos casos, as pequenas manchas descontínuas de materiais (*regulae* e cerâmica comum, incluindo *dolia*) observadas em redor de alguns dos povoados fortificados que permanecem habitados em Época Romana (como, por exemplo, o povoado de S. Pedrinho, em Valpaços), parecem antes documentar a presença de pequenos casais dispersos, formando lugarejos mais ou menos descerrados, com núcleos familiares unidos por laços sociais de vizinhança.

Como referimos, os vestígios de superfície em alguns destes lugares parecem também sugerir que a população se terá transferido toda ou quase toda para o sopé do cabeço em Época Romana. Se assim for, as áreas intramuralhas terão sido completamente abandonadas? Talvez as construções de outrora, em alguns povoados, tenham sido desmanteladas na totalidade, reaproveitando-se no “novo” povoado certos elementos construtivos. Noutros, porventura, ter-se-á mantido a habitação de uma ou outra família, revelada pelos escassos vestígios romanos que encontramos intramuros. Outros antigos povoados talvez passem a ser

o abrigo dos gados, aproveitando as cinturas fortificadas. Ou se reservem essas áreas muradas para a construção dos celeiros⁴⁰. Ou se tornem, sobretudo, espaços sagrados, ligados à memória e identidade do grupo, sendo posteriormente cristianizados, mantendo-se como espaços do culto cristão até à atualidade – quantas capelas e santuários não encontramos hoje no topo destes cabeços ermos?

Nos primeiros tempos do Império as sobrevivências indígenas revelar-se-ão de distintas formas. Possivelmente em várias práticas do quotidiano: dos fabricos e formas de certas cerâmicas comuns, aos ancestrais rituais indígenas; e também nos próprios povoados amuralhados, enquanto lugares que não só continuavam habitados como se destacavam numa paisagem onde o fenómeno urbano rareava. Mas essas sobrevivências não se registarão somente no “mundo” dos castros. No povoado aberto das Cortinhas (S. Mamede de Ribatua, Alijó) terão sido encontradas “três pedras com a típica decoração castreja” (Silva, 1986: 95, n.º 624; González-Ruibal, 2006-07: 549), para além de um torques em prata (e ainda um denário de Tibério) (Forte, 1908 e Centeno, 1987: 55, n.º 38). Se estas pedras decoradas não foram deslocadas desde o castro de S. Domingos (localizado a cerca de 1 km das Cortinhas) ou mesmo do Castro do Piolho (povoado aparentemente sem ocupação romana, um pouco mais distante das Cortinhas) e aqui reutilizadas, merece destaque o facto de num povoado aparentemente de fundação romana (ou num contexto plenamente romano) se encontrar um registo que se vincula mais à cultura material do final da Idade do Ferro. Ora, sendo provenientes das Cortinhas (e não tendo sido deslocadas desde S. Domingos) estas peças poderão sugerir uma fundação pré-romana do povoado; ou então uma fundação romana nova mas algo precoce – i.e., as Cortinhas, que situamos no trajeto de uma via romana, teria surgido como povoado logo nos inícios do séc. I d.C., num momento em que se estruturará a estrada que ligava a difícil transposição do Tua (num ponto entre Tralhariz e S. Mamede de Ribatua) à zona de Alijó e Favaios⁴¹.

Uma situação com contornos semelhantes também se verifica um pouco mais a norte, em Ribalonga (Alijó). Aqui, no sopé do povoado de Ribalonga, encontrou-se uma “pedra formosa” de um “balneário castrejo” (Parente, 2003: 115), constituindo, juntamente com a de Cortinhas, as mais orientais das conhecidas no Noroeste. Este achado pode ser reflexo de uma fundação romana precoce em áreas aplanadas junto às terras mais férteis e ao trajeto de uma via, mas onde as sobrevivências indígenas

de vária ordem se continuam a manifestar. É sabido que o aparecimento destes edifícios destinados a banhos públicos se verifica também em vários contextos romanos do Noroeste peninsular (com uma fase final de utilização em Época Romana ou construídos mesmo na fase inicial de ocupação romana), tanto em lugares centrais, como são os casos de *Tongobriga* ou *Bracara Augusta*, como associados a povoados mais pequenos, mas também situados no fundo dos vales, sem estar associados propriamente a um recinto castrejo, como se verifica em Galegos (Barcelos) próximo do Castro de Roriz (Silva, 2007: 66). Ribalonga constituirá, portanto, mais uma peça de um modelo de ocupação do território habitual nesta região do Nordeste transmontano: ocupação proto-histórica do cabeço destacado, com continuidade de ocupação em Época Romana, sendo neste caso possivelmente incipiente, uma vez que se assistirá a uma deslocalização da comunidade para sudeste, para as terras mais baixas, onde posteriormente se desenvolverá também a aldeia medieval.

Esta ideia da larga sobrevivência das “formas indígenas” num mundo romano encontra assento noutras paragens do Noroeste. Em alguns desses lugares mais a norte a comparação de registos arqueológicos do séc. I a.C. e do séc. I d.C. nos povoados castrejos de La Corona, El Castro de Corporales e La Corona de Quintanilla (Fernández-Posse e Sánchez-Palencia, 1988: 231-242) é sintomática a este respeito, revelando-se particularmente expressiva na manutenção da cerâmica de tradição indígena, ainda que esta seja paulatinamente substituída ao longo do séc. I d.C. pela cerâmica comum romana, no quadro de uma estrutura social que então se modifica (Fernández-Posse, 1998: 197-234). Voltaremos a esta questão mais adiante.

Sem escavações não é possível identificar no Vale do Tua os prováveis povoados amuralhados fundados num contexto de contacto (indireto e / ou direto) com Roma (séc. II – I a.C.). Contudo, à semelhança do que se verificou noutras partes do Noroeste peninsular, este fenómeno poderá também ter aqui ocorrido. Embora as novas fundações não deixem de traduzir uma alteração substantiva na estruturação territorial, esses povoados mostrar-se-ão em grande medida idênticos aos anteriores, tanto em termos de registo material (quando surgem, os materiais importados são meramente residuais) como ao nível da organização dos espaços domésticos. A matriz cultural indígena prevalecerá: os traços que permitem desenhar o mundo indígena da fase derradeira da Idade do Ferro permanecerão em

parte intocáveis. E esta continuidade do registo, segundo cremos, perdurará pelo menos até ao Período Júlio-Claudiano. Os contextos materiais claramente romanos apenas começarão a observar-se distintamente durante a segunda metade do séc. I d.C.

Se for assim, no caso dos povoados abandonados em Época Augustana ou durante a primeira metade do séc. I d.C., a “ocupação romana” poderá não ser fácil de documentar. Será mesmo impossível de registar se lidarmos apenas com vestígios de superfície. Tal significará que os povoados com materiais romanos no interior do perímetro amuralhado serão aqueles que conheceram uma continuidade de ocupação, pelo menos, até ao Período Flaviano. Em contextos muito particulares como este – interiores e rurais – admitimos que os povoados fortificados onde não se registam ou são residuais os materiais romanos possam ter continuado ocupados durante as primeiras décadas do século I d.C., ocorrendo o seu abandono (ou então uma curta deslocalização da comunidade para as ladeiras e sopé dos castros) apenas em meados ou nos inícios da segunda metade do séc. I d.C. Quando a ocupação de um castro cessa ainda durante o Período Júlio-Claudiano os vestígios à superfície que denunciem claramente a presença romana tendem a rair. E, a ser assim, os povoados fortificados que revelam claramente uma continuidade de ocupação em Época Romana serão sobretudo aqueles que se mantiveram ocupados no final do séc. I d.C. e nos séculos seguintes.

Os vestígios de romanização em muitos dos castros desta região centrada no Vale do Tua são escassos. À superfície os materiais romanos são quase sempre pouco expressivos, resumindo-se a *regulae* e a cerâmica comum classificável como sendo de Época Romana. Não obstante, este registo, embora exíguo, não pode ser subvalorizado por ser considerado de fiabilidade duvidosa. Se assim fosse, também teríamos de relativizar a importância dos vestígios que revelam os outros tipos de sítios romanos, incluindo os núcleos rurais dispersos, muitas vezes revelados por escassos vestígios de superfície. Por sua vez, se considerássemos que estes vestígios não documentariam uma continuidade de ocupação dos castros a partir do Alto-Império, podendo apenas ser reflexo de uma ocupação tardo-romana, neste caso perguntaríamos onde é que se encontrava a população desta região a partir do séc. I d.C., face ao carácter relativamente pouco expressivo do povoamento rural disperso?

Em suma, a presença romana intensificada a partir de Augusto não se terá logo traduzido numa alteração substantiva destas paisagens. O novo modelo de

ocupação territorial irá implantar-se de forma gradual ao longo de todo o séc. I d.C. Inclusivamente, como vimos antes, os próprios lugares que se assumirão como capitais só terão começado a configurar-se como centros do poder político a partir da segunda metade do séc. I d.C. E o mesmo se terá verificado com muitos dos núcleos de povoamento rural, de tipologia romana que se espalham por estes territórios. Casais, quintas e *uillae* podem só ter começado a mostrar-se verdadeiramente a partir da Época Flaviana, passando a repartir o território com os povoados amuralhados.

O Crasto de Palheiros, no concelho de Murça, parece constituir um bom exemplo da tese que temos vindo a defender. O incêndio que o terá em grande parte devastado em torno de 80 d.C. (ou no último quartel do séc. I d.C.) e as construções que ainda se ergueram no local após essa data, prolongando a ocupação do povoado até aos inícios do séc. II d.C. (Sanches, 2008: 31, 35, 41, 50 e 52), configuram um facto assinalável, merecedor do devido destaque, face à ausência de outros dados que demonstrem a ocupação do local em Época Romana. Com efeito, não fosse o conjunto articulado e coerente de datações radiocarbónicas obtidas, a ocupação deste local em pleno Período Romano não seria atestada pelos materiais arqueológicos recolhidos em escavação (Pinto, 2012) ou pelas características construtivas de alguns dos seus espaços – desde logo, a ausência de materiais tipicamente romanos e, muito em particular, de cerâmicas importadas, não viabilizaria a sua inclusão entre os sítios ocupados em Época Romana. As sintomáticas ausências observadas no registo arqueológico da fase que imediatamente antecedeu o referido incêndio (genericamente compreendida entre Augusto e os Flávios) e daqueloutra que atesta a derradeira fase de ocupação do local (a qual se prolonga talvez até aos inícios do séc. II) levam as autoras deste circunstanciado estudo a afirmar que se trata de “um povoado indígena sem influências romanas” (Sanches, 2008: 31). De todo o modo, esta “originalidade” não coloca este lugar à margem do poder ou do domínio romano, mantendo-o numa espécie de enclave ou de último reduto de populações da II Idade do Ferro da bacia hidrográfica do Tua.

A prevalência (e mesmo a exclusividade) de materiais produzidos no local ou na região, em tudo idênticos àqueles produzidos no final da Idade do Ferro (séc. II e I a.C.), a manutenção de estruturas habitacionais que, mesmo nas últimas reformulações, parecem não

incorporar características construtivas romanas e, inclusivamente, a criação de uma nova área habitacional, assim como o fortalecimento da muralha anterior (ou mesmo a construção de raiz de uma nova muralha), após o incêndio de finais do séc. I d.C., mostram que esta comunidade permaneceu profundamente arreigada ao passado, avessa às novidades que marcam esse tempo novo do séc. I d.C. Este caso revela também que, simultaneamente, num mesmo espaço geográfico (lado a lado e ao mesmo tempo), coexistiriam formas de ocupação do espaço perfeitamente distintas, dando corpo a um padrão de povoamento “híbrido” e a uma notável paisagem cultural de transição nesta primeira centúria da nossa era.

Voltemos ao registo arqueológico revelado pelas escavações no Crasto de Palheiros. A última fase de ocupação deste povoado, claramente inscrita no Período Alto-Imperial, destaca-se pela total (ou quase total) ausência de materiais de tipologia romana. Ou seja, durante todo o séc. I d.C. continuariam a circular os materiais de sempre, como as cerâmicas de fabrico manual e de tradição indígena produzidas na região. As novidades são perfeitamente residuais e revelam-se nos objetos metálicos. Nesse contexto, um tipo de peça que merece destaque é a fíbula anular romana (ou em ómega) (Sanches, 2008: 50, Foto 1.3.; registam-se aqui 3 peças deste tipo) – e não uma fíbula anular hispânica (estas apresentam uma cronologia bastante mais antiga, inscrita em plena Idade do Ferro). As fíbulas anulares aparecem com frequência no registo arqueológico de Época Romana, sendo por vezes os modelos melhor representados em contextos augustanos. E serão muito abundantes porque, desde logo, se enquadram num arco cronológico muito largo, estabelecido entre o Período Tardo-Republicano (séc. I a.C.) e o tardo-romano (séc. V d.C.). Assim, adentro deste arco de tempo, é difícil datá-las com rigor tendo em conta a sua tipologia – não o permitem as diminutas variações formais que apresentam, por norma manifestadas nas diferentes morfologias que os remates terminais das peças assumem. É o caso do exemplar do Crasto de Palheiros, de pequenas dimensões (o que indicia que se destinaria a suportar vestes relativamente leves), aparentemente com terminais em forma de botão cónico⁴². As duas (ou três) fíbulas transmontanas de apêndice caudal inventariadas também apresentam um arco cronológico relativamente alargado, recuando ao séc. II a.C., mas também é habitual, em zonas mais setentrionais, surgir em contextos do séc. I d.C. (Ponte, 2007: 123). Por sua vez, a faca afalcatada

encontrada (no nível de incêndio) integra um tipo de armas comum no Noroeste que se torna mais frequente nos séculos II e I a.C., já numa época de contacto com o mundo romano; assim como os fragmentos da bainha de um punhal e a ponta de lança, também recolhidas em Palheiros, podem fazer parte destes contextos a caminho da mudança de era e do domínio romano pleno (Currás Refojos, 2014: 564 e ss) – prováveis reflexos das contendas neste Noroeste ou mesmo da participação de indígenas nas tropas auxiliares romanas⁴³.

O caso do Crasto de Palheiros pode ser paradigmático. Confirmando-se a ocupação do sítio até aos inícios do séc. II d.C., e o cenário que o retrata, não podemos deixar de perguntar se este caso não será exemplificativo de outras situações em que também se verifica o mesmo conservadorismo de formas materiais. E, se assim for, perguntamos se não haverá ainda mais casos de povoados, como o do Crasto de Palheiros, ocupados até aos finais do séc. I d.C., mas cuja ocupação romana hoje não se deteta pelo facto de não se observarem à superfície materiais caracteristicamente desse período – não fosse a escavação cuidada em área no Crasto de Palheiros, e as datações radiocarbónicas obtidas, a sua sobrevivência durante o Alto Império nem sequer seria equacionada como hipótese. A ser assim, parece-nos que devemos passar a contemplar a possibilidade de o registo material nestes antigos povoados proto-históricos só conhecer alterações algo significativas a partir da Época Flaviana; e a possibilidade de serem apenas aqueles povoados que continuaram ocupados depois desses finais do séc. I d.C. a revelarem claros traços de ocupação em Época Romana. Em suma, o Crasto de Palheiros parece revelar que a generalização do modo romano de ocupação e exploração destes territórios interiores apenas se verificará a partir da segunda metade do séc. I d.C., ou mesmo, entrados no séc. II d.C., ao tempo do imperador Trajano. Terá sido então que alguns núcleos de povoamento agrupado se fundaram, que terão sido construídos muitos núcleos rurais de tipologia romana e que se abandonaram alguns povoados amuralhados de altura (como o Crasto de Palheiros), ainda que muitos outros, de idêntica tipologia, tivessem permanecido habitados, sendo objeto de reconstruções e melhoramentos.

A destruição do Crasto de Palheiros, ocorrida possivelmente nos finais do séc. I d.C., não se integra obviamente no processo de conquista romana. O incêndio que o destruiu pode ter sido resultante de uma ação não deliberada – de um descuido, de uma causa

natural. Se o incêndio foi deliberado, decorrente de uma intervenção do exército romano, então não podemos deixar de o associar hipoteticamente a uma ação punitiva romana, relacionada com o processo de reestruturação territorial levada a cabo em Época Flaviana, à semelhança do que foi proposto para o povoado do Monte do Castro (Ribadumia, Pontevedra) (Currás Refojos, 2014: 725), igualmente destruído por um incêndio durante o séc. I d.C. (Rodríguez Martínez, 2012).

O registo publicado é claro e encerra um significado. A total ausência de certos materiais (Pinto, 2012) num quadro cronológico como o de Palheiros não pode ser minimizada e muito menos ignorada – as ausências carecem de explicação. Não havendo datações radiocarbónicas, os dados recuperados não autorizariam ninguém a propor uma ocupação do local durante a Época Romana ou mesmo durante o séc. I d.C. E muito menos essa cronologia de ocupação seria proposta com base apenas nos materiais à superfície. Tal significará que, por um lado, há povoados em Época Romana (alto-imperial) que mantêm um registo material em tudo semelhante ao da Idade do Ferro ou pelo menos ao da sua fase final – onde, portanto, as permanências indígenas prevalecem e o conservadorismo das formas é bem notório. Significará também, por outro lado, que existirão povoados – identificados apenas com base nos materiais observados em prospeção – que terão um registo material e uma amplitude cronológica de ocupação semelhante ao do Crasto de Palheiros, ainda que estejam a ser classificados como pertencentes exclusivamente à Proto-História. Se assim for, para além de ser maior o número (e a percentagem) de povoados da Idade do Ferro que continuaram habitados em Época Romana, deveremos admitir a coexistência a dado momento do Alto Império de materialidades e espaços habitados muito ou mesmo radicalmente distintos, onde cabem tanto os casos de um arreigado conservadorismo de formas materiais, como os casos de claras ruturas em relação ao passado indígena. Seja como for, as mudanças terão sido graduais, decorreram ao longo de pelo menos uma centúria, dando assim corpo ao que designamos como paisagens de transição.

No quadro que estamos a traçar, uma outra possibilidade deve ser pelo menos considerada: a de existirem povoados de fundação romana alto-imperial (sem ocupação proto-histórica propriamente dita) que mantêm em grande medida um perfil “castrejo”. Esse vínculo à Idade do Ferro observar-se-ia na implantação

topográfica e na manutenção da muralha (mantendo operativas as mesmas técnicas construtivas), mas também noutros aspetos relacionados com a tecnologia, como as que acabam por revelar as cerâmicas de tradição indígena. Um fenómeno deste tipo, assente num manifesto conservadorismo de formas e de padrões territoriais de ocupação, encontra noutras paragens não muito distantes alguns testemunhos. O caso de Monte Mozinho (Penafiel) constituirá um bom exemplo de um povoado que parece não ser anterior a Augusto e apresenta uma estrutura castreja (Soeiro, 2005). Na parte ocidental da província de Salamanca, alguns povoados amuralhados poderão apresentar uma ocupação que se circunscreve apenas ao Período Romano, embora a sua morfologia os aproxime sobretudo de “ambientes castrejos”⁴⁴. Ou seja, se nestes territórios mais interiores e setentrionais da *Hispania* alguns povoados amuralhados continuam ocupações anteriores (conservando muitas das características desse mundo indígena), outros poderão constituir fundações novas, povoações amuralhadas surgidas já em época de ocupação (inicial) romana. Alguns exemplos deste tipo podem também ser invocados para o Noroeste hispânico. O povoado mineiro de Orellán, localizado na área de influência direta de Las Médulas, ocupado desde o segundo terço do séc. I ao séc. II d.C., apresenta materiais e técnicas construtivas claramente indígenas: numa primeira fase, revela uma estrutura espacial, mobiliário e espólio em tudo semelhante ao que era habitual nos castros pré-romanos; numa fase seguinte a sua estrutura habitacional interna modifica-se e reflete já o mundo romano, ainda que se mantenham até ao abandono do povoado algumas das características construtivas pré-romanas. O mesmo se passa em relação ao espólio – a presença de materiais tipicamente romanos (incluindo materiais importados) observa-se de forma clara na segunda fase de ocupação (datável da segunda metade do séc. I d.C.), predominando os fabricos locais e regionais de cerâmica comum, de tradição indígena, incluindo também as cerâmicas feitas à mão tradicionais, numa primeira fase de ocupação (Sánchez-Palencia, 2000: 231-233 e 264-266). Na mesma zona, o povoado amuralhado de Borrenes constitui outro interessante exemplo: a muralha (de tipologia castreja) foi levantada (e o respetivo fosso defensivo aberto) pela comunidade indígena (*castellani*), mas acabou por ser destruída intencionalmente (antes mesmo da plena ocupação do povoado) num momento em que, aparentemente, a presença romana (ou dos seus exércitos) já se fazia sentir nessa zona (Sánchez-Palencia, 2000: 82-89). Este facto

mostra que ainda se fundavam povoados e se seguiam os modelos construtivos dos séculos anteriores num momento inicial de ocupação romana em algumas zonas mais setentrionais da Hispânia.

O novo padrão de povoamento que se estrutura durante o séc. I d.C. englobará assim uma diversidade de situações. Desde os povoados que seriam centros de poder durante a Idade do Ferro e que continuam a ser “lugares centrais” em Época Romana, às curtas deslocalizações, para as ladeiras e sopés dos cabeços, às novas fundações (incluindo os povoados mineiros) e aos que serão abandonados no decurso do séc. I d.C.. Quando nos focamos em cada uma destas situações é expectável alguma variabilidade. Noutras paragens do Noroeste, a título de exemplo, conhecem-se alguns castros possivelmente abandonados no séc. I d.C. (talvez antes do Período Flaviano) e que revelam registos materiais distintos: desde aqueles onde inclusivamente predomina o material romano (Castromaior, Portomarín, Lugo), àqueles onde o registo é fundamentalmente indígena (Castro de Baroña, Porto do Son, A Coruña), ou onde este é praticamente único, estando ausente o material romano (Os Castros, Toques, A Coruña).

Alguns destes povoados amuralhados de altura, de “tipologia castreja”, mas fundados já em Época Romana, poderão integrar o grupo dos designados “povoados mineiros” (“mineiros” face à sua estreita relação com explorações mineiras nas imediações). Na área em estudo e sem escavações não sabemos ao certo se alguns deles ou se todos eles corresponderão a fundações romanas. Mas neste grupo, independentemente desta dúvida, poderão incluir-se o Castelo de Macedinho (Trindade, Vila Flor), Vila Velha (Vale Verde, Mirandela), Fragas do Castelo (Frechas, Mirandela), todos relacionáveis com o território mineiro aurífero que se estende entre a Trindade, Freixeda, Frechas e Vila Verde, o povoado da Cerca (Vila Verde, Alijó), igualmente posicionado junto a uma área mineira e no trajeto de um via com ligação a Tresminas e Jales (Vila Pouca de Aguiar), Vale de Osso (Carrzedo de Montenegro e Curros, Valpaços), na área de influência da Serra da Padrela, e o pequeno povoado do Salto (Sobreda, Murça). Outros poderão corresponder a povoados mineiros (de fundação romana) mas não amuralhados, como poderá ser o caso do povoado de S. Martinho de Marmelos (Mirandela) – estes integrarão uma tipologia de aldeias romanas que encontra no povoado da Veiga de Samardã, colado às grandes cortas de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar), um elucidativo exemplo (Batata, 2009; Carvalho e Sánchez-Palencia, 2016).

Os povoados mineiros fundados no Alto Império constituem outra forma de povoamento romano relativamente habitual no Noroeste (Currás Refojos, 2014). Esta frequência é ainda maior junto às áreas mineiras do interior, como as das regiões transmontanas. Ainda que se inscrevam claramente no quadro provincial romano, e numa nova lógica de exploração dos recursos naturais, muitos destes castros continuam a revelar um registo material fundamentalmente indígena. Mesmo que tenham sido fundados já na passagem para o séc. I d.C. (ou mesmo na primeira metade do séc. I d.C., sobretudo em Época de Tibério e Cláudio), o grosso das cerâmicas comuns observadas podem ser consideradas de tradição indígena em termos de fabricos e de formas, embora nesses primeiros contextos possam também surgir importações romanas, como as ânforas *Haltern 70* e (a partir de década de 60-70 d.C.) a *sigillata* hispânica. Seja como for, estes povoados já se enquadram perfeitamente adentro da lógica de ocupação e exploração romana do território. Ou seja, embora as comunidades indígenas em Época Romana continuem a eleger o castro como unidade de povoamento (ao mesmo tempo que a muralha continua a mostrar-se como elemento distintivo do grupo e marcador territorial), estes povoados acabam por se enquadrar no processo de reestruturação do povoamento alto-imperial e no contexto de exploração inicial dos recursos mineiros levados a cabo por Roma.

As permanências indígenas e o carácter marcadamente rural deste território não significam que profundas alterações no decurso do séc. I d.C. não se tenham processado. A estrutura do povoamento poderá assentar em algumas sobrevivências, mas outras e novas modalidades de povoamento surgem e multiplicam-se. E, sobretudo, uma nova lógica ou estratégia de ocupação e exploração do território marcam um tempo novo, pautado também aqui pela novidade e pela aceleração histórica. A um povoamento (proto-histórico) eminentemente agrupado sucede, pelo menos em parte, um povoamento rural disperso. Outros núcleos de povoamento, de tipo aberto e disperso (sobretudo granjas e casais e algumas *uillae*), ocupando as planuras e os vales, serão uma evidência desde o séc. I d.C. – e estes, ao multiplicarem-se, densificam também a própria rede de povoamento rural em relação ao período anterior. Este aumento dos núcleos de povoamento agrupado e disperso é acompanhado também por uma maior diversidade morfológica, sendo

esta desde logo reveladora de uma outra especialização ou adequação funcional às exigências dos novos tempos. Num novo quadro socioeconómico surgirá uma diferenciação funcional entre povoados (sejam eles fortificados ou não). Todavia, esta possível diferenciação funcional (mas não no sentido de uma especialização funcional absoluta) só fará sentido no quadro de uma interdependência funcional entre povoados que se relacionam estreitamente em rede. E esta especialização tendencial poderá constituir precisamente um dos fatores distintivos em relação ao período anterior.

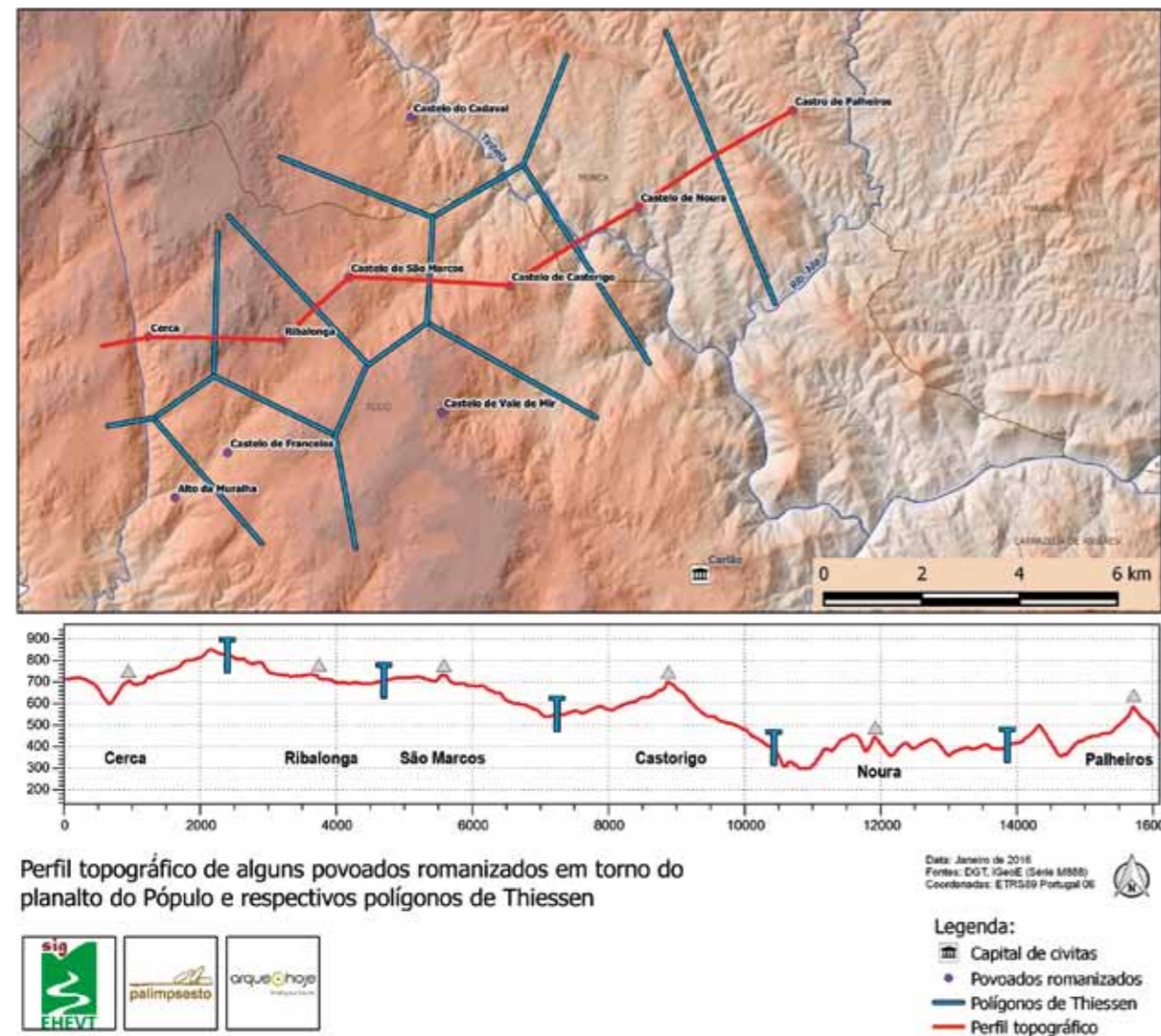
A esta característica juntar-se-á outra: uma clara hierarquização do povoamento, revelada por sítios com dimensões muito distintas – das dezenas ou centenas de m² a alguns hectares. Mesmo em termos de povoamento agrupado, certos castros poderão ter exercido algum controle sobre outros. Os diferentes níveis de fortificação que os castros apresentam sugerem-no. Alguns, face ao aparato construtivo que as suas linhas de muralha apresentam, parecem distinguir-se como lugares centrais ou centros de poder em Época Romana. Seria nestes que se encontrariam as aristocracias locais ou indígenas. Estas desempenhavam um importante papel na gestão do território de cada *castellum*, tanto numa fase inicial de domínio romano, antes da formação das *ciuitates*, como após a sua constituição, no quadro de uma malha de povoamento descentralizada. Alguns, como sejam, por exemplo, o Castro do Pópulo e o Castro do Cadaval, entre o Planalto de Alijó e o Tinhela, apresentam um sistema defensivo complexo, impõem-se em termos “monumentais” e destacam-se claramente na paisagem, obtendo um amplo domínio visual sobre a envolvente. Estes grandes povoados conseguem ver e serem vistos distintamente, controlariam o território e a passagem das principais vias, podendo assim ter assumido (ou continuado a assumir) a função de “centros de poder indígena” em Época Romana, complementando o controlo de um *territorium* sediado neste caso no Castelo de Carlão. Outros, porém, como o povoado da Cerca (Vila Verde, Alijó), posicionam-se de modo discreto, em relevos pouco pronunciados e algo camuflados na paisagem, voltados possivelmente para os recursos naturais explorados em redor.

A particular concentração de povoados proto-históricos romanizados numa área centrada no planalto de Alijó, mas que se estende para além da margem direita do Tinhela (a sul das serras de S. Domingos e do Ratiço, e também, mais distantes da Garraia e Santa

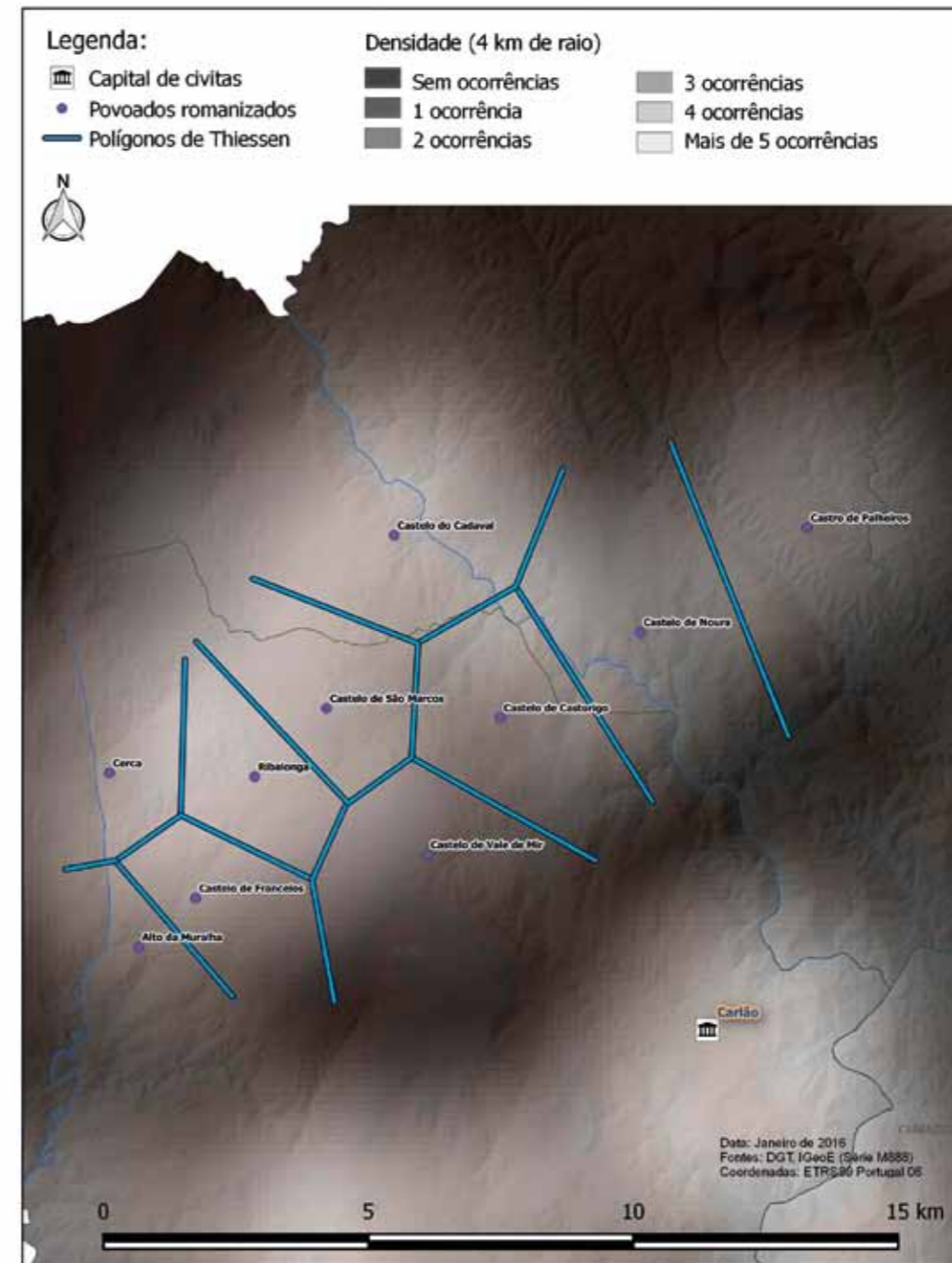
Comba), levou-nos a selecionar um conjunto de dez povoados amuralhados para ensaiar algumas análises espaciais, partindo do princípio de que todos foram contemporâneos, pelo menos durante o séc. I d.C.⁴⁵.

Os *heatmaps* efetuados para este estudo-caso começam por mostrar uma concentração de povoamento bem mais elevada nesta zona (Mapa 11). A partir dos “buffers” projetados para cada povoado verifica-se depois que há sobreposição de territórios de exploração / captação, até em áreas de apenas 1,25 km, sendo ainda mais notórias essas sobreposições quando se projetam buffers de 2,5 km para cada um dos povoados (Mapa 12). O grande Castro do Pópulo / Castelo de S. Marcos, por exemplo, inclui no seu território de marcha de 1 hora o Castelo de Ribalonga e outros quatro povoados no território de 2 horas (i.e., os povoados de Val de Mir, Castorigo, Cadaval e Castelo de Francelos, situados justamente em cima do limite projetado para as 2 horas). Ou seja, se forem contemporâneos, tal revela a presença de uma rede de povoados muito próximos uns dos outros, com territórios muito encaixados, e com eventuais interdependências funcionais.

Ao ensaiar-se também a aplicação dos “polígonos de Thiessen” a esta área em particular, pretendeu-se determinar teoricamente a forma e o tamanho do “território de exploração” ou da área de influência de cada povoado amuralhado individualizado, considerados contemporâneos pelo menos a dado momento do séc. I d.C. Assim e desde logo, verifica-se que a distribuição pelo território deste conjunto de povoados romanizados é equilibrada, desenhando um conjunto de territórios hipotéticos cadenciados, conferindo a esta área uma certa homogeneidade em termos da sua organização sociopolítica – porventura herdeira do passado proto-histórico, mas ativa em Época Romana no quadro de cenários de representação política descentralizados. Por sua vez, o perfil topográfico igualmente projetado, articulados com os polígonos, permite verificar que em certos casos os relevos constituíam limites, noutros seriam os vales marcados por linhas de água (Mapa 10). Entre os povoados da Cerca e de Ribalonga há uma serra que cria essa barreira natural, coincidente com o limite do polígono. Entre São Marcos, Castorigo e Noura, os polígonos são também coincidentes com os vales profundos e estreitos, podendo assim constituir fronteiras naturais entre estes assentamentos. Os povoados, por sua vez, ocupam relevos proeminentes, visíveis no perfil, mesmo a esta escala, exceto Ribalonga. Curiosamente, os povoados que mais se destacam na paisagem serão



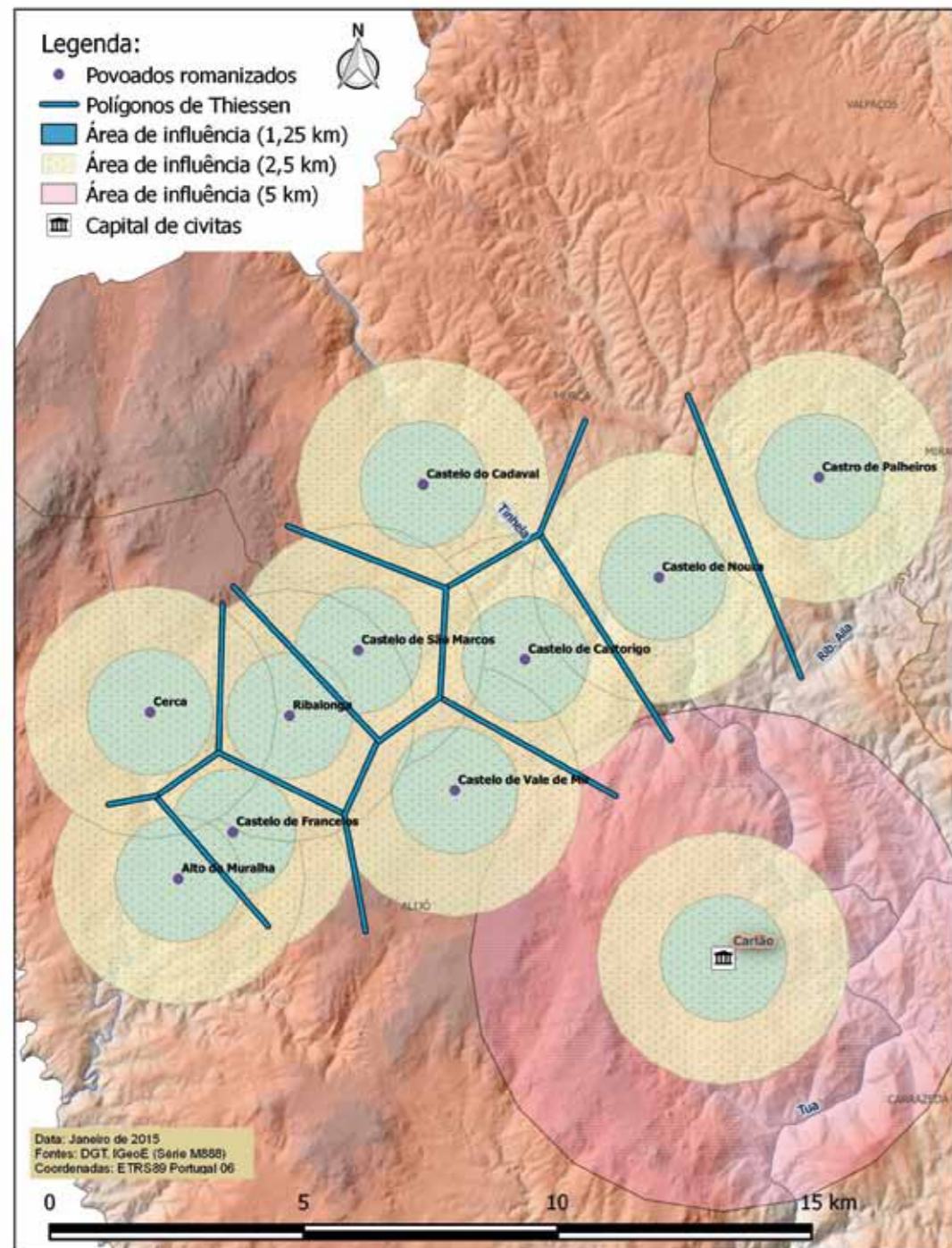
Mapa 10: Povoados romanizados do planalto do Pópulo – localização altimétrica e territórios teóricos.



Mapa de densidade de povoamento romano e polígonos de Thiessen em torno da área de Carlão e dos povoados do planalto do Pópulo



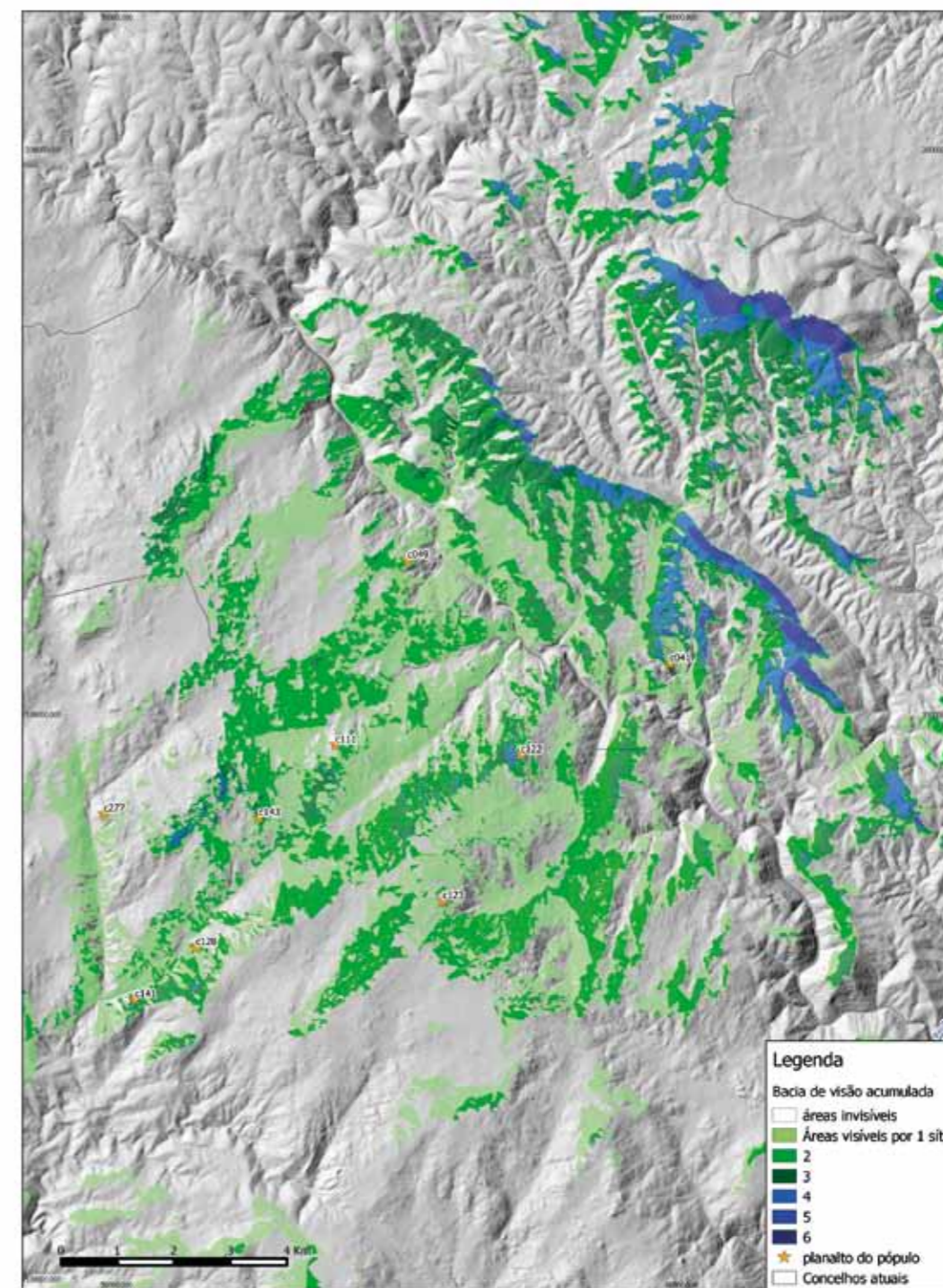
Mapa 11: Povoados romanizados do planalto do Pópulo – territórios teóricos, densidade de povoamento romano e relação com Carlão.



Áreas de influência e polígonos de Thiessen de povoados romanizados em torno do planalto do Pópulo



Mapa 12: Carlão, possível capital de civitas, e povoados romanizados do planalto do Pópulo – territórios de influência teórica.

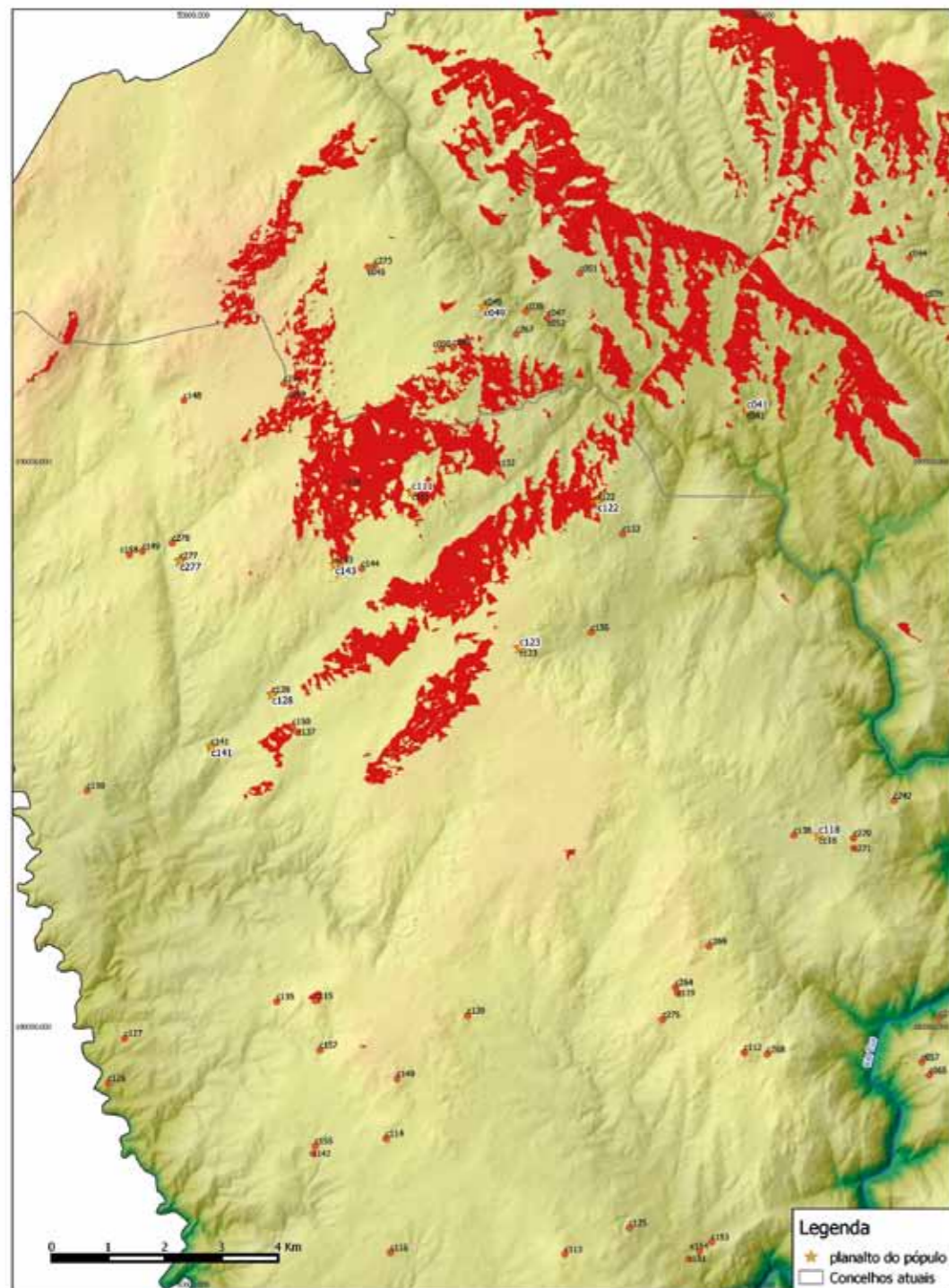


BACIA DE VISÃO ACUMULADA

Data: Junho de 2014
 Fontes: DGT, IGeoE (Série M588)
 Coordenadas: ETRS89 Portugal 06

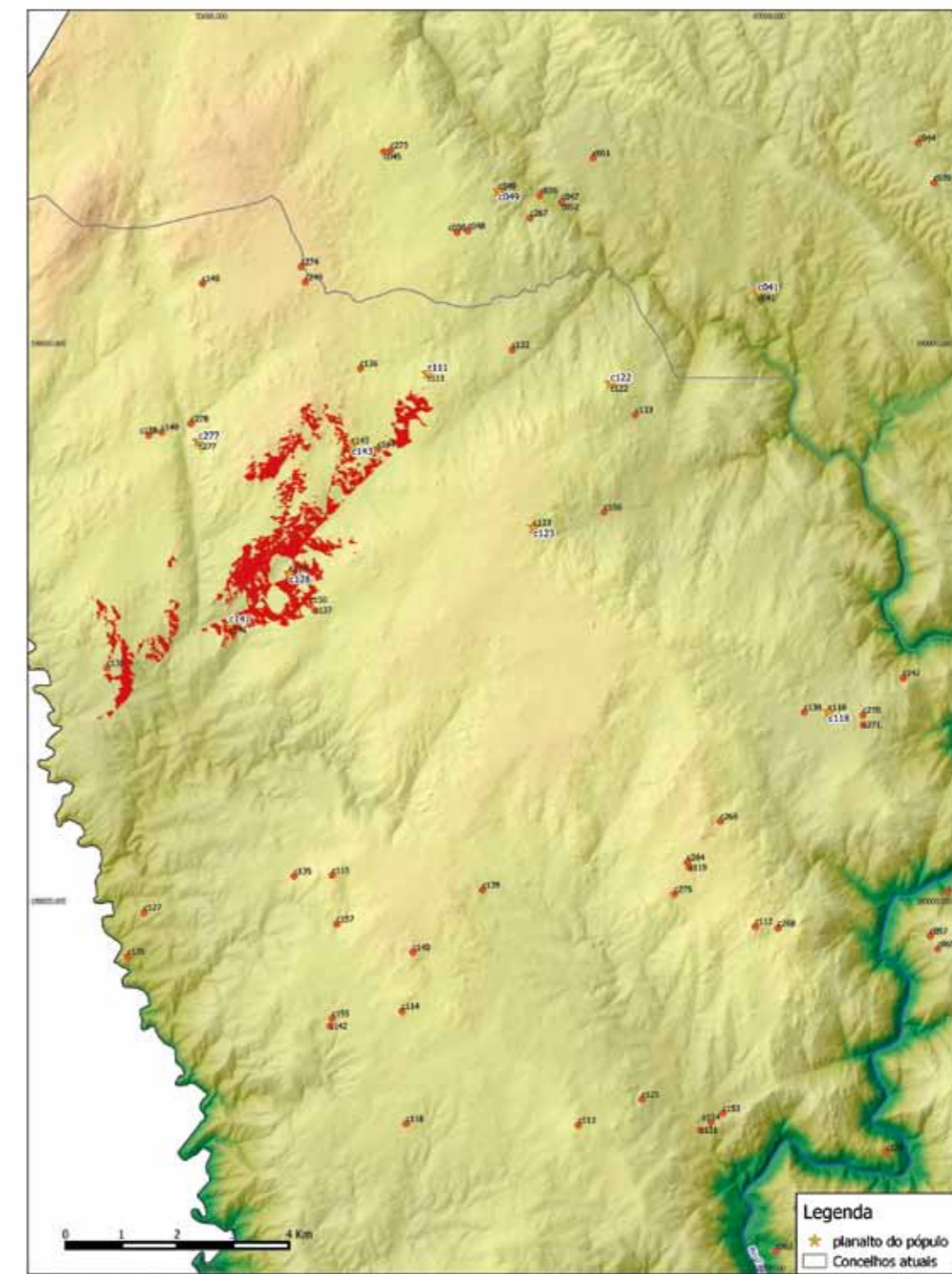


Mapa 13: Bacia de visão acumulada ensaiada a partir de 9 povoados localizados no planalto do Pópulo.



BACIAS DE VISÃO (c111)

Data: Junho de 2014
Fontes: DG2, Kame, Geia M860;
Coordenadas: ETRN20 Portugal 06



BACIAS DE VISÃO (c128)

Data: Junho de 2014
Fontes: DG2, Kame, Geia M860;
Coordenadas: ETRN20 Portugal 06



Mapa 14: Bacia de visão a partir do povoado do Pópulo / S. Marcos.

Mapa 15: Bacia de visão a partir do povoado do Castelo de Francelos.

precisamente aqueles que terão conhecido uma ocupação romana menos expressiva – reflexos dos novos tempos e de uma nova estratégia de organização territorial: Castorigo, no seu topo, apresenta vestígios romanos pouco expressivos; e Palheiros, posicionado numa zona periférica desta mancha de povoamento romano mais intensa, terá sido abandonado a partir da segunda metade do séc. I d.C. ou na transição para o séc. II d.C.

A bacia de visão acumulada projetada para o conjunto dos 11 povoados permite constatar que são precisamente os povoados de Castorigo e Palheiros os que mais se destacam em termos de intervisibilidade; o povoado da Cerca, por sua vez, para além de ser um dos mais periféricos neste conjunto, é o menos exposto na paisagem. Ao mesmo tempo, observa-se que esta bacia de visão acumulada, para nordeste, encontra o seu primeiro limite na linha de cumeeada que segue ao longo do Tinhela, no sentido NO / SE (Serras de S. Domingos, 667m, e do Ratiço, 562m), configurando o que poderia ser o território “político” ou de exploração imediata desta rede articulada de povoados de altura romanizados. Um pouco mais distante, a unidade quartzítica que constitui os relevos das serras da Garraia (843 m), Passos (940 m) e Santa Comba (1016 m), marca o limite visual a partir deste território para nordeste – também ela, como antes defendemos, provável limite entre *ciuitates* (Mapa 13).

Também foram projetadas, a título de exemplo, bacias de visão individuais a partir de cada um destes povoados. Podemos constatar que a capacidade de observação desde o Castelo de Francelos era muito reduzida, confinada ao vale adjacente, assim como se verifica com o povoado da Cerca, ao debruçar-se também sobre o vale mais próximo; ao invés, o domínio visual obtido a partir do povoado de Val de Mir é amplo, assim como o do Pópulo é também relativamente expressivo, sendo ao mesmo tempo visíveis desde muitos lugares (Mapas 14 e 15). Se a localização dissimulada na paisagem de alguns povoados poderá estreitamente relacionar-se com a proximidade (e exploração) de recursos naturais, de solos com boa aptidão agrícola ou com a passagem de uma via, outras localizações mais expostas poderão ter funcionado como marcadores territoriais e cenários de representação política – como exemplos do primeiro caso temos os povoados da Cerca e de Ribalonga, do segundo destaca-se o povoado do Pópulo.

Igualmente interessante, pelo significado que poderá encerrar, é constatar que o sítio de Carlão (eventual capital de *ciuitas*), não estabelece contacto visual com qualquer um dos povoados objeto de análise, encontrando-se fora do alcance da referida

bacia de visão acumulada. Parece constituir, no entanto, o foco “central” de outra zona com maior densidade de povoamento romano, formada aqui por núcleos dispersos. Neste sentido, e no quadro de uma estratégia de ocupação territorial complementar à de Carlão, o castro do Pópulo, assim como outros, como o de Val de Mir, Ribalonga e Cadaval, ter-se-ão igualmente constituído como núcleos principais, cada um cumprindo funções específicas em territórios circunscritos. A organização destas *ciuitates* (e das suas elites) eminentemente rurais, com malhas de povoamento descentralizadas, permitia estes distintos palcos de representação política e esta forma de articulação e hierarquização territorial.

A nova estratégia de ocupação do território contínua vinculável ao modo como os diferentes recursos naturais potencialmente exploráveis se distribuem pelo território, mas tendo em conta a nova tecnologia empregue e, sobretudo, uma escala de produção que, em alguns domínios, ultrapassará claramente as necessidades locais e regionais – e esta será uma outra diferença de fundo que se poderá estabelecer relativamente à Proto-História. Mas se esta relação estreita com os recursos que a terra proporciona é natural, também se verifica que na sua maioria estes povoados parecem estar relacionados com a passagem de vias – tanto com itinerários principais, como as variantes sul e norte da *uia XVII*, como com aquelas outras que cruzavam estes territórios de sul para norte, ligando a *uia XVII* ao Douro e à província da Lusitânia, e que sendo trajetos secundários em termos provinciais seriam importantes em termos regionais. Muitas destas vias ter-se-ão estruturado em Época Romana, mas decalcarão antigos caminhos proto-históricos, aproveitando os corredores naturais de circulação de sempre. Neste sentido, esta relação entre vias e povoados fortificados remontará em grande medida à Idade do Ferro. Sem prejuízo também de razões de ordem geo-ambiental que o possam justificar, a romanização desses povoados parece igualmente ocorrer quando essa relação direta com os trajetos viários se continua a verificar ou é mais notória – quando não se verifica, alguns povoados amuralhados serão abandonados⁴⁶.

Se antes o Crasto de Palheiros nos convocou para a discussão sobre o início da ocupação romana nesta região, o Alto da Cerca dos Mouros (ou Alto dos Godecos) remete-nos para o final do Período Romano e para uma outra questão que importa clarificar. Ou seja, importa perguntar

se alguns dos lugares fortificados que assinalamos, ocupando áreas consideradas periféricas e por vezes, também por isso, entendidos como “povoados mineiros” romanos (Lemos, 1993, Ib: 425-426), não poderão antes inscrever-se num outro quadro (e lógica) de povoamento característico da Antiguidade Tardia? O exemplo deste Alto da Cerca dos Mouros, situado no rebordo de uma zona montanhosa e no limite dos concelhos de Murça e Valpaços, poderá constituir claro exemplo desta outra modalidade de povoamento, tanto pela tipologia do povoado, como pelos materiais datáveis que recolhemos à superfície (por agora, exclusivamente, *terra sigillata* hispânica tardia, oriunda do vale do Douro, datada do séc. VI-VII).

Na bacia hidrográfica do Tua a maioria dos castros não terá sido abandonada, como se verifica noutras regiões do Noroeste peninsular, como vimos, mas ao contrário do que se afirma para outros territórios contíguos⁴⁷. No total, estes povoados proto-históricos que continuam ocupados em Época Romana ultrapassarão as cinco dezenas, representando assim uma parcela muito significativa do povoamento romano.

Numa paisagem onde o fenómeno urbano rareia (e considerando também as restantes modalidades de povoamento romano) poderemos afirmar que o castro nestes territórios continua a ser o tipo de habitat predominante. E não é apenas a sua frequência que se deve destacar. Vários desses povoados parecem manter (ou poderão mesmo ter adquirido) uma grande influência na estrutura de povoamento romano: o Castelo de Carlão à cabeça; mas também o núcleo de povoados do Planalto de Alijó, englobando os castros do Pópulo, Ribalonga e Cadaval; ou mesmo um outro conjunto de povoados deste planalto, situados num entroncamento de vias ou nos seus trajetos em direção ao Rio Pinhão – Santa Bárbara de Favaiois, Nossa Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro, ou mesmo o Alto da Muralha, em Vilar de Maçada (podendo, nestes casos em particular, a ocupação romana ter-se deslocado progressivamente para o sopé dos cabeços, estando no fundo na origem direta das atuais localidades); situação semelhante (relação com nós viários e ocupação das terras mais baixas contíguas ao castro) ter-se-á verificado em Linhares e Freixiel, ou mesmo em Lamas de Orelhão; mais a norte, num lugar central da bacia média do Tua, o castro de S. Martinho de Cima ou Castelo Velho; ou, mais adiante, na margem esquerda do Tuela, os castros de S. Juzenda e de S. Brás; do lado de Valpaços, parecem destacar-se os sítios do Alto da Torre / Vila

Nova, em Santa Maria de Émeres, e Cerca dos Mouros ou Cerca de Ribas, em Argeriz, no trajeto da via que seguia para Chaves. O Cabeço de Vale de Telhas, por sua vez, também poderia obviamente integrar este grupo, confirmando-se a sua ocupação durante a Idade do Ferro – sendo uma fundação nova, poderia ter recebido a população do castro da Muralha, aparentemente abandonado em Época Romana, e do castro da Bireira, com escassos vestígios de Época Romana (ambos na freguesia de Bouça). Ou seja, o domínio romano teria reconhecido a centralidade do castro, reforçando-a, inclusivamente, através de um mecanismo de *contributio*. Também a possível capital de *ciuitas* localizada no Chão da Capela (Junqueira, Torre de Moncorvo), sendo uma fundação de raiz, poderá igualmente ter recebido a população do grande castro de Santa Marinha, em Sampaio (Vila Flor e Nabo) (sem vestígios de ocupação romana), mantendo-se apenas ocupado e de forma aparentemente expressiva o vizinho castro de S. Pedro e o contíguo povoado de Lodões.

Estas paisagens reconfiguraram-se durante o séc. I d.C.: terão então surgido novas centralidades. O povoamento rural disperso, constituído sobretudo por quintas e casais e em menor medida por *uillae*, multiplica-se. Aparecem povoados importantes fundados de raiz, com uma dimensão oficial, entendidos como *uici*. Outras fundações oficiais, podendo relacionar-se de perto com esses *uici* ou com os centros de poder, seriam as estações de muda (*mutationes* ou *mansiones*), espaçadas de forma cadenciada ao longo dos principais trajetos, e posicionando-se sobretudo onde estes se cruzavam. Todavia, não obstante esta ideia de reconfiguração, associada à ideia de um tempo novo, consideramos que na sua essência esta região terá continuado estruturada em função de núcleos agrupados e arruados, coincidindo com os anteriores castros ou tendendo a localizar-se nas suas imediações, controlando a exploração, portanto, de um território em grande medida idêntico. Neste cenário, em que os povoados se estendem para o vale, estreita-se a relação das comunidades que neles vivem com as vias, não tanto pela aproximação a um novo corredor aberto, mas mais no sentido de reforçar uma ligação que vem de trás; estreita-se a relação dessas comunidades indígenas com os recursos naturais que as terras baixas proporcionam (sobretudo com a atividade agrícola), mas sem que este maior vínculo sustente a ideia de rutura no modo como os recursos naturais são explorados. Para além dos reflexos no padrão de ocupação do solo que decorrem de uma nova organização administrativa e ordenamento

territorial, talvez somente a escala de exploração dos recursos mineiros (sobretudo auríferos) seja responsável não apenas por grandes alterações paisagísticas, mas também pelo aparecimento de modelos completamente novos de povoamento, como é o caso dos povoados mineiros.

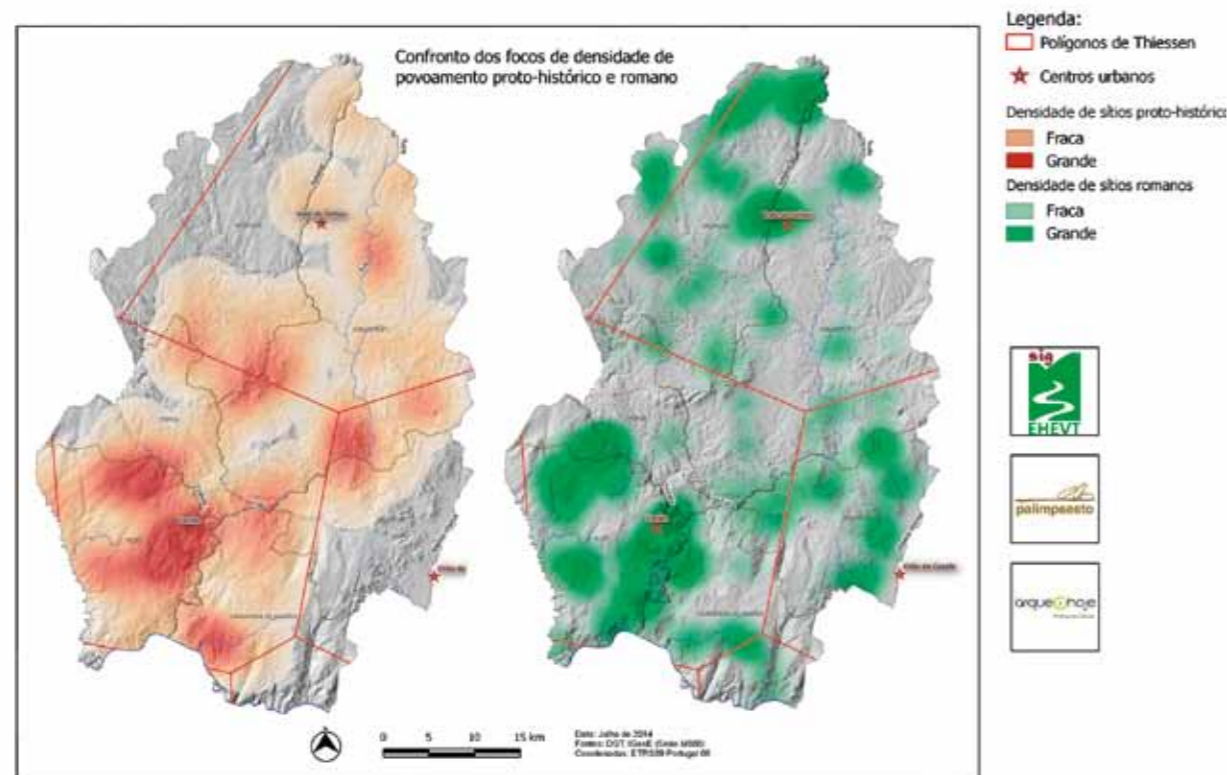
A nova modalidade de ocupação territorial pode não ter apagado alguns dos traços que desenham o povoamento anterior. Mas tal não significa de forma alguma que estas comunidades continuem a evoluir à margem do poder do Império (Fernández-Posse, 1998: 233-234). Ao entrar no séc. I d.C. as alterações serão profundas e cada vez mais evidentes: também nestas regiões se modifica a estrutura social e as relações de poder. O quadro fiscal e administrativo é outro, os modos de produção alteram-se. O mais comum, ao nível das “materialidades”, serão as readaptações e também as transformações: muitos dos povoados de “tipologia castreja” permanecem ocupados, continuam a ser unidades centrais da ocupação territorial nos inícios do Império, as continuidades detetam-se amiúde no registo arqueológico, mas esse mesmo registo passa acima de tudo a incorporar um conjunto cada vez maior

de novidades, observáveis tanto nas novas estruturas que se erguem e nos espaços públicos e privados que se configuram, como nos novos materiais que circulam, ou ainda nas novas práticas do quotidiano de uma comunidade cujos ascendentes, na sua grande maioria ou quase totalidade, convém lembrar, serão nativos.

Em suma, com o domínio romano continua a prevalecer o povoamento agrupado, ao contrário do que se verifica noutras regiões, onde o povoamento romano se pulveriza e o padrão se desenha essencialmente em função de núcleos rurais de povoamento disperso. Cenário, aliás, onde se fundará aquele que ainda na contemporaneidade caracteriza Trás-os-Montes (sobretudo a *Terra Fria*) nos nossos dias:

“[...] o povoamento disseminado, marcas da paisagem atlântica, mostra-se raramente. [...] A gente junta-se em aldeias que ponteiam de longe em longe a solidão dos campos, limpos de arvoredo e quase sem casas dispersas. As usanças comunitárias não se apagaram de todo.”

Orlando Ribeiro (1991: 1249)



Mapa 16: Confronto das densidades de ocupação: Proto-História vs Época Romana

3.2. O povoamento disperso

Tendo em conta o inventário de sítios conhecidos, mais do que ser um território povoado por *uillae*, as granjas e os casais seriam os núcleos de povoamento rural disperso mais habituais (Mapa 17). Numa região a norte do Douro onde, na sua grande maioria, o substrato étnico-social era indígena, este cenário aproxima-se de outros, como os do interior norte da Lusitânia (Carvalho, 2007). Distingue-se, porém, em relação a esses, pela prevalência do povoamento agrupado, particularmente dos castros. Como vimos, em toda esta área centrada no Vale do Tua, os povoados parecem reunir a maior parte dessa população indígena, de condição livre. As *uillae* são escassas, assim como as

granjas e os casais. E quando surgem em maior número, inscrever-se-ão, segundo a nossa proposta, na Lusitânia a norte do Douro, mais concretamente no *territorium* da *ciuitas Baniensium*: as *uillae*, nas terras de Vila Flor, já na área de influência do Vale da Vilarça (a ocidente do Tua apenas um lugar poderá ser classificado como *uilla* e com as devidas reservas); e as granjas e casais também no planalto de Carrazeda de Ansiães (aqui a par dos *uici* e sem os povoados amuralhados). É no território considerado lusitano que os núcleos de povoamento disperso se mostram de forma mais expressiva. O padrão de povoamento rural e quadro administrativo parecem ajustar-se.

3.2.1. As *uillae*

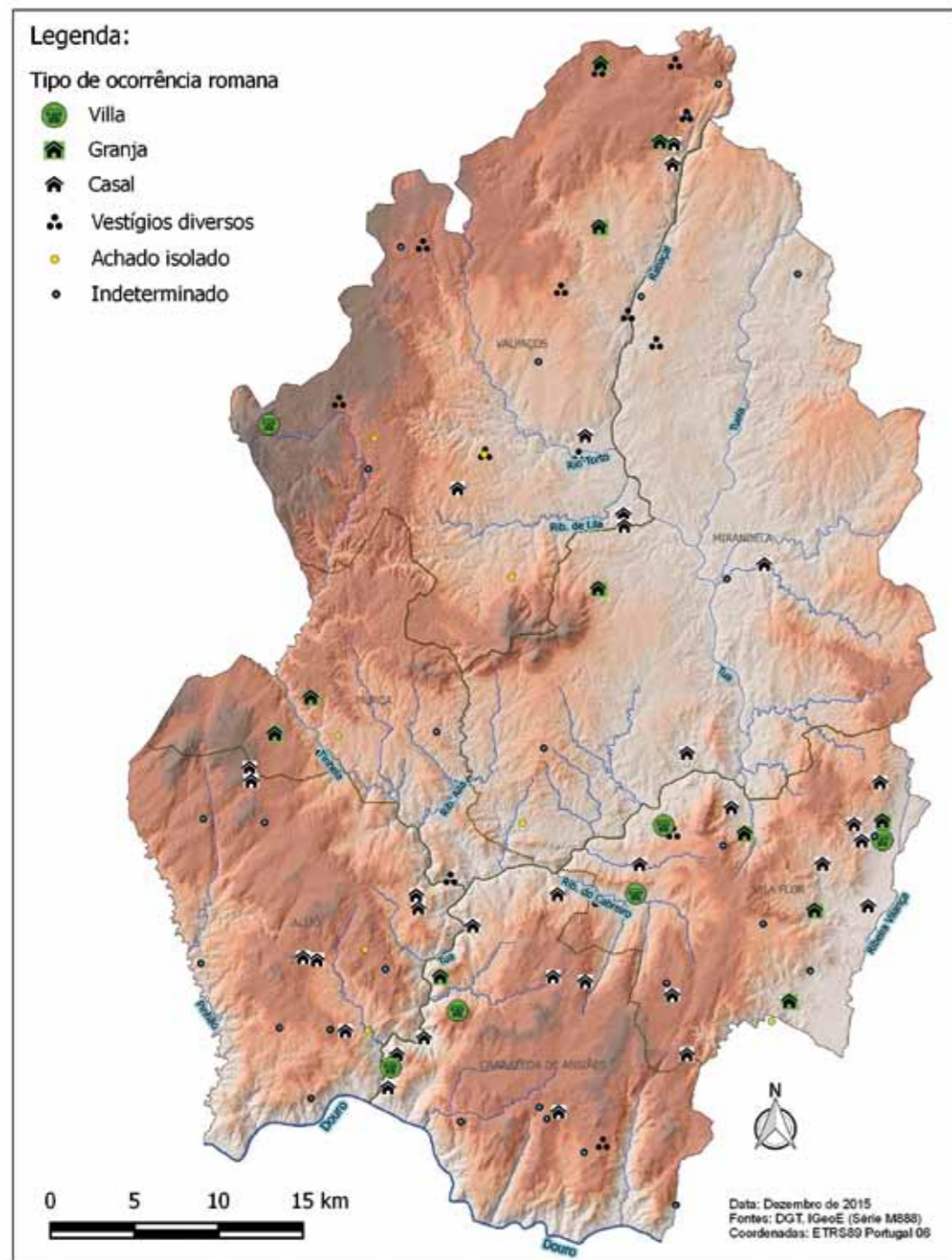
As *uillae* constituem a melhor representação do modo como os Romanos ocupavam e exploravam os campos. Equivalem ao que hoje consideráramos uma grande quinta, pertença de uma família abastada. Destacavam-se assim pela riqueza e requinte da área residencial (*pars urbana*) e pela extensão da propriedade (*fundus*). Mostram sinais de um modo de vida sofisticado, refletidos tanto nos pavimentos de mosaico como nas estruturas do edifício termal ou ainda no peristilo porticado e ajardinado que estrutura a casa. Mas também de um novo sistema de produção, revelado pelas instalações e equipamentos (lagares, fornos e forjas) e pela escala de produção agropecuária que esse conjunto da *pars rustica* e *fructuaria* permitia. Corporizando um conjunto de valores genuinamente itálicos, revelam também, a seu modo, a emergência de um tempo novo no espaço rural (Carvalho, 2007: 470 ss).

Nestas regiões, porém, estes núcleos de povoamento rural disperso não parecem ser muito frequentes – ou, pelo menos, não seriam tão frequentes como noutras paragens sobretudo mais meridionais da Hispânia, onde o sistema de *uillae*, acompanhado por uma *centuriatio* (e mesmo pela instalação expressiva de colonos), se impõe, apagando em grande medida a anterior organização social e agrária. A ocupação destes territórios eminentemente rurais a norte do Douro estruturou-se de outro modo. Se à proliferação de núcleos de povoamento agrupado

juntarmos a dispersão esparsa de casais e quintas, a configuração agrária destes territórios, assim como a sua lógica de exploração, seria em parte distinta daquela que é proposta habitualmente para outras regiões da Hispânia.

Apenas seis sítios poderão ser classificados como *uillae*. No concelho de Vila Flor, classificáveis como *uillae*, assinalamos dois sítios. Em Santa Cruz (Santa Comba da Vilarça), a grande área de dispersão e a quantidade de materiais observáveis à superfície (entre os quais se destacam fragmentos de *sigillata* hispânica e pedaços de *opus signinum*), numa plataforma sobranceira ao vale da ribeira da Vilarça (e à possível *caput ciuitatis* dos *Banienses*), permite sustentar esta proposta (Lemos, 1993, IIa: 344-345, n.º 667; Cruz, 2000: 265, n.º 313)⁴⁸. No Olival do Rei (Ribeirinha / Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas), no limite norte do concelho, numa encosta voltada para o vale onde corre não muito distante o rio Tua, localizar-se-á outra *uilla*. Os materiais cerâmicos à superfície são relativamente abundantes. As sondagens aí efetuadas, quando da construção da estrada que liga Vilas Boas a Ribeirinha, permitiram identificar bases e fustes de colunas e um conjunto assinalável de cerâmicas, incluindo *terra sigillata* hispânica (Lemos, 1993, IIa: 392-393, n.º 772; Cruz, 2000: 287).

A *uilla* que localizamos em Freixiel (Vila Flor) é duvidosa. Este sítio poderá antes corresponder a uma



Sítios de povoamento romano disperso no vale do Tua



Mapa 17: Núcleos de povoamento disperso.

estação de muda (*mutatio*), face à sua provável localização nas imediações de um cruzamento de estradas. Todavia, o facto de se situar na base do pequeno povoado de altura (romanizado) do Castelo, ligado a este por uma continuidade de vestígios, poderá antes indiciar a presença de um povoado aberto, o qual se desenvolveu desde o topo do castro para as áreas mais baixas de Santa Marinha (identificada pelas ruínas de uma capela), aglomerando-se em torno da suposta estação de muda. Os vestígios de superfície (entre os quais se destaca *sigillata* hispânica, pesos de tear, mós, escórias, moedas e *opus signinum*) (Lemos, 1993, IIa: 374, n.º 735; Cruz, 2000: 272), não permitem destrinçar a modalidade de ocupação, uma vez que este registo material é comum ao tipo de sítios indicados: *uilla* ou povoado aberto, em ambas as hipóteses com possível estação de muda associada.

Em Carrazeda de Ansiães, próximo de Tralhariz, mais concretamente na Quinta da Ribeira, em pleno vale cavado do Tua, situa-se outra *uilla*. À partida, as encostas muito íngremes que nessa zona ladeiam o rio tornariam esse lugar insuspeito para a localização de uma *uilla*. Os vestígios descobertos, contudo, possibilitam essa classificação. Hoje, neste lugar, pouco se pode observar da ocupação romana: os edifícios da actual quinta parecem ter sido erguidos sobre a antiga construção; os socalcos dos vinhedos contribuem para ocultar ou disfarçar ainda mais o que terá existido. Porém, o que foi possível observar em 1900, na sequência de trabalhos agrícolas, não deixa margem para grandes dúvidas: capitéis, fustes e bases de coluna, quatro salas pavimentadas de mosaicos policromos, outras em *opus signinum*, paredes rebocadas com estuque pintado, para além de vários artefactos (incluindo cerâmicas de fabrico manual, de tradição indígena, abundantes *dolia* e *terra sigillata* hispânica, da segunda metade do século I), revelam a natureza e a importância do sítio (Vasconcelos, 1900: 193-201; Severo, 1903: 391-398). A passagem provável de uma estrada romana nas imediações, a proximidade em relação ao Tua, à sua foz, e ao Douro, e a presença de ecossistemas mediterrânicos neste troço do Vale do Tua, poderão explicar a presença de uma *uilla* no preciso lugar que a Quinta da Ribeira posteriormente ocupou.

Também nesta margem esquerda do Tua, um pouco mais a norte, na encosta do vale por onde corre a ribeira do Barrabaz, o sítio do Curral dos Moiros (Pombal, Carrazeda de Ansiães) poderá também ser classificado como *uilla*. Os vestígios à superfície encontram-se dispersos por uma vasta área e são relativamente abundantes, ainda que as surribas para o plantio de uma

vinha tenham pelo menos parcialmente destruído o que restava das estruturas romanas. Entre os vestígios observados encontram-se, para além de cerâmica comum e de construção romana, fragmentos de *sigillata* hispânica, mas também um ou outro peso de tear e pedaço de mó (Pereira e Lopes, 2005: 49). A natureza dos vestígios poderia também compaginar-se com um povoado aberto ou aldeia romana, mas a presença não muito distante de um sítio (Mós de Pombal) que classificamos como possível *uicus*, não aconselha essa classificação – parece-nos assim mais admissível que o Curral dos Moiros corresponda a uma *uilla* situada nas imediações de um *uicus* e próximo da passagem da via romana que desde a Valeira ou da Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães) se dirigia a Pombal.

As *uillae* parecem rarear ainda mais a ocidente do Tua e na parte norte deste território. No concelho de Murça não se encontra identificada qualquer *uilla* e no de Valpaços apenas uma estação arqueológica parece reunir características que permitem classificá-la como tal: o sítio dos Milagres (Padrela e Tázem), situado mesmo na extremidade da região em estudo, já na Serra da Padrela (onde se encontra o território mineiro de Tresminas e Jales) e nas proximidades da nascente da ribeira de Curros. Os vestígios romanos à superfície estendem-se por uma área vasta, destacando-se alguns fragmentos de *sigillata* hispânica e pedaços de *opus signinum*, para além de duas bases de colunas toscanas. Face também à implantação topográfica optou-se por classificar os Milagres como *uilla*. Mas não ficaríamos surpreendidos se eventuais escavações arqueológicas viessem a revelar um povoado aberto (porventura relacionado com a mineração) onde uma casa de maior porte e requinte se destacava.

Dois outros sítios (um no concelho de Alijó e outro no de Mirandela) têm sido classificados como *uillae*. O que foi possível observar, porém, não nos permite reafirmar essa proposta classificativa. O sítio de S. Bento (Favaio), posicionado alguns numa zona de transição entre o Planalto de Alijó e os cabeços que marcam a descida para o vale do Douro, é objeto de algumas referências e de classificação como “*uilla* rústica”, mas na atualidade não foi possível determinar a sua localização precisa e, portanto, a natureza dos achados (Almeida e Plácido, 1983: 49; Lemos, 1993, IIb: 470, n.º 811) – podendo ter sido destruída quando da construção de novos socalcos do Douro vinhateiro. Concorre a favor dessa classificação, porém, a sua localização, em terrenos de boa aptidão agrícola (nas imediações de Favaio) e a proximidade em relação a uma provável

estrada romana. O sítio da Sainça (Sucções), por sua vez, localizado em bons terrenos de uso agrícola, numa suave encosta do lado oriental da Serra de Santa Comba, nas proximidades da antiga ermida de Santo Amaro, e não muito distante do trajeto de uma via que propomos com direção a Vale de Telhas, apresenta à superfície muitos fragmentos de cerâmica comum e de construção (Lemos, 1993, IIa: 262, n.º 628). De todo o modo, ainda que estes materiais se dispersem por uma área relativamente grande, a diversidade de vestígios não nos parece suficiente para o classificar como tal⁴⁹. Um outro local, finalmente, também poderia eventualmente integrar esta classificação, mas não o propomos perante a inexistência de dados de superfície que o sugiram: referimo-nos às Caldas de Carlão, junto ao Tinhela. A ocupação do local

3.2.2. As quintas e os casais

As granjas ou quintas romanas distinguiam-se das *uillae* por serem propriedade de famílias menos abastadas. Essa outra condição social começa por se revelar numa área residencial mais modesta, desenhada por paredes de alvenaria, não rebocadas, e pavimentos térreos. Ou seja, as sofisticadas termas ou os requintados mosaicos, entre outros espaços e elementos construídos, caracterizam as *uillae*, mas não surgem associados às granjas. Esta distinção é feita em relação às *uillae* porque o registo arqueológico associado é diferente; mas também porque os padrões de vida que *uillae* e granjas acabam por revelar também serão distintos. De todo o modo, por serem igualmente unidades de exploração agropecuária, as granjas dispõem também de dependências rústicas – desde o lagar (*torcular*) aos espaços para acomodar os *dolia* com azeite (*cella olearia*) ou para acondicionar as alfaias agrícolas e as forragens para o gado (*tecta*). O conjunto destas dependências, porém, não atingia a amplitude da *pars rustica* de uma *uilla*, assim como as granjas não incorporariam os habitáculos destinados a alojar os criados da lavoura. Diferenças que não deixam de refletir ambientes socioeconómicos e escalas de produção desiguais (Carvalho, 2007).

No Vale do Tua classificados como granjas surgem 11 sítios. Estas são mais habituais a oriente do Tua, surgindo depois distribuídas de forma avulsa um pouco

em Época Romana parece ter-se verificado mediante o habitual aproveitamento da nascente de águas quentes e sulfurosas que aí existe (conhecida localmente como Fonte Santa) – teriam aqui sido construídas umas termas⁵⁰? Leite de Vasconcelos (1889: 179; Lemos, 1993, IIb: 466-467, n.º 806a) refere para este local o achado (em 1882 / 83) de moedas, cerâmicas e uma ânfora, mencionando ainda o alegado aparecimento de mosaicos. Também poderia ter correspondido a uma *mutatio*, num lugar de possível entroncamento de vias e junto à passagem do Tinhela (situado num ponto não muito distante da confluência deste com o Tua e em que os relevos se amenizam um pouco), mas esta hipótese perde alguma força se admitirmos que a estação viária poderia coincidir com o lugar central que propomos para Carlão.

por todo o território em estudo, com relativo destaque para as terras altas do norte do concelho de Valpaços.

Cartografamos quatro sítios no concelho de Vila Flor que podem corresponder a quintas romanas. Um desses núcleos poderá situar-se no cabeço onde se encontra a atual capela de S. Sebastião, sobranceira à aldeia de Santa Comba da Vilarça. Os pesos de tear, os fragmentos de mós e, inclusivamente, um fuste de coluna, para além de outros materiais cerâmicos, parecem revelá-lo, ainda que as atuais construções existentes no lugar dificultem a identificação de vestígios da Época Romana (Lemos, 1993, IIa: 385, n.º 757; Cruz, 2000: 274-275 e 304). O outro poderá situar-se nos Tapados de Santa Cruz (Vila Flor e Nabo), numa encosta junto à ribeira do Arco, voltada já para o vale da Vilarça e nas imediações da capela de Santa Cruz. Os materiais romanos à superfície são abundantes e dispersam-se por uma área relativamente vasta, encontrando-se *terra sigillata* hispânica, para além de pesos de tear, escórias e pedras facetadas em granito (Lemos, 1993, IIa: 379-380, n.º 747; Cruz, 2000: 285-286) – este tipo de registo arqueológico indicia algo mais expressivo do que um simples casal agrícola (admitimos mesmo que possa equivaler a um núcleo maior do que uma granja, podendo corresponder a uma pequena aldeia ou mesmo a uma *uilla*). A sudeste da aldeia de Meireles (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas), numa pequena plataforma sobranceira à Ribeira da Fragada, e num lugar designado

a Moura, abundam à superfície fragmentos de cerâmica romana (Morais, 1988: 22; Cruz, 2000: 277) – as características dos vestígios observáveis sugerem também a sua classificação como granja. O mesmo é proposto para o sítio designado como Parede Nova (Roios), face aos vestígios observáveis à superfície, ainda que os achados noticiados para o local (nomeadamente uma pequena figura em bronze representando um carneiro) (Lopo, 1911: 48; Alves, 1938: 43) e a extensão da sua área de dispersão, sugiram a possibilidade de um sítio de maior entidade, como seja um povoado aberto (Cruz, 2000: 274).

Em Carrazeda de Ansiães apenas temos identificado um sítio classificado como possível quinta romana. Trata-se da Quinta do Barrabaz (Pombal), situado numa zona de relevos muito sinuosos e declives acentuados, já próximo e sobranceiro à margem esquerda do rio Tua. À partida, os materiais romanos à superfície (cerâmica comum e de construção) também permitiriam a sua classificação como casal (Pereira e Lopes, 2005: 51), mas o achado de *sigillata* hispânica e a presença de pedras talhadas reaproveitadas nos muros, num quadro de povoamento em que pontifica o *uicus* de Mós de Pombal, parecem antes apontar para um núcleo rural de maior entidade, cuja ocupação se terá eventualmente prolongado pela alta Idade Média, tendo em conta a presença nas proximidades (no lugar do Navalho) de um lagar escavado na rocha⁵¹.

A ocidente do Tua e nas proximidades do Tinhela outros dois sítios foram classificados com as devidas reservas como granjas. O Lagar dos Mouros 2 (Murça), situado numa suave encosta junto ao ribeiro da Grila, retalhada por socacos agrícolas (que distorcerão certamente o que se pode observar), apresenta uma área de dispersão e uma quantidade de materiais à superfície algo assinaláveis, destacando-se, entre as inúmeras cerâmicas de construção que pudemos observar, alguns fragmentos de *sigillata* hispânica e *dolia*, para além de uma mó rotativa. Este sítio, à semelhança de outros, surge associado a lagares escavados na rocha, localizados nas imediações. O outro lugar assim classificado situa-se no Termo de Fiolhoso, já na margem direita do Tinhela. À superfície pode observar-se cerâmica comum (incluindo *dolia*) e de construção, e também *sigillata* hispânica (Fernandes, 1985: 94; Lemos, 1993, IIb: 491-492, n.º 841)⁵². Nas proximidades surgem sepulturas escavadas na rocha – o que sugere, à semelhança do sítio anterior, uma continuidade de ocupação, podendo assim encontrar-se estes vestígios na origem medieval da atual povoação do Fiolhoso.

Mais a norte, em Valpaços, duas outras possíveis granjas: a do Caço / Megingueira (Lebução, Fiães e Nozelos) e a do Terreiros / Real Covo (Sonim e Barreiros). A primeira situa-se mesmo no limite norte do concelho e não muito afastada da variante norte da *uia XVII*. Os trabalhos de realocização / identificação de sítios arqueológicos levados a cabo pela Extensão do IPA de Macedo de Cavaleiros (1999), permitiram identificar junto a um vinha uma grande quantidade de *tegulae*, para além de duas mós que terão sido encontradas no local (juntamente com outras “estruturas”) quando da realização do arroteamento para o plantio da vinha. A segunda, também identificada pelos mesmos serviços estatais de arqueologia, e igualmente localizada nas altas terras planálticas cruzadas pela variante norte da *uia XVII*, e não muito distante do Rio Rabaçal, revela-se à superfície mediante fragmentos de cerâmicas comuns e de construção, e também por um ou outro fragmento de *sigillata* hispânica. Nas imediações, mais uma vez, regista-se um lagar escavado na rocha (Freitas, 2001). Embora a classificação tipológica como granja seja aquela que propomos para este sítio dos Terreiros, não descartamos a possibilidade de corresponder simplesmente a um casal rústico, podendo ter igualmente conhecido uma ocupação alto-medieval. Ainda mais duvidosa é a classificação de Santa Eulália (Santa Valha, Valpaços) como granja. As cerâmicas romanas (comuns e de construção) são relativamente abundantes e dispersam-se por uma vasta área, ainda que, aparentemente, de forma descontínua. Este lugar é igualmente mencionado por ter associado dozes lagares escavados na rocha, assim como existem referências a sepulturas escavadas na rocha (e a um sarcófago) (Freitas, 2001). Na Época Medieval a (re) ocupação do local – onde hoje se encontra um cruzeiro arruinado e antes se localizava a igreja de Santa Eulália – parece poder ser dada como certa; mas subsiste a dúvida se algum destes lagares estará relacionado com a ocupação romana. E questiona-se, sobretudo, se esta dispersão de materiais romanos, mais do que resultar de um núcleo de povoamento rural disperso com alguma amplitude, não será antes reflexo da existência de vários casais distribuídos em torno do castro romanizado de Santa Valha.

Uma outra possível quinta romana situa-se no concelho de Mirandela: referimo-nos ao sítio da Sainça (Sucções), antes mencionado a propósito da sua hipotética correspondência a uma *uilla*, o qual se destaca – à superfície sobretudo pela área relativamente extensa de dispersão cerâmica (comum e de construção) (Cruz, 2000: 258-259; Gomes, 2007: 51).

O que neste estudo classificamos como casais romanos seriam núcleos de povoamento rural ainda mais modestos. Corresponderão às construções rurais indígenas ou insuficientemente romanizadas que nas obras dos autores clássicos surgem designadas por *aedificia, casae* ou *tuguria* (César, *De bello Gall.*, I, 5 e V, 12; Varrão, *Rer. rust.*, III, 1, 3). Os casais seriam moradas unifamiliares de gente humilde, mas este termo também se poderá aplicar a casebres rentes ao chão, dispersos pelas propriedades das *uillae* ou gravitando em torno de povoados, servindo sobretudo de pontos de apoio às atividades agropecuárias. Enquanto moradas unifamiliares, poderiam também assumir o plano e a dimensão que revela o interessante sítio de Foz da Ribeira do Poio (Brunhoso, Mogadouro), escavado na íntegra no Vale do Baixo Sabor (Pereira *et al.*, 2104: 124-130): com 16x15,3m de lado, este edifício apresenta 10 pequenos compartimentos (e talvez um alpendre na fachada principal), paredes em alvenaria com barro como ligante, pavimentos interiores em terra batida e coberturas em telha ou mesmo em colmo, e ainda três pequenos tanques, revestidos de *opus signinum*, relacionáveis eventualmente com um lagar⁵³.

Nesta região, os lugares identificados como casais romanos rondarão as três dezenas. A sua presença é particularmente expressiva (em termos numéricos / percentuais) no concelho de Carrazeda de Ansiães (7 sítios / 58% do total de sítios romanos identificados), seguindo-se Vila Flor (9 sítios / 19%), Alijó (8 sítios / 18%) e Valpaços (6 sítios / 15%), rareando no concelho de Mirandela (com apenas 2 sítios classificados como tal) e não tendo sido identificados no concelho de Murça.

No concelho de Carrazeda de Ansiães os casais romanos encontram-se nos lugares de Tralhariz, Fiolhal e Lugar da Pala (Castanheiro do Norte e Ribalonga), Pereiros 1 (Pereiros), Selores 2 (Lavandeira, Beira Grande e Selores), Pé de Cabrito e Casal de Zedes (Amedo e Zedes). No concelho de Vila Flor localizam-se em Salgueiro (Benlhevai), S. Domingos do Vieiro (Freixiel), Freixeda 1 (Assares e Lodões), Mourão Velho (Váloro e Mourão), Rego do Souto e Moreirão (Santa Comba da Vilarça), Santo Estevão (Vale Frechoso), Casarelos de Meireles (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas) e Fraga do Ovo (Vale de Torno). No concelho de Carrazeda de Ansiães localizam-se em Tralhariz, Fiolhal e Lugar da Pala (Castanheiro do Norte e Ribalonga), Pereiros 1 (Pereiros), Selores 2 (Lavandeira, Beira Grande e Selores), Pé de Cabrito e Casal de Zedes (Amedo e Zedes). Em Alijó situam-se nos Lameirinhos (Alijó),

Pisco 1 e Pisco 2 (Carlão e Amieiro), Cortinhas 2 e Castelo dos Barcos (S. Mamede de Ribatua), Quinta do Ferrocinto (Vila Chã), Carril e Carril 1 (Vila Verde). Em Mirandela estarão em Mourel (Mirandela) e Vale Verde (Vale Verde). Em Valpaços, finalmente, situam-se nos lugares com os topónimos Muradilha 2, Alto de São Pedrinho 2 e Alto de São Pedrinho 3 (Rio Torto), Mós (Santa Maria de Emeres), Marmorais e Rigueiral / Brinhodelo (Sonim e Barreiros).

Todos estes sítios foram assim classificados pelo facto de à superfície se revelarem mediante manchas de dispersão de materiais muito reduzidas (com poucas centenas de m²), nas quais se destacam as *tegulae*. Em alguns destes lugares (quando das prospeções) os fragmentos cerâmicos são um pouco mais abundantes (Salgueiro, S. Domingos do Vieiro, Mourão Velho, Moreirão, Santo Estevão, Casarelos de Meireles, Lugar da Pala, Pereiros 1, Lameirinhos, Mós e Rigueiral) e outros surgem em reduzido número (Freixeda 1, Rego do Souto, Tralhariz, Fiolhal, Casal de Zedes, Pé de Cabrito, Pisco 1 e 2, Cortinhas 2, Castelo dos Barcos, Quinta do Ferrocinto, Carril e Carril 1, Mourel, Vale Verde, Muradilha 2, Alto de São Pedrinho 2 e 3 e Marmorais) – ainda que a maior ou menor frequência de materiais possa apenas resultar das condições de visibilidade do terreno e da ação diferenciada de outros processos pós-deposicionais. Raros foram aqueles onde se identificaram escórias (Casarelos de Meireles) ou mesmo fragmentos de mós (Lugar da Pala). Em nenhum destes sítios foi identificada *terra sigillata* ou outras produções importadas. Em alguns surgem também cerâmicas que aparentam ser um pouco mais tardias, sugerindo assim uma eventual continuidade de ocupação em Época Medieval (Freixeda 1, Rego do Souto, Moreirão, Santo Estevão, Pereiros 1, Pé de Cabrito, Pisco 1 e 2, Carril 1, Marmorais e Rigueiral). Na sua grande maioria situam-me em áreas aplanadas, sobretudo em suaves encostas (S. Domingos do Vieiro, Freixeda 1, Mourão Velho, Rego do Souto, Moreirão, Santo Estevão, Casarelos de Meireles, Tralhariz, Pereiros 1, Selores 2, Casal de Zedes, Pé de Cabrito, Pisco 1 e 2, Cortinhas 2, Carril e Carril 1, Mourel, Vale Verde, Alto de São Pedrinho 2 e 3, Mós, Marmorais e Rigueiral) e alguns no topo de pequenas elevações (Salgueiro, Moura de Meireles, Fiolhal, Muradilha 2), sendo pouco frequentes os que aparecem associados a vales profundos e estreitos (Lameirinhos e Quinta do Ferrocinto), como seja o desfiladeiro do Tua (Lugar da Pala e Castelo dos Barcos).

Estes pequenos núcleos de povoamento rural disperso suscitam dois tipos de considerações: uma de ordem metodológica e outra mais de natureza interpretativa. Fazemos esta curta reflexão com base no caso de dois dos casais (inéditos) que identificámos: Alto de São Pedrinho 2 e Alto de São Pedrinho 3 (Rio Torto, Valpaços). Desde logo, a sua identificação / localização no terreno não é fácil. Em termos metodológicos estes sítios só foram descobertos por terem sido feitas prospeções intensivas numa das áreas que circunda o povoado do Alto de S. Pedrinho. Os vestígios à superfície eram tão escassos (circunscritos a alguns fragmentos de cerâmica comum e *tegulae*) e distribuíam-se por áreas tão reduzidas (c. 200 a 400 m²), que a sua identificação no terreno só foi possível porque foram intercetados diretamente pelos corredores de prospeção. Só dessa forma foi possível identificar essas pequenas manchas de dispersão de materiais. Por sua vez, ainda que estas se encontrassem espaçadas uma da outra por escassas centenas de metros, o terreno limpo (olival) permitiu não apenas a sua identificação, mas a sua individualização como manchas claramente distintas ou descontínuas, sendo assim consideradas diferentes ocorrências. Tal remete também

3.2.3. Entre moradas isoladas, das *uillae* aos casais

Esta paisagem rural romana compunha-se de *uillae*, granjas e casais. Não seriam tão frequentes como noutras regiões. A prevalência do povoamento rural agrupado limitou a distribuição dos núcleos de povoamento disperso. Mas estes não deixaram de desempenhar um papel importante na estruturação do território. Poderiam até ser bem mais frequentes do que sugere a amostra reunida. Devemos ter em conta que os vestígios deste tipo de sítios mais facilmente se apagam nas áreas onde se desenvolvem os socalcos dos vinhedos durienses ou onde as terras antes cultivadas foram invadidas por matos. Por sua vez, mesmo quando identificados, nem sempre os conseguiremos interpretar corretamente com base apenas em vestígios de superfície. Estes podem não refletir de forma suficientemente fidedigna o que se encontra ou encontrava soterrado. À cabeça dos chamados processos pós-deposicionais estarão quer os matos das áreas florestais ou dos terrenos incultos que cobrem e disfarçam os vestígios, quer os socalcos e as surribas que os terão destruído, quer ainda as casas de uma atual povoação que os ocultam.

para a dimensão interpretativa. Como referimos antes, não é nada fácil classificar este tipo de sítios com base apenas nos vestígios de superfície. As *tegulae* articuladas com os fabricos / formas da cerâmica comum podem permitir a sua inscrição genérica na Época Romana. O tipo de material (e a sua quantidade), articulado com a área de dispersão, sugere depois a sua classificação tipológica como casal. Mas esta só pode ser entendida como uma proposta. Estas classificações são possíveis e consideramos que devem ser feitas. Mas devem ser sempre entendidas como hipotéticas, na ausência de escavações. E, inclusivamente, outras hipóteses podem ser colocadas. O Alto de São Pedrinho 2 e Alto de São Pedrinho 3 não corresponderão antes a dois núcleos (duas áreas construídas) de um único casal (ou granja?), separadas em termos espaciais por poucas centenas de metros? Mais do que lugares de modestas habitações, não poderão corresponder a casebres de apoio às atividades agropecuárias daqueles que residiam no povoado do Alto de S. Pedrinho? Ou aquele núcleo que se revela essencialmente à superfície por *tegulae*, não poderá denunciar o espaço funerário do povoado?

Mesmo as *uillae* poderão ser mais frequentes do que este inventário sugere. Várias não terão ainda sido localizadas. Outras, mesmo tendo já sido cartografadas, não se encontram classificadas como tal. A *uilla* da Quinta da Ribeira (Tralhariz) constitui um bom exemplo desta dificuldade. Não fosse a escavação arqueológica efetuada, dificilmente este lugar se classificaria como *uilla*. Atualmente, à superfície do terreno, apenas se observam alguns fragmentos de *tegulae*, assim como uma ou outra mó e pedra aparelhada junto à casa da quinta ou reaproveitada nos muros dos socalcos, sendo estes vestígios mais condizentes com outros tipos de núcleos rurais de menor entidade. E o mesmo acontece com a *uilla* do Olival do Rei (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas). Não fosse também a escavação efetuada, dificilmente os atuais achados de superfícies revelariam a verdadeira natureza deste sítio, uma vez que, entre os matos que invadem um terreno agrícola, agora parcialmente inculto, os vestígios romanos não são muito expressivos.

Mas outras questões se podem colocar, resultantes desta dificuldade em interpretar os sítios romanos apenas com base nos vestígios de superfície. Os vestígios romanos que cobrem as ladeiras e sopés dos cabeços amuralhados, mais do que uma extensão para as zonas baixas do povoado de altura (passando a formar uma pequena aldeia aberta), não poderão antes resultar da instalação de casais e granjas em torno do anterior povoado fortificado, dando lugar a uma espécie de lugarejo descerrado, unido por laços sociais de vizinhança, como se poderá verificar no sopé do castro romanizado de Santa Valha (Valpaços)? Ou esses vestígios poderão ser, em certos casos, testemunhos de uma *uilla*, como poderá ocorrer em Freixiel (Vila Flor)?

Se esta é uma condicionante a ter em conta em termos da interpretação funcional, outro problema coloca-se ao nível das cronologias. Antes de mais, quando é que estas *uillae*, granjas e casais surgem nestes territórios? Logo numa fase inicial, ainda durante o Período Júlio-Claudiano, ou só na Época Flaviana ou mesmo Trajaniana, já na mudança para a segunda centúria? Ou serão estes núcleos de povoamento disperso essencialmente fruto de uma vaga de instalações tardias, inscrevendo-se sobretudo no Baixo-Império? Não existem elementos suficientemente seguros que nos permitam marcar o ritmo de ocupação dos campos nesta região a norte do Douro. No entanto, tendo em conta o momento de formação das *ciuitates* e até de alteração mais substantiva nos povoados amuralhados, assim como as cronologias das *sigillatas* observadas (mas também das ausências), parece-nos mais admissível projetar a ocupação dos campos, mediante a multiplicação de *uillae* e granjas, a partir da segunda metade do séc. I d.C., consolidando-se essa alteração no Período Trajaniano, ou seja, a partir dos inícios do séc. II.

É precisamente do Período Flaviano que datarão alguns dos pequenos núcleos romanos recentemente escavados no Vale do Baixo Sabor (e.g., Foz da Ribeira do Poio, em Brunhoso, e Cabeço da Grincha, em Remondes, ambos no concelho de Mogadouro) (Pereira *et al.*, 2104: 124-136)⁵⁴ – nessa outra área, onde o povoamento rural disperso também não seria particularmente abundante, os pequenos núcleos parecem “ter sobrevivido apenas 100 a 200 anos” (Pereira *et al.*, 2104: 141). E o mesmo parece ocorrer noutras regiões contíguas, a sul do Douro: o primeiro fluxo de *uillae* e granjas parece ser sempre posterior a meados do séc. I d.C. (Ariño Gil *et al.*, 2002: 287, 290-291 e 306-307; Carvalho, 2007). Em suma, a paisagem rural

romana começará apenas a consolidar-se nesta região do Nordeste transmontano a partir do Período Flaviano. A ser assim, até meados do séc. I d.C., estas paisagens seriam essencialmente compostas por povoados amuralhados, resumindo-se as novidades romanas (fundações *ex nouo*) às instalações oficiais, ou seja, aos *uici* e às *mansiones*. Mas alguns destes pequenos núcleos rurais podem ainda corresponder a instalações tardias, surgidas no séc. IV, ou sendo mesmo posteriores ao séc. V – as *regulae* observadas, nestes casos, serão resultado da sua reutilização em Época Alto-Medieval. A presença nas imediações de alguns destes lugares de sepulturas escavadas na rocha (e, também, de lagares escavados na rocha), sugere igualmente essa continuidade de ocupação.

Os núcleos de povoamento rural disperso parecem ser mais frequentes a oriente do Tua, numa área, como referimos, pertencente à *ciuitas* dos *Banienses* e à *provincia Lusitania*. Ocupariam, sobretudo, a *Terra Quente* deste Nordeste transmontano, deixando a *Terra Fria* para o povoamento agrupado. Alguns posicionam-se entre os 200 e os 400 metros, mas a maioria situa-se entre os 400 e os 600 metros, reforçando a prevalência deste intervalo altimétrico no que concerne ao povoamento romano (acima dos 800 metros o povoamento romano é residual). Mesmo estes núcleos rurais dispersos não se encontram necessariamente junto dos solos com maior capacidade de uso agrícola – no seu conjunto prevalecem as localizações nos solos de Classe F (o que se explicará por este tipo de solos predominar, atualmente, na região, mas também pelo domínio do povoamento agrupado, particularmente relacionado, provavelmente, com as práticas pastoris).

Nestas paisagens agrárias, onde prevalecia um substrato indígena, as quintas e os casais surgem como manifestações de um padrão cultural e económico distinto daquele que as *uillae* exemplarmente representam noutras regiões. Revelam a presença de uma outra estrutura produtiva e de uma classe social não tão endinheirada e integrada nos valores da cultura clássica. Mas face ao seu número relativamente baixo, não constituiriam, ao contrário do parece verificar-se noutras partes do interior norte da Lusitânia, os pontos nevrálgicos da estrutura fundiária desta região. Ou melhor, assumiriam apenas algum destaque precisamente nos territórios de Carrazeda de Ansiães e Vila Flor que integramos na Lusitânia. A ocidente e a norte do Tua as paisagens rurais encontravam-se estruturadas em função sobretudo de povoados.

3.3. Os espaços de culto

Nesta região existiam outros tipos de lugares: o registo arqueológico identifica-os; mas não é propriamente fácil distinguir aqueles que foram espaços religiosos. Alguns são intuídos – e facilmente intuídos: os núcleos populacionais mais importantes teriam espaços de culto. Desde logo, nos prováveis lugares centrais deste território: no Castelo de Carlão (Alijó) e no Cabeço de Vale de Telhas (Mirandela) haveria certamente templos, assumindo particular significado no quadro da *publica religio*. Mas também os haveria em certos povoados. Aí a presença destes espaços religiosos é denunciada pela epigrafia votiva. As dedicatórias coletivas a Júpiter, associadas a *uici* (o de Mós de Pombal, Carrazeda de Ansiães; e o de Muradilha de Fiães, Valpaços) e *castella* (povoado de Fetais, Bouçoais, Valpaços) também parecem revelar, por esta via, a referida descentralização dos espaços de representação política (e religiosa) nestas regiões. Em alguns destes lugares, ao lado de Júpiter (ou da imagem de outro deus do panteão clássico), poderia estar representada uma divindade indígena. Esta será, aliás, uma das marcas distintivas deste tempo: a possibilidade de convivência de diferentes crenças, de homens que experienciam o sagrado de forma algo distinta, e sem que nada os force a ser em tudo idênticos.

Mas começemos por saber ao certo, com base no registo arqueológico, onde se encontram esses espaços de culto. No extremo oriental do planalto de Carrazeda de Montenegro (Valpaços), numa plataforma sobranceira ao vale por onde corre o rio Torto, e voltada à larga depressão de Mirandela, encontra-se o designado santuário rupestre de Argeriz, também conhecido como “Pias dos Mouros” (Freitas, 1989: 375-381; 2003: 89-94). As duas grandes cavidades retangulares, os rasgos ortogonais que as enquadram e os dois lanços de degraus escavados cuidadosamente na rocha (Santos, 2010a: 149-151), sugerem a presença de um pequeno templo, erguido com blocos de pedra, que há muito se desmontou e perdeu o seu sentido. Talvez este templo tenha sucedido a um espaço de culto ao ar livre, recriando-se então, sob outras formas, cerimoniais religiosos com origem na Idade do Ferro. Em torno desse afloramento observam-se algumas cerâmicas essencialmente de Época Romana, para além de outras aparentemente da Idade do Ferro. Uma ou duas pequenas inscrições, muito desgastadas (e duvidosas), encontram-se gravadas num dos afloramentos rochosos (Freitas,

1978: 253-266; Rodríguez Colmenero, 1995: 77-78; Santos, 2010b: 194). A ara consagrada aos Deuses Lares (possivelmente aos *Lares Cusiceleses*), encontrada em Couto de Argeris, poderá ter vindo deste lugar (Vasconcelos, 1905: 181). A localização deste santuário rupestre (com paralelo no santuário de Panóias, em Vila Real, ou no Castelo do Mau Vizinho, em Chaves) merece ainda particular destaque nesta região – Sande Lemos refere-o: “no limite dos povoados com organização em *Castella*, numa provável fronteira entre povos (*Turodi-Interamici*) e na confluência de dois ecossistemas, o subatlântico e o mediterrânico” (Lemos, 1993, IIb: 508-509, n.º 856). A presença de santuários rurais em zonas de fronteira não é inédita, como veremos em seguida.

Também nesta região alguns lugares proeminentes, destacados na paisagem, parecem assumir-se como verdadeiros marcadores simbólicos territoriais. Espaços que encerrariam memórias e significados, talvez herdados do passado pré-romano e então ainda atuantes – memórias sociais, códigos rituais e superstições coletivas que terão mesmo sobrevivido à queda do Império, uma vez que terão sido frequentemente reinterpretados mediante a construção de um espaço de culto cristão, continuando este a sacralizar o lugar. Como antes sugerimos, os lugares da Senhora da Cunha (Alijó), nos confins sudeste da *Callaecia*, da Senhora da Assunção (Vila Flor e Nabo), marcando o limite mais a norte da Lusitânia, voltado para o extremo sudoeste do *conuentus* Ásture, e de S. Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira), também num dos limites da província da *Lusitania*, sobranceiro à foz do Tua e ao Cachão da Valeira, voltado para o território do *conuentus* *Bracaraugustanus*, poderiam corresponder a esses pontos de ancoragem na paisagem e a lugares de culto públicos, assinalando simbolicamente o termo das três grandes unidades territoriais que aqui confinavam – a *Callaecia*, a *Asturia* e a *Lusitania*. Em cada um destes lugares poderia existir um *templum*, entendido como espaço sagrado, edificado como *aedicula* ou templete (não necessariamente monumental), ou então simplesmente como espaço ao ar livre, marcado apenas pela presença de um altar, enquanto sinal comemorativo da pertença de cada um desses territórios a uma das províncias / *conuentus* do Império⁵⁵. Observáveis à distância (ou mesmo a grande distância) por todos os que circulavam pelas vias deste território, ou frequentados por quem

percorria os caminhos que passavam perto das suas encostas, estes lugares, onde era grande o impacto visual proporcionado pela paisagem, cumpriam bem a sua função enquanto marcadores territoriais (assinalando limites / *fines*) e espaços dessa *publica religio*.

O lugar da Senhora da Cunha (Carlão e Amieiro, Alijó) foi muito alterado por construções recentes (santuário e estruturas de apoio); mas nas encostas ainda se podem encontrar escassos fragmentos cerâmicos que parecem genericamente enquadrar-se na Proto-História (relacionáveis com o povoado da Idade do Ferro que aparentemente terá aí existido – cf. Cap. 4), ou mesmo na Época Romana (Teixeira *et al.*, 1990; Lemos, 1993, IIb: 464-465, n.º 804). Do suposto *templum* romano nada resta. Um dia talvez se descubram vestígios se eventuais obras no topo onde se ergue a atual capela forem acompanhadas por arqueólogos. Da Senhora da Cunha avista-se uma vasta área em todas as direções. No seu sopé, a sul, destaca-se o povoado do Castelo da Burneira. Desse lado poderia passar uma via romana, assim como do lado de Safres e Amieiro, dirigindo-se para Carlão.

Na Senhora da Assunção (Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas, Vila Flor) a situação é semelhante. Neste lugar nada se observa hoje em termos de vestígios arqueológicos, face à construção do grande santuário de Nossa Senhora da Assunção. Apenas nas encostas e no sopé do destacado cabeço, na parte mais oriental e sul, se observam vestígios de um povoado ocupado na Idade do Ferro e na Época Romana (Lemos, 1993, IIa: 393-394, N.º 773 / 774; Cruz, 2000: 239 e 277-278). O achado de um berrão ou verraco e do notável torques de Vilas Boas (descoberto ocasionalmente em 1965, no lugar designado Tamancas, quando se lavrava um terreno) colocam este sítio junto à Serra de Faro (limite mais setentrional proposto para a Lusitânia) entre os mais importantes da região, na fronteira entre dois mundos, talvez com raízes na Geotnografia proto-histórica. Da Senhora da Assunção observa-se toda a região em redor, avistando-se quer Senhora da Cunha, quer distintamente o ponto mais alto da Serra de Bornes, onde poderia ter existido outro *templum*, este no limite do território Ástur e da grande *ciuitas* dos Zoelas.

Em São Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira), antes conhecido como Castelo Velho, o atual santuário também poderá ocupar o lugar de um possível espaço de culto romano. À superfície são ainda visíveis materiais romanos (*tegulae*), tendo sido detetado em sondagens arqueológicas um nível de ocupação romano (Guimarães, 2007; Guimarães *et al.*, 2008), para além de outros vestígios que recuam a ocupação do lugar à Proto-

História (ou mesmo à Pré-História Recente). Aqui terá sido ainda descoberto um “cipo” (Argote, 1732: 321; 1738: 266). Sobranceiro ao Douro, destacando-se na sua margem esquerda, este lugar tem vista para Numão (*uicus Assaniancum?*) e domina todo o curso do rio nessa zona, assim como um ponto particularmente importante, o Cachão da Valeira – limite da navegabilidade do Douro na antiguidade (e até 1807) e, como veremos, possível ponto de travessia do Douro em Época Romana.

Um outro lugar também poderia assumir esta função de marcador territorial – neste caso um *templum* no limite entre *ciuitates*. Referimo-nos ao topo da Serra da Santa Comba (Vales, Valpaços) (Freitas, 2003: 377-380), onde se registam vestígios proto-históricos e romanos, e de onde se avista, para além de toda a bacia de Mirandela, uma vastíssima região, incluindo as cumeadas das serras da Padrela e Falperra, a oeste, da Coroa e Nogueira, a leste, e os planaltos do Pópulo e de Carrazeda (incluindo a Senhora da Cunha e Senhora da Assunção) e, por conseguinte, uma grande quantidade de núcleos de povoamento agrupado e disperso.

Outros espaços de culto poderiam existir nesta região, mas sem que procurassem assinalar limites territoriais. A epigrafia votiva denuncia esses espaços públicos ou mesmo de carácter privado. O achado de uma ara consagrada a Júpiter na ermida de Santa Marinha, sobranceira à povoação de Castedo (Castedo e Cotas) (e à vista do povoado romanizado da Cerca de Castedo), poderá indicar a presença de um anterior *templum* no lugar da atual ermida medieval (Lemos, 1993, IIb: 469-470). Idêntica situação poderá verificar-se em Vilar de Maçada, no lugar da igreja paroquial, face ao achado de uma ara a Júpiter e outra a Albocelelo (Vasconcelos 1905: 337) e à importância que este lugar (nas imediações do povoado do Alto da Muralha) terá conhecido em Época Romana enquanto provável cruzamento viário. Na Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães), onde hoje se ergue precisamente a capela de Santa Maria, perante o achado de duas inscrições (a *Bandue Vordeaeco* e a *Tutela Liriensis*), poderia ter existido um templo (Lemos e Martins, 2011: 305) dominando o presumível *uicus* o curso do Douro e uma das suas travessias. Perguntamos ainda se no lugar da capela de Santa Marinha de Ferreiros (Lebução, Fiães e Nozelos, Valpaços) não terá existido um outro espaço de culto romano, relacionado com uma área então também habitada (coincidindo em parte com a da atual aldeia de Lebução), no aro de influência direta do *uicus* **Vagornicum* (Muradilha de Fiães).

3.4. A presença militar

Os primeiros Romanos a chegar a estas regiões seriam militares. Ou no quadro da conquista do Noroeste, ou no âmbito de ações de pacificação e reconhecimento findas as Guerras Cântabras, destacamentos das poderosas legiões romanas terão percorrido estes territórios ainda no séc. I a.C. Dessa passagem e presença inicial, porém, nada subsiste – nem acampamentos de campanha, nem sinais de eventuais destruições, nem indícios das primeiras estadas mais duradouras. E escassos são os indícios que registam a sua presença na fase seguinte, quando os militares são chamados a desempenhar outras tarefas, não bélicas, mais relacionadas com a organização administrativa, a construção de infraestruturas públicas e o controlo das explorações mineiras, sobretudo auríferas. Particularmente nestas regiões, a estrutura militar terá assumido um papel que noutras paragens as cidades, através dos seus agentes, desempenharam.

Em todo o território em estudo apenas um lugar tem sido proposto, e com as devidas reservas, como possível acampamento militar: o Coro ou o Alto da Cerca (Padrela e Tazém, Valpaços) (Lemos, 1993, IIb: 535-536, n.º 886). Os dois taludes em terra (e fosso), com plano subretangular e de cantos arredondados, e a própria ausência de materiais à superfície (face à habitual “invisibilidade” do registo militar) é neste quadro interpretativo sugestivo. A sua localização, a cerca de uma dezena de quilómetros do território mineiro de Tresminas e Jales, na Serra da Padrela, e exatamente a meio caminho entre Chaves e o Alto do Pópulo (Alijó), conferem-se uma posição estratégica na articulação territorial que deve igualmente ser considerada. Se o for, poderá estar associado à fase inicial de exploração deste território, concretamente dos seus recursos auríferos. Contudo, apenas sondagens arqueológicas no local poderão determinar a natureza deste sítio.

Destacamentos do exército romano terão certamente estacionado nesta região. As explorações auríferas e a cobrança das cargas tributárias exigiam essa presença. Talvez estas paragens, nos primeiros anos do séc. I d.C., começassem a ser frequentadas por pequenos destacamentos (*uexillationes*) da legião *X Gemina* (com o acampamento central em Astorga) e / ou da legião *VI Victrix* (estacionada em León), tendo esta(s) a incumbência de organizar e vigiar as explorações de ouro⁵⁶. Décadas depois, em Época Flaviana, e no

decurso do séc. II, terá sido a *legio VII Gemina felix* (com acampamento central em León desde 74 d.C.) que terá sobretudo destacados soldados para este território⁵⁷.

Certos povoados, sobretudo nas imediações das áreas mineiras, terão acolhido militares. A “coabitação” com população civil deve admitir-se em antigos e novos povoados. O achado de materiais de tipologia militar em povoados amuralhados não atesta necessariamente a presença de efetivos militares – mas é um indicador a considerar, ainda que não deva ser sobrevalorizado, como veremos. Seja como for, mesmo sendo residuais, esses achados constituem um sinal, podendo denunciar a presença de contextos militares nessa fase, uma vez que estes, em termos de registo material, pouco ou nada diferem daqueles exclusivamente civis. A ausência desses materiais, por sua vez, pode ser apenas aparente, face à quase ausência de escavações (publicadas) nesta região. É expectável, portanto, que a escavação num dos povoados da região possa identificar eventuais marcadores da presença de pessoal castrense, podendo inclusivamente explicar a reformulação das fortificações e a introdução de novos padrões e técnicas de construção.

Alguns militares também se poderão ter estabelecido nestas terras a norte do Douro após terem cumprido o seu serviço obrigatório no exército. No limite do território em estudo, no Pinhão (Alijó), onde o Douro descreve uma das suas curvas mais angulares, um lintel com inscrição funerária, pertencente possivelmente a um mausoléu, revela a presença de um veterano, *L. Alfius Reburrus*, talvez da legião *VII Gemina* (identificado como cidadão de *Asturica Augusta*, a *urbs magnifica* de Plínio) que depois de ter passado à disponibilidade terá escolhido estas terras durienses para viver a última etapa da vida na sua *villa*. Registos epigráficos como este são escassos. No Nordeste transmontano apenas três epígrafes fazem referência a militares e nenhuma delas revela a presença de acampamentos ou parece enquadrar-se numa fase inicial de conquista e ocupação do território, mostrando antes que cada um dos soldados (veteranos) referenciados terá escolhido estas paragens (provavelmente as terras de onde eram originários) para se retirarem após terem cumprido o serviço militar (Redentor, 2012-2013)⁵⁸.

O registo arqueológico também não abunda. Se nesta região não é conhecido nenhum lugar que possa ser seguramente identificado como acampamento

militar, nas regiões confinantes essas propostas rareiam: apenas em Tresminas, junto à grande Corta das Covas, um “recinto antigo” (localizado no Alto do Cimo dos Lagos), revelado por um talude de terra que se observa na plataforma mais elevada junto às minas, poderá corresponder a um pequeno acampamento de militares (Sánchez-Palencia e Currás-Refojos, 2015: 282) aqui estacionados talvez na segunda ou terceira décadas do séc. I d.C. para impulsionar a exploração mineira⁵⁹.

Como vimos, nestes territórios a norte do Douro não é nada fácil associar certos lugares à presença militar. O aparecimento de alguns materiais de tipologia militar tem sido por vezes invocado para rastrear essa presença. Estas associações, todavia, precisam de ser repensadas e relativizadas, na medida em que os materiais (escassos) que as fundamentam não se podem exclusivamente vincular a contextos militares, podendo perfeitamente surgir em ambientes civis, como antes referimos.

Analisemos, a este propósito, o caso de Bragança, e das estruturas romanas identificadas em escavação na Praça Camões, associadas ultimamente a um “posto militar” (Menéndez, 2004: 43-51 e García, 2004: 77-87). A hipótese aventada assenta em parte na recolha de alguns materiais de origem militar. No entanto, o achado de materiais de tipologia militar é relativamente habitual em contextos civis deste período, sobretudo num ambiente militarizado como é o do NW peninsular (Morillo Cerdán, 2006 e 2007). As fíbulas do tipo Aucissa aqui encontradas são abundantes nos acampamentos do Noroeste (Herrera de Pisuerga, León e *Petauonium*; ou mesmo nos do *limes* germânico), mas não é menos certo que, ao mesmo tempo, este modelo foi adotado pelas populações civis, entre as quais alcançou grande sucesso, atestado por uma ampla dispersão em contextos urbanos, datados habitualmente entre finais do séc. I a.C. e meados do séc. I d.C. (podendo prolongar-se até ao séc. II) – assim sucede, por exemplo, em *Conimbriga*, onde esta fíbula é a mais abundante, sendo o seu número inclusivamente superior ao das vulgaríssimas fíbulas em ómega / anulares romanas⁶⁰. O mesmo acontece com as pontas de lança, também achadas em Bragança. Na verdade, estas são verdadeiramente um objeto de tipologia militar, mas também podem ter sido usadas noutros contextos não militares, parecendo a peça de Bragança corresponder a um tipo que tanto foi utilizado pelos militares romanos como pelas populações indígenas de finais da Idade do Ferro ou já do Alto Império – este como outro tipo de armas também podiam ser usadas na defesa pessoal ou em atividades

venatórias. De igual forma, os botões ou presilhas (aplicados em cinturões, por exemplo) não surgem também exclusivamente em contextos militares. E muito menos as moedas – estas devem ser consideradas elementos totalmente neutros nesta discussão. Assim sendo, não nos parece que o registo arqueológico observado seja suficiente para sustentar uma presença militar em Bragança, mesmo que limitada no tempo, circunscrita ao Período Júlio-Claudiano. As estruturas identificadas (numa área relativamente restrita) não se revelam conclusivas quanto à sua funcionalidade específica, podendo denunciar distintos ambientes, a nosso ver essencialmente civis. Na ausência de fossos ou estruturas defensivas de tipo *agger* (e também na ausência de uma panóplia de materiais de tipologia militar mais ampla) não nos parece possível fazer corresponder os vestígios observados a um estabelecimento militar.

Após a conquista militar do Noroeste da Hispânia uma parte do exército romano permaneceu nestes territórios, incumbidos de outras funções, mais relacionadas com a organização administrativa e a exploração dos recursos naturais (mas também orientaram a sua atividade para o recrutamento dos jovens nativos para as fileiras do exército romano, após o termo das guerras cantábricas). Após a conquista, o exército permaneceu para controlar a população e garantir a cobrança das cargas tributárias impostas a cada comunidade. A partir de Augusto coube ainda aos militares dirigir tecnicamente muitas das obras indispensáveis a uma efetiva ocupação do território: da construção de estradas e pontes, assim como de alguns edifícios públicos, à delimitação das *ciuitates*. A este nível, o engenho dos Romanos e as suas competências técnicas encontravam-se no exército – era também nas suas fileiras que se encontravam os quadros técnicos capazes de colocar em marcha as grandes explorações mineiras. Por conseguinte, nestes territórios, onde as explorações mineiras (auríferas) se começaram a multiplicar, o Estado Romano começou por se fazer representar mediante alguns efetivos militares. A importância do extenso conjunto de jazidas de ouro e o seu estatuto público assim o exigiram. Os contingentes militares teriam não só a responsabilidade de vigiar este território, zelando pela manutenção das populações nas frentes mineiras, como lhes coube apoiar a sua administração e dirigir tecnicamente os trabalhos mineiros, fiscalizando as operações mais exigentes, incluindo os trabalhos especializados de topografia relacionados com a construção da extensa rede hidráulica.

3.5. Outros vestígios

Para além dos núcleos de povoamento agrupado e disperso, há depois outro conjunto de ocorrências indetermináveis em termos de classificação tipológica por corresponderem a vestígios não especificados ou a achados isolados – e nesta situação estão cerca de 50 ocorrências, o que é significativo, revelando por si só a grande dificuldade em determinar com alguma segurança a natureza de muitos achados de Época Romana nesta região. Alguns desses vestígios poderão relacionar-se com alguns dos núcleos de povoamento agrupado e disperso que identificamos – uma inscrição reaproveitada num muro ou a notícia vaga de achados de moedas, podem agora surgir descontextualizados, mas originalmente poderão vincular-se a um dos núcleos romanos inventariados. Outros, porém, poderão denunciar a presença de mais lugares habitados no passado e que, até ao momento, não foi possível localizar e classificar como tal – muitos, vagamente registados como vestígios diversos ou não especificados, talvez se relacionem com granjas e casais, cuja escassez de materiais à superfície torna difícil a sua localização; ou mesmo com *uillae*, cujos restos subsistem perdidos no campo⁶¹ ou ocultos sob o chão de atuais povoações.

Com efeito, alguns destes lugares de Época Romana serão difíceis de identificar pelo facto de se encontrarem encobertos, total ou parcialmente, por muitas das atuais vilas e aldeias desta região – estarão assim na sua origem, hipótese que, a confirmar-se, reforça a ideia da importância desta Época Romana para a construção do espaço e do tempo onde hoje vivemos. Muitos seriam os exemplos que podíamos apresentar. Mas desde já, perguntamos se na origem mais remota das próprias sedes concelhias do território em estudo não estaria um núcleo do povoamento romano. As moedas romanas (incluindo um *aureus* de Trajano) encontradas em Vila Flor (Alves, 1938: 737), nomeadamente na Rua do Paço (Centeno, 1987: 96-97, n.º 28), não revelarão que na origem da atual vila estará um sítio romano, talvez uma *uilla* ou uma pequena estação de muda, localizada precisamente junto à passagem da via que ligava o Vale da Vilarça ao Vale do Tua? A cidade de Valpaços não terá surgido a partir de um núcleo populacional romano (por ora de natureza indeterminada), visto que numa casa de Valpaços apareceu, em 1939, um conjunto de três peças de Época Romana: uma bilha e duas lucernas, provavelmente com origem numa necrópole

(Lopo, 1954: 29; Lemos, 1993, IIb: 560-561, n.º 918). E o mesmo acontece com a atual cidade Mirandela, onde há referência ao achado de materiais romanos (não especificados) na área envolvente da capela de S. Sebastião (Lopo, 1987: 116; Lemos, 1993, IIa: 259, n.º 623) – perguntamos se estes vestígios não poderiam ser de uma *mutatio*, localizada precisamente num ponto de entroncamento de vias cujos trajetos propomos mais adiante, em torno da qual se desenvolveu uma povoação romana. Também Alijó, que localizamos nas imediações de um cruzamento de vias, poderá ter sido em Época Romana um espaço habitado desenvolvido em torno de uma estalagem viária. À semelhança de Murça, cuja posição estratégica, nas imediações de um importante nó viário localizado na sua ponte velha, não pode deixar de pelo menos o sugerir, ainda que, até ao momento não haja vestígios que registem esta ocupação romana – o importante berrão ou verraco que aí se encontra, conhecido pela “porca de Murça”, verdadeiro *ex-libris* de Murça, datará da II Idade do Ferro, não se sabendo exatamente qual o lugar original de proveniência⁶².

Alguns destes vestígios dispersos, indeterminados e isolados, cuja associação a um lugar ocupado em Época Romana é difícil de determinar, também acabam por constituir resultado de surribas e obras várias que destruíram o que restava de lugares ocupados em Época Romana – na atualidade é difícil conferir-lhes algum significado através somente de notícias vagas ou de materiais descontextualizados.

No grupo dos achados isolados são particularmente importantes as inscrições romanas. Várias foram achadas aparentemente descontextualizadas, ou melhor, encontram-se reaproveitadas nas paredes de construções recentes – sobretudo em capelas ou igrejas. É o caso da ara a Júpiter (e de outros dois fragmentos de epígrafes) encontrada na ermida de Santa Marinha (Castedo e Cotas), podendo indiciar a presença de um anterior espaço sagrado neste lugar, sobranceiro à povoação de Castedo, ainda que possa também ser oriunda do povoado romanizado da Cerca de Castedo (Lemos, 1993, IIb: 469-470, n.º 810). Também a ara a Júpiter e outra a Alboceלו, encontradas na igreja paroquial de Vilar de Maçada (Vasconcelos, 1905: 337; Tranoy, 1981: 269 e 316), poderão revelar a presença de um espaço de culto onde hoje se encontra esta vila, associado a um núcleo habitacional romano. Uma outra ara a

Júpiter, encontrada a servir de suporte à pia de água benta da capela de Santa Marinha, no lugar de Ferreiros (Lebução, Fiães e Nozelos, Valpaços) (Teixeira, 1996), também concorre para revelar a importância desta área de Lebução em Época Romana (com vestígios vários na área desta aldeia, entre os quais se destaca o tesouro de Lebução), relativamente próxima da passagem da variante norte da *uia XVII* – esta ara pode mesmo revelar a ocupação romana (como espaço profano ou exclusivamente sagrado) do lugar onde hoje se encontra a capela de Santa Marinha de Ferreiros⁶³. A inscrição funerária que se encontra numa parede da capela da Quinta de S. Jorge (Favaio) (Almeida e Plácido, 1983: 48-51) também poderá revelar a presença de um núcleo de povoamento romano ou então poderá eventualmente relacionar-se com um outro núcleo de povoamento existente nas proximidades, eventualmente no próprio lugar da atual vila de Favaio. Particularmente interessante é o lintel de mausoléu com inscrição funerária relativa a veterano da *Legio VII Gemina*, encontrado, em 1888, perto da estação de caminho-de-ferro do Pinhão (Cortez, 1951: 86) – esta relacionar-se-á com uma instalação romana na foz deste rio e nas margens do Douro, ocultada pela atual vila do Pinhão, ou será antes proveniente da necrópole de um dos dois importantes povoados amuralhados romanos existentes nas proximidades (a Cerca ou o Castelo de Vilarinho de Cotas)?

Se algumas inscrições parecem sugerir que na origem de algumas atuais povoações estarão núcleos de povoamento romano com alguma importância, outras inscrições parecem antes relacionar-se com espaços religiosos (de culto ou funerários) de povoados romanos existentes nas imediações. Algumas correlações podem ser estabelecidas, por as consideramos prováveis, ainda que não sejam totalmente seguras. A estela funerária achada reutilizada numa das casas na aldeia de Vale do Cunho (Pópulo e Ribalonga, Alijó) (Curado, 1985: n.º 63) poderia estar originalmente num espaço funerário de incerta localização, mas eventualmente relacionado com o Castelo de S. Marcos (Pópulo e Ribalonga, Alijó). O mesmo acontece com o fragmento de estela funerária dada genericamente como proveniente de

Francelos (Vilar de Maçada, Alijó) (Aquaeflaviae2 288) e relacionável, eventualmente, com o espaço funerário do povoado designado como Castelo de Francelos ou mesmo com o povoado do Alto da Muralha (Vilar de Maçada). Mais a norte, achada em lugar incerto em Celeirós (Friões, Valpaços), uma inscrição votiva (aos Lares Findenéticos) poderá relacionar-se com o Castelo de Vila Nova (Lemos, 1993, IIb: 530-531, n.º 880). Para além destas, temos as inscrições encontradas em contexto de povoados ou de outro tipo de sítios romanos (cf. Cap. 16).

Finalmente, entre os achados isolados, encontram-se também as moedas. Como veremos no texto dedicado à numismática (cf. Cap. 17), encontram-se referências (por vezes vagas) a achados monetários avulsos em povoados ou noutros lugares (não castros romanizados). No quadro dos achados isolados (sem contexto arqueológico aparente) assumem ainda particular interesse os depósitos monetários – estes achados podem relacionar-se ou indiciar a presença de sítios (ou vias) nas proximidades. Assim, no lugar de Copas, a noroeste da aldeia de Monte de Arcas (Valpaços), surgiram ocasionalmente 50 *denarii* da República, e dos imperadores Augusto e Tibério (Centeno, 1987: 54, n.º 37; Parente, 1997: 20) – este depósito, eventualmente revelador de mais uma ocultação (de final) da primeira metade do séc. I d.C., não terá sido encontrado muito longe da variante norte da *uia XVII*, numa zona aplanada onde se destaca o grande povoado de Muradilha de Fiães (*uicus Vargonica*). Imediatamente a norte da Serra de Santa Comba, o achado de 125 moedas “de prata” (depositados num “vaso de barro”) no termo da freguesia de São Pedro de Veiga de Lila (Valpaços), no sítio de Folgueiras (Lopo, 1954: 25), carece de outra informação que o contextualize devidamente, mas não será desajustado equacionar a possibilidade de estas moedas (cujo depósito será posterior ao séc. I d.C.) se relacionarem com um núcleo rural disperso (tipo *uilla*?) existente nas imediações, na base da referida serra, ou mesmo, de alguma forma, com a ocupação romana que se regista nas proximidades no povoado fortificado das Fragas da Cerca dos Mouros (S. Pedro da Veiga da Lila / Valpaços).

4. Os principais eixos de comunicação: a rede viária e o Douro

Pedro C. Carvalho e Sofia Tereso*

4.1. Anotações acerca de questões metodológicas

A análise da rede viária antiga é essencial neste tipo de estudos territoriais. É importante para entender o modo como um território se estruturou. Não é, porém, tarefa fácil, tendo em conta quer a escassez de dados, quer a ambiguidade cronológica da maior parte daqueles que se conhecem. Contudo, é um caminho que importa percorrer, começando por reunir e articular toda a documentação existente. Nesse percurso de investigação devem cruzar-se os dados materiais observados no terreno com aquela outra informação que surge nas fontes documentais – e devem cruzar-se face à cronologia de utilização muito longa que as vias encerram (e à dificuldade em datar a construção / reconstrução de vias lajeadas e pontes)⁶⁴. A investigação neste domínio deve também cruzar-se com outro tipo de registos (como os de carácter etnológico) e de enfoques metodológicos (da análise arqueogeográfica – cf. Cap. 15 – aos ensaios espaciais proporcionados pelos SIG, sobretudo os “caminhos ótimos”) – alguns destes “caminhos” que projetámos publicam-se no DVD associado a esta obra. Mas é igualmente necessário conhecer bem o território, articulando a sua rede de povoamento (e os prováveis lugares centrais) com os corredores naturais de circulação (e as travessias dos rios, sobretudo do Douro), e enquadrando este território nos outros contíguos (e na proposta de geografia política romana que os contextualiza), tanto aqueles que se estendem a norte, em torno de Chaves e de Bragança, como os que se situam a sul do Douro, a rematar o interior norte da *provincia Lusitania*.

As estradas romanas foram pensadas a partir dos centros. Foram projetadas para ligar da forma mais direta possível as cidades capitais de *ciuitates*. Com o desaparecimento desses centros ou das funções que estes concentravam, a rede de estradas densifica-se, enredando numa teia única o conjunto das novas aldeias medievais. Os caminhos tornam-se então mais tortuosos, muitos deles unicamente utilizados para o tráfego local. Outros, os de Época Romana, continuam a sobreviver ao tempo

e à história, mas alguns deles passam a correr ao largo dos principais núcleos de povoamento medievais e, progressivamente, deixam de ser frequentados. Na periferia destes novos territórios polinucleados, alguns destes antigos troços imperiais passam a funcionar como limite entre povos ou concelhos, sendo essas extremas mencionadas na documentação medieval como estradas velhas ou antigas.

Foi por estas estradas que circularam gentes, ideias e bens em Época Romana. Foi por estas *uiae publicae* que circularam alguns destacamentos das legiões estacionadas no Noroeste da península, mas também funcionários e viaturas do *cursus publicus* (correio oficial), e ainda as “caravanas de ouro”, para além de outros viandantes, incluindo os grandes mercadores e os vendedores ambulantes. Estradas romanas percorridas a pé, por caminhantes com ou sem destino, ou por viajantes apressados, utilizando para encurtar distâncias os veículos mais rápidos de então (carros como o *cisium* e o *essedum*, atrelados a cavalos). Nas estalagens (*mutationes* ou *mansiones*) encontravam o que precisavam para descansar o corpo e alimentar o espírito (algumas ficariam junto aos povoados que se iam sucedendo ao longo dos trajetos). Caminhos que procuravam cruzar a direito estes territórios, embora se deparassem, quando se aproximavam de certas margens do Douro, do Tua, do Tinhela e do Pinhão, com barreiras quase intransponíveis, sendo então obrigados a serpentear fortes pendentes⁶⁵. Caminhos, portanto, muito tortuosos e nem sempre fáceis de percorrer. Mesmo nas áreas mais aplanadas, mostravam-se com frequência como simples rodados no chão térreo, poeirentos no verão e sulcos lamacentos no inverno.

Em Época Romana esta região poderia ser cruzada por sete vias principais (Mapa 18): três trajetos cruzavam-na de nascente para poente; quatro apresentariam um sentido tendencial sul / norte. Pelo menos três destes trajetos (seguramente as variantes, sul e norte, da designada *uia XVII* do Itinerário de Antonino e, provavelmente, uma outra oriunda do interior da

* Sofia Tereso (CIAS. Universidade de Coimbra) é coautora deste capítulo.

Lusitânia que, após a travessia do Douro, se dirigia em direção à *uia XVII*) corresponderão a itinerários principais, uma vez que corresponderão a trajetos oficiais de longo curso, estruturantes no quadro da organização provincial. Os outros, que apresentaremos também de seguida, não deixariam de ser importantes, embora estes se distinguíssem mais no quadro de uma orgânica regional estruturada em função das capitais de *ciuitates*⁶⁶.

Para além destes, muitos outros caminhos haveria em Época Romana. Uma rede de caminhos secundários ou vicinais retalharia este território. Acompanhando o processo de transformação da paisagem, estes caminhos públicos (e também privados) foram então surgindo para dar resposta às necessidades de circulação de âmbito local ou regional – obedecendo a uma outra lógica, encurtariam distâncias e propiciariam as indispensáveis ligações entre os

4.2. Os trajetos viários terrestres

1. A *uia XVII* do Itinerário de Antonino (por Vale de Telhas ou por Fiães)

A *uia XVII* do *Itinerarium provinciarum Antonini Augusti* (conhecido como o Itinerário de Antonino)⁶⁷ ligava duas das capitais conventuais do Noroeste, *Bracara Augusta* (Braga) e *Asturica Augusta* (Astorga), passando por *Ad Aquas / Aquae Flaviae* (Chaves). Entre Chaves e a área de Bragança conhecem-se duas variantes, cruzando ambas a parte norte deste território: a mais antiga ou original, datada de Época Augustana, será a variante norte (Lemos, 1993, Ib: 281-305, 309-313; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004: 105, 158 e 199)⁶⁸; o troço mais meridional, passando por *Pinetum* (Cabeço de Vale de Telhas, Mirandela) (Argote, 1732: 291; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004: 113, 125-126), terá sido apenas definido durante a Época Flaviana (Tranoy, 1981: 206-208 e 214), possivelmente por razões de natureza económica⁶⁹ – este troço entroncaria com o setentrional e mais antigo em Castro de Avelãs (Bragança), possível estação viária (*mansio*) de *Roboretum*, mencionada, tal como *Pinetum*, no Itinerário de Antonino⁷⁰.

O trajeto da variante norte começa por se revelar no achado de três miliários: os de Bouçoais e Fiães, no concelho de Valpaços, mesmo junto ao limite norte da área estudada. A localização destes miliários e de alguns sítios romanos importantes permitem propor a passagem da *uia XVII* por Muradilha de Fiães (Lebução,

núcleos de povoamento vizinhos. Estes caminhos seriam mesmo importantes vasos comunicantes das relações sociais e económicas de âmbito local e regional. Porém, sem miliários, pontes ou troços lajeados que os possam denunciar, estes trajetos dificilmente serão identificados como romanos. Tal como as estradas romanas principais, alguns destes caminhos poderão ter sobrevivido ao passar arrastado do tempo, enquanto a racionalidade que ditou o seu traçado foi mantendo alguma atualidade – podem mesmo subsistir, sem o sabermos, no traçado de caminhos e estradas que ainda percorremos. Muitos outros, porém, por nada já os justificar, foram sendo abandonados e apagados da memória – deles, atualmente, poucos ou nenhuns vestígios restarão à superfície. Seja como for, cada uma destas vias contribuiu a seu modo para organizar a ocupação e exploração romana do território do Vale do Tua.

Fiães e Nozelos) (possível *uicus Vagornica*) e também junto aos povoados de Cortinha das Vinhas (Tinhela e Alvarelhos)⁷¹, Fetais, Nossa Senhora da Ribeira e Outeiro (Bouçoais), transpondo possivelmente o rio Rabaçal onde se encontra a Ponte do Picão. A expressiva concentração de povoamento romano nesta zona, assim como a particular concentração de epígrafes, formando uma espécie de cordão de sentido este-oeste, também sugerem este traçado.

Por sua vez, a variante sul da *uia XVII* servia *Pinetum* (Vale de Telhas), possível capital de *ciuitas*. Antes, vinda de Chaves, cruzava o concelho de Valpaços, passando por Mosteiro / S. Julião de Montenegro, Sá / Lama de Ouriço (ao largo do grande povoado de Murada de Lama de Ouriço, Tinhela e Alvarelhos), Vilarandelo, Lagoas, Possacos e Ponte do Arquinho (pequena e curiosa ponte em alvenaria, sobre o rio Calvo, de um só arco de volta perfeita, semelhante a outras da região e também de cronologia indefinida), num trajeto que se encontra assinalado por miliários (Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004: 18-110, 141-143) e que é referido por Jerónimo, Contador de Argote, na primeira metade do séc. XVIII⁷². A algumas centenas de metros a norte do Cabeço de Vale de Telhas, a estrada cruzava o rio Rabaçal no lugar da Barca, continuando por Val de Gouvinhas, Ferradosa e Torre de D. Chama, no concelho de Mirandela, Vila Nova da Rainha e Argana (Lamalonga),

já em Macedo de Cavaleiros (*Ibidem*).

O traçado ótimo projetado para este troço da *uia XVII* – entre Chaves, Vale de Telhas e Castro de Avelãs – coincide *grosso modo* com o que acabámos de propor com base nos achados associáveis a esta estrada. Assim, verificamos que este traçado passa precisamente onde se encontraram os miliários (4) da Capela de Santa Luzia, Capela do Espírito Santo e Termo de Vilarandelo, continuando pelo Monte de Penide (com referência a vestígios diversos de Época Romana), intercetando o troço de calçada localizada no Termo de Possacos, até fazer a travessia do rio Rabaçal junto ao Cabeço de Vale de Telhas. Prosseguia depois em direção à atual povoação de Vale de Telhas, passando depois nas imediações dos sítios romanos de Vale de Gouvinhas e Ferradosa (lugares de achado de miliário), em direção à área, com importantes vestígios de ocupação romana, da Torre de D. Chama / S. Brás⁷³.

Embora tenha sido construída ainda no alto-império, a *uia XVII* neste seu troço encontra-se demarcada exclusivamente por miliários baixo-imperiais, particularmente concentrados entre Possacos (Valpaços) e Vale de Telhas (Mirandela). Este registo epigráfico denunciará obras de reparação da estrada principal em alguns momentos dos séculos III e IV. Mas denunciará também a própria centralidade do lugar de Cabeço de Vale de Telhas, enquanto *caput ciuitatis*⁷⁴. Esta provável capital territorial tanto poderia englobar no seu perímetro a própria estação de muda (a *mansio Pinetum*), como esta se poderia situar a algumas centenas de metros (c. 800-900m) do Cabeço de Vale de Telhas (talvez junto ao atual Parque de Campismo), no ponto em que a *uia XVII* transpunha o Rio Rabaçal, constituindo assim uma espécie de extensão desse lugar central.

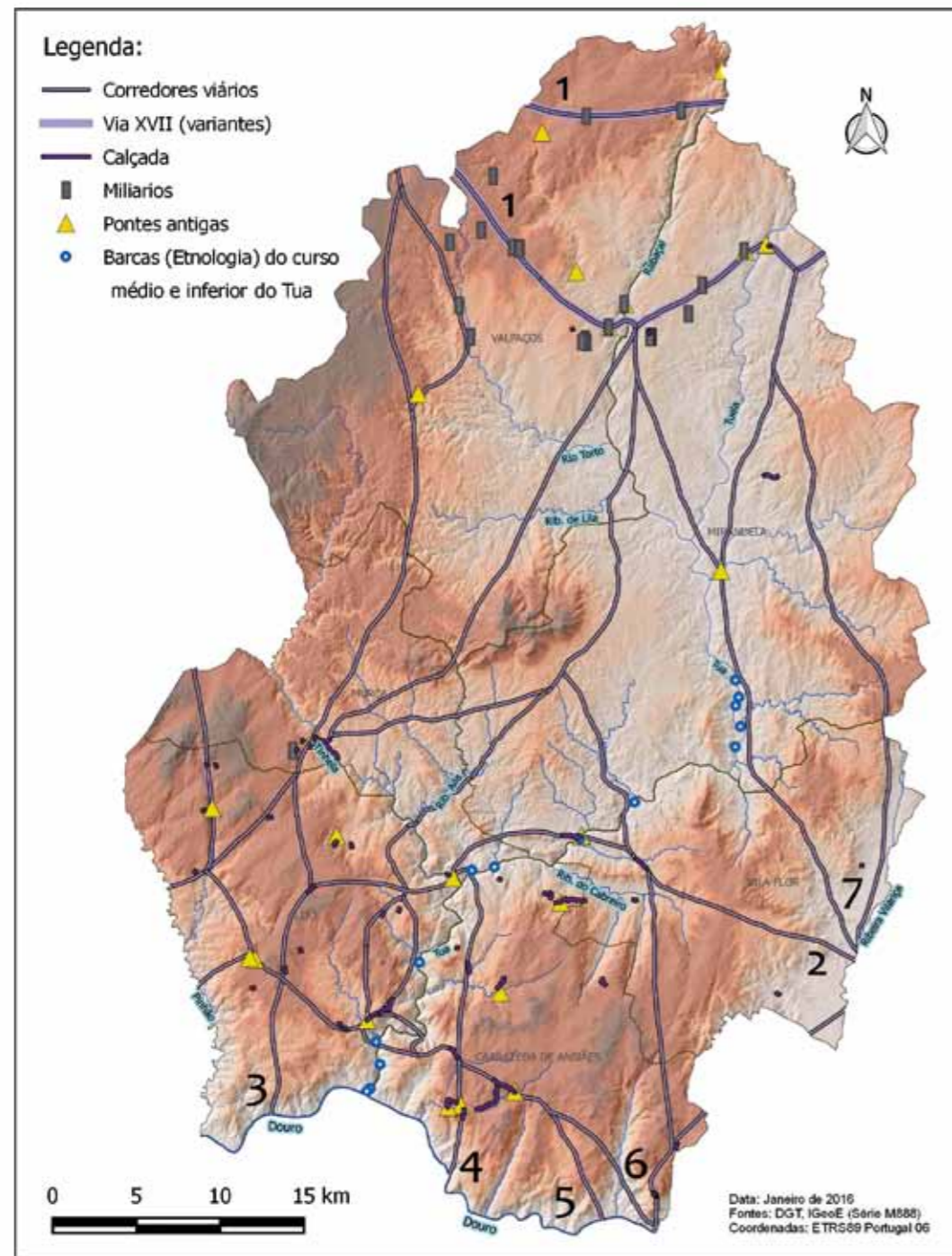
Os 29 miliários que se concentram entre os rios Tuela, Rabaçal e Calvo comprovam não apenas a passagem nesta área da *uia XVII* (variantes sul e norte) como a concentração epigráfica em torno do Cabeço de Vale de Telhas parece denunciar a presença de um lugar central neste ponto onde os atuais concelhos de Valpaços e Mirandela se tocam. Trata-se, aliás, de uma concentração de miliários que contrasta marcadamente com a restante área da bacia hidrográfica do Tua – em toda essa outra área mais a sul só se conhece 1 possível miliário, no Cadaval (Fiolhoso, Murça), para além de outros três que, embora se localizem em Valpaços, nas margens direita do Rio Torto, não se relacionarão diretamente com a *uia XVII*, como veremos.

2. A via Chão da Capela / Adeganha – Carlão (por Freixiel) – Constantim de Panóias (por Sanfins do Douro)

Mesmo não sendo considerado itinerário principal, outro trajeto regionalmente importante cruzaria todo o Vale do Tua no sentido nascente / poente. Partindo de Chão da Capela, a possível capital dos *Banienses*, situada na margem da ribeira da Vilariça, a via poderia começar por subir pela Quinta Bem-Saúde passando nas imediações da Quinta dos Castelares, seguindo depois por Vila Flor⁷⁵ e Samões (que relacionamos com a via medieval de *Samotes*, referida no foral de Freixiel: 1195-1209) (cf. Cap. 7) até atingir as imediações da *uilla* ou *mutatio* de Freixiel, passando antes pela Calçada do Cabeço da Forca (associação corroborada pelo traçado do caminho ótimo) que liga Freixiel e o vale de Freixiel ao planalto de Vila Flor.

O traçado da estrada entre Freixiel e o curso médio do Tua (e depois, a partir deste rio, para Carlão) é duvidoso. Um troço de calçada entre Freixiel e Pereiros (incluindo a Ponte das Olgas, ainda que esta seja de cronologia moderna), e uma outra que se observa entre Pereiros e Pereiro Velho, poderiam denunciar este percurso, assim como a calçada do Requeixo, aparentemente relacionada com a passagem do Tua no lugar da barca da Brunheda (e / ou na ponte de Caldas de Carlão). Porém, este trajeto que corre por uma área montanhosa – sem povoamento romano – parece fazer mais sentido para a Época Medieval, ligando as aldeias de Pereiros, Codeçais e Brunheda. A leitura que fazemos da paisagem entre Freixiel e o Tua aponta antes para a passagem da estrada romana pelo lado norte da Serra da Tinta (correndo assim ao longo do possível limite conventual e provincial)⁷⁶, seguindo o “caminho antigo do Vieiro” (ou a “Estrada Real” identificada na cartografia de finais do séc. XVIII, nomeadamente o mapa de Tomás Lopez Vargas Machuca, editado em 1811 – cf. Cap. 8), passando ao largo do casal romano de S. Domingos, continuando depois por Abreiro (ponte sobre o Tua e calçada)⁷⁷, pelas imediações do povoado de Santa Catarina de Abreiro em direção à calçada e ponte de Caldas de Carlão, onde passava o Tinhela⁷⁸, antes de chegar a Carlão⁷⁹.

De Carlão a Constantim de Panóias (Vila Real), a estrada subia ao planalto de Alijó e cruzava-o em direção a Sanfins do Douro. Conseguida a difícilíssima travessia do rio Pinhão, entrava no concelho de Sabrosa em direção a Constantim e às antigas Terras de Panóias. A projeção do caminho ótimo sugere que esta estrada poderia dirigir-se



Rede viária proposta para o vale do Tua e elementos viários associados



Mapa 18: Proposta de rede viária romana e localização de elementos viários eventualmente associados.

pelo planalto da Chã (revelada, assim sendo, pelo troço de calçada da Chã), passando depois nas imediações do castro de Nossa Senhora da Piedade (Sanfins do Douro), até alcançar a ponte de Rio de Moinhos (com provável origem romana) e os troços associados de calçada que por Cheires conseguem vencer os acentuados declives até ao rio Pinhão (através possivelmente de um trajeto hoje assinalado pela pequena Ponte das Forcadas), transpondo este rio talvez entre as Quintas de Ribeira e dos Azeredos, nas imediações ou no lugar da atual Ponte da Ribeira⁸⁰, nas imediações do Castelo de Cheires, dirigindo-se depois por Sabrosa até Constantim⁸¹.

Como veremos de seguida, o trajeto entre Carlão e Constantim aproveitava a dada altura o curso de outra estrada principal que ligava uma das passagens do Douro, situada na Quinta de Roriz, e o nó viário da Ponte Velha de Murça, nesta entroncando próximo do Castro de Vilarelho (Favaios); chegada ao planalto da Chã (possivelmente no lugar onde hoje de encontra a aldeia da Chã), derivaria para oriente, em direção a Carlão, enquanto outro trajeto rumava a norte.

3. A via Roriz (Douro) – Ponte Velha de Murça – Vale de Telhas / Chaves (uia XVII) (com ligação ao território mineiro de Tresminas e Jales).

Outras estradas principais percorriam este território de sul para norte. Uma dessas estradas romanas, seguramente importante, tanto pelo trajeto (orientado a norte, no enfiamento direto de Lugo), como pelo facto de ser a outra (para além da uia XVII) que surge associada a miliários, identificamo-la no limite ocidental da área em estudo, cruzando o Douro.

Se considerarmos Paredes da Beira (S. João da Pesqueira) como possível capital de *ciuitas* (a dos *Arabrigenses*) (Carvalho, 2010: 217-219), o trajeto mais curto para norte (em direção a Chaves, à uia XVII, e de Chaves para norte, em direção a Lugo), faria a travessia do Douro nas proximidades da Quinta de Roriz (onde se encontram vestígios romanos) (Pereira, 2011) e num lugar não muito distante do povoado da Cerca do Castedo (e da ermida de Santa Marinha, em Castedo, lugar de achado de duas aras a Júpiter). Depois de vencer a difícil subida do vale do Douro, passando talvez próximo da atual povoação de Cotas, esta via distendia-se, percorrendo as terras onduladas e aplanadas de Alijó, em direção a Favaios e aos povoados de Santa Bárbara e de Vilarelho, localizados nas imediações da atual vila.

Junto deste último povoado romanizado (e onde esta via poderia cruzar com uma outra vinda dos lados

do Tua e de S. Mamede de Ribatua) existe um troço de calçada (na Tapada Velha) que é intercetado pelo caminho ótimo que projetámos entre Roriz e a ponte velha de Murça, tal como acontece, aliás, mais adiante, já no planalto da Chã, com a extensa calçada que aí se observa, após esta ter corrido pelo vale do Caneiro⁸². Tendo também em conta o referido traçado ótimo, esta via passaria depois próximo dos importantes povoados de Vale de Mir, de S. Marcos (Pópulo e Ribalonga)⁸³ e, mais adiante, do Castelo de Cadaval, antes de chegar à Ponte Velha de Murça sobre o Tinhela, importante encruzilhada da viação antiga nesta região do Nordeste transmontano na longa duração⁸⁴.

A partir deste ponto de travessia, a estrada romana prosseguia para norte, indo ao encontro da uia XVII, passando junto aos povoados de Castelo de Jou e Alto da Cerca dos Mouros (Murça) e Alto da Torre / Vilanova (Santa Maria de Emeres, Valpaços), podendo depois contornar a serra do Perdigão, pelo lado oeste, passando junto aos importantes castros da Cerca de Ribas (Argeriz, Valpaços) e de Vila Nova (Friões, Valpaços), talvez já correndo a ocidente, aproveitando a área planáltica, como os traçados ótimos projetados sugerem. Depois de Argeriz⁸⁵ (onde também se destaca o santuário rupestre de Argeriz) esta via poderia assumir um outro percurso, por forma a fugir às altitudes mais elevadas (na ordem dos 800m) da Serra do Brunheiro. Se assim fosse, encaminhar-se-ia pelas encostas do Vale de Rio Torto e seus afluentes, passando ao largo do povoado de Cigadonha de Monsalvarga (Vassal), continuando agora por Valongo (onde se achou um miliário anepígrafo) ao encontro da uia XVII que seguia por S. Julião de Montenegro (lugar de achado de três marcos miliários) e onde iniciava a descida para a extensa veiga de Chaves (depressão à cota de 350 m que interrompe o extenso planalto transmontano). Este percurso explicaria assim a presença na margem direita do Rito Torto dos miliários de Valongo (Ervões) e dos possíveis miliários de Monsalvarga e de Vassal (cf. Cap. 16). Confirmando-se a sua classificação como miliários, estes revelam também a importância desta estrada – a ser assim, esta corresponderia à principal ligação entre *Aquae Flaviae* / uia XVII, os territórios da margem direita do Tua e as *ciuitates* da Beira Central⁸⁶.

A partir da Ponte Velha de Murça uma outra estrada poderia avançar diretamente para Vale de Telhas. E, neste trajeto, há duas variantes possíveis. Uma seguiria pelo lado sul da Serra de Santa Comba, passando pelas aldeias de Palheiros (nas imediações do Crasto de Palheiros e da

ermida de S. Bartolomeu, Murça), de Franco⁸⁷ e Lamas de Orelhão (Mirandela)⁸⁸. Junto ao povoado romano do Muro (Lamas de Orelhão), como veremos, esta poderia juntar-se a duas outras estradas: uma que ligava diretamente Carlão a Vale de Telhas e outra proveniente de Freixiel. A ser assim, os vestígios de Época Romana que se conhecem em Lamas de Orelhão, situada no sopé da Serra de Santa Comba (por onde fazemos correr o limite entre *ciuitates*), poderão relacionar-se com uma estalagem localizada precisamente nesse entroncamento de vias⁸⁹. A partir de Lamas de Orelhão rumava a norte, passando nas imediações da granja ou *uilla* da Sainça (Sucções), junto ao povoado do Alto de S. Pedrinho (Rio Torto, Valpaços), continuando pela área das atuais aldeias de Cabanelas e Vale Salgueiro (Mirandela), chegando finalmente a Vale de Telhas.

No entanto, o caminho ótimo ensaiado entre a Ponte Velha de Murça e o Cabeço de Vale de Telhas, projeta-se pelo lado norte da Serra de Santa Comba e da Garraia, iniciando o seu percurso pela Serra de S. Domingos e continuando por Murça e pela área da atuais localidades de Ribeirinha (lugar do Alto das Rodeiras), Serapicos e Zebras (onde se destacam quatro mamoas), passando depois no vale da Senhora do Carril e vale da ribeira de Lila, entre os povoados do Castelo de Jou e Alto da Cerca dos Mouros (a ocidente) e o povoado da Fraga da Cerca dos Mouros (a oriente), continuando pelo povoado do Monte de Santa Bárbara, transpondo o Rabaçal junto à atual aldeia de Rio Torto (onde existem vestígios romanos e o topónimo Vieiro, para além da ponte de Rio Torto, de cronologia medieval / moderna: Cunha e Alves, 1991: 78) e nas imediações do povoado de Muradilha 1 e do casal romano de Muradilha 2, alcançando poucas milhas depois o Cabeço de Vale de Telhas⁹⁰.

Mas regressemos à Ponte Velha de Murça⁹¹. Dois outros possíveis percursos poderiam ter nesta importante encruzilhada viária o seu ponto de partida. Um desses caminhos começava por decalcar a estrada para o Pópulo, derivando depois para Ribalonga (com expressivos vestígios de Época Romana) e prosseguindo até Vilar de Maçada (lugar de achado de importantes epígrafes: duas aras a Júpiter e de uma outra a Albocelo). Os vestígios romanos de Ribalonga poderão estar no enfiamento desta estrada que, a partir do Tinhela, se dirigia para o Rio Pinhão (seguindo depois pelo importante Castro de Sabrosa / Castelo da Sancha), passando antes nas imediações dos povoados romanos fortificados de Francelos (Vila Chã) e do Alto da

Muralha (Vilar de Maçada)⁹². Um outro, depois de vencer a calçada entre a Ponte Velha de Murça e o Cadaval (Fiolhoso), dirigia-se para Perafita (Alijó), onde se registam troços de calçada, continuando talvez para a área de Vila Real, por Jorjais e Justes⁹³. Se a atual aldeia do Cadaval (onde se encontra um possível miliário) poderia ser lugar de bifurcação de estradas, a atual povoação de Perafita corresponderia ao lugar onde a estrada da Ponte Velha de Murça se cruzaria com uma outra importante estrada (a qual, assim sendo, ainda intercetava o território em estudo): a estrada que servia diretamente o território mineiro de Tresminas e Jales (para a documentação medieval que refere este trajeto, no lugar de *Cativelos*, atual Cadaval, cf. Cap. 7).

Cruzando as informações disponíveis, parece-nos provável o seguinte trajeto (de norte para sul): Alfarela e Moreira de Jales, Carva, Perafita, Vila Verde e Vilar de Maçada, prosseguindo depois em direção ao Pinhão, para Sabrosa – entroncando esta, na zona do território mineiro de Tresminas e Jales, numa outra via secundária que ligava também o vale do Douro à *uia XVII*, passando por Justes (Vila Real) e pela Ponte do Arco ou de Barrela, sobre o rio Pinhão (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar) (Lemos 1993, IIa: 325; Lopes *et al.*, 1994; Lemos, 2004). Pertenceriam a esta estrada os troços de calçada (para além dos de Perafita) identificados a norte de Vilar de Maçada e em Vila Verde, este último associado às ruínas de uma ponte sobre a ribeira do Asca, e nas proximidades do singular povoado da Cerca. Esta via corresponderia à *careyram de Gales* mencionada em documentação medieval⁹⁴?

4. A via Cachão da Valeira (Douro) – Carlão (por Pombal) – Vale de Telhas (por Lamas de Orelhão)

Outra estrada de sentido sul / norte poderia fazer a travessia do Douro por barca próximo do Cachão da Valeira, num lugar a jusante da garganta em cascata onde o rio deixava de ser navegável.

Partindo também de Paredes da Beira (S. João da Pesqueira) (correndo o território dos *Arabrigenses*) ou de Numão / Freixo de Numão (em território dos *Meidubrigenses*), este outro percurso talvez passasse logo depois pela Senhora da Estrada, S. João da Pesqueira e São Salvador do Mundo, transpondo o Douro, como referimos, na Valeira. A partir deste ponto de carga e descarga de mercadorias que chegavam por via fluvial, esta estrada iniciava uma difícil subida pelas arribas rochosas de Linhares, documentada pela calçada de Linhares⁹⁵, continuando para Carlão, pela Senhora da

Cunha (margem direita do Tua) ou por Pombal (margem esquerda do Tua), entroncando neste caso, mais a norte, nas imediações das Caldas de Carlão (calçada e ponte de Caldas de Carlão), com a estrada que corria o Vale do Tua de oriente para ocidente (Chão da Capela – Carlão).

A estrada da Valeira poderia seguir em direção a Carlão correndo sempre para norte, evitando assim o desfiladeiro do Tua – rio “deveras caudaloso” particularmente no inverno, ainda que no verão em alguns lugares se deixasse “vadear”, como se refere nas Memórias Paroquiais de 1758 (cf. Cap. 8). O caminho ótimo que projetámos entre a Valeira, Pombal e Carlão dirige o seu traçado para Linhares, sobrepondo-se exatamente à calçada de Linhares, prosseguindo depois por Parambos, intercetando num dado ponto a calçada de Santa Marinha (nas imediações dos topónimos Venda Nova / S. Pedro, precisamente onde esta iniciará também outro percurso em direção ao Tua, talvez por Castanheiro do Norte / Tralhariz)⁹⁶, passando depois nas proximidades da possível *uilla* do Curral dos Moiros, antes de chegar ao *uicus* de Mós Pombal. A travessia do Tua por barca na área de Pombal não seria fácil (nem é fácil hoje de determinar), face às pendentes que ladeiam o rio nesta zona⁹⁷. Os traçados ótimos projetados a partir da calçada de Pombal, todavia, fazem passar esta estrada pelo lugar do Ferrado, junto ao Lugar da Pala, no sítio do Alto do Canal ou então próximo da Quinta do Barrabás. Uma outra possibilidade, resultante da nossa leitura no terreno, prolonga este trajeto a partir de Pombal, para norte, por Pinhal do Norte, Brunheda, fazendo a difícil travessia do Tua na proximidade do lugar da Barca da Brunheda (ponto de amarração e importante lugar de transposição do Tua por barca em Época Moderna), prosseguindo pelas Caldas de Carlão e pela ponte sobre o rio Tinhela⁹⁸.

Se não forem considerados os lugares de Pombal e Linhares no ensaio dos caminhos ótimos, entre a Valeira e Carlão, a estrada romana segue um percurso alternativo e manifestamente distinto do anterior. Assim, após a travessia no Cachão da Valeira, a estrada seguia ao longo da margem direita do Douro até a foz do rio Tua. Depois prosseguia ao longo da margem esquerda do Tua, transpondo o rio num lugar logo abaixo da *uilla* romana da Quinta da Ribeira, onde até há pouco tempo existiram dois pontos de amarração (as passagens da Barca das Almas e do Moinho do Vau – cf. Cap. 9). Serpenteava depois pela encosta íngreme até S. Mamede de Ribatua, destacando-se neste troço o facto de o traçado do caminho ótimo intercetar a ponte de

S. Mamede de Ribatua – a calçada de S. Mamede faria também parte deste percurso se tomasse a direção de Safres. Este caminho prosseguia pelo vale a poente da Senhora da Cunha, onde se encontra o Castelo da Burneira e a área mineira do Ribeiro do Souto, tomando a direção norte, rumo a Carlão – o troço de calçada Carlão / Burneira encontra-se também no enfiamento deste caminho ótimo.

Mas há outros traçados possíveis para a via romana nesta área junto ao Tua. Um faz continuar a calçada que se observa em Santa Marinha (Parambos) por Tralhariz, descendo ao rio pela encosta onde se encontra a *uilla* da Quinta da Ribeira e conseguindo a sua travessia no lugar das passagens da Barca das Almas e Moinho do Vau, continuando depois para S. Mamede de Ribatua⁹⁹. Outro traçado, baseado na projeção de um caminho ótimo e na localização da calçada de Santa Marinha (Parambos), dirige-se para o Tua, transpondo-o no lugar do Castanheiro / Moinho da Montã (lugar de barca de passagem até tempos relativamente recentes), vencendo depois as íngremes encostas do Vale do Tua pelo Castelo dos Barcos e intercetando, um pouco mais adiante, os conhecidos troços de calçada entre Safres e S. Mamede de Ribatua¹⁰⁰.

De S. Mamede de Ribatua para norte, em direção a Carlão, há dois percursos possíveis. Um podia dirigir-se ao Castelo da Burneira (no lado oeste da Senhora da Cunha), como antes referimos. O outro podia seguir por Amieiro e Safres (a oriente da Senhora da Cunha). Vários troços de calçada sugerem este segundo trajeto – estes observam-se na área de Safres (em direção a S. Mamede de Ribatua) mas também a norte de Amieiro¹⁰¹. Ambos os trajetos encontram suporte nos caminhos ótimos que ensaiámos.

Em suma, nesta área em particular, onde o Tua se mostra muito difícil de transpor, é particularmente difícil propor trajetos mediante a articulação dos dados existentes, associando-os no tempo e no espaço. Nesta zona em particular, em que o desfiladeiro do Tua se assume como autêntica barreira, os trajetos são menos retilíneos, mais complexos, mas também mais duvidosos¹⁰². Os caminhos em torno do Tua assumiriam assim, no quadro da viação romana desta região, um papel algo secundário, tendo importância essencialmente a nível local. As estradas mais frequentadas seriam aquelas que partiam das travessias de Roriz e de Lobazim (e / ou da Senhora da Ribeira). O percurso que se inicia na Valeira e subia a Linhares talvez tenha apenas adquirido importância em Época Medieval.

Chegada a Carlão esta estrada seguiria para Vale de Telhas. O caminho ótimo que projetamos entre estes dois lugares sugere que a transposição do rio Tinhela se faria entre Santa Eugénia e Candedo (num sítio próximo da ponte entre o Alto do Carqueijal e o Alto da Porreira), prosseguindo depois em direção a Avidagos (Mirandela), por uma zona aparentemente sem vestígios romanos, até chegar a Lamas de Orelhão (lugar de cruzamento de estradas). Esta projeção continua para norte por Passos (no sopé oriental da Serra de Santa Comba), em direção à área da freguesia de Suções (e próximo do sítio da Sainça) e ao povoado do Alto de S. Pedrinho (Valpaços), cruzando mais adiante o rio Rabaçal, na zona da Senhora do Vale de Freixo, antes de chegar ao Cabeço de Vale de Telhas¹⁰³.

5. A via Senhora da Ribeira (Douro) – Carlão (por S. Mamede de Ribatua / Senhora da Cunha) ou Constantim de Panóias (por S. Mamede de Ribatua e Sanfins do Douro)

A Quinta da Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães), a cerca de 12 km a montante da Valeira, numa zona onde o caudal do Douro em época estival seria pouco expressivo, constituiria um outro ponto de travessia do Douro. O trajeto proposto é o seguinte: partindo de Freixo de Numão (possível capital dos *Meidubrigenses*) e Numão (*vicus Assaniancum?*), esta estrada transpunha por barca o Douro no lugar do Arnozelo / Quinta do Vesúvio (Foz Côa) / Quinta da Senhora da Ribeira (Carrazeda de Ansiães) (Lemos, 1993, IIa: 149-151, n.º 552; Cruz, 2000: 399-400; Lemos e Martins, 2011: 305 e 310), subindo pela Quinta dos Carris ao povoado de Selores / Castelo Velho de Ansiães, tomando depois a direção de Carlão, por Mós de Pombal e / ou pela margem esquerda do Tua, por S. Mamede de Ribatua (cruzando com a calçada de S. Mamede) e pela Senhora da Cunha, como vimos a propósito do traçado da Valeira¹⁰⁴.

Entre os possíveis *uici* da Senhora da Ribeira e Pombal o caminho ótimo projetado passa exatamente por Selores (e antes pelo lugar de Beira Grande). Esta via poderia depois seguir pela área das atuais aldeias de Marzagão, Arnal, Parambos e Paradela, passando mais adiante próximo da *villa* do Curral dos Moiros, até Mós de Pombal. A Ponte do Galego e a calçada de Marzagão, ainda que possam ser obra de Época Medieval / Moderna (Pereira e Lopes, 2005: 34), inscrevem-se perfeitamente neste trajeto, podendo assim ser de origem romana. E o mesmo acontece com a calçada de Santa Marinha (Parambos) – esta via integrará já o trajeto para o Tua (e para S. Mamede de Ribatua), mas parece

encontrar-se muito próximo do local onde se cruzavam as vias do Cachão da Valeira e da Senhora da Ribeira¹⁰⁵.

Em Carlão, como vimos, as vias tomavam vários rumos. Mas para além dessas poderia haver ainda outros caminhos secundários, cujo traçado obedeceu a interesses de circulação estritamente locais. Um desses eventuais traçados romanos na origem encontra-se assinalado pelos troços de calçada medieval / moderna da Rabona (Pegarinhos, Alijó) e / ou da Fragonha (Murça) – talvez ambos se integrem num antigo percurso entre Carlão e a Ponte Velha de Murça, seguindo primeiro pelo vale de Pegarinhos, continuando em direção ao Castelo de Castorigo e prosseguindo ao longo do Tinhela, pela designada calçada da Fragonha, até atingir a Ponte Velha de Murça (Lemos, 1993, IIb: 490-491, n.º 840; Raposo, 2001: 115)¹⁰⁶; a partir deste ponto, um outro caminho secundário poderia prosseguir (pela margem esquerda do Tinhela) em direção ao território mineiro de Tresminas, na Serra da Padrela.

Mas regressemos ao Tua e a S. Mamede de Ribatua, à sua ponte e troços de calçada¹⁰⁷. Desde este ponto, servido também pelo provável trajeto da Valeira, um outro caminho iniciava nova subida para ocidente até atingir o rebordo da área planáltica de Alijó, onde se localiza o povoado romano de Cortinhas (Alijó) e também um troço de estrada lajeada. Daí prosseguia por terrenos menos acidentados até chegar a um ponto entre o Castro de Vilarelho (Alijó) e Santa Bárbara de Favaios, onde entroncava com a estrada de sentido sul / norte (com travessia do Douro em Roriz), seguindo depois por Sanfins do Douro para o Pinhão e Constantim de Panóias¹⁰⁸.

A propósito desta possível estrada romana que desde S. Mamede de Ribatua se dirigia para Alijó e Favaios, não podemos deixar de trazer à colação a notícia do achado de um “tesouro monetário”, formado por 42 denários da “República romana”, em S. Mamede de Ribatua (Vasconcelos, 1895a: 25; Centeno, 1987: 81-82, n.º 76), cujo ocultamento pode ter sido feito nas imediações desta via (então corredor natural de circulação, ainda não estruturado pelos romanos), aparentemente no início da segunda metade do séc. I a.C. (este “tesouro” é aquele que na região parece apresentar uma cronologia de depósito mais recuada). Também associados de alguma forma a este trajeto, que transpunha o Douro na Valeira, na Senhora da Ribeira ou em Lobazim e que cruzava este território de oriente para ocidente, estarão também os 3 denários do séc. II e I a.C. e um *As* hispânico de Augusto achados no povoado de Santa Bárbara (Favaios, Alijó) ou ainda os depósitos monetários, ocultados ao tempo de Tibério

ou nos anos imediatamente seguintes (dos mais antigos conhecidos em toda esta região), de Linhares e das Cortinhas (cf. Cap. 17).

Em suma, esta estrada que passava o Douro na Senhora da Ribeira poderia não corresponder (ou nem sempre terá correspondido) a um trajeto principal – talvez tenha ganhado importância à medida que o tempo foi passando, em detrimento da travessia de Lobazim que seria mais antiga (e estruturante apenas nos primeiros tempos do Império). Porém, não deixaria de ser uma estrada importante ao nível da região, desde logo pela importância que atribuímos ao sítio da Senhora da Ribeira, provável *uicus*. O foral de Vilarinho da Castanheira (1218) identifica o *porto do Seira* (*porto d’Osseira / Seyra*) como limite concelhio, integrando-o num *terminis antiquis*. Este limite poderá corresponder em parte à ribeira de Usseira / Uceira (afluente do Douro, com a foz na Senhora da Ribeira) e, neste caso, o *porto d’Osseira* estaria localizado junto à foz da ribeira de Usseira, ou seja, entre a Senhora da Ribeira e a atual pequena aldeia de Coleja (Carrazeda de Ansiães)¹⁰⁹. Ora, se assim for, esta referência medieval não deixa de denunciar a importância (simbólica) da Senhora da Ribeira / Coleja desde um período anterior. Seja como for, este lugar da Senhora da Ribeira, onde se encontraria a barca de “Colexia”, seria em Época Moderna (cf. Cap. 8) um dos pontos principais de ancoradouro e travessia do Douro nesta zona – pelo menos desde os inícios do séc. XVIII uma barca faria a travessia do seu curso, sucedânea provavelmente de uma outra que cumpriria idêntica função em Época Romana.

6. A via Lobazim (Douro) – Vale de Telhas (por Freixiel e Lamas de Orelhão)

A montante das anteriores travessias do Douro, e associada a uma estrada que consideramos importante, existiria ainda outra situada na Quinta de Lobazim (Carrazeda de Ansiães) (mesmo no limite da nossa área de estudo). A Quinta de Lobazim encontra-se a cerca de 4 km da Quinta da Senhora da Ribeira¹¹⁰. À partida, a operacionalidade de uma destas travessias poderia ser colocada em causa face a esta proximidade. Mas se consideramos justificada a proposta apresentada para a Quinta da Senhora da Ribeira, também a inclusão de Lobazim entre as travessias importantes do Douro em Época Romana encontra argumentos que a justificam.

A Quinta de Lobazim, desde logo, localiza-se precisamente no enfiamento da estrada romana que, a partir de Freixo de Numão (possível capital de *ciuitas*), se dirigia ao Douro, percorrendo para isso o vale encaixado de Murça (Vila Nova de Foz Côa) – a designada calçada das Regadas, a sul do Douro, fará parte deste trajeto (Coixão, 1996: mapa 5). A travessia do Douro seria no sítio do Freixo / Torrão / Quinta Chão de Ribeiro (Mós do Douro), na margem esquerda deste rio (Coixão *et al.*, 2009: 61 – lugar de achado de materiais romanos), correspondendo na margem direita à Quinta do Lobazim, num lugar onde existiu uma das mais importantes barcas que transpunha o Douro em Época Moderna¹¹¹ e precisamente num ponto onde se encontram as extremas concelhias (desta feita, dos atuais concelhos de Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo). A partir daí, através de um corredor



Fot. 12: Quinta do Lobazim (Carrazeda de Ansiães), junto ao Douro, e ao fundo o vale de acesso ao planalto de Carrazeda, por Vilarinho da Castanheira (© P.C. Carvalho).



Mapa 19: Possíveis caminhos ótimos entre a Senhora da Ribeira e Lobazim, no Douro, e Carlão.

natural de circulação, subia a Vilarinho da Castanheira, rumando ao vale de Freixiel (lugar de cruzamento de estradas), prosseguindo até Vale de Telhas (*vía XVII*); mas outro percurso também poderia seguir diretamente para o Tua e / ou para Carlão, passando primeiro (de acordo com o caminho ótimo projetado entre Lobazim e Pombal) por Coleja¹¹² e entroncando em Selores na estrada que desde a Senhora da Ribeira se dirigia a S. Mamede de Ribatua ou a Pombal.

O cálculo do caminho ótimo entre Lobazim e Vale de Telhas (Mapa 20) começa por projetá-lo pelo lugar de Lagares, onde se acharam vestígios romanos, intercetando mais adiante o troço de calçada de Vilarinho da Castanheira – neste ponto, onde sintomaticamente se encontra mais um troço de calçada, outra estrada seguiria para o Chão da Capela, possível capital de *ciuitas*. Depois de entrar no concelho de Vila Flor, passaria junto aos sítios romanos de Mourão Velho, Fraga do Ovo e Póvoa, prosseguindo pela aldeia de Candoso até chegar ao Vale de Freixiel – junto ao “castelo / povoado romano do Freixiel” (possível *uilla* ou *mutatio*) cruzava-se com a estrada Chão da Capela – Carlão¹¹³. Prosseguia para norte contornando o flanco oriental da Serra da Tinta, passando junto ao possível casal de S. Domingos de Vieiro (Freixiel), transpondo o Tua por barca nas imediações das atuais povoações de Barcel e Ribeirinha, num lugar onde o Estudo Etnológico (cf. Cap. 9) assinala as embarcações de Longra, seguindo depois em direção a Lamas de Orelhão (e ao lugar de entroncamento de estradas que julgamos ter existido nas imediações do povoado do Muro)¹¹⁴.

A passagem do Douro em Lobazim poderia ainda dar acesso ao Vale da Vilariça, ligando assim também as capitais de *ciuitates* dos *Meidubrigenses* e dos *Banienses*¹¹⁵. Nas imediações de Vilarinho da Castanheira esta estrada poderia bifurcar, dirigindo-se uma outra para o Chão da Capela¹¹⁶.

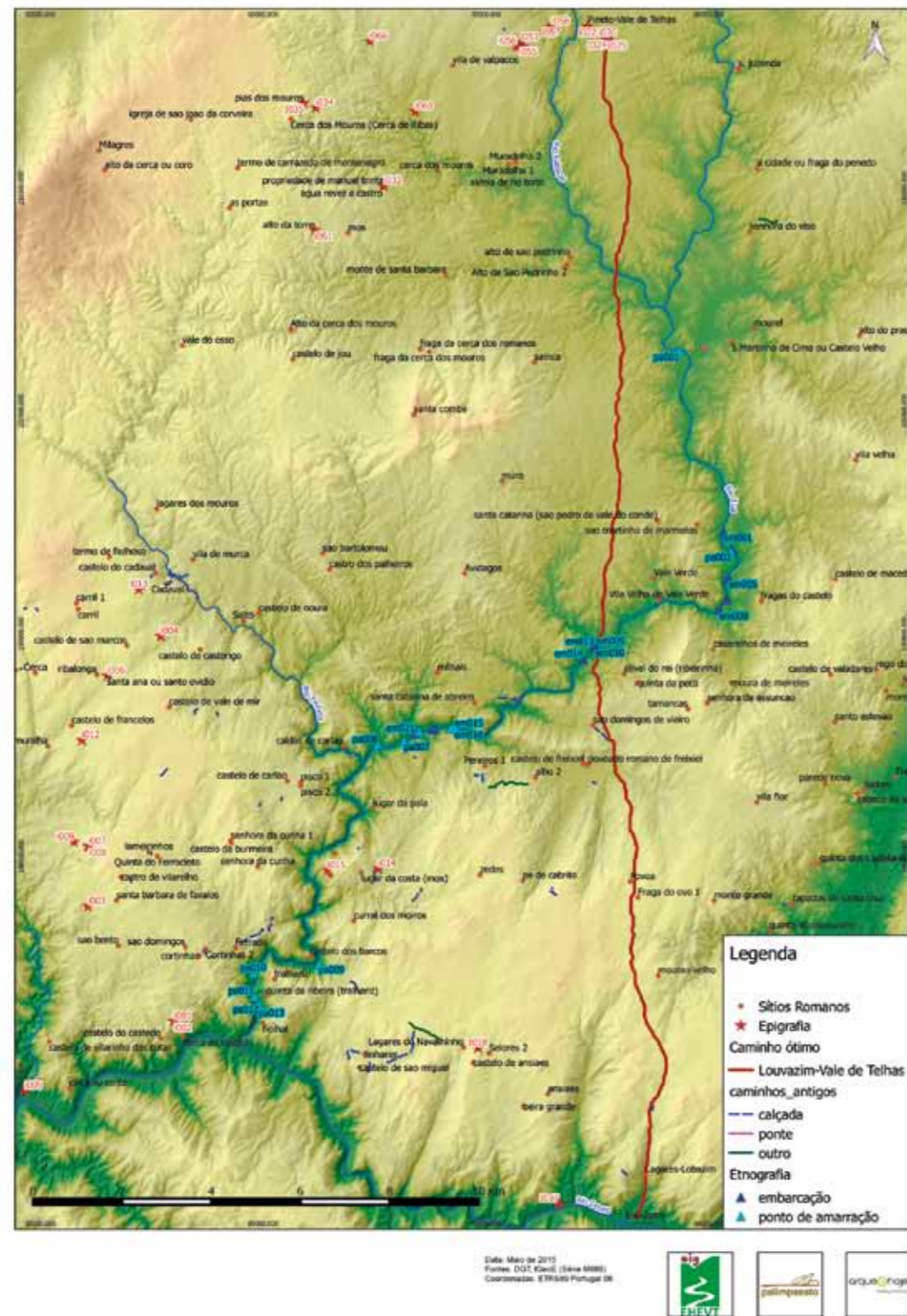
Em suma, este trajeto proveniente de Freixo de Numão integraria a mais antiga estrada que cruzava o interior da Lusitânia romana na parte em que esta coincide com a atual Beira interior, ligando a sua capital (*Emerita Augusta*) aos territórios a norte do Douro (passando por Idanha-a-Velha, capital dos *Igaeditani*, Póvoa de Mileu, possível capital dos *Lancienses Transcudani*, e Marialva, capital dos *Aravi*). Faria parte do serviço do *cursus publicus*, afirmando-se no início como *viae militaris*, para cuja construção terá também concorrido o engenho e a capacidade técnica do exército romano, como o marco de Argomil (Pinhel) sugere. Este trajeto por Lobazim constituiria, neste sentido, a

ligação inicial mais importante entre as *ciuitates* da Beira Interior e os territórios da margem esquerda do Tua (entre Carrazeda de Ansiães e Vila Flor) e a bacia de Mirandela.

Com mais esta travessia do Douro, a proposta que esboçamos parece contemplar muitas travessias para um troço de rio relativamente curto (de Roriz a Lobazim dista cerca de 30 km; entre o Pinhão e Lobazim, cerca de 37 km). Mas há indicadores que suportam cada uma das quatro hipóteses apresentadas – e, sendo todas as travessias por barcas, num quadro temporal dinâmico com cerca de quatro séculos, esta multiplicação de lugares de passagem do Douro torna-se mais verosímil. Talvez o mais provável é que apenas um ou dois correspondam a trajetos principais do *cursus publicus*, sendo as restantes *viae publicae* secundárias. Assim como não rejeitamos liminarmente a possibilidade de uma destas vias ter sido desenhada apenas em Época Medieval, tendo em conta, como se tem referido, que a sobrevivência da mesma técnica construtiva ao longo do tempo dificulta a sua datação com base em aspetos de natureza tipológica.

7. A via Chão da Capela / Adeganha – Vale de Telha ou Torre de D. Chama (por Mirandela)

Por último, correndo também de sul para norte, uma outra estrada de Época Romana percorreria a parte mais oriental da área em estudo. Partindo do Chão da Capela, seguia em direção a Mirandela, contornando os contrafortes da Serra de Bornes a sudeste. Nesse trajeto começava por cruzar o atual concelho de Vila Flor, passando nas imediações dos povoados de Cabeço de S. Pedro / Lodões e Castelo de Valadares (Vale Frechoso). Entrava no concelho de Mirandela, passando junto ao povoado mineiro de Fragas do Castelo (Frechas) e ao largo dos povoados de S. Martinho de Marmelos e S. Pedro de Vale do Conde (Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa), do outro lado do Tua, dominando o seu amplo vale. Seguia também pela importante área de exploração aurífera de S. Salvador, Freixeda, Cedães e Vila Verde, seguindo depois pela margem esquerda do Tua até S. Sebastião (Mirandela), na confluência com a ribeira de Carvalhais – provável lugar de entroncamento de vias (e possível *mutatio*), nas proximidades do importante Castelo Velho de Mirandela, e por onde poderia correr a fronteira entre *ciuitates*¹¹⁷. Algures na área urbana de Mirandela esta estrada bifurcaria: um trajeto seguiria diretamente para Vale de Telhas, pela margem esquerda do Rio Rabaçal, cruzando o Tuela e a área das atuais povoações de Valongo das Meadas e de Cabanelas; o outro prosseguia ao longo da margem esquerda do Tuela,



Mapa 20: Caminho ótimo entre Lobazim e Vale de Telhas, com a identificação de núcleos de povoamento romano e outras ocorrências, incluindo as de natureza viária.

em direção às atuais aldeias de Contins e Vale Bom dos Figos¹¹⁸, passando junto aos povoados da Senhora do Viso e Fraga do Penedo (em Mascarenhas), e S. Juzenda (Múrias), entroncando junto ao castro de S. Brás, na Torre de D. Chama, com a *uia XVII* (Lemos e Martins, 2011: 308-309; Lemos *et al.*, 2011: 172-173).

O ensaio de caminhos ótimos efetuado a partir do Chão da Capela para norte / noroeste, em direção à *uia XVII* e a dois lugares que consideramos prováveis entroncamentos de vias (Vale de Telhas e Torre de D. Chama), corrobora o trajeto antes descrito entre Chão da Capela e Vale de Telhas. Mas entre Chão da Capela e Torre de D. Chama o traçado ótimo obtido é outro: este começava por rumar a norte num percurso praticamente paralelo à ribeira da Vilarça; passava depois ao largo de duas *uillae*: Ferradoza e Santa Cruz; e por três casais: Moreirão, Rego do Souto e Salgueiro; a partir de Vilares deixava a margem da ribeira de Vilarça e prosseguia para Norte, passando próximo de Caravelas¹¹⁹, ao largo possivelmente do povoado mineiro de Vila Velha (Freixeda e Vila Verde); continuava pelo sopé do povoado do Alto do Prado do Castelo (Cedães), seguindo para a atual aldeia de Pousadas e, mais acima, Paradela; passava a cerca de 3 km a oriente da atual aldeia de Mascarenhas e do povoado romano da Fraga do Penedo; finalmente cruzava uma área entre Vilares e Vale de Prados, chegando finalmente a Torre de D. Chama. O cordão de sítios romanos cartografados ao longo deste caminho confere sentido ao traçado ótimo proposto. Não corresponderia a um trajeto principal, mas – à semelhança de outros – justificava-se e assumiria a sua importância numa lógica de circulação local ou sub-regional.

4.3. Caminhos secundários e outros medievais / modernos

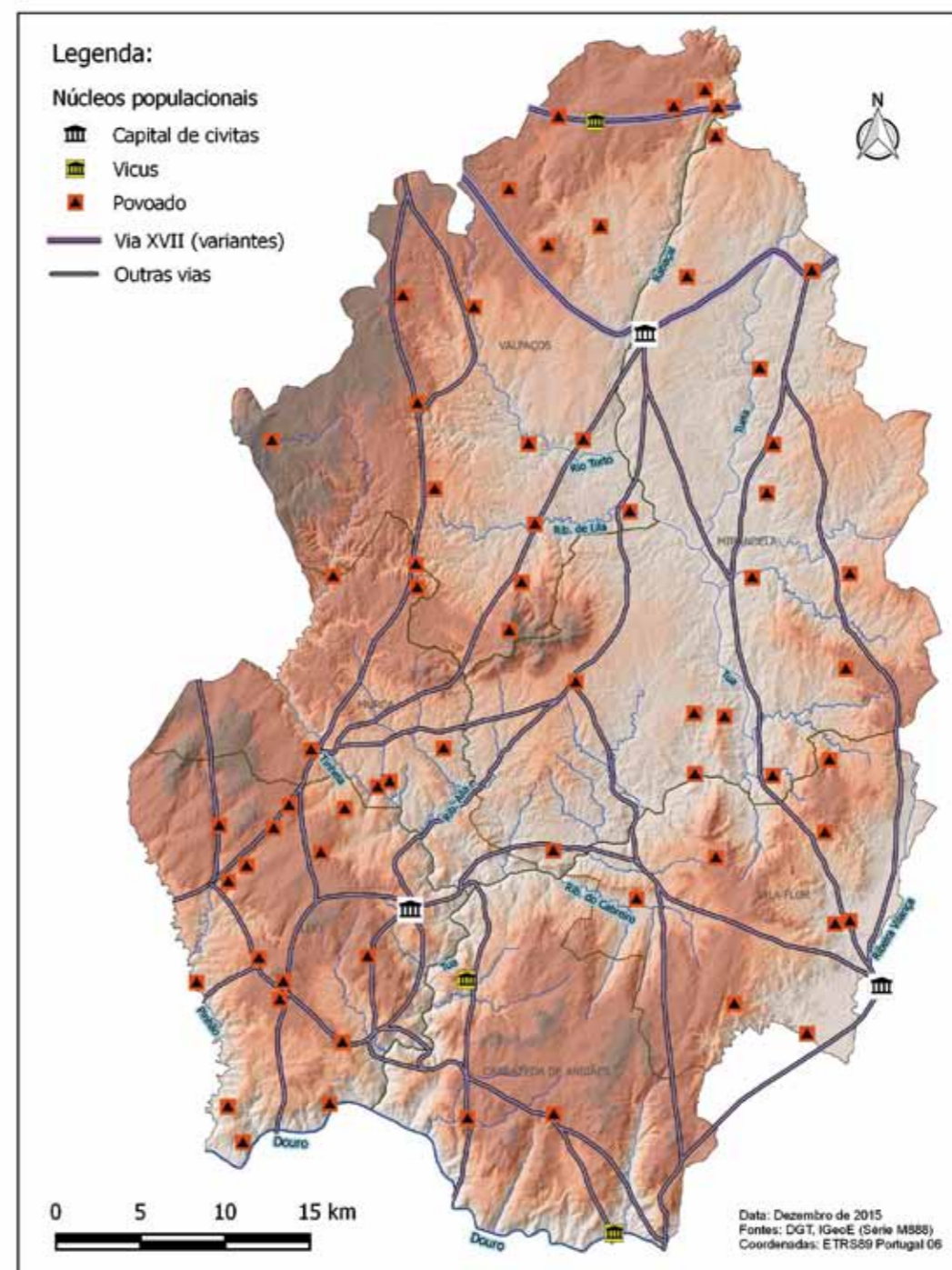
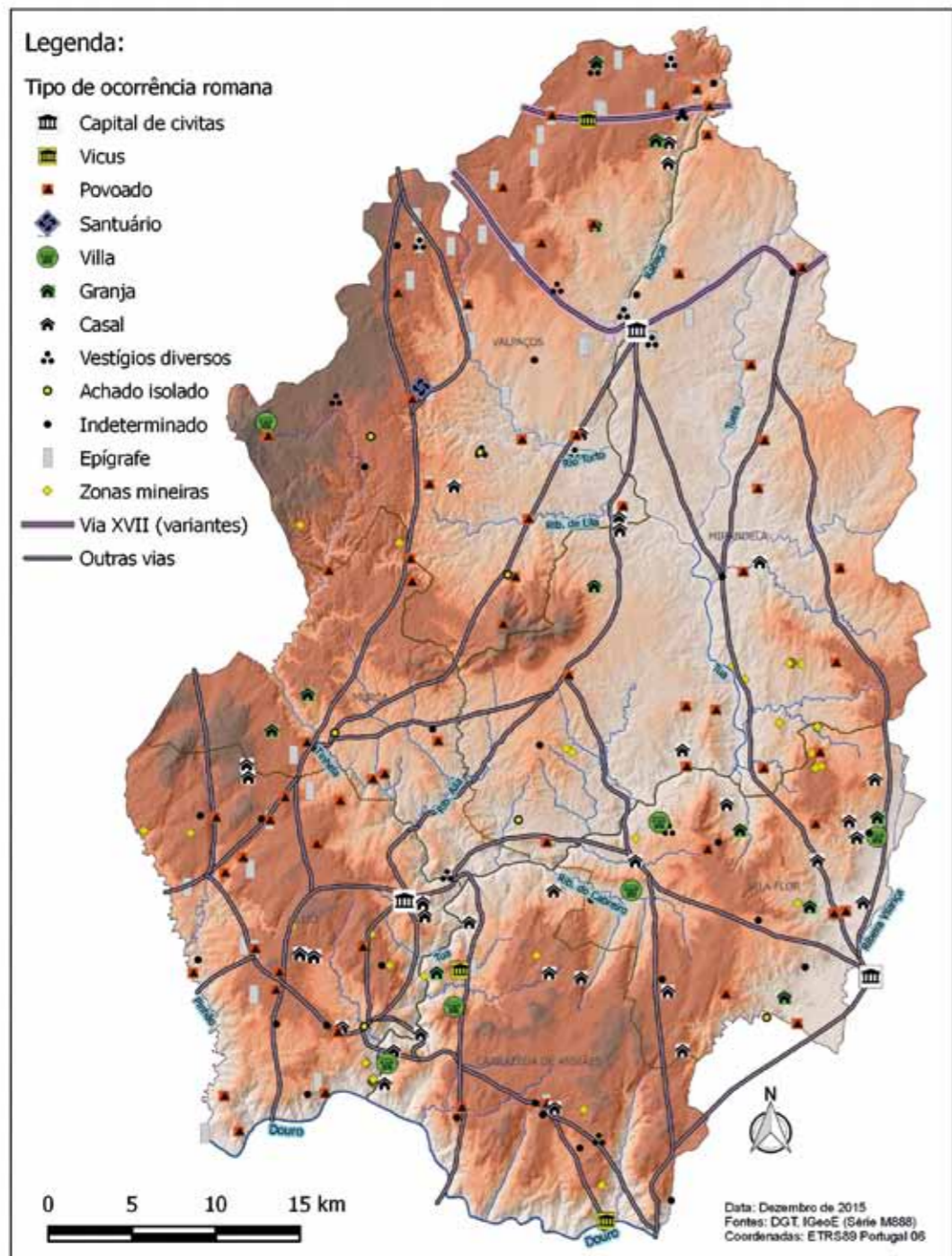
Para além destes trajetos terrestres, onde sobressaíam os itinerários do *cursus publicus* e as *uiae publicae* mais importantes, muitos outros caminhos cruzariam esta região em Época Romana. Frequentemente seriam simples veredas, carreiros ou caminhos de pé posto, por onde as populações desta zona transitavam por costume, desde sempre ou resultante de novos estabelecimentos romanos que o ditaram. Todos estes caminhos secundários não deixariam de ser importantes no quadro estrito das ligações locais entre moradas dispersas e povoados.

A generalidade destas *uiae vicinales* não deixou qualquer rasto. A não ser que se perpetuem em alguns trajetos assinalados por troços de calçada que consideramos medievais ou modernos: será este o caso daquele que, partindo da Chã (e após passar pela anta da

Chã), seguiria pela calçada e ponte da Magusteira, ambas em Pegarinhos, passando próximo dos castelos de Vale de Mir e de Castorigo, e depois ao largo do povoado do Salto, até atingir Noura (correspondendo em parte este traçado ao antigo limite do concelho de Alijó, registado em 1226), prosseguindo para Murça¹²⁰. Também a designada Calçada da Rabona poderia fazer parte de um caminho medieval que desde Pegarinhos se dirigia à aldeia de Casas da Serra, ainda que na origem pudesse corresponder a um trajeto entre Murça e Carlão. A partir do Período Medieval, no quadro de uma nova lógica de ocupação e exploração do território, alguns destes caminhos romanos poderão ter adquirido importância: alguns troços foram pavimentados com lajes, construindo-se pequenas pontes de pedra, substituindo os anteriores pontões em madeira.

Outros caminhos romanos poderão ser intuídos: ao longo do Douro, por exemplo, entre os lugares de principal travessia, como a Senhora da Ribeira e Lobazim, poderia haver trajetos de ligação por terra, pelas suas margens, ao longo do rio, não apenas para ligar as povoações ribeirinhas, mas também, possivelmente, para assegurar o transporte de mercadorias quando a água do Douro (em período estival) estava demasiado baixa para permitir a circulação de embarcações.

Certas vias referidas na documentação medieval – como a calçada de S. Mamede ou o caminho antigo de Jales – terão origem em estradas romanas importantes. Outras, secundárias, também continuaram a ser percorridas durante a Idade Média e Época Moderna (ou mesmo até aos nossos dias). Contudo, muitas outras vias terão apenas surgido na Idade Média, como forma de ligar as novas aldeias e outros lugares povoados ou frequentados. A este grupo pertencerá o trajeto revelado pela calçada que liga Freixiel e Pereiros (neste trajeto inclui-se a Ponte das Olgas, de um só arco de volta inteira, sobre a Ribeira das Lajes) (Pereira e Lopes, 2005: 40). Trajeto medieval que prosseguiria para Codeçais, como revela um outro troço de calçada que se encontra a norte de Pereiros (Carrizada de Ansiães) e continuaria em direção às margens do Tua, como sugere a designada Calçada do Requeixo. Outros testemunhos cartografados de calçadas também só parecem fazer sentido quando integráveis na rede de estradas medievais e modernas – serão os casos: da Calçada do Mogo (Mogo de Malta, Carrizada de Ansiães), talvez integrável num trajeto para Freixiel; da calçada e da ponte do Rodo (Linhães), integráveis num trajeto que se dirigia ao Douro, a um lugar situado a jusante do Cachão da Valeira; ou da



Confronto dos tipos de ocorrências de cronologia romana no Vale do Tua com as áreas mineiras e os corredores viários



Mapa 21: Identificação de todas as ocorrências possivelmente de época romana e sua relação com a rede viária proposta.

Sítios de povoamento romano agrupado no vale do Tua e a rede viária proposta



Mapa 22: Relação dos núcleos de povoamento romano agrupado e rede viária.

Calçada do Nabo, a sul de Vila Flor.

A consulta da documentação medieval pode ser muito proveitosa a este respeito. A título de exemplo, numa Carta Régia de 1290 é feita referência a um conjunto de caminhos na área de Mascarenhas¹²¹. Um dos caminhos referido parece decalcar um troço da estrada romana que se dirigia à Torre de D. Chama e à via XVII. Outros, ainda que possam entroncar em estradas romanas, parecem claramente integrar a rede de caminhos medievais, como aquele que, a sul de Mascarenhas, liga os lugares de Pousada e Vale Bom dos Figos, e do qual restará o troço de calçada do Alto do Padrão, conhecido como o “caminho antigo do Alto do Padrão”. O mesmo acontecerá com um outro caminho mencionado entre Paradela e Mascarenhas, prosseguindo eventualmente para oriente, por Alvites, ou que desde Mascarenhas seguia para Vale de Ninho, a sudoeste. Esta ramificação de caminhos, para além de revelar uma ocupação medieval expressiva nesta zona, poderá inclusivamente sugerir a importância ancestral de uma zona onde se encontram três povoados importantes: Fraga do Penedo, Senhora do Viso e S. Juzenda.

4.4. As estalagens / estações de muda

Qualquer análise da rede viária em Época Romana implica sempre uma abordagem às estações de muda (*mansiones*, *mutationes* e *stationes*). Estas estalagens de natureza pública ou oficial prestavam apoio, antes de mais, aos correios e transportes de pessoas e mercadorias vinculadas à administração imperial (serviço do *cursus publicus*) que circulavam pelas principais vias do Império. Seriam tanto lugar de pernoita como de paragem breve a meio de um percurso, onde os animais de tiro recuperavam forças e os viajantes (todos aqueles que as procuravam, e não apenas os emissários imperiais) poderiam relaxar o corpo nas termas e o espírito na taberna.

Num estudo como este, sobre a rede viária romana e a organização hierárquica do povoamento, é importante procurar identificar no terreno estas estalagens romanas. Sabemos que as estações de muda em Época Romana surgem distribuídas a intervalos regulares, espaçadas entre si a distâncias que correspondem a dias de marcha. À partida e em média, em termos de distribuição ao longo de uma via imperial, encontra-se estabelecido que as *mansiones* se situam entre 20 a 24 milhas (entre 29,6 e os 35,5 Km), enquanto as *mutationes* (estações de muda intermédias entre *mansiones*) se encontram normalmente espaçadas a cada 7 a 12 milhas (10,3 – 17,7 Km) (Chevallier, 1997: 283), distribuindo-se com um maior

ou menor espaçamento entre si consoante as características orográficas do percurso (i.e., o seu grau de dificuldade)¹²².

Estas pousadas surgem, por vezes, junto à transposição de um curso de água importante ou então posicionam-se de modo a facilitar a difícil travessia de uma serra. Quase sempre, porém, localizam-se junto ao cruzamento de duas importantes estradas imperiais. Com frequência, podem ainda encontrar-se no limite dos *territoria* das *ciuitates* (dos *conuentus* ou de *prouincia*). Ou, finalmente, podem integrar um aglomerado populacional mais vasto (das capitais aos *uici* e aos povoados amuralhados importantes), situando-se nas imediações deste.

As estações de muda em termos construtivos não se distinguiriam muito dos maiores núcleos de povoamento rural disperso – o que ainda dificulta mais a sua identificação a partir unicamente dos vestígios de superfície. No fundo, uma *mutatio* poderia ser um grande edifício organizado em torno de um pátio central, aberto e porticado, com um conjunto de divisões que englobavam desde a cozinha (*colina*) e os quartos de dormir (*cubicula*) para os hóspedes pernoitarem, até aos armazéns de forragens (*horrea*) e estábulos (*stabula*) para os animais recuperarem forças, passando ainda por espaços termais e forjas¹²³.

Não obstante ser muito difícil identificar um sítio romano como estação de muda exclusivamente através de prospeções, não deixaremos de avançar com algumas propostas, tendo em conta a articulação de todos os indicadores acima descritos. Assim, para o troço meridional da *uia XVII*, para além de *Pinetum* (*mansio* indicada no Itinerário de Antonino), propomos a presença de uma *mutatio* na área de Torre de D. Chama / S. Brás, lugar que dista cerca de 7 a 8 milhas de Vale de Telhas (a Torre de D. Chama corresponderá a um entroncamento de estradas, tendo em conta o traçado que desenhamos desde o Chão da Capela). Para a outra via que cruzava este território de oriente para ocidente propomos uma estação de muda no “povoado romano de Freixiel” (lugar também de cruzamento de vias: com a de Lobazim – Vale de Telhas) e outra nas imediações dos Castro de Vilarelho / Santa Bárbara de Favaios (a caminho do rio Pinhão e igualmente lugar de cruzamento de vias: de Roriz à Ponte Velha de Murça), para além do ponto de apoio viário que constituiria o próprio lugar de Carlão, enquanto possível *caput ciuitatis*¹²⁴. A estrada que transpunha o Douro em Roriz, para além de ter uma possível estação de apoio junto ao Douro, encontraria uma outra após vencer a difícil subida em direção ao planalto de Alijó (percorridas cerca de 6,5 milhas), num sítio que supomos ter existido

entre Alijó e Favaios, ou então num outro mais adiante, coincidindo eventualmente com a atual aldeia de Chãs (num lugar em que a via bifurcava – de Roriz à Chã, passando por Vilarelho, e em direção a Carlão, distam cerca de 13,8 milhas)¹²⁵. Mais a norte, depois de passar o vale encaixado do Tinhela na Ponte Velha de Murça (e percorridas c. de 16,6 milhas desde Roriz / Douro), uma outra *mutatio* poderia existir nas imediações do povoado do Muro, uma vez mais num lugar de entroncamento de estradas (via Carlão – Vale de Telhas) e distanciado da Ponte Velha de Murça cerca de 11,6 milhas. As travessias da Valeira, Senhora da Ribeira e Lobazim, no trajeto que a dada altura era comum e que se dirigia para Carlão ou para área de Vila Real, teriam assim lugares de paragem comuns, como o referido ponto entre os castros de Vilarelho e Santa Bárbara de Favaios, mas também, eventualmente, o próprio povoado de Mós de Pombal (este dista 12,5 milhas da Senhora da Ribeira e 14,3 milhas de Lobazim) e até um outro sítio algures junto a S. Mamede de Ribatua (este seria, mais acima, no povoado das Cortinhas?), face à dificuldade que constituía nessa zona a transposição do desfiladeiro do Tua. Registe-se ainda que o povoado da Senhora da Ribeira poderia assumir também uma função viária, assim como os povoados de Selores (a 5,7 milhas da Senhora da Ribeira) e Freixiel (a 15,5 milhas de Lobazim). Também Vilar de Maçada (lugar de passagem de uma importante via em Época Medieval, ligando Bragança a Vila Real; cf. Cap. 7), onde se achou uma ara a Júpiter e outra a Alboceלו, enquanto provável cruzamento viário, nomeadamente da estrada vinda de Jales / Tresminas, poderia ter sido uma estação de muda. Propomos finalmente a existência de uma *mutatio* na atual área da cidade de Mirandela, lugar de entroncamento de estradas segundo a nossa proposta (distanciada cerca de 19 milhas do Chão da Capela, 11 milhas do Cabeço de Vale de Telhas e 13,5 milhas de Torre de D. Chama)¹²⁶.

Ainda no que concerne às distâncias entre os lugares mais importantes deste território, poderemos referir que entre a Senhora da Ribeira e Carlão distam cerca de 17 milhas (Valeira – Carlão, c. 15 milhas) e de Carlão ao Chão da Capela, cerca de 23 milhas – espaçamentos variáveis (resultantes das dificuldades que a orografia coloca à progressão no terreno) que se inscrevem adentro do intervalo habitual entre as estações de muda mais importantes, destinadas a receber os viandantes no final de um dia de marcha. Já entre o Cabeço de Vale de Telhas e o Chão da Capela distam quase 30 milhas

e de Vale de Telhas a Carlão soma-se igual distância. Parece-nos provável, assim sendo, que alguns destes lugares correspondam ao que os Romanos designariam de *mutatio*, ou seja, a uma estalagem romana oficial situada frequentemente junto ao entroncamento e cruzamento de estradas importantes. Algumas delas, por se encontrarem vinculadas diretamente à administração provincial, constituindo estações de apoio ao *cursus publicus*, foram fundadas ao mesmo tempo que se construía as principais vias. Outras, associadas diretamente a *uici*, foram construídas quando estes foram fundados, sendo assim também resultado de um plano oficial. Os restantes percursos (não integrando a rede das principais vias do Império) poderiam ser servidos por pequenas *stationes*, ou seja, por albergues de carácter privado, sem que assumam uma natureza oficial, como as *mutationes* e *mansiones*.

4.5. O Douro (como importante via de circulação)

Os cursos navegáveis dos rios terão sido aproveitados ao máximo, sobretudo para a circulação ou comercialização de mercadorias. As vias fluviais constituem vias de comunicação fundamentais para se compreender toda a dinâmica política e económica de uma região em Época Romana. No território em estudo assume particular destaque o rio Douro (*Durius*), considerado já por Plínio um dos grandes rios da *Hispania*, separando a *Callaecia* da *Lusitania* ou os *Turduli* dos *Bracarii* (*Nat. Hist.* IV. 112).

O Douro era navegável na quase totalidade do trajeto entre Porto / Gaia¹²⁷ e Barca d’Alva, embora este rio não fosse propriamente fácil de navegar, face às múltiplas irregularidades do seu curso (Lasserre, 1966: 54, n. 4; Blot, 2003: 82). Com efeito, neste seu curso inferior, de acordo com a informação estraboniana (Estrabão, III, 3, 4), o Douro seria navegável por grandes embarcações (capazes de transportar em Época Romana uma ou duas dezenas de toneladas) ao longo de 800 estádios (Tranoy, 1994: 126) – i.e., c. 150 km). Ora, esta distância remete precisamente para o Cachão da Valeira: esta barreira rochosa, situada a montante da Foz do Tua, impedia na Antiguidade (e até finais do séc. XVIII)¹²⁸ que as embarcações continuassem o seu percurso, sendo assim necessário que nesse troço específico a circulação de pessoas e bens se fizesse por terra¹²⁹. Também por isso, é provável que a Valeira fosse lugar de travessia do Douro, por parte da via que vinda de *Vissaium* (Viseu) (e de Parede da Beira, S. João da Pesqueira) se dirigia a Chaves e, continuando sempre em direção a norte, a Lugo. Assim,

do Tua para montante, o atual Douro Superior era um outro mundo, integrando, segundo a nossa proposta, a província da Lusitânia (e voltado preferencialmente para Castela ou para as Beiras, a partir da Idade Média).

O Douro deixava de ser navegável na foz do Águeda, depois de percorrer quase 210 km – o Douro, entre a Foz do Águeda e Zamora, no seu tramo médio, caracteriza-se por ser muito encaixado, com forte pendente (cerca de 450 metros em cerca de 100 km; contra o desnível de aproximadamente 100 metros em c. 200 km, entre Barca d’Alva e o Porto) e uma corrente muito rápida, deixando assim de ser um corredor de circulação. A orografia das suas margens também não permitia que se estabelecesse um caminho paralelo por terra. Assim sendo, a partir da foz do Águeda, provável cais de negociação já em Época Romana¹³⁰, a ligação para oriente, em direção à importante Via da Prata (ligação entre *Augusta Emerita* e *Asturica Augusta*) e também ao outro troço navegável do Douro (talvez com ponto de encontro em *Ocelum Duri*, possivelmente Almaraz del Duero)¹³¹, tomaria outro rumo.

No curso do Douro haveria pequenos portos ou simples ancoradouros. Alguns estariam próximos das desembocaduras dos seus principais afluentes, como o Tâmega (não exatamente na foz, por ser zona de assoreamento). Constituiriam pontos de ancoragem onde, quando esses rios eram em parte navegáveis (como o Tâmega), as mercadorias deixavam as embarcações de maior calado, sendo depositadas noutras mais pequenas, prosseguindo pelos afluentes em direção ao interior destes territórios. Nesta região do Nordeste transmontano, porém, a situação seria algo diferente, uma vez que nem o Tua nem o Pinhão seriam rios navegáveis¹³². Os pequenos portos fluviais existiriam preferencialmente nos pontos onde as principais estradas romanas tocavam o Douro, o Tua e outros afluentes. Seria nesses lugares de travessia que uma povoação se desenvolvia de forma quase espontânea e o comércio acontecia.

Ao longo dos quase 40 km que separavam o Pinhão

e Lobazim¹³³, algumas povoações (como será o caso da Senhora da Ribeira) terão crescido em torno destes pequenos entrepostos comerciais, as quais também seriam possíveis lugares de mercado. Era a estas povoações e ancoradouros, escalonadas a distâncias mais ou menos regulares, que chegariam as barcas fluviais romanas, carregadas de mercadorias, valendo-se de remos e com ajuda de uma pequena vela. Aproveitavam a força da corrente quando se dirigiam para jusante. Em certos troços do rio, quando subiam o Douro, contra a corrente, podiam ainda ser puxadas por cordas (“sirgas” puxadas por homens ou juntas de bois) a partir das margens. Em Época Romana, desde as margens do Douro, podemos assim imaginar estes pequenos barcos a percorrerem cautelosamente o Douro, fazendo escala nos ancoradouros que se iam sucedendo.

Sazonalmente, o caudal da generalidade dos rios desta região poderia permitir a sua passagem a vau. Mesmo o Douro, em certos pontos e na época de maior estio, como seria o caso da Nossa Senhora da Ribeira / Quinta do Vesúvio, possibilitava a sua transposição a vau¹³⁴. Todavia, a ligação habitual entre as margens dos rios seria mediante barcas de passagem. No Douro, para a Antiguidade, não se conhecem pontes em pedra. Mas os pontos de passagem por barca multiplicam-se. Também ao longo do rio Tua, até tempos relativamente recentes, são também conhecidas inúmeras barcas. O estudo etnológico desta obra identifica-as (cf. Cap. 9). O mesmo poderia acontecer em Época Romana, porventura não em tão grande número como aquele que Lois Ladra contabilizou durante o seu trabalho. Mas alguns desses pontos de travessia do Tua perduraram no tempo, pelo menos desde a Época Romana até à contemporaneidade. Verifica-se, como vimos, na “coincidência” entre esses pontos cartografados no Tua e os trajetos que propusemos para a viação romana. Serão pontos de passagem que sobreviveram ao tempo e à história, precisamente por se encontrarem nos lugares mais propícios à travessia e no enfiamento dos corredores naturais de passagem.

5. Economia: das atividades económicas de subsistência aos circuitos comerciais à escala do Império

5.1. Introdução

Também nesta região cada comunidade tendia a produzir tudo o que necessitava. Consumia fundamentalmente o que produzia. Cultivava os campos em redor dos lugares povoados. Apascentava o seu gado. Em cada casa moía-se o trigo e cozia-se o pão, mas também se podiam fabricar tecidos de linho ou em lã – as mós manuais rotativas constituem um testemunho claro dessa prática continuada de farinha dos cereais, assim como os cossoiros e os pesos de tear, descobertos em vários lugares, revelam as habituais atividades de fiação e tecelagem. Pequenas forjas permitiam produzir algumas ferramentas em ferro, necessárias ao trabalho nas minas ou indispensáveis ao amanho da terra. Utensílios em bronze ou mesmo em chumbo também poderiam ser produzidos localmente. Escavações arqueológicas poderão vir ainda a documentar, em torno de algum dos povoados, simples fornos para cozer telhas ou louças comuns (de ir ao lume ou de armazenamento) ou mesmo os restos de um lagar (*torcular*). Em todas essas práticas as comunidades locais foram incorporando as novidades, sem esquecer a tradição.

Numa sociedade campesina que tendia a bastar-se a si própria, estruturada em função de uma economia de subsistência, o comércio de produtos alimentares (e outros artesanais, de primeira necessidade) marcaria as transações de âmbito local. Mas o comércio de então não se resumiria a isso. As redes sociais e de intercâmbio com outros lugares ter-se-ão consolidado e alargado a outras regiões, cada vez mais longínquas. Não obstante, nestas regiões interiores os produtos importados não seriam assim tão frequentes. Alguns, habituais noutras paragens mais litorais deste Noroeste, seriam mesmo raros. A fraca representatividade de certos produtos importados parece denunciar o carácter economicamente periférico destas regiões. Tal não significa, obviamente, que não se encontrassem ligadas aos circuitos comerciais

do Império; que não se tenha desenvolvido um sistema económico de produção voltado para a obtenção de excedentes. A integração num tempo novo era inexorável. E a rede de estradas romanas e a via fluvial do Douro favoreceu essa integração.

Durante o séc. I d.C. a estrutura de produção local e regional modifica-se. A pertença a um vasto Império exigia-o. Intensifica-se a produção agrícola e produzem-se mais excedentes. A produção excedentária integra-se numa rede comercial que começa por abarcar a região, dando também resposta a um mercado que se amplia enormemente. Mas a acumulação de excedente não assumirá a escala que se observa noutras zonas da *Hispania* – a ausência de verdadeiros núcleos urbanos nesta área também não estimularia a atividade produtiva. Ao mesmo tempo, ter-se-á ainda assistido em certos lugares a uma clara especialização funcional ou produtiva, ainda que a diversificação das atividades fosse a tónica dominante, mesmo no caso dos povoados que se vinculavam diretamente à mineração – nestes povoados o peso da atividade mineira e metalúrgica seria determinante, mas nunca exclusiva. Em Época Romana, portanto, a dinâmica comercial adquiriu escala, a estrutura de produção mudou e os hábitos alimentares também. As transformações na paisagem, no seu coberto vegetal, serão evidentes, ainda que não disponhamos de um registo arqueológico que permita avaliar convenientemente o impacte dessas transformações. Mas o registo conhecido noutras regiões deste Norte peninsular permite detetar novas espécies cultivadas e o incremento de outras, favorecidas também por inovações verificadas ao nível da tecnologia agrária. Não diremos que essas alterações se processaram num curto espaço de tempo. Terão sido progressivas e, uma vez mais, a Época de Augusto marcará o início dessa viragem.

5.2. A propriedade da terra

Estas comunidades encontravam na terra o seu sustento. Para muitas era também a sua principal fonte de riqueza. A posse ou usufruto de uma terra seria essencial nestas economias antigas. Hoje, porém, esta temática da propriedade da terra é de difícil abordagem. Sobretudo nestas regiões, onde o povoamento rural agrupado predomina, o regime de “propriedade coletiva” poderia ser o mais comum. Muitas destas terras seriam administradas diretamente por cada comunidade (*ager publicus ciuitatis*). Era aos órgãos de governo da *ciuitates* que cabia essa gestão. Era a estas entidades jurídicas e administrativas, reconhecidas como tal por Roma, que cabia recensear a população e os recursos naturais e recolher os impostos devidos. Roma não interferia na forma como internamente o território de cada *ciuitas* era parcelado. Interessava-lhe apenas receber o tributo que tinha estabelecido para cada comunidade pelo uso do solo (Orejas e Sastre Prats, 1999). Pelo menos numa fase inicial, antes da criação das *ciuitates* ou já no quadro inicial do seu funcionamento, alguns castros, identificados como *castella*, terão desempenhado um papel igualmente importante na repartição das terras atribuídas a uma comunidade – os *uici*, sobretudo na área do planalto granítico de Carrazeda de Ansiães, também terão desempenhado esse papel importante de gestão territorial. O acesso à terra estaria aí nas mãos das aristocracias locais, dos *princeps*.

Seja como for, de acordo com o direito romano, sabemos que os terrenos poderiam ser atribuídos (*adsignatio*) a particulares a troco de uma renda (*vectigal*) e mediante um contrato (*locatio conductio*) – estas rendas constituíam assim uma importante fonte de receitas públicas permanentes. Habitualmente, estes contratos, estabelecidos entre

particulares e os representantes legais das *ciuitates*, traduziam-se na concessão da propriedade (*fundus*) a título de *possessio*. Quer isto dizer que à população nativa de condição livre (*peregrini*) não lhes era concedida a posse plena da terra (*dominium*), mas apenas o seu *usufructus* (direito de explorar o solo e recolher os seus frutos) através do pagamento de uma renda. Não sabemos, todavia, se este constituía o regime de propriedade mais comum nesta região do Nordeste Transmontano ou se as formas de propriedade comunal, de propriedade coletiva de uso comunitário, continuavam a desenhar o modo como a terra era explorada, que também cabiam os *compascua* – pastos que pertenciam a *fundi* em comum de proprietários vizinhos.

Não sabemos igualmente se haveria grandes domínios fundiários (*latifundium*, com áreas superiores a 100 *jugera* = c. 25 ha) nestes territórios. Talvez existisse um ou outro, nas colinas muito suaves e planuras baixas com bons solos de Vila Flor ou de Mirandela, associado a uma *uilla* mais importante (e face à aparente ausência de pequenos núcleos rurais dispersos) – a epigrafia funerária também poderá revelar esse grupo de proprietários que acumula excedentes (Lemos, 1993, Ib: 452), ainda que grande parte da bacia de Mirandela (ou na bacia Média do Tua, onde não há granitos) prime pela ausência de epigrafia (cf. Cap. 16). Nem tão pouco sabemos se, com o tempo, em Época Baixo-Imperial, a propriedade se concentrou nas mãos de alguns ou se, pelo contrário, se fragmentou. Seja como for, se não devemos transpor para estas regiões o modelo clássico romano de exploração dos campos (estruturado em função dos extensos *fundi* das *uillae*), também não encontraremos aqui o esquema geométrico do seu parcelamento, resultante da sua *centuriatio*.

5.3. Agricultura. As espécies cultivadas (a vinha e a oliveira)

Em Época Romana, nestas regiões a norte do Douro, terão sido introduzidas novas espécies cultivadas, entre as quais se destacam a oliveira e a videira, para além do castanheiro.

O azeite seria aqui produzido. Na atualidade, as produções de renome que caracterizam quase toda a região em estudo (de Vila Flor e Mirandela a Murça e Valpaços, mas também as terras mais meridionais de

Carrazeda de Ansiães e Alijó, que se estendem à região duriense, nomeadamente entre o Tua e o Pinhão), encontrarão de certa forma a sua origem em Época Romana. O cultivo da oliveira encontra na *Terra Quente* transmontana solos e condições climáticas particularmente favoráveis – e estas condições não terão passado despercebidas aos olhos dos Romanos. A fraca representatividade das ânforas oleícolas (particularmente

as Dressel 20) no Noroeste peninsular (nomeadamente em cidades como *Bracara Augusta*)¹³⁵, justificar-se-á com o facto de a região de Trás-os-Montes, em Época Romana, ser produtora de azeite – azeite consumido regionalmente (Morais, 2004: 358). É provável que sobretudo as quintas e *uillae* da *Terra Quente*, nomeadamente voltadas à Vilarça, ou outras mais chegadas ao Douro (como a *uilla* da Quinta da Ribeira, em Tralhariz), à semelhança de alguns povoados, como o de Selores (mesmo estando este encaixado em pleno planalto de Carrazeda de Ansiães¹³⁶) centrassem boa parte da sua economia na produção de azeite para abastecimento dos mercados locais e regionais (Lemos, 1993, Ib: 457-458).

As inúmeras lagaretas escavadas na rocha existentes na região, face à sua cronologia incerta ou tardia¹³⁷, mas também à sua funcionalidade difusa, não permitem, a nosso ver, atestar a importância e a generalização da produção de azeite (ou de vinho, como veremos) em Época Romana. Alguns destes lagares escavados na rocha encontram-se nas imediações de povoados romanizados: Castelo da Burneira (Alijó), Castelo de Castorigo (Pegarinhos), Salto (Sobreda, Murça), Castro de Santa Valha (Valpaços) e Cerca de Ribas (Argeriz). Mas esta associação não permite uma atribuição cronológica segura, desde logo porque alguns destes povoados poderão ter continuado ocupados na Alta Idade Média (ou estas lagaretas podem antes andar associados a quintas e casais de cronologia medieval / moderna). Também por idênticos motivos, as lagaretas que surgem espacialmente associadas a núcleos rurais romanos são de atribuição cronológica duvidosa – neste grupo encontram-se os sítios da Quinta do Barrabaz (Pombal), Lagar dos Mouros 2 (Murça), Real Covo (Sonim e Barreiros, Valpaços) e Santa Eulália (Santa Valha, Valpaços). Faltam escavações arqueológicas direcionadas para a obtenção de dados mais esclarecedores a este respeito. Mas faltam também análises laboratoriais.

Os vestígios carpológicos que podem indiretamente documentar a produção de azeite a norte do Douro são relativamente escassos. Alguns estudos efetuados, tanto no Minho (Figueiral, 1999) como em Trás-os-Montes (Figueiral, 1995), não têm documentado o cultivo generalizado da oliveira (*Olea europaea*) em Época Romana (Tereso *et al.*, 2013). Mas a sua presença nos conjuntos arqueobotânicos do Noroeste em Época Romana está perfeitamente confirmada (Silva Sánchez, 2010): desde as Astúrias, onde se regista o desenvolvimento do cultivo da oliveira, a par do castanheiro e da noqueira (López Merino, 2009),

passando pela Corunha, como revela o registo obtido na Sierra del Bocelo (Silva Sánchez, 2010), até à Póvoa de Lanhoso (e ao povoado de S. João de Rei), onde também a oliveira (e o castanheiro) se encontra presente (Bettencourt, 2000c). Desconhece-se, contudo, quando é que o cultivo da oliveira (e da vinha) se generaliza (se apenas no Baixo Império ou logo a partir do séc. I d.C.), e qual a escala e o impacto que a introdução destes cultivos assumiu na economia e na paisagem destas regiões. Os resultados dos estudos laboratoriais serão ainda pouco significativos. A este nível de registo, uma base informativa mais alargada e representativa poderá vir a documentar a presença mais expressiva da oliveira cultivada em certas zonas, sobretudo no Nordeste transmontano e no Alto Douro. De todo o modo, parece-nos expectável que no Vale do Tua, a par dos zambujeiros espontâneos ou oliveiras nativas silvestres (*Olea sylvestris L.*), tenham surgido manchas de oliveiras cultivadas logo nos primeiros tempos do Império¹³⁹. Talvez esta produção oleícola fosse sobretudo para consumo privado de pequenos proprietários, sendo complementar à restante produção agrícola. Mas é igualmente possível que em certos lugares já se procurasse colocar o excedente do azeite produzido nos mercados locais e regionais.

O vinho, tal como o azeite, também anda muito associado ao mundo romano. Os autores clássicos referem-se frequentemente ao vinho e à vinha¹⁴⁰. Através desses textos sabemos também que a qualidade e a origem dos vinhos comercializados seriam muito diferentes. O de melhor qualidade seria consumido só pelos mais abastados; outro, corrente, chegaria à mesa de todos ou quase todos. O vinho era consumido misturado com água. Era também considerado uma bebida de prestígio, sendo consumido em ocasiões especiais, como sejam os banquetes familiares (Estrabão, III, 3, 7)¹⁴¹. As ânforas vinárias, consoante o seu tipo, poderiam ser a imagem de marca dessas distintas produções.

O vinho duriense terá também uma origem romana. As primeiras vinhas nesta região datarão de Época Romana (Almeida, 1996; 2004). As vinhas ajudarão também a desenhar as novas paisagens que então se formam. A produção de vinho nas margens do Douro e em algumas zonas da *Terra Quente* transmontana, enquanto novidade, constituía uma resposta à procura dos mercados. É sabido que o vinho seria muito apreciado nesta parte da *Hispania*. A grande abundância de ânforas vinárias (sobretudo do tipo Haltern 70), a partir da segunda metade do séc. I a.C., em lugares como *Bracara*

Augusta ou *Lucus Augusti*, revela a chegada massiva de vinho (e dos seus derivados¹⁴²) vindo de outras paragens (como a *Baetica*) mas também a sua inclusão nos hábitos de consumo destas comunidades do Noroeste atlântico e meridional (Carreras Monfort e Morais, 2004; 2012). Até ao séc. I d.C. a presença dessa enorme quantidade de ânforas vinárias importadas também sugere uma prática vitivinícola local ou regional insuficiente para abastecer as comunidades do Noroeste. A expansão da cultura da vinha terá assim só ocorrido após esta primeira centúria da nossa era. As características edafo-climáticas desta região, particularmente da duriense, terão favorecido essa difusão.

Todavia, à semelhança do que se observou para o azeite, a escassez de análises paleo-ambientais, cronologicamente contextualizadas, não permite ainda abordar devidamente o conjunto de questões relacionada com a introdução e expansão do cultivo da vinha (cf. Dopazo Martínez *et al.*, 1996). Tendo em conta as análises laboratoriais efetuadas, a *vitis vinifera* (videira) não é muito frequente nas amostras arqueobotânicas do Noroeste (Tereso *et al.*, 2013). Mas surge representada em alguns locais mais meridionais do Noroeste, como Briteiros (Guimarães) e Monte Mozinho (Penafiel). Também se encontra documentada pelo estudo carpológico de O Areal de Vigo (Teira Brión, 2010). Para as regiões mais próximas do Douro falta ainda realizar esse tipo de estudos. Mas parece-nos que será perfeitamente expectável que o cultivo habitual da vinha encontre testemunho nos conjuntos arqueobotânicos, sobretudo a partir de finais séc. I d.C.

Menos seguro será procurar inferir esse cultivo e a generalização dessa prática a partir dos lagares escavados na rocha que abundam nesta região e noutras contíguas (cf. inventários de Amaral, 1993; Teixeira, 1996; Almeida, 2005; 2006), desde logo face à incerteza cronológica que estas estruturas encerram, mesmo quando associadas, aparentemente, a sítios romanos. Algumas destas estruturas, muito sugestivas, como é o caso dos dois lagares escavados na rocha de Navalhinho (Marzagão, Carrazeda de Ansiães), surgem isolados, aumentando as dúvidas sobre a sua atribuição cronológica. Seja como for, algumas destas estruturas poderão datar de Época Romana. Em Val de Mir (Pegarinhos, Alijó) foi descoberto recentemente em escavações, como atrás referimos, um lagar de vinho do séc. I d.C. Também recentes escavações arqueológicas no Vale do Sabor revelam essa associação recorrente entre lugares povoados e lagares, ainda que, neste caso, nem sempre seja possível determinar se estes correspondem a lagares de vinho ou de azeite¹⁴³.

Na *Terra Fria* transmontana, onde não se dá a vinha ou a oliveira, terão surgido os castanheiros e ter-se-á intensificado o cultivo dos cereais de sequeiro (trigo, cevada e sorgo milheto ou milho-miúdo). Ainda que se registre a presença do castanheiro (*Castanea sativa*) em contextos pré-romanos (López Merino, 2009), o seu cultivo no Noroeste parece ter começado em Época Romana ou, pelo menos, terá conhecido um amplo incremento, um cultivo sistemático e extensivo, face às enormes quantidades que se registam de *Castanea* nos registos polínicos (López Merino *et al.*, 2010). Assim, parece-nos possível que também aqui os soutos começassem a marcar sobretudo a paisagem das terras altas e planálticas de Valpaços (de Monforte-Fiães-Vilarandelo, a Carrazeda de Montenegro, Jales e Jou). As paisagens romanas da *Terra Quente*, por sua vez, centradas nos concelhos de Mirandela e Vila Flor, a altitudes que podem mesmo ser inferiores aos 300 m, a par da vinha e da oliveira, seriam compostas por figueiras (*Ficus carica*), amendoeiras (*Amygdalus communis*), pessegueiros (*Prunus persica*) e cerejeiras (*Prunus avium*), para além das azinheiras (*Quercus rotundifolia*), mas também por culturas hortícolas e leguminosas, encontrando-se as matas de carvalhos, urzes, vidoeiros e medronheiros relegadas para as encostas mais íngremes e de solos mais arenosos ou então os zimbros para as zonas de serra a altitudes mais elevadas. São estas as espécies documentadas nos registos palinológicos e antracológicos de certos lugares do Noroeste em Época Romana (Tereso, 2012; López Merino *et al.*, 2010) e que podemos transpor também para esta região.

Para além das novas espécies cultivadas que fomos referindo, outros cultivos já se verificavam no Período Pré-Romano. A novidade residirá mais na intensificação de alguns desses cultivos, favorecida pela nova tecnologia agrária, e no aumento da superfície cultivada, mediante o desbravamento e desmatação de terras até então incultas. O aumento das atividades agrícolas, mediante o cultivo de *Cerealia*, documenta-se no estudo polínico efetuado no âmbito deste estudo (cf. Cap. 13). Uma nova paisagem, aberta e cultivada, terá então surgido em diversas áreas desta bacia hidrográfica do Tua. Uma atividade económica mais baseada na agricultura estará na origem desta nova paisagem. A deslocação da população dos castros para áreas mais baixas parece revelá-lo. A construção de *uillae* e quintas também. Sobretudo as primeiras parecem localizar-se em função de solos com boa aptidão agrícola. Não se encontram necessariamente em zonas baixas e aplanadas: os solos

pesados, bordeando os cursos de água, poderiam ser difíceis de cultivar; por serem mal drenados, insalubres e sujeitos a inundações, também não reuniam as condições ideais para a construção destas residências de campo. A presença de granjas e casais, por sua vez, é particularmente notada a cotas intermédias, na ligação entre as zonas montanhosas e o fundo dos vales, numa franja do território em contacto direto com recursos diferentes e complementares. Este posicionamento, no quadro económico de cada unidade rural, ao mesmo tempo que favorecia o cultivo da terra, estimulava a

5.4. Pastoreio

Vários povoados amuralhados desta região, mas também certos núcleos rurais dispersos, situam-se claramente em ambientes pastoris de montanha. A sua localização deixa subentender a importância da atividade pastoril no dia-a-dia de algumas comunidades. A criação do gado e o pastoreio parece mesmo encontrar-se também na gênese de alguns destes lugares. Atente-se nos povoados de Cerca de Ribas (Argeriz) e o Castro de Vila Nova (Friões), ambos situados a altitudes em torno dos 800m e numa faixa de transição para o planalto transmontano, ou o Alto do Prado do Castelo (Cedães, Mirandela), localizado numa dos contrafortes ocidentais da Serra de Bornes, ou ainda um outro conjunto de povoados situados na parte norte de Mirandela, posicionados ao largo da *uia XVII*. Era, portanto, sobretudo na designada *Terra Fria* (no planalto de Carrazeda, nas plataformas leste da Padrela, nos planaltos de Valpaços ou nos cumes da Serra de Passos / Santa Comba / Garraia), onde não se dava a vinha ou a oliveira, mas onde se estendiam os campos de trigo e centeio e se destacaria o castanheiro, que surgiam as melhores terras de pasto, assim como os lameiros¹⁴⁵. Na Serra de Santa Comba, a título de exemplo, se os vestígios romanos no seu topo (a quase 1000 m de altitude) não se relacionarem com um espaço sagrado, mas antes com um lugar habitado, nesse caso estaremos em presença do assentamento de uma pequena comunidade pastoril – a partir deste ponto alto dominavam-se os caminhos, as áreas de pasto, as nascentes e as ribeiras (a abundância de água, associada nomeadamente à ribeira da Cabreira, é aqui particularmente notória), assim como o movimento pendular dos rebanhos.

Nesta como em muitas outras regiões, a criação de gado em Época Romana assumiria um papel de

criação de algumas cabeças de gado. Estas atividades seriam assim complementares. Em termos gerais, uma não prevaleceria sobre a outra e muito menos se autoexcluiriam. A possibilidade de ocorrência de acontecimentos imprevisíveis, designadamente de natureza climática, obrigaria mesmo – para minimizar os riscos – à diversificação das atividades produtivas. O achado habitual de alguns materiais aponta ainda para a frequência de algumas atividades artesanais (desde a fição e tecelagem à extração de minérios e fundição¹⁴⁴) dimensionadas à escala da economia doméstica.

destaque na economia doméstica destas comunidades. O pastoreio não se restringiria a uma prática subsidiária ou complementar da atividade agrícola. A lã, o leite e a carne que ovelhas e cabras forneciam poderiam inclusivamente representar para estes núcleos familiares algo mais do que um mero suplemento das colheitas. Para além da necessidade em diversificar a produção, muitos núcleos familiares, particularmente aqueles que viviam dispersos pelos campos, investiriam também na atividade pecuária pelo facto de esta não exigir um investimento tão continuado, nem tantos braços de trabalho, como aconteceria com a generalidade das atividades agrícolas, sujeitas também às consequências nefastas e imprevisíveis de condições meteorológicas particularmente adversas.

No registo arqueológico não é fácil encontrar indícios desta atividade pastoril. Os pesos de tear achados em vários sítios romanos testemunham indiretamente a criação de ovelhas e, sobretudo, a prática da tecelagem (e também a fição, revelada pelo aparecimento de cossoiros), comum, seguramente, a todos os lugares povoados, incluindo quintas e casais. Em redor destes núcleos rurais dispersos, mas também dos povoados, alguns nativos poderiam apascentar nas suas terras pequenos rebanhos de ovinos e caprinos. Outros poderiam mesmo dedicar-se em exclusivo ao pastoreio, afastando-se sazonalmente das suas moradas, em busca de lameiros ou subindo as serras com os rebanhos à procura de pastos de utilização comunitária. Tão necessárias como as terras de cultivo, as pastagens (*saltus*) constituiriam uma peça fundamental desta estrutura agrária¹⁴⁶; assim como as nascentes de água associadas: a inscrição rupestre situada junto ao povoado fortificado de Cigadonha de

Monsalvarga (Vassal, Valpaços) (*AquaeFlaviae*² 621) assinalará a propriedade comunitária de uma dessas nascentes? Mas a invisibilidade arqueológica caracterizará esse “modo de vida”, associado ao carácter perene das estruturas onde se acomodavam os rebanhos e os homens:

5.5. A mineração. O ouro (e a ourivesaria)

A temática da mineração é incontornável neste capítulo dedicado à economia. A presença romana, o modo como os Romanos reordenaram este território do Vale do Tua, anda estreitamente associada à exploração mineira, sobretudo à exploração aurífera e à escala que esta assumiu (cf. Cap. 12).

O ouro distinguiu estes territórios do Noroeste, incluindo aqueles mais próximos do Douro¹⁴⁸. As populações indígenas, durante a Idade do Ferro, conheciam-no bem. Recolhiam-no sobretudo nos rios, através do bateamento das suas areias. A rica “ourivesaria castreja” revela-o, mas mostra também o elevado apuro com que então o ouro foi trabalhado. O excepcional torques em ouro de Vilas Boas (Vila Flor) constitui um excelente testemunho desta mestria que combina a decoração de filigrana, granulada e polvilhada¹⁴⁹. Até então, no entanto, o valor do ouro era mais ornamental e simbólico. Com o efetivo domínio romano destes territórios esta situação altera-se. A partir do final do reinado de Augusto / inícios dos reinados de Tibério (consolidando-se possivelmente em meados do séc. I d.C., ao tempo do imperador Cláudio), a exploração aurífera ganha outra escala completamente distinta, deixando de constituir uma atividade que, até então e em grande medida, complementaria as economias domésticas proto-históricas¹⁵⁰. A tecnologia mineira (e hidráulica) romana permite essa substantiva alteração. Plínio-o-Antigo é testemunha dessa intensa atividade que transforma as paisagens, e descreve-a de forma expressiva. Por todo o investimento que exigiam, mas também pela sua rentabilidade, as grandes frentes de exploração aurífera são controladas diretamente pelo Estado Romano, através do exército. Os territórios mineiros (*territorium metallorum*) passam a ser propriedade pública (*ager publicus*) – tal como hoje, as riquezas do subsolo pertenciam ao Estado. E o ouro ganha uma outra dimensão, mais económica. As finanças imperiais, em crescimento, passam a depender da

redis feitos de paus e giestas, para o gado, e choças cobertas de palha, para os pastores. Desconhecemos ainda se também aqui a formação de grandes rebanhos e a transumância se verificou como noutras partes da Hispânia (Gómez Pantoja, 1993; 1994 e 2001)¹⁴⁷.

cunhagem da moeda romana mais valiosa: o *aureus*¹⁵¹.

Na região em estudo registam-se explorações auríferas romanas em vários lugares (cf. Cap. 12)¹⁵². Uma das áreas mais importantes de exploração aurífera parece ser a de Vale das Covas (Carrizada de Ansiães), nas margens do Douro, associada a um possível *uicus*. Uma outra estende-se de forma descontínua numa área compreendida entre as freguesias de Trindade (Vila Flor), Frechas, Freixeda, Vila Verde e São Salvador (Mirandela). Estes territórios mineiros auríferos, embora propriedade do Estado Romano, integravam o *territorium* de uma *ciuitas*, encontrando-se aquele que engloba as minas de Macedinho, Vale do Seixo e Figueiró numa zona de fronteira entre a *ciuitas* dos Banienses e a outra com possível capital em Vale de Telhas.

Junto e em redor das frentes mineiras haveria pequenas povoações mineiras cujos vestígios não são fáceis de identificar à superfície. Algumas, porém, parecem poder ser identificadas como tal, mostrando-se sob a forma de povoados amuralhados. Esse será o caso dos povoados de Fragas do Castelo (Frechas, Mirandela), junto ao território mineiro que se desenvolve entre Frechas, Trindade e Vila Verde, e da Vila Velha (Vale Verde, Mirandela), com vestígios de mineração nas imediações; do Castelo de Macedinho (Trindade, Vila Flor), relacionado com o território mineiro que se estende entre a Trindade e a Freixeda; do Salto (Sobreda), junto ao Tinhela e a uma área com vestígios de extração mineira; de Vale de Osso (Carrizado de Montenegro e Curros, Valpaços), numa zona interior e junto ao limite meridional da Serra da Padrela; e da Cerca (Vila Verde, Alijó), também relacionado com minas existentes nas proximidades (e junto à estrada que ligava a Tresminas e Jales) – povoados descritos e analisados anteriormente. As comunidades que viviam nestes povoados e que trabalhavam nas minas estavam sob a alçada fiscal e administrativa da *ciuitas* em cujo território as suas moradas se integravam. De condição

livre (não escrava) e maioritariamente de origem indígena, esta população pagaria em parte o imposto devido a Roma sob a forma de dias de trabalho nas minas. Ao mesmo tempo desenvolviam outras atividades essenciais para o seu próprio sustento – as famílias de mineiros cultivariam os campos em socalcos desenhados em redor do povoado e criariam algumas cabeças de gado.

O ouro extraído destes territórios mineiros seria escoado pela *uia XVII*, depois de primeiro percorrer os caminhos que nela entroncavam. Podemos imaginar pequenas “caravanas de ouro” escoltadas por militares a dirigirem-se primeiro para a importante cidade de Astorga (*Asturica Augusta*), seguindo depois por outras vias imperiais – passando talvez pelas cidades de *Caesaraugusta* (Saragoça) e *Tarraco* (Tarragona, próximo de Barcelona) – cujos percursos somados terminavam em Roma, principal centro emissor do *aureus*, onde se encontrava a principal “Casa de Moeda” do Império¹⁵³. Em todo o Noroeste não existe nenhum dado acerca da possível fundição e processamento metalúrgico do concentrado aurífero. Ou seja, por agora, também para o Vale do Tua, não é possível determinar se a separação do ouro e a sua transformação em lingotes era feita neste território mineiro. Muito provavelmente esse processamento metalúrgico ocorria num outro lugar distante, onde a logística era mais adequada e o controlo

5.6. O comércio (os produtos transacionados)

Os hábitos de consumo e as atividades produtivas destas comunidades inscreviam-se essencialmente num quadro comercial de âmbito regional, servido pela estrada imperial que ligava *Bracara a Asturica* – encontrando-se esta cidade ligada a *Emerita* (pela Via da Prata, por onde circulavam os produtos lusitanos e béticos) e a *Caesaraugusta* (em parte pela grande via fluvial que constituía o Douro).

Em termos de produções cerâmicas, a estas regiões a norte do Douro, durante o Alto Império, chegavam as cerâmicas de paredes finas produzidas em Melgar de Tera (Zamora) – olaria nas imediações de *Asturica Augusta* (Carretero, 2000), mas também chegariam, provavelmente em menor número, as produções de paredes finas emeritenses e béticas. Chegavam de igual modo as cerâmicas produzidas na capital conventual de *Lucus Augusti* (Lugo), como sejam aquelas com os

estatal (para evitar a fraude) mais apertado. Talvez o pó de ouro ganhasse a forma de maciços lingotes em *Asturica Augusta*, capital conventual e importante centro administrativo de controlo (mas que começou por ser o grande acampamento da *legio X Gemina*), ou então num dos acampamentos das legiões cujos destacamentos poderão também ter estado estacionados nas áreas mineiras do Vale do Tua (i.e., em León ou em Rosinos de Vidriales – *Petavonium*). Seja como for, convém referir que o concentrado de ouro (resultante da moagem e lavagem do mineral selecionado) podia ser transportado nesse estado (sem ser propriamente em lingotes) até às zonas de destino.

Será impossível determinar a quantidade de ouro que a partir das áreas mineiras do Vale do Tua terá saído para Roma. Mas não seria tanto como aquele que se calculou recentemente para o território mineiro de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar): nessa área da serra da Padrela, numa das mais importantes minas romanas de ouro do Noroeste peninsular, terão sido produzidas mais de 25 toneladas de ouro nos dois primeiros séculos da nossa era – com uma produção média estimada de 125 kg por ano (Sánchez-Palencia, 2015). De todo o modo, também no Vale do Tua, a mineração aurífera terá constituído uma das mais importantes atividades económicas e, provavelmente, aquela que originou alterações mais substantivas na paisagem.

típicos engobes vermelhos – no possível *uicus* da Senhora da Ribeira, em recolha de superfície, encontrámos um fragmento de um prato do tipo EP1 de Alcorta (2001). A estes lugares, através da *uia XVII*, até a um período tardio, também poderia chegar alguma “cerâmica bracarense” – cerâmicas finas, produzidas no entorno de Braga, que imitam certas formas de *terra sigillata* hispânica e de paredes finas emeritenses (Morais, 2004: 319-320). Todas estas produções cerâmicas fariam parte dos carregamentos que transitavam regularmente pela *uia XVII*, ligando comercialmente, em ambos os sentidos, a Meseta e o Noroeste.

O mesmo aconteceria com a *terra sigillata* hispânica, saída dos centros produtores do vale do Ebro – as *sigillatas* hispânicas de La Rioja terão começado a comercializar-se a partir na década de 60 do século I da nossa era. Mas esta louça fina de mesa não chegaria

apenas por via terrestre ao Vale do Tua. Chegava também pelo Douro. Não temos dados que nos permitam afirmar se nesta zona predominavam as produções de sigillata oriundas das oficinas dos vales do Douro (Burgos-Soria) ou do Ebro (Tricio-Nájera). Sabemos apenas que, mais a norte, no interior do Nordeste transmontano, as produções tardias do Ebro parecem prevalecer sobre as mesetenhas do Douro. Em sítios como Castro de Avelãs (Bragança), no trajeto da *uia XVII*, essa proporção é mesmo de 75-25% no Baixo-império, ou seja, em cada quatro peças de TSHT, três provém das olarias do Ebro (André *et al.*, 2014). Um pouco mais a sul, no entanto, próximo do limite nordeste da nossa área em estudo, no povoado de Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros) (Magalhães, 2010), as produções de sigillata do Douro já são maioritárias, beneficiando certamente da maior proximidade em relação ao curso deste rio (Morais e Fernández, 2013). Assim sendo, pela proximidade em relação às principais vias de escoamento destes produtos (o curso do Douro e a *uia XVII*), parece-nos bastante provável que a parte mais meridional do Vale do Tua, nomeadamente em sítios como a Senhora da Ribeira (Carrazeda de Ansiães), sejam maioritárias as produções de sigillata mesetenha, enquanto nos lugares mais a norte, como o Cabeço de Vale de Telhas (Mirandela), predominem as do Ebro, como de resto pudemos constatar na prospeção efetuada¹⁵⁴.

Mas os fluxos comerciais interprovinciais que cruzavam o Noroeste peninsular a partir do Alto-império também se observariam no Vale do Tua, ainda que com uma intensidade menor em relação àquela que marca outras paragens, sobretudo mais litorais ou encabeçadas pelos grandes centros urbanos e administrativos. A interioridade não facilitava as deslocamentos e encarecia os produtos. O poder aquisitivo destas populações indígenas (e mesmo a adesão seletiva a novos produtos) também não pode deixar de ser considerada quando parece registar-se nesta região uma menor frequência de alguns produtos importados a longas distâncias.

No Período Pré-Romano o comércio com outras regiões, por vezes bem longínquas, terá começado por se centrar em torno do estanho. Na Época Romana os bens transacionáveis a grandes distâncias serão encabeçados pelo ouro. Se nestes territórios a atividade mineira ganhou destaque, outros produtos alimentavam as redes de comércio inscritas no quadro do mercado comum do Império. Entre esses produtos estariam os alimentares e manufaturados. Alguns seriam provenientes da província da Bética, como as ânforas vinárias Haltern 70 (ou mesmo as ânforas piscícolas Dressel 7-11), como antes

vimos. Os almofarizes, algumas peças de cerâmicas de paredes finas e outros consumíveis que não deixaram rasto, poderiam também ter aqui chegado, por via da longa rota atlântica, entre o porto de Cádiz (ligado ao Mediterrâneo e a Óstia, o porto de Roma) e a *Britannia* (passando mais a norte por *Brigantium*, na região cantábrica) (Morais, 2004: 353-360) – estes produtos seriam descarregados em pequenos portos de escala ao longo da costa.

Neste Noroeste mais meridional, beneficiando de uma ligação privilegiada com Cádiz e o Mediterrâneo, *Bracara Augusta* seria um centro importador e redistribuidor destes produtos (*Ibidem*). A partir de *Bracara*, através da *uia XVII*, também se comercializariam para a região do Tua esses produtos importados, acompanhados de diversos objetos manufaturados nas oficinas e olarias desta cidade – entre estes talvez se destacassem as lucernas e, como vimos, as chamadas “cerâmicas bracarense”. Todavia, o principal ancoradouro relacionável com esta região seria *Cale*. Seria junto à foz do Douro que o transbordo de mercadorias era feito, passando a circular algumas por terra e outras (possivelmente a maioria) por rio, subindo o Douro. Esses produtos, oriundos de regiões mais longínquas, chegariam assim essencialmente por via fluvial a regiões como a do Vale do Tua.

Um outro eixo comercial interprovincial estendia-se para oriente: pelo Douro, para montante, e para Astorga, ligada por estradas importantes ao Ebro. Como vimos antes, a *terra sigillata* das oficinas riojanas (de *Tritium Magallum*, La Rioja), assim como as do vale do Douro (Burgos-Soria) chegariam a esta região, desde o Alto-império até a um período tardio, pelo eixo Ebro-Douro. Estas produções hispânicas circulariam pelos cursos navegáveis destes rios. Mas também percorreriam largos troços das duas importantes vias que, desde *Caesaraugusta* (Saragoça), capital de *conuentus*, se dirigiam a outra capital, *Asturica Augusta*, sendo depois, a partir daí, escoadas através da *uia XVII* para regiões como a do Tua. Outros produtos vindos do Mediterrâneo, desembarcados em *Tarraco* (Tarragona), também poderiam acompanhar essas cargas de sigillata hispânica, a começar pela *terra sigillata* do sul da Gália, comercializada sobretudo durante o Período Cláudio-Neroniano¹⁵⁵, mas também os vinhos itálicos e depois os catalães, e ainda a lã e o couro e, sobretudo, os produtos agrícolas como o trigo. Foi ainda por este largo corredor dos vales do Ebro e Douro que, nos inícios do Império, os militares, os funcionários imperiais e os

portadores do *cursus publicus* (correio oficial) circulariam, com vista a cimentar a estrutura política e administrativa romana que foi sendo montada no Noroeste.

Por estas vias terrestres e fluviais circularia todo um conjunto de outros produtos manufaturados que não deixou rasto no registo arqueológico por serem feitos em materiais perecíveis. Outros, como as ânforas, não se encontram com frequência porque o comércio dos produtos que transportavam, como o vinho e o azeite (e também o *garum*), seria feito para estas regiões interiores através de odres e tonéis. Com efeito, nesta bacia hidrográfica do Tua, entre as quase duas centenas de lugares com vestígios romanos, apenas se encontra referência ao achado de ânforas em dois sítios (sendo inclusivamente muito vagas essas referências): Caldas de Carlão (Candedo, Murça) e Alto da Torre (Santa Maria de Emeres, Valpaços). Em prospeção apenas identificámos um possível fragmento de bojo de ânfora na Quinta da Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães, Carrazeda de Ansiães). Noutras regiões contíguas a sua presença também rareia. O exemplo da Torre Velha em

5.7. Os meios de transporte (e as vias terrestres e fluviais)

A rede de estradas que propomos para esta região desempenhou um papel fundamental ao nível da dinâmica comercial. À cabeça encontram-se as variantes da *uia XVII*, mas também outros trajetos que ligavam esta via ao Douro e aos aglomerados populacionais mais importantes. No entanto, o comércio com alguma escala era feito preferencialmente por mar ou pelos rios. Por barco, o comércio era mais rápido e eficiente, podiam ser transportadas mais mercadorias (as maiores embarcações, por mar, poderiam transportar entre 100 e 200 toneladas) e, por conseguinte, as transações comerciais eram mais rentáveis. Os custos de transporte eram manifestamente outros – os preços de transporte por terra poderiam mais do que duplicar e essa disparidade de custos aumentava à medida que se alongava a distância (Naveiro, 1991: 119-121; Blot, 2003: 51-53).

Os pesados carros de madeira - puxados por uma junta de bois ou sobretudo por parselhas de cavalos - eram mais lentos e carregavam bem menos mercadorias do que uma embarcação, incluindo aquelas, mais pequenas, que percorriam cursos fluviais como o Douro. Com efeito, seriam precisas várias carroças (transportariam cada c.

Castro de Avelãs (Bragança), parece-nos elucidativo a este respeito. Não obstante a importância do lugar, nas campanhas de escavações (8 meses) que coordenamos em 2012, 2013 e 2015, não se registou qualquer fragmento de ânfora, tanto nos contextos do Alto império como nos tardios (André *et al.*, 2014 – a mesma ausência pautou depois a campanha de 2013 e, aparentemente, a de 2015). Esta ausência poderá ser explicada, pelo menos em parte, pela provável produção local de azeite e / ou vinho (na região duriense e na *Terra Quente* em geral) que abasteceria as populações deste Nordeste transmontano. Mas também se explicará pela interioridade destas regiões e pela dificuldade / custo do transporte deste tipo de contentores. Afastadas de zonas portuárias, incluindo as fluviais, não seria fácil a chegada de vinho e azeite (e mesmo de *garum*) aos mercados destas paragens – mas não deixariam de chegar, ainda que não envasados em ânforas. Estes produtos importados seriam antes transportados por terra em odres e tonéis, sendo assim também consumidos por algumas famílias mais abastadas destes territórios do interior duriense.

400 kg) para transportar o que um barco transportava. O transporte comercial fluvial era assim menos oneroso, não obstante os riscos que também sobre eles pesava, particularmente em rios nem sempre fáceis de navegar, como seria o Douro. No caso deste rio, porém, outro fator deverá ser considerado: nem sempre o seu caudal insuficiente no estio ou demasiado tormentoso em períodos de enxurrada, possibilitaria essa navegação. Nem sempre havia caudal para navegar. Nem sempre se conseguiria controlar as correntes e contornar as rochas que se se distribuía pelo curso de um rio “de mau navegar”, de um rio, como escreve Miguel Torga, no seu *Diário* (1954), “*terroso, caudaloso, insofrido, todo aos cachões e às golfadas, a correr entre viris penedias, quente de sol e seiva*” – daí também a presença de lugares romanos de culto, como o da Senhora a Ribeira, que refletem esse temor e a necessidade de proteção. É também por isto que devemos admitir a existência de troços de vias terrestres que poderiam correr quase paralelas ao Douro, contornando assim estas restrições sazonais à navegação. No caso dos outros rios mais importantes que cruzavam a região (o Tua, o Pinhão, o Tinhela, o Tuela e o Rabaçal),

não sendo estes navegáveis, pelo menos em troços consideráveis, as estradas assumiam-se como os únicos eixos de circulação comercial, sendo também por isso que marcariam de forma tão expressiva estas paisagens.

As barcas fluviais romanas (*naves fluminales*) mais comuns eram designadas de *linter* (de lastro arredondado, possuindo quilha, ponte e vela), *rates* (mais rudimentares, fabricadas mediante a união de troncos com cordas) e *ponto* (embarcação de maior tonelagem, com dois mastros, movida à vela). Não sabemos qual seria o tipo (ou os tipos) de embarcações utilizadas então no Douro – não sabemos se as suas silhuetas fariam lembrar os barcos rabelos, de vela quadrangular e enorme leme, que até aos anos 50 / 60 do séc. XX marcavam o Douro, também eles memória de um tempo que já não existe. De todo o modo, fariam o seu percurso certamente valendo-se de remos e com ajuda de uma pequena vela, sendo puxadas

5.8. Os lugares de mercado e os ancoradouros

A generalidade dos povoados posicionados junto às vias poderá ter sido lugar de mercado. Outros poderão ter desempenhado funções de controlo sobre o transporte de mercadorias, funcionando também como pequenos entrepostos comerciais, beneficiando da localização junto a um cruzamento de estradas – como será o caso dos povoados de Vilarelho e / ou de Santa Bárbara de Favaio, do Castro do Pópulo, dos povoados do Muro (Lamas de Orelhão) e de Cerca de Ribas (Argeriz), do Castelo Velho de Mirandela / S. Sebastião e do Castro de S. Brás (Torre de D. Chama), mas também dos “povoado” de Selores (Seixo de Ansiães) e Freixiel, para além do Castelo de Carlão e do Cabeço de Vale Telhas, possíveis lugares centrais sob o ponto de vista administrativo, e de outros povoados que usufruíam diretamente da passagem da *uia XVII*, como é o caso do *uicus* de Muradelhas de Fiães ou dos povoados das Cortinha das Vinhas (Tinhela e Alvarelos), Fetais (Tortomil), Outeiro (Bouçoais), Murada de Lama de Ouriço (Tinhela e Alvarelos) e Cividade de Vilarandelo.

Outros lugares de mercado situar-se-iam nas margens do Douro, em pontos onde chegavam as principais estradas e era possível a acostagem fluvial. O possível *uicus* da Quinta da Senhora da Ribeira, fundado logo nos inícios do Império, constituirá o melhor exemplo deste tipo de sítios. Esta povoação ribeirinha terá crescido em função deste

por cordas (“sirgas” puxadas por homens ou juntas de bois) a partir das margens quando a dificuldade na subida do rio o justificava (Chic García, 1984; Parodi Álvarez, 2001). Era nessas margens do rio que se encontravam alguns portos fluviais e uma ou outra povoação, como seria o caso do possível *uicus* da Senhora da Ribeira (Seixo de Ansiães). Era nesses pontos de ancoragem e de comércio que se cruzavam mercadores e barqueiros, mas também sacerdotes e artífices, para além dos viandantes que percorriam as estradas que aqui chegavam. No interior destes territórios, onde as estradas principais se cruzavam, as estalagens acolhiam todos aqueles que as percorriam. Algumas destas estações de muda, como vimos, teriam os serviços e as comodidades procuradas por quem viaja. Em redor de algumas destas *mutationes* poderão ter-se formado pequenas povoações, também elas lugares de mercado e moradas de artífices e agricultores.

ancoradouro e entreposto comercial, evoluindo ao longo do Período Romano de acordo com os ciclos comerciais. Ponto de apoio à navegação fluvial, de carga e descarga (de transbordo de mercadorias e de armazéns), a Senhora da Ribeira seria também lugar de mercado. Ao seu ancoradouro tanto chegavam produtos procedentes da rota atlântica, como alguns excedentes que eram produzidos localmente. Neste lugar cruzavam-se negociantes e mercadores (*negotiatores* e *mercatores*), oriundos por vezes de paragens distantes, mas também libertos (*liberti*), atraídos pelos negócios, artífices (*artifices*), estabelecidos e ambulantes, a par de uma população indígena, de condição livre, que se dedicava a trabalhos artesanais ou vivia da lavoura – e para aqui também se encaminhariam os pequenos comerciantes do Vale do Tua, com o intuito de venderem os seus produtos e de se abastecerem de outros. Neste lugar de chegada e partida de negociantes e mercadorias, haveria ainda espaços de culto, onde se agradecia ou pedia o favor dos deuses por viagens bem-sucedidas¹⁵⁶. A par desta atividade comercial, a exploração aurífera de Covas conferia uma dinâmica muito própria a este lugar, incrementada ainda, possivelmente, pelos cultivos dos campos que se estenderam até ao povoado de Selores, beneficiando dos favores do solo e do clima nessa zona em particular. A Quinta da Senhora da Ribeira seria um dos lugares mais ativos em Época Romana desta região, à semelhança de outras povoações em contextos ribeirinhos.

5.9. A moeda

A rede global de comércio tecida por Roma é um dos seus feitos mais notáveis. As estradas (e as pontes) construídas por todas as províncias foram os fios condutores dessa rede. E também os rios, quando navegáveis. As rotas marítimas prolongaram essa teia, consolidaram-na e conferiram-lhe ainda mais escala. Mas esta rede de comércio que envolvia o vasto Império Romano só se concretizou desta forma porque uma moeda única serviu de base a estas transações.

A introdução da moeda romana no sistema económico-comercial é notória a partir de Augusto entre as comunidades do Vale do Tua (Centeno, 1987). A moeda em Período Republicano, quase sempre de prata e frequentemente encontrada em tesouros, mais do que ser entendida como numerário em contínua circulação, parece antes corresponder a um bem que as comunidades locais preservam e ocultam – no Tua, entre os depósitos monetários de cronologia republicana, destaca-se aquele achado junto a S. Mamede de Ribatua, composto por 43 *denarii*, com data mais recente de cunhagem de 46-45 a.C. (Centeno, 1987: 81, n.º 76). Aqui, assim como em muitas outras regiões da Hispânia, uma economia monetarizada só se terá imposto durante o Alto Império.

Esse uso corrente da moeda acaba por estar sinalizado nas cerca de quatro dezenas de sítios onde se acharam moedas (cf. Cap. 17). Alguns destes achados monetários foram encontrados avulsamente em povoados romanizados: Murada de Lama de Ouriço (Tinhela e Alvarelos, Valpaços); Castro de Santa Valha (Valpaços); Muro (Lamas de Orelhão, Mirandela); “A Cidade” ou Fraga do Penedo (Mascarenhas, Mirandela); Castelo Velho ou S. Martinho de Cima (Mirandela); Castro de S. Juzenda (Múrias, Mirandela); S. Brás (Torre de D. Chama, Mirandela); Alto da Cerca dos Mouros (Jou, Murça); Santa Marinha / Freixiel (Vila Flor); Santa Bárbara de Favaio (Alijó); Castelo de Vale de Mir (Alijó); Castorigo (Pegarinhos, Alijó); Castelo de Ribalonga (Pópulo e Ribalonga, Alijó). Algumas moedas foram encontradas noutra tipo de sítios romanos: Parque de Campismo do Rabaçal (Possacos;

Valpaços); Monte de Penide (Vilarandelo, Valpaços); Caldas de Carlão (Candedo, Murça); Porrais (Candedo, Murça); Fiolhoso (Murça); Vila Flor; Parede Nova (Roios, Vila Flor); Sanfins do Douro (Alijó); e Ansiães, Seixo de Ansiães. A distribuição das ocorrências em ambos os grupos aponta para uma notória relação entre achados numismáticos e trajetos das vias principais.

Para além destes achados numismáticos avulsos, no Vale do Tua registam-se também depósitos numismáticos descobertos em contexto de povoados romanizados: no Alto da Torre, em Santa Maria de Émeres (Valpaços), onde se achou um dos mais referenciados depósitos monetários de Trás-os-Montes (Parente, 1997: 19); e no castro romanizado de Nossa Senhora da Piedade (Sanfins do Douro, Alijó), lugar de achado de “62 *denarii* e 1 *quinarius*” (Centeno, 1987: 64-65); no povoado mineiro da Cerca (Vila Verde, Alijó) terá sido também encontrado um conjunto de moedas romanas. Há ainda depósitos numismáticos isolados, sem contexto arqueológico aparente, mas que podem relacionar-se ou indicar a presença de sítios (ou vias) nas proximidades: no lugar de Copas, a noroeste da aldeia de Monte de Arcas (Valpaços), surgiram ocasionalmente 50 *denarii* da República, e dos imperadores Augusto e Tibério (Centeno, 1987: 54, n.º 37; Parente, 1997: 20) – este depósito, eventualmente revelador de mais uma ocultação (de final) da primeira metade do séc. I d.C., não terá sido encontrado muito longe da variante norte da *uia XVII*, numa zona aplanada onde se destaca o *uicus* de Muradilha de Fiães; imediatamente a norte da Serra de Passos / Santa Comba, o achado de 125 moedas “de prata” (depositados num “vaso de barro”) no termo da freguesia de São Pedro de Veiga de Lila (Valpaços), no sítio de Folgueiras (Lopo, 1954: 25), carece de outra informação que o contextualize devidamente, mas não será desajustado equacionar a possibilidade de estas moedas (cujo depósito será posterior aos séc. I d.C.) se relacionarem com um núcleo rural disperso existente no sopé da referida serra ou mesmo com o povoado fortificado das Fragas da Cerca dos Mouros.

6. Sociedade e religião

6.1. A dimensão religiosa do espaço e das suas gentes

A religião estava presente em todas as dimensões da vida pública e privada dos Romanos. Todos os lugares e edifícios tinham a sua divindade protetora. Muitas das decisões e atividades eram precedidas de orações. Dirigiam-se às divindades pedindo os seus favores, mas também se honravam familiares e amigos defuntos com orações. Para tal poderiam mandar lavar na pedra tanto a dedicatória a um deus, como o epitáfio de um ente querido, ficando assim estes gestos gravados para a posterioridade.

Era sobre as aras epigrafadas (altares gravados com os nomes do deus e de quem prestava o culto) que as chamadas libações tinham lugar – ou seja, as orações eram acompanhadas pela queima de incenso ou de ervas aromáticas, e ao divino oferecia-se vinho, leite, mel, ou então os primeiros frutos de uma colheita. Estes rituais eram efetuados quer no interior das próprias residências, no altar (larário) familiar, onde os deuses lares eram também cultuados, quer em templos construídos em recintos públicos. E eram cumpridos votos tanto aos deuses romanos, como às divindades indígenas (de origem pré-romana), numa coexistência de cultos que constitui uma das marcas desse tempo. Mas estas práticas religiosas também podiam decorrer ao ar livre, em sítios (como as nascentes de água, em pontos proeminentes de uma serra ou junto a rios) muito associados ao sagrado e à dimensão simbólica do mundo de então. Por vezes, esses espaços naturais sacralizados seriam herdados do mundo pré-romano. Neste âmbito, e como possíveis marcos delimitadores de territórios, poderiam inscrever-se os eventuais santuários de Santa Comba (Valpaços), Senhora da Assunção (Vila Flor), Senhora da Cunha (Alijó) e S. Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira). Estes, a ser assim, poderão ser considerados *loca sacra* – lugares públicos inalienáveis consagrados publicamente aos deuses romanos. Os espaços funerários, por sua vez, situavam-se sempre algo afastado dos lugares habitados e quase sempre ao longo dos caminhos. Nestas necrópoles, para se manter viva a memória de um defunto e assegurar a sua imortalidade, também se faziam oferendas e libações. Aos deuses Manes (*Diis Manibus* – os deuses dos mortos) eram dirigidas as preces de quem visitava ou percorria esses lugares de enterramento.

Como veremos com mais detalhe no capítulo

dedicado à Epigrafia, assinado por Armando Redentor (Cap. 16), no Vale do Tua também se encontram os ecos desta dimensão religiosa. Alguns testemunhos epigráficos começam por revelar os novos deuses de então. E o novo sistema religioso parece centrar-se na devoção a Júpiter. Com efeito, Júpiter é a divindade que apresenta um maior número de dedicatórias nesta região. Seria o deus com mais devotos ou que despertaria um maior fervor religioso. As preces e as oferendas ser-lhe-iam dirigidas por todos. Desde *Publius Aelius Flaccinus*, cidadão romano, possível magistrado da *ciuitas* cuja sede propomos para o Cabeço de Vale de Telhas, a outros, de condição peregrina (homens livres, mas sem o estatuto de cidadãos), como *Alius Ali f.* (Castedo e Cotas, Alijó). Passando pelas dedicatórias coletivas apresentadas pelas comunidades indígenas, como são os casos dos *uicani Vagornicenses* (Muradelhas de Fiães, Valpaços) e dos *uicani Labr(enses?)* (Mós de Pombal, Carrazeda de Ansiães) ou dos habitantes de um *castellum* (cujo nome desconhecemos) que poderá relacionar-se com o povoado de Fetais (Tortomil, Bouçoães, Valpaços). A presença num ou noutra lugar deste território de um *templum* (enquanto espaço sagrado) a Júpiter não é descabida, como vimos antes para os casos de Santa Marinha de Castedo (Alijó), Vilar de Maçada (Alijó), Santa Marinha de Ferreiros (Lebução, Fiães e Nozelos, Valpaços) e Alto da Torre (Santa Maria de Émeres, Valpaços). Cumprir votos a Júpiter (enquanto divindade suprema e oficial dos novos tempos) constituiria uma manifestação de fidelidade às instituições romanas por parte de indivíduos e comunidades. Em particular para as populações nativas a partilha desta “fé” romana constituiria um sinal de integração ou uma forma de identificação com os novos valores culturais.

As divindades indígenas também se encontram representadas neste território. Através da epigrafia conhecemos o nome de alguns destes deuses antigos: *Alboceolo* (cuja inscrição se achava em Vilar de Maçada, Alijó) e a que documenta o culto de *Bandue – Bandue Vordeaeco* (Senhora da Ribeira, Carrazeda de Ansiães), achada junto a uma das principais travessias do Douro (-) local de onde provém uma outra inscrição votiva, documentando um epíteto indígena: *Tutela Lirriensis*.

Na região registam-se ainda duas outras divindades que se distinguem também por qualificativos indígenas: *Laribus Cusicelens[i]bus* (Argeriz, Valpaços) e *Laribus Findeneticis* (Celeirós, Valpaços), a primeira talvez relacionada o castro de Cerca de Ribas (e / ou com o santuário rupestre da Pias dos Mouros) e a segunda com o de Vila Nova (Celeirós, Friões, Valpaços). A população indígena (mas também aqueles indígenas que ganharam o estatuto de cidadão) ser-lhes-ia particularmente devota, mantendo por esta via um apego à tradição e ao mundo sagrado dos seus antepassados. Esta religiosidade pré-romana foi não só autorizada pelos Romanos como se manteve perfeitamente atuante. Muitos continuariam, a este nível, totalmente comprometidos com a memória. Inclusivamente, ritos e superstições herdadas continuariam a marcar o quotidiano destas gentes. De todo o modo, ainda que a tradição se mantenha, as práticas religiosas nativas conhecem alterações: constroem-se templos, gravam-se inscrições e adotam-se formulários latinos; os deuses indígenas passam a mostrar-se sob a forma de imagem que a mão podia tocar e a imaginação acolher – a faculdade de forjar a imagem do divino voltou a expressar-se nesse tempo. Os Romanos esperavam que as comunidades

6.2 Uma sociedade nativa, campesina e tributária

Como veremos mais detalhadamente no Cap. 16, a epigrafia do Vale do Tua reforça a ideia de que a população seria maioritariamente nativa – os seus antepassados teriam habitado os numerosos castros proto-históricos da região. De condição livre, na sua grande maioria gozavam do estatuto jurídico de peregrino (*peregrini*). Conhecemos o nome de alguns desses indígenas que viveram nos povoados que percorremos ao longo deste trabalho: *Alius Ali f.*, talvez da Cerca do Castedo (Alijó); *Ducris Celtiatis*, da Nossa Senhora da Ribeira (Bouçoães, Valpaços); *Albinus Balesini*, do Alto da Cividade (Friões, Valpaços); *Alla Calpurni f.*, talvez de Cortinha das Vinhas (Tinhela e Alvarelos, Valpaços); e *Sun[ua?]*, de Nossa Senhora da Piedade, Sanfins do Douro, Alijó). Outros parecem surgir associados a núcleos rurais de povoamento disperso: *Lucius Dextri* e *Rufinus Dextri* (Água Revéz e Castro, Valpaços); *Mearus Contari f.* e *Fidus Meari f.*, (Friões, Valpaços); e *Vic(ari---?) Aliseti* (Lebução, Fiães

indígenas respeitassem os deuses do Império, a começar pela veneração devida ao próprio Imperador – e a lealdade política dos indígenas, sobretudo das suas aristocracias, manifestou-se efetivamente dessa forma. Mesmo assim, habilmente, os Romanos não obrigaram as populações nativas a abdicarem dos seus múltiplos deuses e rituais – tal não era considerado politicamente subversivo. No quadro de um sistema de “crença” politeísta, a legitimidade de outras “fés” é mais facilmente reconhecida. Surge então o que designamos de sincretismo – combinam-se rituais e práticas de “confissões” religiosas distintas; ideias diferentes e até contraditórias coexistem e conseguem mesmo convergir.

Esta dimensão religiosa e social também se revela nos espaços funerários. As práticas funerárias ter-se-ão alterado radicalmente em relação ao período anterior. Adota-se também o hábito epigráfico. As sepulturas passam a ser assinaladas por estelas epigrafadas. Estas revelam o nome de pessoas que aqui viveram e morreram. Mas também podem revelar o seu estatuto social. Ou mesmo o entendimento que teriam da morte, face à iconografia associada; podendo ainda ser utilizadas politicamente como sinal de prestígio e de legitimação de poder, nomeadamente por parte dos indígenas mais notáveis.

e Nozelos, Valpaços). Estes são os nomes de alguns indígenas que habitaram os povoados, as quintas e os casais desta região. Que cultivaram os campos e apascentaram os rebanhos. Ou que foram *artifices*: carpinteiros, ferreiros e marceneiros; que trabalharam nas olarias ou na exploração de argilas; que confeccionaram tecidos de lã e linho; que trabalharam couros e peles; que labutaram nas pedreiras; ou que ergueram paredes de casas e repararam muralhas. Outros ainda poderiam ter trabalhado nas frentes mineiras estatais. Com a obrigação de trabalhar periodicamente nas minas, como forma de pagar o imposto devido a Roma (*operae*), estes mineiros de condição livre (*operati*) conheceram certamente a dureza da vida, mas não seriam escravos. Será assim esta população nativa que também corporizará o processo de mudança e que povoará na sua esmagadora maioria as paisagens entre o Tua, o Tuela, o Tinhela e o Douro; que se integra num tempo novo, mas sem que veja totalmente diluída a sua identidade, sem que perca

alguns dos elos mais genuínos que a ligaria ao passado, ao mundo dos seus ascendentes.

Os escravos e os libertos, ainda que em menor número, também parecem registar-se na epigrafia do Tua. Entre eles destacam-se Pompeio Clito, Pompeio Corinto e Pompeio Caluino, possíveis libertos, associados ao provável *uicus* da Senhora da Ribeira. Talvez a exploração mineira das Covas justifique a sua presença neste local. Ou então as atividades comerciais desenvolvidas neste ancoradouro e entreposto comercial do Douro. Pessoas de condição servil podem ser as três irmãs (chamadas, possivelmente, Facila, Facina e Materna), registadas numa inscrição funerária achada na Quinta de S. Jorge (Favaios, Alijó) e associadas a um suposto povoado romano localizado onde hoje se encontra Favaios, e o caso de Paterna, identificada noutra inscrição descoberta no “termo de Francelos” (Vilar de Maçada, Alijó), igualmente associada ao espaço funerário de um outro povoado (o Castelo de Francelos ou o Alto da Muralha).

A maioria dos nomes registados na epigrafia do Tua pertence a indivíduos que usufruíram da cidadania romana (*ciues*) – aspeto que resultará mais da seletividade do hábito epigráfico ou da sua maior frequência entre os setores da sociedade mais favorecidos. À cabeça destes notáveis locais encontra-se Públio Aélío Flacino, registado em Vale de Telhas – presença expectável, face à importância do lugar, subsistindo a dúvida se terá sido magistrado nesse suposto lugar central. Numa região marcada por cenários de representação política descentralizados, vamos encontrar outros membros das aristocracias locais em povoados importantes: António e Fusco, possivelmente da família *Gallia*, no castro da Senhora da Piedade (Alijó); Reburria Fla[ui]na, no Castro do Pópulo (Alijó). Outros indivíduos com estatuto de cidadãos surgem associados a possíveis *uici*: *Sulpicius Paternus*, à Senhora da Ribeira (Carrazeda de Ansiães); e *Ap. Sabinus Probi f.*, a Muradilha de Fiães (Valpaços)¹⁵⁷. Outros ainda talvez fossem proprietários de *uillae*: como é o caso de Lúcio Alfio Reburro (e seus herdeiros), soldado da legião VII Gémina, que terá escolhido no séc. II d.C. as margens do Douro (Pinhão) para passar os últimos anos da sua vida, após a reforma do serviço militar. *Q. Nivius Placidi Genuinus*, por último, surge associado ao santuário rupestre de Pia dos Mouros (Argeriz, Valpaços). Talvez a maior parte destes indivíduos fossem indígenas na origem (ou de ascendência indígena), tendo conseguido essa promoção social e estatutária – fariam assim parte das aristocracias locais, instaladas nos povoados mais importantes da região.

O papel das aristocracias locais nestes territórios rurais interiores terá sido determinante para a implementação da nova ordem política e económica romana. Para garantirem a sua posição social de predomínio, tornando-se os interlocutores do poder provincial, serão essas aristocracias as primeiras a aderir aos novos valores culturais, que assimilam a cultura romana, a ostentam e a reproduzem. Que começam por falar o latim, a gravar na pedra as suas preces, a usar toga, a consumir produtos importados e a frequentar as termas ou que constroem as suas casas à maneira de uma *domus* romana. Estas elites indígenas adotam os elementos da cultura romana sobretudo nos atos públicos – no privado, porventura, manter-se-ão fiéis à cultura nativa. Participam ativamente nesses atos como forma de legitimar o seu estatuto e predomínio. Sobretudo no espaço público procuram comportar-se à romana, distinguindo-se assim da restante comunidade. A posse e o discurso do poder implicam essa adesão – uma adesão que começa assim por ser instrumental; mas que também o foi por instinto de sobrevivência – quem mandava, continuaria a mandar, desde que o passasse a fazer em nome de Roma. E esta necessidade de notabilidade por parte de alguns círculos indígenas vai ao encontro das necessidades de Roma. E Roma entendeu-o: (re)criou de forma muito hábil estas elites locais, dominou-as e colocou-as ao seu serviço, ainda que também tenha respeitado algumas das suas especificidades.

Uma das marcas mais expressivas desta paisagem social são os grandes povoados amuralhados – os *castella*, registados epigraficamente também nesta região¹⁵⁸. Estas unidades territoriais organizativas do ponto de vista fiscal constituíam estruturas de poder e verdadeiros lugares centrais no quadro de uma *ciuitas*, a partir dos quais os *princeps* (os mais notáveis das aristocracias indígenas) geriam uma dada população em seu favor e, sobretudo, em benefício tributário de Roma (Alarcão, 1988: 55-57; 1999: 142). Será a partir de Augusto que a administração romana confiará esse poder a príncipes indígenas (Alarcão, 1999a). Interlocutores e representantes do poder provincial romano nestes territórios, estes notáveis locais manteriam por essa via a sua condição de predomínio no seio de um *populus*, adentro de um quadro organizacional marcado em Época Romana por relações sociais desiguais ou claramente hierarquizadas (Sastre Prats, 2001: 186-198). Os *castella* constituem a base organizacional social e política destas aristocracias, adaptada ao novo sistema de exploração romano (Sastre Prats, 2004: 11)

– terão constituído os principais núcleos de organização territorial, pelo menos até ao reordenamento político-administrativo flaviano. Alguns dos sinais distintivos destas aristocracias indígenas também se encontram nesta região. O excecional torques de Vilas Boas (Vila Flor), o torques de Rendufe (Carrazedo de Montenegro e Curros) e os dois torques e a bracelete de Lebução (Valpaços) (Martins, 2010: 69-70), deverão ser entendidos como símbolos de poder, identificativos das aristocracias locais perante Roma. Ou seja, serão pertença de comunidades nativas já sob influência direta (ou indireta) de Roma¹⁵⁹. Inscrever-se-ão na fase de transição para a Época Romana, podendo mesmo (sobretudo as peças profusamente decoradas) surgir em contexto de mudança de era (Currás Refojos, 2014)¹⁶⁰.

Para além desses grandes povoados amuralhados, há outros povoados que a arqueologia documenta nesta região transmontana. Em alguns não é fácil detetar à superfície indícios claros de ocupação em Época Romana. Noutros,

estes indícios surgem, mas a própria estrutura do povoado não se compara com a dos grandes povoados. Nesse outro grupo de povoados, onde em contextos alto-imperiais as materialidades romanas estão ausentes ou se encontram de forma muito residual, como é o caso do emblemático Crasto de Palheiros (Murça), corresponderão a lugares onde estas aristocracias indígenas não se estabeleceram. Nestes lugares, habitados por um campesinato nativo, o registo arqueológico, como vimos antes, permanecerá assim quase imutável desde a Idade do Ferro. A identidade cultural indígena, tendo em conta o registo material, parece não sofrer alterações significativas durante o séc. I d.C. ou pelo menos até ao Período Flaviano.

Nestas paisagens sociais organizadas territorialmente, pelo menos em parte, em torno de alguns *castella*, não se podem subvalorizar os sinais de apego à tradição. Mais a oriente, estendendo-se ainda até aos limites orientais desta região, com reflexos nos berrões de Torre de D. Chama (Fot. 13) e Vila Flor, seria sobretudo território das *gentilitates*. Esta



Fot. 13: Berrão de Torre de D. Chama (Mirandela) (© P.C. Carvalho).

outra organização social e política, fundada em entidades supra-familiares (representantes das elites locais), estaria vinculada a um dado território. Mesmo admitindo-se a sua provável origem pré-romana (Tranoy, 1981: 108-109), estas estruturas de poder adaptaram-se a um tempo novo, recriaram-se, e continuaram atuantes em Época Romana, constituindo também reflexo das referidas permanências, neste caso sobretudo entre os Ástures e os Vetões.

É num quadro político júlio-claudiano que se inscreverão as novas formas de ocupação e exploração territorial e a reestruturação das formações sociais, centradas nos grandes castros, nas suas aristocracias indígenas e numa acentuada diferenciação social. A partir da Época Flaviana, com a generalização das *ciuitates*, este cenário conhecerá alterações, tanto em termos de lugares como de protagonistas. Mas continuará a ser um mundo marcadamente rural, composto por uma sociedade tributária e campesina.

7. A herança de Roma: o notável legado cultural de um Império construído na diversidade

Roma soube construir-se como Império porque conseguiu dominar e incorporar um número considerável de povos distintos, cada um detentor da sua própria identidade cultural, de características únicas. Roma dominou-os pela opressão e pela força. Mas também pelo convencimento e persuasão. Na perspetiva do invasor, esse domínio fez-se também para benefício dos povos conquistados – cada época ou cada Império constrói a sua própria visão do mundo, a que mais lhe convém. Este Império foi redesenhando as suas fronteiras e enquadrando a soma da diversidade cultural sob um só poder político, no quadro de um processo de conquistas continuadas. A lei, a língua e a escrita, o dinheiro, mas também a arquitetura e muitos outros usos e costumes, passam a ser únicos, reproduzem-se, replicam-se, recriam-se, e encontram-se refletidos nas diversas províncias do Império com a *pax romana*. Favorece-o a livre circulação de gentes, ideias e bens. Para isso, a plena integração destes territórios no quadro do Império Romano exigiu a construção de uma vasta rede de estradas. As calçadas e as pontes romanas atravessaram o tempo e a História, constituindo ainda hoje um legado cultural notável, bem revelador do grande investimento levado a cabo pelos Romanos para construir o espaço comum do Império – desde então, ligando as províncias à capital, todos os caminhos vão dar a Roma!

O século I d.C. enquadrará um novo mundo que gradualmente se forma e onde se cruzam e coabitam influências culturais várias. Esse mundo romano vai mostrando as suas múltiplas dimensões, mas não se replica simplesmente aqui o modelo clássico das paisagens urbanas e rurais romanas. Uma nova paisagem construída começa claramente a mostrar-se, mas continuará a ser uma paisagem de transição, na medida em que o substrato indígena – nas suas diferentes manifestações – continua atuante. Estas paisagens provinciais, ao incorporarem o elemento indígena, revelam alguns traços distintivos. Formam uma realidade complexa e em constante transformação – correspondem às tais paisagens de transição, cravadas entre dois tempos e nas quais se cruzam dois mundos diferentes.

Por sua vez, também os deuses romanos, os seus atributos e rituais, foram largamente difundidos. A religião liga e unifica. Ajuda a fazer cumprir a lei, normalizando comportamentos. Consolida ordem social e legitima o poder político. A partilha da fé une as comunidades de distintos territórios – as suas normas e valores vinculam os fiéis. Inclusiva e universal, a religião romana ajudou também a construir o Império. A tolerância religiosa deste politeísmo romano (por si só já composto por inúmeras divindades) em relação a outras divindades e devoções nativas ou importadas consolidou essa construção.

Mas este Império não deixou de assimilar muito do que caracterizava os distintos povos conquistados. O Império Romano, também neste sentido, foi construído na diversidade. Um Império que é produto mais da integração do que do confronto, mais de coexistências, de readaptações e de mudanças recriadas do que de oposições, descontinuidades e ruturas. Um Império unido no essencial, mas conciliando permanentemente a vontade comum com a vontade individual de cada povo que o integra. As singularidades indígenas mostram-se assim em muitas paragens. Continuaram a ser adorados os deuses antigos, no respeito pelas tradições religiosas locais mais profundas. Línguas mutuamente incompreensíveis continuaram a ser faladas em diversas partes do Império,

ainda que o latim prevaleça – o manto da língua e da escrita latina concorreu para unificar muitas das práticas sociais, tanto as privadas como as públicas, quer de natureza religiosa, quer de âmbito mais profano. Se a isto juntarmos a reinterpretação (e a adoção seletiva) feita pelas populações nativas de elementos culturais romanos, moldados de acordo com as suas tradições, o que se poderia observar em diversas partes do Império seriam fenómenos de “mestiçagem cultural” ou uma cultura que alguns historiadores designam de “híbrida” – as paisagens urbanas, rurais e sociais que se observavam foram “romanizadas” de diferentes formas e neste Noroeste peninsular o processo de romanização terá sido lento e desigual.

Todavia, o cruzamento de olhares e práticas distintas, na fase em que o Império ganhava novos territórios, nunca originou a perda da identidade cultural nuclear romana. A unidade básica do Império manteve-se durante alguns séculos. O Império consolidou-se precisamente porque os indígenas adotaram os valores que os Romanos

consideravam incontornáveis – todos, por exemplo, acreditaram no valor da moeda; e a moeda única, por sua vez, facilitou as transações no quadro de um amplo mercado comum, constituindo ainda um poderoso instrumento de propaganda, símbolo de unidade; todos, de alguma forma, foram englobados pelo sistema fiscal romano.

O domínio romano durará quase meio milénio. É pelas mãos dos Romanos que, na parte final deste período, o Cristianismo se difunde também nestes territórios. A liberdade de culto, possibilitada pelo chamado édito de Milão (313), fixado ao tempo do imperador Constantino, abre o caminho de uma nova era, onde as igrejas (*ecclesiae*) passam a ocupar um lugar central e o poder passa a ser exercido com base na força persuasiva da religião cristã. Este facto reforça ainda mais a importância de todo o legado cultural romano na construção do tempo que se seguiu e do mundo em que hoje vivemos.

Agosto de 2016

NOTAS

¹ Para a elaboração deste estudo muito contribuíram vários autores que se debruçaram sobre a Época Romana desta região. Desde o incontornável estudo global de Francisco Sande Lemos sobre Trás-os-Montes Oriental, mas também de Carlos Simões Cruz para o Nordeste transmontano - Terra Quente, até aos trabalhos mais particulares e monográficos que foram sendo feitos para cada concelho (designadamente por Sérgio Paiva, para Alijó, Luís Pereira e Isabel Lopes, para Carrazeda de Ansiães, Maria de Jesus Sanches e Branca Santos, para Mirandela e Adérito Freitas, para Valpaços), para além de informações reunidas pelos arqueólogos municipais, como é o caso de Isidro Gomes para Mirandela, não deixando ainda de destacar a base de dados da DGPC (Endovélico), a qual reúne informações sistematizadas resultantes de trabalhos de prevenção, salvaguarda, investigação e valorização patrimonial, incluindo as relocalizações efetuadas pelos próprios serviços de arqueologia ligados à tutela. Para a concretização deste estudo setorial muito contribuíram Sofia Tereso e Miguel Cipriano Costa – responsáveis por grande parte do trabalho de campo efetuado e sistematização dos dados. Contámos ainda com a colaboração de Sofia Lacerda e Pedro Baptista no processo de sistematização final de toda a informação.

² Como veremos, a *Lusitania*, num primeiro momento da divisão provincial de Augusto (26-25 a.C.), estendia-se a norte do Douro. A maior parte dessas regiões só passou a integrar a província da Citerior a partir da reestruturação administrativa augustana, nos últimos anos do séc. I a.C.

³ O depósito monetário com a cronologia mais antiga registado na bacia hidrográfica do Vale do Tua, datando de 46-45 a.C., foi encontrado em S. Mamede de Ribatua (Centeno, 1987:

81, nº 76; Barbosa, 2002: 59-60) – como veremos adiante, este ponto encontra-se no trajeto da via que transpunha o Douro em Lobazim e na Senhora da Ribeira, rumando depois para ocidente e para norte. Também este depósito se poderá relacionar com o clima de instabilidade da década de 40 do séc. I a.C. gerado pelas movimentações militares na zona do Douro.

⁴ Como veremos, a presença do exército origina um tipo de registo arqueológico difícil de detetar no terreno, não só face ao carácter temporário das estruturas erguidas nos acampamentos (taludes de terra e paliçadas, para além das tendas de campanha), como também face ao facto de as peças de armamento serem reparadas ou reaproveitadas de modo sistemático, pelo que era raro haver lugar a abandonos. Este fenómeno acabará por refletir, sob o ponto de vista arqueológico, a escassez generalizada de testemunhos deste tipo de peças mesmo em sítios para onde está documentada uma ocupação militar. A dificultar esta identificação encontra-se ainda a não diferenciação artefactual (ao nível dos bens de consumo, incluindo as cerâmicas) entre contextos civis e militares.

⁵ Ao tempo de Augusto a Hispânia passa a estar dividida em quatro províncias: a *Citerior Tarraconensis*, a *Ulterior Baetica*, a *Lusitania* e a *Transduriana*. Esta *provincia Transduriana*, relacionável com o contexto das guerras cântabro-ástures (Alföldy, 2001: 21-25), terá um tempo de vida muito curto (talvez entre 22 e 13 / 12 a.C.), sendo provavelmente suprimida por Augusto entre os anos 15 e 13 a.C., passando os seus territórios, da *Gallaecia* e *Asturia*, a pertencer à *Lusitania* (*Hispania Lusitania cum Asturia et Gallaecia*), enquanto a Cantabria será englobada na *Citerior Tarraconensis*

(López Barja, 2000: 37-38). Poucos anos volvidos, em 7-3 / 2 a.C., a *Gallaecia* e *Asturia*, até então possivelmente "lusitanas", serão incorporadas na *Citerior Tarraconensis*, passando em grande medida o rio Douro a constituir o limite norte da *Lusitania*.

⁶ Desconhece-se o estatuto jurídico-administrativo fundacional atribuído por Augusto a *Asturica Augusta*, *Lucus Augusti* e a *Bracara Augusta* (esta última terá sido fundada por volta do ano 15 a.C.; cf. Tranoy 1981a: 328; Martins et al., 1999: 738), ainda que o seu estatuto privilegiado, como município latino, e não apenas como comunidade peregrina (*ciuitas stipendiaria*), pareça ser o mais provável em cidades que assumiram também as funções de capitais conventuais (Espinosa, 2014: 25-26), não obstante a inscrição dos *cives per honorem* destas cidades na *tribus Quirina* – *tribus* própria dos municípios flávios (Andreu Pintado, 2004).

⁷ Plínio (*procurator* da província *Hispania Citerior Tarraconensis* durante o reinado de Vespasiano) informa-nos que os vinte e dois *populi Asturum* estavam divididos em Transmontanos e Augustanos (Plínio, Nat. Hist., 3, 28) – estes, numa fase inicial, talvez se inscrevessem em dois *conventus iuridici*, respetivamente, no *conventus Arae Augustae* "transmontano" e no *conventus Asturum* "cismontano" ou Augustano; esta repartição assim permaneceu até a um momento anterior à Época Flaviana (talvez até meados do séc. I d.C.), quando todos estes *populi* surgem já englobados num único *conventus* – o amplo *conventus Asturum* (Espinosa, 2014: 26).

⁸ É sobretudo nos livros III-IV da sua *Historia Natural* (autêntica "memória do Império mediante a sua representação figurada e escrita"), quando Plínio procede à descrição geográfica da *Hispania*, que mais se evidencia a consulta de documentação oficial elaborada ao tempo de Augusto, como sejam censos e cadastros, listagens de comunidades ou ainda o famoso mapa de Agripa (Espinosa, 2014: 12-13).

⁹ Testemunhos, mais a norte, de delimitação territorial entre *ciuitates* e zonas militares (*prata* da *Cohors IV Gallorum* e da *Legio X Gemina*) (HAE 1035-1036, 1040-1043; EEVIII, 131), também parecem denunciar a importância do Período Claudiano para esta região do *conventus* de *Asturica Augusta* em termos de organização política e territorial (Redentor, 2002: 244).

¹⁰ Refira-se que, a sul do Douro, os *termini* de Goujoim - Armamar (AE 1979, 331) e S. Pedro de Balsemão – Lamego (CIL II 6199), datados da Época Claudiana, revelam uma intervenção, nestes também territórios durienses, ao nível do ordenamento político-administrativo, em meados do séc. I d.C., ainda que não seja possível determinar se esta intervenção, corresponde antes a uma reorganização de *territoria* inicialmente delimitados com Augusto (talvez entre 4 e 6 d.C.), como os restantes *termini Augustales* do Norte da Lusitânia documentam.

¹¹ À semelhança do que se verificou no interior norte da Lusitânia, estes seriam espaços não centuriados, cujos parcelários se ajustariam aos condicionamentos topográficos e incorporavam traçados pré-existentes (Carvalho, 2007: 488-489)

¹² O estado romano perspetivava cada *ciuitas stipendiaria* sobretudo como unidade fiscal: estabelecia um tributo que cada comunidade devia pagar (mediante pagamento de imposto em numerário ou em dias de trabalho), deixando nas mãos dos governos locais o modo como essa cobrança seria efetuada (Orejas, 2002). Um sistema regular ou uniforme de imposição fiscal sobre o solo provincial (ou de cada *ciuitas*) surgiu em Época Augustana.

¹³ Os miliários de Argomil (Pinhel) e de Alfaiates (Sabugal), datáveis entre 23 e 21 a.C., documentarão bem (para além da presença militar) este processo inicial de abertura e sinalização de estradas pelo interior norte da Lusitânia em direção aos territórios durienses e aos espaços conventuais bracarense e asturicense (Curado, 2013; Redentor e Carvalho, 2015). O miliário de Castro de Avelãs (Bragança), datado do ano 2 a.C., ou o de S. Martinho do Zebral (Montalegre), de 5 a.C., revelam a política augustana continuada de abertura de estradas, desta feita associados à estruturação da designada *uia XVII* do Itinerário de Antonino.

¹⁴ Merece particular destaque o facto de a Serra de Faro surgir mencionada como limite norte da diocese de *Caliabria* (séc. VII) (cf. Cap. 6). Este fenómeno de permanência de fronteiras administrativas parece atravessar o tempo e a história: de certa forma, ao eleger como limite o curso inferior do Tua até à zona de Abreiro / Codeçais / Sobreda, a atual divisão entre os distritos de Vila Real e Bragança reproduz neste troço essa anterior divisão administrativa romana.

¹⁵ Em Época Romana, a associação entre "fronteira" e "espaços com memória" (com ocupação anterior; proto-histórica) parece ser comum, fundando-se nos valores de identidade que esses lugares então projetavam. Com efeito, as linhas administrativas de fronteira não são traçadas sobre um território vazio de conteúdos simbólicos. Valores ancestrais de referência poderão ter sido respeitados nos novos processos de demarcação, até porque a própria noção de fronteira em Época Romana encontrava-se também revestida de um carácter sagrado, o qual se traduzia, nomeadamente, nos rituais religiosos de consagração que precediam ou enquadravam a sua demarcação (Castillo Pascual, 1996: 50).

¹⁶ Estes *populi* pré-romanos seriam tão "pequenos e obscuros" que Estrabão (III, 3.3) não os enumera, englobando-os genericamente nos *Callaeci*.

¹⁷ Outro *populus* distinto seriam os *Aulobrigenses* (Guerra, 1998: 316-317). Jorge de Alarcão propôs que a área entre a serra do Marão e o rio Corgo pudesse corresponder à *civitas Aulobrigensium* (2004: 339-340) – *ciuitas* (fora da área de jurisdição da capital regional *Aquae Flaviae*) com possível correspondência em Época Suévica ao *pagus Aliobrio*, pertencente à diocese de *Portucale*.

¹⁸ Armando Coelho (Silva, 1986: 283-284) propôs a localização dos *Interamici* na bacia média do Tua, na senda de uma anterior proposta de Tranoy (1981a: 69-70). Jorge de Alarcão também antes tinha proposto a localização dos *Aobrigenses* do Vale do Tua ao rio Tinhela (Alarcão, 1998). F. Sande Lemos (1993, Ila: 260, n.º 625) chegou

a sugerir a possibilidade de o povoado de S. Juzenda (Mirandela) corresponder à capital dos *Interamici* – o mais provável, porém, é a sua localização na área de Orense, já em território espanhol.

¹⁹ Muito duvidoso é também o nome do *populus* que se estendia a oeste do rio Pinhão. Com base no termo *Lapitearum*, documentado numa das inscrições (CIL II 2395b) do santuário de Panóias, tem sido proposto o étimo indígena *Lapitiae*, com base numa suposta invocação aos *numina* dos *Lapitae* proposta por Argote (Russel Cortez, 1947; Lemos, 1993, lb: 491; 2004a: 412; Alarcão, 1995-1996: 28) – mas esta alegada correspondência tem sido muito justamente questionada, não havendo razão para sustentar a existência de um *populus* / *ciuitas* dos Lapiteas (Guerra, 1998: 488-489; 2002: 157-158; Redentor, 2011: 41 e 375). De todo o modo, esta outra *ciuitas*, com outro nome, poderia ter sede em Constantim de Panóias (vila à qual D. Henrique e D. Teresa deram foral em 1096), nas imediações do conhecido santuário romano de Panóias (Vale de Nogueiras, Vila Real). O seu território poderia prolongar-se até ao rio Corgo e às serras da Preta e da Falperra. Esta *ciuitas* dará depois origem à "paróquia" sueva de *Pannonias*, mencionada no *Parochiale Suevum* (Alarcão, 2004: 340; Alarcão, 2015: 40).

²⁰ Esta proposta não é consensual. Armando Coelho discorda da partilha dos territórios a norte do Douro entre os Zoelas e a *civitas* dos *Banienses*, situando estes a sul do rio, defendendo que "toda a região do Leste transmontano diz respeito a comunidades que se identificam como pertencentes à mesma entidade étnica dos Zelas" (Silva, 2007: 396; 2011: 21). Alejandro Béltran Ortega, numa tese recente (2015: 318-324), considera também que a *ciuitas Zoelarum* poderia estender-se até ao Douro, ocupando o planalto de Carrazeda de Ansiães (prolongando-se assim o *Conventus Asturum* até ao Douro, tendo como limites a poente os rios Tua e Tuela), encontrando-se os *Banienses* a norte do Douro, mas apenas a oriente do rio Sabor. Esta proposta baseia-se na leitura da inscrição de Pombal (HEp 4, 1994, 1016) como *vicus Cabr(rugenigorum)* e na correspondência que estabelece com uma referência epigráfica à *gente Cabruagenigorum Zoelae* (CIL II 2633) – leitura e correspondência que não perfilhamos (cf. Cap. 16). A fronteira entre os *Zoelae* e os *Banienses* no rio Sabor, por sua vez, também não tem em conta quer o achado da inscrição dos *Banienses* (CIL II 2399) (García, 1991: 415, n.º 366) a poente do Sabor (no povoado de Baldoeiro, Adeganha e Cardanha, Torre de Moncorvo), quer a localização do Chão da Capela, também a poente deste rio, nas margens da Ribeira da Vilarça.

²¹ A correspondência desta *ciuitas* com os *Turodi* (Ptol., II, 6, 39) tem sido aceite para uma fase inicial (Tranoy, 1981: 62-63; Martins et al., 2005). A ocupação pré-romana de Chaves poderá ter apenas sido de carácter simbólico e identitário, à semelhança, aliás, de *Bracara Augusta* (Lemos, 2007-08 e Fonte, 2009).

²² A contagem da milha IX que pode estar assinalada no miliário de Lama de Ouriço far-se-ia a partir de Chaves (Lemos, 1993, IIB: 505, n.º 853); a ser assim, o lugar de Vale de Telhas (assim como o Castelo de Carlão), sendo *caput ciuitatis*, não seria *caput viarum*.

²³ Estas dificuldades também se revelam no facto de não ter sido possível atribuir tipologia a cerca de meia centena de ocorrências, tendo sido classificadas como "vestígios diversos / achados isolados / indeterminado".

²⁴ Nas imediações deste lugar foi identificada por Manuel João Abrunhosa (cf. Cap. 11) uma possível área de extração de matéria-prima com forte teor argiloso, feita a partir da rocha local muito alterada a decomposta, com provável intenção de constituir a base para pastas cerâmicas.

²⁵ Também neste domínio terá havido uma adoção seletiva de práticas ou inclusivamente a recriação de alguns espaços construídos, com a incorporação de elementos autóctones ou a manutenção renovada de outros – veja-se o caso dos balneários ditos castrejos (Estrabão alude a banhos a vapor que constituía hábito junto ao Douro [III, 3, 6]), podendo alguns ter composto a cenografia urbana do espaço público de algumas capitais, como seja o balneário de *Tongobriga*, construído aparentemente ao tempo de Augusto e abandonado quando da construção das termas nos finais do séc. I (obedecendo estas já a um projeto clássico) (Dias, 1997: 34; 2013: 117); e eventualmente o "balneário castrejo" de *Bracara* – a datação desta estrutura termal (e a relação com o núcleo de povoamento coevo) tem suscitado continuado debate; o registo estratigráfico (e o material associado) efetuado no decurso da sua escavação não permite clarificar a questão cronológica, surgindo assim propostas que inscrevem este edifício no final do séc. II a.C. (Lemos et al., 2003, 2008: 323-325) ou já em Época Romana, nos finais do séc. I a.C. (Ríos González, 2015: 167-172).

²⁶ Um outro, próximo do limite da nossa área de estudo, junto a Lobazim e ao Douro, mas já no concelho de Torre de Moncorvo (freguesia de Cabanas de Baixo) regista-se numa dedicatória dos habitantes do *vicus Illex* [...] a Júpiter (Bailarim, 2001: n.º 300)

²⁷ Muito perto deste local, a cerca de 2 km para noroeste, situa-se a atual povoação de Coleja, cujo nome não deixa de lembrar a paróquia sueva de *Coleia* (Alarcão, 2004: 203; 2005: 14; 2008: 109). Não obstante a dificuldade em localizar esta paróquia da diocese de Viseu a norte do Douro (a não ser que esta diocese sueva abarcasse o planalto de Carrazeda de Ansiães, como aconteceria com a província romana da Lusitânia; ou esta menção se reportasse ao contexto da sua integração na nova diocese de *Caliabria* no séc. VII), é tentador procurar neste caso um fenómeno de permanência (embora mediante curta deslocalização) de um lugar central de uma época para a outra. As prospeções que efetuámos em Coleja, todavia, não revelaram qualquer indício de uma ocupação romana ou pós-romana – a não ser que essa alegada deslocalização se tivesse verificado em Época Medieval apenas em termos do nome da povoação, encontrando-se o lugar de *Coleia* na Quinta da Senhora da Ribeira, tendo assim a Senhora da Ribeira (com vestígios alto-medievais) ganhado importância na Antiguidade Tardia como sede de "paróquia" (sobre esta questão cf. Cap. 6).

²⁸ Importa referir que os *castella* só surgem epigraficamente atestados em Valpaços, no extremo norte da área em estudo, entre o Rio Torto e o Rabaçal, na área das atuais freguesias de Bouçoais, Tinhela e Alvarelos e Vassal. Neste texto, porém, os castros designamo-los também por *castella*. Preferimos este termo ao de *oppidum* / *a* - embora muito utilizado no Noroeste peninsular para a definição e conceptualização dos grandes castros que surgem a partir do séc. II / I a.C., o uso de *oppidum* / *a* tem sido justamente contestado (Currás Refojos, 2014: 773).

²⁹ Os vestígios materiais à superfície são escassos, surgindo algumas cerâmicas manuais, provavelmente da Idade do Ferro, e outras a torno que parecem ser da Alta Idade Média. As prospeções que efetuamos no local não permitiram também registar qualquer material romano.

³⁰ Não identificámos claros indícios de “romanização” neste povoado de S. Domingos, ainda que esta ocupação seja possível face a referências anteriores (Cruz, 2000: 287-288) e tendo em conta (por poderem apagar esses vestígios) as surribas e outros trabalhos que em tempos recentes o topo deste outeiro conheceu. Um outro povoado, o Castelo dos Mouros (S. Mamede de Ribatua), situado também nas imediações das Cortinhas, terá sido abandonado antes da Época Romana.

³¹ *Projeto de Investigação sobre a Ocupação Humana em Torno da Aldeia de Pegarinhos*, coordenado desde 2012 por Pedro Pereira e António Silvino (no quadro desta intervenção foi, entretanto, noticiada a descoberta de um lagar de vinho do séc. I d.C., associado, segundo os referidos autores, à *pars rustica* de uma *uilla*).

³² Convém referir que, recentemente, tendo em conta o contexto de achado e sobretudo as características estilísticas dos motivos que ostenta, foi proposta uma cronologia possivelmente (alto)medieval para estas peças, relacionando-as talvez com um edifício religioso (Ríos González, 2015: 34-36).

³³ Sobranceiro a Vilar de Maçada encontra-se o povoado proto-histórico de Santa Bárbara. Este sítio, aparentemente, não tem ocupação romana. Mas esta suposta ausência deve ser entendida com as devidas reservas, visto que a densa vegetação que cobre o cabeço não permite observar bem o terreno. Corresponderá a mais um dos povoados abandonados na fase inicial de ocupação romana destes territórios, transferindo-se a população para o seu sopé, onde hoje se encontra a vila de Vilar de Maçada?

³⁴ Como refere Francisco Sande Lemos, o Castelo do Cadaval possui “uma arquitetura defensiva em tudo semelhante à dos castros de Alijó”, sendo notório o paralelismo que a este nível se pode estabelecer, nomeadamente, com o povoado do Pópulo ou de S. Marcos (Lemos, 1993, IIb: 488-490, n.º 837).

³⁵ Três lagares escavados na rocha que observámos nas imediações, assim como algumas concavidades em afloramentos graníticos (relacionáveis com a mineração?), são mais difíceis de integrar cronologicamente, mas podem relacionar-se com uma eventual ocupação medieval do sítio.

³⁶ Esta provável ocupação romana parece ainda encontrar eco no achado de um “tesouro de denários” (com uma cronologia de depósito posterior a Tibério) “na aldeia ou no seu termo” (Centeno, 1987: 61, n.º 47).

³⁷ Será a população deste possível povoado romano fundado de raiz proveniente de um anterior povoado, aparentemente sem ocupação romana, situado a sul de Tinhela e designado por Castro ou Crasta (sobre este povoado, cf. Freitas, 2003: 341).

³⁸ Também se observa para a Proto-História um padrão de povoamento com características diferentes em ambas as margens do Tua (i.e., Alijó vs Carrazeda de Ansiães), tanto em termos da densidade de povoados como ao nível da estrutura amuralhada (cf. Cap. 4).

³⁹ No Baixo-Império, segundo os autores mencionados, a ocupação romana na Quinta dos Crestelos ter-se-á organizado em função de uma quinta ou granja. Um outro sítio romano escavado – o da Chã, em Cerejais, Alfândega da Fé – poderá também revelar uma ocupação na Idade do Ferro (Pereira *et al.*, 2013: 187-200) (ainda que, neste caso, face a uma ocupação romano-tardia e possivelmente alto-medieval, perguntemos se as cerâmicas de “pastas grosseiras”, enquadradas na Idade do Ferro, não poderão ser antes alto-medievais).

⁴⁰ Como parece acontecer em Crestelos (Mogadouro), no vale do Baixo Sabor, onde a ocupação habitacional romana se situa no sopé do anterior povoado proto-histórico e onde no final da Idade do Ferro e / ou inícios da Época Romana se construíram numerosos celeiros no interior do perímetro amuralhado (Pereira *et al.*, 2014).

⁴¹ A antiguidade desta via e a ocupação romana precoce desta área nas proximidades do Vale do Tua – área que consideramos de fronteira entre províncias, *conuentus* e *ciuitates* – parece ser denunciada, aliás, pelo aparecimento, algures junto a S. Mamede de Ribatua, de um depósito de 43 *denarii* republicanos, tendo as moedas mais recentes uma data de cunhagem de 46-45 a.C. (Centeno, 1987: 81, n.º 76).

⁴² Não nos parece que esta fíbula possa conter ouro – pela imagem parece antes ser feita numa vulgar liga de cobre e zinco, ou seja, latão dourado / oricalco (o que poderá explicar, por sua vez, a patina verde que cobre boa parte da peça).

⁴³ A cerâmica ática encontrada no Crasto de Palheiros, em contextos do século IV a.C. (Sanchez, 2008: 152), revela contactos precoces com o mundo mediterrânico, podendo ainda inserir-se neste âmbito as contas oculadas e de pasta vítrea douradas também recolhidas neste povoado (*Idem*: 151).

⁴⁴ Vejam-se os casos de Yecla de Yeltes, Saldeana ou Hinojosa del Duero (Ruiz del Árbol, 2001: 503 e ss). Alguns deles, como Yecla de Yeltes, poderiam ter sido inclusivamente criados de raiz para assumir as funções de *caput civitatis* (*Idem*: 498-500).

⁴⁵ Os povoados analisados em conjunto são os seguintes: São Marcos, Val de Mir, Castorigo, Ribalonga, Castelo de Francelos,

Alto da Muralha e Cerca, no concelho de Alijó, e Cadaval, Castelo de Noura e Palheiros, no concelho de Murça. O povoado de o Salto não foi individualizado e incluído neste grupo por considerarmos que poderá estar na dependência direta (interdependência funcional) do povoado de Noura (localizado nas proximidades).

⁴⁶ Por sua vez, o posicionamento de alguns destes povoados no trajeto das estradas romanas que projetamos (como é o caso do Cabeço dos Mouros, Cascalheira, Monte das Chãs, Castelo de Pinhal do Norte, Cabeço do Barreiro, Castelo de Porrais, Cabeço, Alto da Liceira, Freixo, Regato da Vacaria e, em certa medida, o Castelo, Castelo do Rei Orelhão e Colado) parece reforçar não apenas os próprios trajetos mas também a ideia de que estes, em grande medida, se fundam em anteriores caminhos ou corredores naturais de passagem proto-históricos.

⁴⁷ A norte do Douro, tanto na zona de Chaves, como em Boticas, Montalegre ou Terras de Barroso (Amaral, 1993; Teixeira, 1996; Fontes e Andrade, 2005; Lemos e Martins, 2010: 93-04), a generalidade dos povoados fortificados terá sido abandonada. Na obra de Francisco Sande Lemos, sobre Trás-os-Montes Oriental (1993), contam-se apenas 86 castros com vestígios de romanização entre os 218 do total de castros inventariados.

⁴⁸ Nas proximidades, o sítio da Ferradoza (Santa Comba da Vilarça) parece constituir uma extensão desta provável *uilla*: a relativa abundância de materiais (entre os quais se destaca também a presença de pedaços de *opus signinum*) confere-lhe importância, mas a sua classificação é duvidosa (o sítio aparenta estar também muito destruído) (Lemos, 1993, IIa: 384-385, n.º 756; Cruz, 2000: 286); o achado de um fragmento de epígrafe, mas não classificável por se encontrar bastante alterado, relewa também a importância desta zona entre Santa Cruz e Ferradosa, em Santa Comba da Vilarça.

⁴⁹ Perguntamos ainda se a estela funerária de *Flavia Fusci f. Duerta*, encontrada em Bouçoais (Valpaços e Sanfins), no lugar da Raposeira, não indicará a presença de uma *uilla* nas proximidades.

⁵⁰ Muito duvidoso, face à ausência de vestígios claros, é o aproveitamento em Época Romana das antigas Caldas de São Lourenço (Pombal / Carrazeda de Ansiães), ainda que não seja hipótese descartável à partida, uma vez que o sítio foi profundamente alterado pelo complexo termal recente.

⁵¹ A possibilidade deste sítio poder corresponder a uma *uilla* não pode ser descartada, face ao achado do fragmento de uma ara dedicada aparentemente a Júpiter (Lemos, 1993, IIa: 147-148, n.º 550). Todavia, face à proximidade deste sítio em relação a Mós de Pombal, lugar de possível *uicus*, não podemos deixar de questionar se esta possível dedicatória a Júpiter não se relacionará antes com o provável *uicus*. De todo o modo, a relacionar-se antes com o núcleo rural disperso, seria a única epígrafe nesta região a estabelecer essa relação, uma vez que todas as outras, quando é possível apurar o contexto, surgem relacionadas com aglomerados

populacionais, como aliás acontecerá com aquela também dedicada a Júpiter que apareceu no adro da igreja de Pombal.

⁵² Talvez nesta área pudesse haver um núcleo de maior entidade. O aparecimento de um tesouro monetário (“alguns milhares de pequenos e médios bronzes do século IV”) no Lugar da Santa (Centeno, 1987: 134; Parente, 1997: 20 e 66) e de um *quadran*s de Cláudio “nos limites da aldeia” de Fiolhoso (Centeno, 1987: n.º 93; Parente, 1997: n.º 126) sugerem igualmente a importância dessa área do Fiolhoso, nomeadamente face à passagem de uma via importante.

⁵³ A sul do Douro, em pleno planalto da Guarda-Sabugal, o casal romano do Relengo constituirá também um exemplo elucidativo deste tipo de pequenos núcleos rurais romanos (Osório *et al.*, 2008).

⁵⁴ O casal da Foz da Ribeira do Poio terá sido construído na segunda metade do séc. I d.C. e ocupado apenas durante o século seguinte. O surgimento de outros casais será mais tardio, inscrevendo-se genericamente no Baixo-Império (embora a sua construção possa recuar ao séc. II), como será o caso de Vale da Bouça (Castro Vicente, Mogadouro) (Pereira *et al.*, 2014: 120-124) – sítio que poderá corresponder a uma granja e onde se encontraram restos de um lagar.

⁵⁵ O santuário do deus *Vagus Donnaegus* (La Milla del Río, Astorga), situado num dos confins no território da *Asturia Augustana*, neste caso junto ao lugar de travessia de um rio, parece constituir um bom exemplo deste tipo de espaços públicos sagrados que assinalavam e enquadravam simbolicamente os territórios administrativos romanos (Marco Simón, 1996: 219-220; González Rodríguez, 2014).

⁵⁶ A legião *X Gemina* terá fundado um acampamento em Astorga / *Asturica Augusta* em torno de 15 a.C., permanecendo aí acuartelada até ao momento em que se desloca c. 50 km para sul, para *Petaonium* (Rosinos de Vidriales, Zamora), por volta de 15 / 20 d.C. (essa *legio X Gemina* abandona a Hispânia – sai de Rosinos – em 63 d.C.). A *legio VI Victrix* estabelece-se em León no mesmo momento (ou poucos anos depois) da chegada da *legio X Gemina* a Astorga. Permanecerá em León até cerca de 69 / 70 d.C., momento em que deixa a Península Ibérica (Morillo, ed.: 2007). Para a presença de outros dois possíveis testemunhos de destacamentos da legião *X Gemina*, em meados do séc. I d.C., no curso inferior do rio Douro, cf. Alarcão, 2005: 78-81.

⁵⁷ A áreas mineiras como a de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar), assim como a outras explorações auríferas importantes da zona, terá chegado um destacamento da *legio X gemina* ou então da *VI victrix*. Certa, atestada pela epigrafia, é a presença em Tresminas, durante o séc. II, de soldados da *legio VII Gemina* (legião que estaciona em León a partir de 74 d.C.) e da *cohors I Gallica Equitata ciuium Romanorum* (que sabemos acampada nos finais do séc. I d.C. em Herrera de Pisuerga, Palencia) (Morillo *et al.*, 2006: 305-323).

⁵⁸ Essas três inscrições foram achadas: no castro de São João das Arribas, freguesia de Aldeia Nova, concelho de Miranda do Douro; Saldanha, concelho de Mogadouro; e Babe, concelho de Bragança. A primeira remete para uma unidade auxiliar de cavalaria, a *ala I Pannoniorum Sabiniana*; a segunda revela uma legião cujos destacamentos terão percorrido estas terras durienses – a *legio VII Gemina*; e a terceira um corpo auxiliar dependente da *VII Gemina* – a *ala II Flavia Hispanorum ciuium Romanorum* (Redentor, 2012-2013).

⁵⁹ Alguns investigadores têm colocado a hipótese de este lugar corresponder a um anfiteatro (Wahl, 1988: 237-238; Martins et al., 2011) (essencialmente lugar de combate entre homens e entre homens e feras) ou mesmo a um hipódromo (onde teriam lugar as corridas de carros atrelados a cavalos) (Batata, 2009: 419) – hipóteses, porém, assentes numa fundamentação muito frágil.

⁶⁰ Aliás, este tipo de fíbula surge noutros contextos deste NE transmontano, nomeadamente na área de Bragança, em Donai (Silva, 2011: 63) ou em Castro de Avelãs (Ponte, 2006: n.º inv. 266).

⁶¹ A título de exemplo, a base de coluna da Quinta do Couquinho (Vila Flor e Nabo, Vila Flor) ou os três pesos de lagar, possivelmente romanos, encontrados no sítio dos Milhais (Abreiro, Mirandela), poderão pertencer a uma *uilla*; outros materiais poderão apenas denunciar um casal ou uma granja, como acontece, no limite, com os dois cossoiros achados no sítio do Ferrado (S. Mamede de Ribatua) (Fortes, 1908: 119; Guimarães et al., 2006: 25-40) e não localizado no terreno pela nossa equipa de prospeção.

⁶² O acompanhamento arqueológico de obras, nomeadamente daquelas que incidam sobre o subsolo das atuais localidades, pode ser determinante para se identificar a ocupação mais remota destes lugares.

⁶³ A não ser que esta ara (à semelhança de outra reutilizada num das paredes da igreja paroquial de Fiães) esteja relacionada com o *vicus* de Muradilha de Fiães – ainda que a distância algo considerável não permita estabelecer essa mesma relação.

⁶⁴ O problema da datação de vias e pontes está no topo das dificuldades que este tipo de estudos coloca. A prevalência de caminhos térreos e a pouca frequência de pontes em pedra (seriam mais frequentes os pontões em madeira, como em Época Moderna ainda acontecia), dificulta por si só, e logo à partida, o estudo da rede viária romana. Mesmo quando se recorreu ao lajear dos caminhos (sobretudo em zonas com fortes pendentes e em terrenos alagadiços), este tipo de calçadas perdura no tempo como técnica construtiva, sendo usual em Época Medieval e Moderna. Por sua vez, para dificultar o processo interpretativo ter-se-á verificado ao longo dos séculos uma certa heterogeneidade no modo como as calçadas foram construídas, na medida em que este tipo de obra resultará também do contributo das diferentes populações locais que as constroem e reparam, ou seja, das técnicas e das matérias-primas locais.

⁶⁵ Estas estradas podem não evitar zonas de serra com fortes pendentes, a não ser que estas inclinações sejam tão abruptas que praticamente impeçam a circulação (como será o caso de alguns vales encaixados de rios como o Tua). Com mais frequência estas vias romanas desviam-se do fundo dos vales, dos terrenos brandos e dos leitos de cheia.

⁶⁶ À partida, face ao que habitualmente é proposto, poderá considerar-se que serão muitas as vias romanas que projetamos para esta região. Não nos parece, todavia, que seja excessiva ou despropositada esta densidade viária (aliás, para além destas vias mais importantes, outras haveria, compondo o role de caminhos secundários, *uiae uicinales* e *diverticulum*). A base geopolítica desta região, refletida nas diversas *ciuitates* identificadas no Padrão dos Povos (Chaves), desde logo justificava este emaranhado de trajetos – e, a este propósito, não nos podemos esquecer de que ao todo seriam oito as *uiae* que convergiam em *Aquae Flaviae* (Lemos, 2010).

⁶⁷ Este documento consiste numa vasta compilação tardia de vários itinerários romanos, com origens (fontes / documentos) e cronologias distintas, onde se enumeram as etapas e as distâncias que separam inúmeros lugares de passagem e paragem (Roldán Hervás, 1975: 19-105). Não corresponde assim a um inventário metódico, desde logo elaborado com base num mesmo padrão de medida, e daí a dificuldade em explicar as distâncias apresentadas entre certas estações viárias (Arnaud, 1993).

⁶⁸ Os miliários achados em S. Martinho do Zebral (Montalegre), Soeira (Vinhais) e, sobretudo, o de Castro de Avelãs (Bragança), datam a construção deste troço da *uia XVII* da Época de Augusto (tal como o de *Bracara* a *Aquae Flaviae*, assim como a de *Bracara-Asturica*, por *Lucus Augusti* - *uia XIX*; Rodríguez Colmenero et al., 2004: 156-171), talvez dos derradeiros anos do séc. I a.C. (5-2 a.C.). Para alguns autores, este corredor poderá já ter sido utilizado quando das campanhas de P. Carísio na região, em 26-25 a.C. (Morillo Cerdán, 2009: 246).

⁶⁹ Esta variante sul da *uia XVII* terá sido construída para facilitar o acesso aos territórios mineiros da Serra da Padrela ou da bacia hidrográfica do Tua, podendo ter passado a constituir o trajeto mais importante deste itinerário principal romano a partir dos finais do séc. I d.C. (Lemos, 1993, lb: 281 e 309-313).

⁷⁰ A *uia XVII* encontra-se também documentada no denominado Itinerário de Barro (de Astorga) ao assinalar expressamente as *mansiones* deste trajeto, isto é, *Ad Aquas* (Chaves) e *Roboretum* (Castro de Avelãs), não fazendo menção, porém, a *Pinetum* (Fernández Ochoa et al., 2012), podendo assim referir-se à variante norte desta estrada. A leitura da tábuia IV – recentemente reanalisada com as restantes (provada a autenticidade do conjunto) e datada, pela técnica de termoluminescência, da segunda metade do séc. III – é a seguinte: *[Vi]a Ast[urica] ad Braca / ra(m) // Argentiolum V milias / Petav[oniu]m VIII / Vi[ni]atia - - - / Com[pleu]tica XII / Rob[ore]tum XII / Ad Aquas XV / Aquis Originis VII / Sala[ni]a X / Bracara XII / [C(aius)] Lep[idi]us M(arci) [[ilius]] livir* (Fernández Ochoa et al., 2012: 154-155). O valor em milhas indicado nestas tábuas não concorre para

ratificar ou ratificar propostas de localização das *mansiones*, face também a uma divergência significativa das distâncias relativamente às mencionadas no Itinerário de Antonino (*Id.*: 158-159).

⁷¹ Onde se encontra uma ponte sobre o rio Calvo de cronologia possivelmente moderna, ainda que esta possa ter perpetuado uma anterior travessia.

⁷² Cf., Vol. I, parte 2 (1732-1747), p. 589-595: “De Chaves, pois, a que chamavam Aquas Flaviae, continuava a Via miliar na volta de Astorga, e passava a hum lugar onde chamão S. Lourenço, e dali proseguia por fora do lugar de Limaoso, e continuava por fora de outro, a que chamão Saa, e dali corria até o lugar de Vilharandelho, daí aos Possacos, e depois a Vldetelhas, onde fazia cinco legoas, e alli era a Cidade ou Povoação de Pineto, que Antonino demarca a cinco legoas de Chaves.” [...]

⁷³ Em Torre de D. Chama existe uma imponente ponte em pedra de seis arcos sobre o Tuela (classificada como Monumento Nacional: decreto 28 / 82, Diário da República 47 de 26 de junho de 1982), ligada a um caminho com vestígios de calçada, sendo na sua origem romana (Mourinho, 1978: 285). Não muito distante desta, a caminho de Ferradosa e de Vale de Gouvinhas, num afluente do Tuela, uma outra pequena ponte de um só arco (também conhecida como Ponte do Arquinho), embora pareça ser de cronologia medieval / moderna, assinalará o trajeto da *uia XVII* em direção a Vale de Telhas.

⁷⁴ A este propósito, merece referência o facto de um miliário de Vilarandelo (Valpaços), integrável nesta variante sul da *uia XVII*, apresentar aparentemente *Petauonium* (Rosinos de Vidriales, Zamora), mansio e cidade que cresceu em torno dos acampamentos da *Legio X Gemina* e *Ala II Flavia*, como lugar (longinquo) de contagem de milhas, o que permite questionar, para esta região, a habitual correspondência entre *caput ciuitatis* e *caput uiae* – i.e., em função deste achado, algumas destas pequenas capitais de *ciuitates* (e ao mesmo tempo importantes estações viárias) não seriam tomadas como lugar de contagem de milhas, ao contrário de *Aquae Flaviae* que surge claramente como *caput uiae* (por exemplo, a contagem de milha IX que pode estar assinalada no miliário de Lama de Ouriço, far-se-ia a partir de Chaves – Lemos, 1993, lb: 505, n.º 853). Esta relação com *Petauonium*, observada ainda nos inícios do séc. III, permite por sua vez relacionar esta região, certamente por intermédio da exploração dos recursos mineiros (sobretudo auríferos), com a presença militar no Noroeste.

⁷⁵ Vila Flor, atual sede de concelho, seria também lugar de passagem desta via, mas só a partir da Época Medieval é que sucederá ao Chão da Capela como importante nó viário da região. A cartografia oitocentista (mapas de P. Lapie, de T. Lopez Vargas Machuca ou de John Arrowsmith), continua a assinalar Vila Flor não apenas como um ponto de passagem na importante estrada Torre de Moncorvo-Mirandela, mas também como um importante nó viário na envolvente regional (cf. Cap. 8).

⁷⁶ O caminho ótimo que projetámos – mas que não nos parece viável – faz passar esta via a sul da Serra da Tinta, seguindo depois ao longo do Tua, atravessando-o em Codeçais ou no Alto do Canal, seguindo para Carlão.

⁷⁷ Próximo de Abreiro esta estrada faria a travessia do rio Tua no lugar onde se encontram as ruínas da “Ponte do Diabo” (Lemos et al., 2011: 172) – ponte que terá sido construída em 1685 (Mendes, 1995: 462) para servir a estrada de Vila Flor que se encontra referida no *Roteiro Terrestre de Portugal*, de João Batista de Castro, editado em 1748.

⁷⁸ Esta ponte das Caldas de Carlão / Candedo, cujo tabuleiro foi asfaltado e alargado, na origem poderá ser de Época Romana. Nas memórias paroquiais de 1758 é dito que a ponte de Carlão estava arruinada: “[...] arruinada há quatorze ou quinze anos de huma tromenta [...]”. Os achados noticiados para Caldas de Carlão (Vasconcelos, 1889: 179; Lemos, 1993, lb: 466-467, n.º 806a) sugerem a possibilidade da existência de um espaço termal romano, eventualmente integrado numa *mutatio* (ainda que possamos também admitir que esta suposta estação de muda poderia antes situar-se poucas milhas depois, junto ao lugar central que propomos para Carlão / Castelo de Carlão).

⁷⁹ Carlão (= *Carlam*) surge identificado no primeiro mapa conhecido de Portugal – o mapa de Fernão Álvares Seco, datável de 1560-61, e continua a surgir noutros mapas posteriores como lugar de destaque e de referência viária nesta região (cf. Cap. 8).

⁸⁰ Em documentos medievais é feita referência a alguns lugares relacionáveis com o rio Pinhão, mas hoje de localização incerta – referimo-nos ao *Portum Asinorum* Carta Régia – aforamento de 1253) e aos portos de Fermestes e de Sanfins (ambos referidos nas Inquirições Gerais de 1258) (cf. Cap. 7). Um deles poderá estar relacionado com a passagem da antiga via romana: tendo em conta que desconhecemos a localização do *Portum Asinorum*, e face à possibilidade dos outros dois se associarem às atuais povoações de Fermestes e Cabeda, perguntamos se o porto de Sanfins não se encontraria a sul de Cabeda, nas proximidades do lugar das Poldras.

⁸¹ Cf. Cap. 7 para a referência no aforamento de 1255 (Soutelinho. fr. Favaio, c. Alijó) à calçada de Rio de Moinhos (Sanfins do Douro) em direção ao rio Pinhão – este trajeto poderá relacionar-se com o percurso de origem romana.

⁸² No foral de Alijó (1226) uma das extremas concelhia, com começo em Roriz, corresponde ao caminho (*iter*) que ligava a Tapada Velha (calçada) ao Caneiro, seguindo depois, muito provavelmente, pela via da Chã, até ao Castelo de Vale de Mir (Cf. Cap. 7).

⁸³ O castro do Pópulo (ou a zona do Alto do Pópulo) em particular parece assumir-se como um lugar quase incontornável situado num corredor natural de passagem, como o próprio estudo da rede viária suprarregional (e

na longa duração) dá a entender (cf. Cap. 15) e que os cruzamentos das atuais estradas principais no Alto do Pópulo acabam por perpetuar. Perguntamos mesmo se o achado de um depósito monetário (alegadamente da “República romana” – Azevedo, 1895; Centeno, 1987: 89, n.º 11) aquando da abertura da Estrada Nacional 15 (Vila Real - Murça) não estará relacionado de algum modo com a passagem desta importante via, revelando também a sua maior antiguidade.

⁸⁴ A ponte Velha de Murça (Fiolhoso, Murça), considerada uma ponte filipina – terá sido (re)construída durante o reinado de Filipe I de Portugal, nos finais do séc. XVI – constituiu o único local de passagem nessa zona entre as margens do Tinhela e correspondeu a um importante lugar de encontro de vias, pelo menos desde o tempo de D. João V (Fernandes, 1985). Esta centralidade ainda se mostra através de um marco colocado na ponte, indicando a direção Vila Real e Porto, Vila Pouca de Aguiar e Bragança. Nas Memórias Paroquiais (6 de março de 1758) é dito sobre esta ponte: “outra que faz passagem para esta villa [Murça] reunindo-se nella as estradas das maiores terras da Província de Entre Douro e Minho para progredirem a carreira até chegarem à devizam da Raia entre Portugal e Castela. É esta ponte de hum só arco ...”. Na origem, tanto a ponte (de tabuleiro horizontal e arco único de volta redonda), como alguns desses troços lajeados, poderão ser romanos. Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público.

⁸⁵ A ponte sobre o Regato do Pereiro, entre Ribas e Argeriz, aparentemente é medieval / moderna, ainda que possa assinalar um pontão mais antigo de Época Romana (Freitas, 2003: 84-86).

⁸⁶ É também a este trajeto – entre a travessia do Douro em Roriz e a Ponte Velha de Murça – que associamos o possível miliário (anepígrafo) do Cadaval, encontrado no termo do Fiolhoso (Lemos, 1993, Ilb: 490, n.º 839).

⁸⁷ Nas memórias Paroquiais de 1758 é dito que existia uma “ponte de cantaria”, “mais acima”, no lugar de Franco, surgindo referências à sua reconstrução em 1871 (cf. Cap. 8).

⁸⁸ Tanto as aldeias de Franco, como Lamas ou Palheiros, surgem identificadas no mapa de Carpinetti (1762), sugerindo assim a sua importância e a ligação a uma via. Esta via surge poucos anos depois (1797) claramente representada no Mapa de W. Faden, ligando Mirandela a Murça (cf. Cap. 8). Itinerário longo entre Bragança e Vila Real, por Lamas de Orelhão, que também se deduz para a Época Medieval (cf. Cap. 7).

⁸⁹ Lamas de Orelhão na Idade Média também tinha uma albergaria, documentada nas Inquirições de 1220 e de 1258 (cf. Cap. 7).

⁹⁰ Este outro possível trajeto, sugerido pelo cálculo dos caminhos ótimos, fará ainda mais sentido se o entendermos como possível ligação direta a Lagoas ou a Vilarandelo e à *uia XVII*, passando antes nas proximidades da Propriedade de Manuel Trinta e Água Revez e Crasto, povoado da Cerca dos Mouros, Rigueiral / Fragas das Letras e a atual cidade de Valpaços.

⁹¹ A importância deste nó viário em Época Romana, que sobreviveu ao tempo e à história (continuando a ser lugar de cruzamento das “Estradas Reias” de Época Moderna que se dirigiam para Mirandela / Bragança, Vila Flor / Torre de Moncorvo, Vila Real / Porto e Chaves), poderá inclusivamente remontar a um Período Pré-Romano. Com efeito, a Ponte Velha de Murça parece assumir-se como um ponto de ligação entre diferentes áreas de Trás-os-Montes, correspondendo a uma área-chave em termos de povoamento proto-histórico, assinalada por um conjunto de grandes povoados amuralhados que continuam ocupados em Época Romana.

⁹² Neste percurso há alguns troços de calçada de cronologia indeterminada, nomeadamente junto a Ribalonga e entre o povoado proto-histórico de Santa Bárbara (sobranceiro a Vilar de Maçada) e o povoado romano do Alto da Muralha.

⁹³ Esta via surge também representada no Mapa de W. Faden (1797), ligando Murça a Vila Real por Cadaval e Perafita (também na obra de J. M. Neale, de 1864, este trajeto, que continuava para Mirandela, continua a ser assinalado entre as “ásperas trilhas” de Trás-os-Montes).

⁹⁴ Cf. Carta régia de aforamento de Cativeiros (Cadaval), de 1253 (cf. Cap. 7).

⁹⁵ Estrada lajeada utilizada ainda até aos inícios do séc. XX para o transporte de barricas de vinho fino até ao Douro (Lopes e Pereira, 2008: 22).

⁹⁶ O importante troço de calçada identificado a nordeste de Linhares, aparentemente em direção à via de Marzagão e à ponte do Galego, assim como a calçada e a ponte do Rodó, parecem já não se encontrar no enfiamento deste trajeto, podendo integrar exclusivamente a rede de estradas medievais e modernas, ao contrário do que se passaria com a via de Marzagão e a ponte do Galego, possivelmente de origem romana, ainda que mostrem reconstruções muito posteriores.

⁹⁷ Também as Memórias Paroquiais de 1758 referem que o Tua em Pombal não é navegável nem é capaz de embarcações por ter sítios muito fragosos e ter infinitas cachoeiras (cf. Cap. 8).

⁹⁸ A calçada e a pequena Ponte do Torno (Amedo, sobre a Ribeira da Regada), assim como a calçada de São Lourenço (unia Pombal às termas) (Pereira e Lopes, 2005: 54), não farão parte deste percurso, sendo ambas de origem medieval ou moderna, inscrevendo-se numa rede local de trajetos que ligaria Ansiães a Pombal ou a Areias e Zedes. A ponte do Torno, a carecer de proteção, é de um só arco, não revelando características de Época Romana.

⁹⁹ Desde Tralhariz seguia para as encostas do Tua e para a área da Quinta da Ribeira uma via que no séc. XVII era designada como *caminho do Concelho* (Portela e Queiroz, 2007: 9) – trajeto sinuoso e de fortes pendentes, de “rija subida”, como é designada por Ricardo Severo, em 1900.

¹⁰⁰ As calçadas de Cortinhas e de S. Mamede de Ribatua (incluindo a ponte de S. Mamede de Ribatua) à primeira vista parecem antes integrar a rede de estradas medievais e modernas, ligando desde logo as povoações de S. Mamede de Ribatua e Safres. Todavia, admitimos a possibilidade de estas calçadas corresponderem na origem a um antigo caminho romano.

¹⁰¹ Particular destaque é devido à calçada que vence a fortíssima pendente de Safres, dirigindo-se depois para S. Mamede de Ribatua, onde se observam troços lajeados muito bem conservados. É certo que todos estes troços lajeados poderão inscrever-se na Época Medieval / Moderna, mas face ao exposto consideramos que a sua origem recuará ao Período Romano.

¹⁰² Como se observará no estudo de Época Moderna (cf. Cap. 8), o rio Tua era também então visto como um obstáculo de difícil transposição: “[...] a barreira do Tua por vezes destruidora e de todos os lados caminhos intransitáveis.”

¹⁰³ Este traçado poderá corresponder em parte àquele que tem sido proposto passar por Lamas de Orelhão e Suções (Mirandela), em direção a Vale de Telhas ou a Possacos (Lemos *et al.*, 2011: 173).

¹⁰⁴ Face aos estabelecimentos que servia este trajeto, entre a Senhora da Ribeira, Selores e Pombal, prosseguindo depois para Carlão, corresponderia a uma estrada com alguma importância, provavelmente estruturada logo nos inícios do Império quando da fundação dos *uici* e da eleição do(s) lugares centrais desta região centrada no planalto de Carrazeda.

¹⁰⁵ A localização de troços de calçada junto a cruzamento de vias parece ser recorrente nesta área do Tua: assim se verifica com as calçadas de Perafita (Alijó), Tapada Velha (Alijó), Chã (Vila Chã, Alijó), Caldas de Carlão (Carlão e Amieiro, Alijó), S. Mamede de Ribatua (Alijó), Santa Marinha (Parambos, Carrazeda de Ansiães), Calçada de Vilarinho da Castanheira (Pinhal do Douro, Carrazeda de Ansiães), Ponte Velha de Murça (Fiolhoso, Murça) e Caminho do Vieiro (Freixiel, Vila Flor). Tal como os trajetos à chegada de povoações importantes ou de ligação a pontes (assim como em zonas de pendentes acentuadas ou então baixas e alagadiças) seriam por regra lajeados, também o poderiam ser estes lugares de cruzamentos de vias e onde, por vezes, se localizavam estações de muda.

¹⁰⁶ O troço observável da calçada da Fragonha não apresenta dimensões que o tornem transitável a carros: seria assim sempre um caminho de pé posto e uma ligação secundária que corria ao longo da margem direita do Tinhela. Por sua vez, a calçada da Magusteira (revelada por um troço bem conservado, em mais de 300 metros), assim como a ponte da Magusteira, sobre o regato do Souto, integrará uma estrada medieval / moderna que ligaria a aldeia de Pegarinhos a Vale de Mir e à Chã, podendo desde Pegarinhos prosseguir para norte por Sobredo e Noura (passando pela ponte ou pontão de Noura) em direção a Murça.

¹⁰⁷ Se a *carraria antiqua*, referida na Carta de Couto de S. Mamede de Ribatua (datada de 1115), corresponder a esta calçada (ou à de Cortinhas), a sua origem romana sai reforçada (cf. Cap. 7). A ser assim, também a ponte de S. Mamede de Ribatua estará possivelmente construída no lugar de uma outra passagem mais antiga, de cronologia romana. Nesse mesmo documento, a referência a um *portum de Ordiales*, no rio Tua, relacionado com essa “antiga estrada”, não encontra lugar que o acolha na toponímica atual – corresponderá este *portum de Ordiales* a um dos lugares de travessia romana do Tua que antes propusemos?

¹⁰⁸ Este é também o trajeto do traçado ótimo projetado entre S. Mamede de Ribatua e Sanfins do Douro. Refira-se ainda que no Mapa de W. Faden (1797) surge representada uma estrada paralela ao Douro, atravessando o Tua junto a S. Mamede de Ribatua, podendo esta reproduzir em parte o trajeto da via romana que desenhamos entre as áreas de Seixo de Ansiães / Selores e Alijó / Favaiois.

¹⁰⁹ Num segundo foral de Vilarinho de Castanheira, de 1287, faz-se também referência à *Ponte da Oseyra* (cf. Cap. 7). Em termos geomorfológicos, esta zona também se destaca pela imponente rutura de declive da Ribeira de Coleja – uma queda de água com altura superior a 100m e que resulta da transição brusca entre o aplanamento intermédio dos planaltos transmontanos, acima dos 500 metros, e as encostas que se dirigem para o Douro (Santos, 2005: 335-336).

¹¹⁰ A distância entre a Senhora da Ribeira e Lobazim é na prática ampliada pela sinuosidade das margens do Douro ligadas a vertentes muito íngremes.

¹¹¹ No mapa de Silvestre Abarca e Aznar (1762) surgem representadas várias barcas de travessia do Douro, como a de S. Xisto (entre o Cachão da Valeira e a Senhora da Ribeira), Coleja (= “Coxelia”) e Vilarinho (= “Villarino”), mas sendo todas administradas por Lobazim (“*puerta per Lebacim / Lebacem*”) (cf. Cap. 8). Seria também neste ponto que a medieval via “columbriana” cruzava o Douro?

¹¹² Perguntamos se o troço de calçada que se observa a nordeste do Pinhal do Douro não integraria este outro suposto trajeto romano.

¹¹³ A esta outra estrada de sentido nascente – poente pertencerá o troço de calçada conhecido como “caminho antigo do Vieiro”, localizado nas proximidades do sítio romano de São Domingos de Vieiro.

¹¹⁴ A presença de três povoados proto-históricos romanizados na margem direita do Tua, na área das atuais freguesias de Vale Verde e Marmelos (Mirandela) e a proximidade em relação ao trajeto de outra via que se dirigia desde o Vale da Vilarça para a área de Mirandela, permite supor a existência de um outro caminho secundário entre a passagem do Tua em Barcel e os povoados de S. Pedro de Vale do Conde e S. Martinho de Marmelos, com nova passagem do Tua na zona de Frechas (Mirandela); são conhecidas as referências à passagem do Tua em Frechas

(para Valverde ou Marmelos): o Tua era transposto “em todo o tempo, no Verão a pé e no Inverno em barca de remos (vareiros), no sítio desta vila [...]” (cf. Cap. 8).

¹¹⁵ Independentemente do principal acesso à capital de *ciuitas* dos *Banienses* se efetuar por outra estrada que faria a travessia do Douro na Quinta do Vale Meão (Cabanas de Baixo, Vila Nova de Foz Côa) (Cruz, 2000: 222).

¹¹⁶ Este trajeto, de acordo com o caminho ótimo projetado, seguia em direção à Horta de Vilariça, passando nas imediações do Castelo de Godeiros, até atingir o Chão da Capela: a referência medieval ao *portum de Godeyros*, indicado como um limite sul do concelho medieval de Vila Flor (Foral de 1286), poderá corresponder a um dos pontos de passagem (talvez no Ribeiro Grande) dessa antiga estrada romana.

¹¹⁷ Esta estrada corresponderá, pelo menos em grande parte, ao trajeto entre (Torre de Moncorvo) Vila Flor e Mirandela que se observa no Mapa de João Silvério Carpinetti, editado em 1762, voltando a surgir representada no Mapa de William Faden, em 1797 (cf. Cap. 8).

¹¹⁸ A estreita ponte de dois arcos que se encontra perto da junção das ribeiras de Carvalhais e Mourel corresponderá a uma obra de Época Medieval ou Moderna, ainda que, à semelhança de outras, possa estar construída no lugar (ou nas proximidades) de uma anterior travessia.

¹¹⁹ A carreira de *Carvelas* é referida num documento datado de 1280 como correspondendo a um dos limites da herdade da Vilariça (cf. Cap. 7).

¹²⁰ Integrando este possível trajeto, entre Noura e Sobredo (sobre a Ribeira de Noura), subsistem os restos de uma pequena e curiosa ponte de um só arco de volta redonda.

¹²¹ A importância viária desta área de Mascarenhas como lugar de cruzamento de vias deduz-se de uma referência medieval que se encontra numa Carta Régia datada de 1290 (cf. Cap. 7).

¹²² Uma milha romana equivale a c. 480m. As milhas indicadas no Itinerário de Antonino e no designado Itinerário de Barro de Astorga sugerem a frequência de um espaçamento entre estações de muda na ordem das 12-16 milhas.

¹²³ Como exemplo de estruturas arqueológicas de possíveis *mutationes*, objeto de escavação, vejam-se as estalagens romanas da Raposeira (Mangualde) (Carvalho, 2014), como ponto de apoio de um percurso ligado a Viseu (*Vissaium*), e de Mariturgi (Vitoria / Álava), integrando esta o percurso *Ab Asturica Burdigalan* (Núñez Marcén e Sáenz de Urturi, 2005).

¹²⁴ As distâncias entre os lugares assinalados são as seguintes: Freixiel – Carlão (11 milhas); Carlão – Vilarelho (7,3 milhas). Chão da Capela - povoado romano de Freixiel (10,3 milhas).

¹²⁵ Da Ponte Velha de Murça a Pineto distam c. 24 milhas – a ponte velha de Murça está assim sensivelmente a meia

distância de um percurso bem mais difícil na sua parte meridional, entre os vales profundos do Tinhela e do Douro.

¹²⁶ Importa ainda referir de forma breve que a maior parte dos sítios que propomos como estações viárias continuam a ser lugares importantes em Época Medieval, correspondendo a vilas com carta de foral – cf. Cap. 7 e, em particular, o mapa que sobrepõe estas povoações medievais importantes aos prováveis trajetos romanos principais.

¹²⁷ Junto à foz do Douro, em ambas as margens, existiria em Época Romana um complexo portuário, associado a dois núcleos populacionais: *Cale* e *Portus* (ou *Portus Cale*). Muito provavelmente *Cale*, capital de *ciuitas*, correspondia à atual cidade do Porto (estendendo-se entre o morro da Sé e a Ribeira), situando-se eventualmente *Portus Cale* na margem oposta, em Vila Nova de Gaia – só na Época Suévica se terá chamado *Portus Cale* ao Porto (cf. Tranoy, 1995: 132; Alarcão, 1995-96: 26; Nuñez Hernandez e Curchin, 2007: 465-470).

¹²⁸ A demolição ou alargamento do Cachão da Valeira, entre 1780 e 1791, constituiu a primeira grande obra hidráulica realizada no Douro, facilitando a navegação neste curso do rio e permitindo, no decurso do séc. XIX, a expansão das vinhas (e do vinho do Porto) no Douro Superior (cf. Cap. 19).

¹²⁹ Segundo um Doc. do IPTM – Instituto Portuário e dos transportes marítimos, intitulado *Distâncias e tempos de viagem entre os principais cais, portos e eclusas de navegação da via navegável do Douro*, entre a Barra do Douro, no Porto, e a eclusa da Valeira, dista 145km (demorando esse trajeto, na atualidade, 390 minutos – quase 7 horas – a percorrer, assumindo uma velocidade média de 12 nós (1 nó = 1,852 km / h). A distância mencionada por Estrabão, geógrafo, contemporâneo de Augusto, deve assim relacionar-se com o Cachão da Valeira e não, como habitualmente é referido, com Barca d’Alva.

¹³⁰ Assim como foi importante entreposto em Época Moderna: “Porque ahy se podem carregar, e descarregar todas as fazendas, para têrem suas, tanto para a maior parte da Provincia de Traz dos Montes, como para a Beira Alta, e Castella, e muito principalmente por sêr máis facil de se fazer navegavel o Douro até a dicta Foz d’Agueda.” (Magalhaens & Garcez, 1790: 223 *apud* Abreu, 2011: 163).

¹³¹ Mais para o interior, no curso do alto Douro, este rio voltava a ser navegável (ainda que não se saiba se o era de forma regular) através de pequenas embarcações movidas a remo ou inclusivamente com ajuda da vela, como se depreende da passagem de Apiano (Hisp., 91), a propósito dos reforços ao sitiado *oppidum* indígena de *Numancia* (Parodi, 2001: 191).

¹³² O Tua não era navegável. As Memórias Paroquiais de 1758, referem-se ao Tua como um rio “arreatado”, “muito rápido e caudolozzo”, “nem capaz de embarcações por ter sítios muito fragosos e ter infinitas cachoeiras” (cf. Cap. 8).

¹³³ Segundo o cálculo de *Distâncias e tempos de viagem*

entre os principais cais, portos e eclusas de navegação da via navegável do Douro, efetuado pelo IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos Delegação do Douro, essa distância rondaria os 37 / 38km, demorando atualmente cerca de 1h45m a percorrer por barco (assumindo uma velocidade média de 12 nós).

¹³⁴ No local, até há décadas atrás, existiam extensos bancos de areia, hoje submersos por uma das albufeiras do rio.

¹³⁵ Esta ausência de ânforas oleícolas tem levado alguns autores a considerarem que entre as comunidades do Noroeste peninsular o papel do azeite na alimentação (e na conservação de alimentos) ou mesmo na iluminação seria substituído pela manteiga / gordura animal (Morais, 1998: 81-82; 2014: 251-253).

¹³⁶ O sítio de Selores (tal como a área de Seixo de Ansiães, de Coleja à Senhora da Ribeira) situa-se “entre montes, numa espécie de bacia”, gozando de “muito maior amenidade de clima do que o planalto de Carraceda” (Vasconcelos, 1980 – vol. III: 168).

¹³⁷ Veja-se ainda o caso do possível lagar de azeite (*cella olearia*) da Fonte do Milho (Peso da Régua) datado de um momento tardio (séc. IV) – *villa* romana situada junto ao Douro (Cortez, 1951: 58-60; Naveiro, 1991: 105-106, Fig. 25.1).

¹³⁸ No sul, no atual Alentejo, o mais antigo testemunho de produção (e abastecimento local) de azeite é o lagar (*torcularium*) do Castelo da Lousa (Mourão), datado de meados do séc. I a.C. (Alarcão *et al.* 2010). Mais a norte, na Cova da Beira, análises laboratoriais documentaram a presença de um caroço de azeitona cultivada da quinta romana de Terlamonte (Covilhã), talvez datável do séc. II d.C. (Carvalho, 2007).

¹³⁹ O estudo do pólen efetuado por López Sáez e Mónica Ruiz Alonso para esta Monografia (cf. Cap. 13) apenas documenta a oliveira cultivada na fase final do Período Romano, ainda que as particularidades do contexto de recolha não invalidam o seu anterior aparecimento.

¹⁴⁰ Nos tratados de agronomia romanos (de Catão, Varrão ou Columela) são feitas várias referências à cultura vitivinícola: os cuidados que as vinhas requeriam, as inúmeras castas, os melhores terrenos, o espaçamento entre as videiras, as cavas da vinha, a poda ou a vindima. Catão, no séc. II a.C., considerava-a a mais rentável das culturas e Varrão, nos finais do séc. I a.C., faz depender essa rentabilidade da variável climática: cf. Alarcão, 1997: 137-148.

¹⁴¹ Convém referir que verdadeiramente característica do Noroeste peninsular, herdada do passado e mantida pelo menos até ao séc. I d.C., seria uma outra bebida, referida também por Estrabão (III, 3, 7): a *zhytos* (bebida fermentada que corresponderá à *ceria* referida por Plínio-o-Velho), uma espécie de cerveja, consumida aparentemente por todos.

¹⁴² Sobretudo o *defrutum*, considerado um condimento obtido a partir da concentração do mosto cozido ou uma espécie de concentrado de xarope, em ambos os casos adicionável a alimentos ou a vinhos com menos graduação, originando um vinho aromatizado (Baudoux, 1996; Morais, 2004).

¹⁴³ Veja-se, nomeadamente, o lagar de vinho ou azeite de Crestelos e de Castelinhos (Pereira *et al.*, 2014: 113). Estruturas idênticas foram também encontradas na possível quinta romana de Vale da Bouça (Pereira *et al.*, 2014: 123) ou Cabeço da Grincha (Mogadouro) e Olival da Santa. Na zona duriense, mas na sua margem sul, conhece-se o lagar (associado a grainhas de uva) da *villa* do Rumansil (Murça do Douro, Freixo de Numão), mas este lagar parece já datar do Período Tardo-Romano (Coixão e Silvino, 2006).

¹⁴⁴ Sendo encarada como uma atividade económica complementar, é provável que na área direta de influência destes núcleos rurais se verificassem pequenas extrações artesanais de ferro e estanho, em filões quartzosos de superfície e em aluviões, com vista à produção de artefactos (como os pregos ou algumas alfaías) em pequenas forjas para suprir sobretudo as necessidades domésticas.

¹⁴⁵ Entre as comunidades do Noroeste peninsular a criação de gado é uma prática herdada do Período Pré-Romano – a sua importância foi sublinhada por Estrabão (III, 4, 11, 154, 155, 162). A presença ou mesmo a extensão das áreas de pastos encontra-se a dada altura documentada no estudo palinológico feito para o Vale do Tua (cf. Cap. 14).

¹⁴⁶ As matas (*silva*) representariam também uma fonte de recursos indispensável e de utilização coletiva.

¹⁴⁷ Para a Época Romana existem provas que documentam um sistema regulamentado de transumância – este implicava o estabelecimento de acordos entre diferentes comunidades (a troca de certas taxas) de forma a possibilitar a passagem dos rebanhos e o acesso aos pastos.

¹⁴⁸ As fontes antigas também associam o Douro (*Durius*) à riqueza em ouro (Sil., I, 234).

¹⁴⁹ Estas peças, embora se liguem ao passado pela tecnologia e gramática decorativa (Armada *et al.*, 2011-2012), parecem não ser anteriores aos finais do séc. II a.C., podendo ser já pertença de comunidades indígenas sob influência direta ou indireta de Roma, como veremos adiante.

¹⁵⁰ Ainda que para esta época não a resumamos a um mero autoconsumo, esta dimensão não retira importância à mineração e metalurgia (à exploração mineira de ouro e estanho) na Proto-História, designadamente nesta parte ocidental de Trás-os-Montes (Fonte *et al.*, 2008).

¹⁵¹ O *aureus* foi cunhado esporadicamente durante a Época Republicana, nomeadamente durante a guerra civil de Sula. Com Júlio César o *aureus* tornou-se de certa forma corrente

na amoeção romana. Mas a sua cunhagem regular ao tempo de Augusto (com a sua reforma monetária) consagrou-o definitivamente. Juntamente com o denário (moeda de prata) constituiu a base do sistema monetário romano que permaneceu estável ao longo dos dois primeiros séculos do Império Romano, o tempo que basicamente durou a exploração mineira na Península Ibérica. O *aureus* (pesava 7,85 gr.) valia 25 denários (moedas de prata) ou equivalia a 100 sestércios (moedas de bronze). O seu valor aquisitivo era elevado. Sabemos que durante o século I, em Pompeia, o preço de uma ânfora de vinho (c. 20 litros) variava entre os 12 e 48 sestércios ou que no Egito romano com 1 *aureus* seria possível comprar 1,5 hectare de terra para cultivo – mas na Antiguidade também existiam notórias assimetrias regionais no que aos preços diz respeito, com o custo dos bens e serviços a ser muito mais elevado em Roma do que nas províncias e, em particular, nestes territórios mais recônditos.

¹⁵² Para estudos anteriores sobre esta região, cf. Lemos e Martins, 2011: 293-315.

¹⁵³ Numa fase muito inicial, o ouro extraído nesta região poderia ter sido encaminhado para a oficina monetária de Lyon (*Lugdunum* – importante cidade romana na Gália), mas a partir da segunda metade do século I d.C. terá sido essencialmente enviado para a cidade de Roma. A dado momento, o ouro destes territórios poderia ainda ter sido encaminhado para oficinas monetárias situadas em território hispânico, possivelmente localizadas em *Tarraco* e *Caesaraugusta*. No entanto, as cunhagens de *aurei* na Hispânia terão ocorrido sempre em períodos curtos (ao tempo de Augusto, durante as guerras civis de 68-69 d.C. e no reinado de Vespasiano) e também em reduzidas quantidades.

¹⁵⁴ Na Senhora da Ribeira (Carrazeda de Ansiães), à superfície, encontramos um fragmento de *sigillata* hispânica (forma Hisp. 5) com um fabrico atribuível ao Vale do Douro.

¹⁵⁵ Às regiões mais interiores do Noroeste, no raio de influência de Astorga, estendendo-se até ao vale do Douro, alguns produtos gauleses, a par das peças de *sigillata* hispânica, chegariam por terra, através das chamadas *uia XXXIV* e *uia Aquitana* (via *Hispania in Aquitaniam*), entre Astorga e Bordéus (*Burdigala*), passando pelo corredor Burgos-Vitória-Pamplona-Dax (Didierjean e Abásolo, 2007: 396) ou, como referimos antes, pela *uia XXVII*, que por um trajeto mais a sul unia *Caesaraugusta* a *Asturica Augusta* (Romero Camicero, 2005). Estas seriam também as vias de escoamento do ouro do Noroeste, incluindo aquele que se extraía das terras da bacia hidrográfica do Tua.

¹⁵⁶ Veja-se (cf. Cap. 16) para a possível relação entre a dedicatória a *Bandue Vorteaeco*, achada na Senhora da Ribeira (e *Bandue/Bandi*, como possível divindade da passagem), e este ponto de ancoragem e travessia do Douro.

¹⁵⁷ *Alius Reburnus*, registado numa inscrição a Júpiter encontrada na igreja de N. S. da Assunção (Vilar de Maçada, Alijó), pode ser natural do povoado que se terá formado nas imediações do anterior povoado proto-histórico e em redor de uma eventual estação de muda que servia a via que seguia para Tresminas e Jales.

¹⁵⁸ Convém novamente sublinhar que as três referências epigráficas a *castella* surgem todas no extremo norte da região em estudo, entre o Rabaçal e o Rio Torto, no concelho de Valpaços – no terreno, este parece ser o limite dos povoados com organização em *castella*. O *castellum Sermacele(n)s(e)* referido numa inscrição desaparecida e observada entre Tinhela e Agordela (Argote, 1732: 301), próximo do rio Calvo, é de localização desconhecida (o povoado fortificado mais próximo que se conhece é o de Cortinha das Vinhas ou, um pouco mais distante, o de Muradilha de Fiães, próximo da passagem da variante norte da *uia XVII*). Um outro *castellum*, desta feita de nome incógnito, é mencionado numa inscrição rupestre que se acha na encosta de um cerro onde se localiza o povoado fortificado de Cigadonha de Monsalvarga, no termo de Monsalvarga (Valpaços). Não se sabe ao certo se os *Obili* e os *Treb(ili?)*, mencionados no *terminus* (delimitando territórios) rupestre de Sanfins, denunciarão outros dois *castella*, ou seja, dois outros povoados fortificados que se assumiam no quadro da administração imperial como unidades fiscais de referência.

¹⁵⁹ Esta excecionais peças em ouro (atributo das representações de guerreiros e empregues em rituais de sacrifício – Armada et al., 2011-2012) também poderão datar de finais da Idade do Ferro (séc. III-I a.C.) (para o torques de Vilas Boas, cf.: Silva, 2007: 352-353, n.º 509; Ladra, 2002: 117-121, n.º 35), ainda que não nos pareça improvável a sua inscrição na fase inicial da presença romana nestes territórios (séc. I a.C. e mudança de era), integrando a panóplia de elementos simbólicos que distinguem os grupos locais dominantes, num quadro em que Roma identifica também os torques como condecoração militar, sinal de triunfo e troféu de guerra (Currás Refojos, 2014: 747-748). Com efeito, este tipo de peças poderá ter sido introduzido no Noroeste pelo exército romano (entre adotadas e reinterpretadas pelas comunidades indígenas) – o exército, com frequência, exibia os torques como troféu de guerra, distinção e condecoração militar (Perea, 2003).

¹⁶⁰ Também as estátuas dos “guerreiros galaicos” (representando possivelmente esses “príncipes indígenas”, homenageando um indivíduo concreto) registadas noutras regiões contíguas do *conuentus Bracaraugustanus*, onde os torques aparecem também representados, serão posteriores ao séc. II a.C., inscrevendo-se sobretudo nos tempos mais próximos da mudança de era, ou mesmo na primeira metade do séc. I d.C., atendendo também à cronologia da epigrafia de algumas peças (para o desenvolvimento deste tema cf.: Rodríguez Schattner, 2003; Redentor, 2009; Corral, 2012). Já os berrões ou verracos (esculturas zoomórficas com a representação tosca de um porco), muito vinculados a um mundo mais meridional, dos Vetões, encontrados também em Vilas Boas (Vila Flor), e ainda em Murça e Torre de D. Chama (há ainda referências a “um porco, desaparecido, da fonte de Linhares”), todos classificados como “cerdos tipo I” por Álvarez-Sanchís (1999: 246, 248, fig. 104-3) datarão, de acordo com esta classificação tipológica, da Segunda Idade do Ferro (associando-se, portanto, a povoados proto-históricos), ainda que outros tipos de verracos se inscrevam claramente em contextos iniciais de romanização, podendo relacionar-se com o mundo funerário romano.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1983): *Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes: Mirandela: Catálogo Geral*. Mirandela, Câmara Municipal de Mirandela.
- AA.VV. (1993): *II Estudos Sectoriais B Património*. In *Plano Director Municipal de Alijó*. Alijó, Câmara Municipal de Alijó.
- AA.VV. (2008): *Proto-história e romanização. Guerreiros e colonizadores*. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, vol. 3.
- ABÁSULO ÁLVAREZ, J.A. (1975): *Los monumentos funerarios de época romana, en forma de casa, de la región de Poza de la Sal (Bureba, Burgos)*. Burgos, Diputación Provincial.
- ABÁSULO ÁLVAREZ, J.A.; MARCO, F. (1995): *Tipología e iconografía en las estelas de la mitad septentrional de la Península Ibérica*. In BELTRÁN LLORIS, F. (coord.): *Coloquio Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente*. Zaragoza, pp. 327-359.
- ABREU, C. (2011): *A estruturação do território ibérico da raia duriense e as vias de transporte: êxitos e fracassos*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca.
- ABREU, T.T. (1721-1729): *Noticias Geographicas e Historicas da provincia de Trás dos Montes* [Manuscrito].
- AGUILAR, J. (1980): *Carrazeda de Ansiães e seu termo: esboço e subsídios para uma monografia*. Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.
- ALARCÃO, J. (1973): *Portugal Romano*. Lisboa, Editorial Verbo.
- ALARCÃO, J. (1983): *Portugal Romano*. In *História Mundi*. Lisboa, Editorial Verbo, 33.
- ALARCÃO, J. (1988): *Roman Portugal*. Warminster, Aris & Phillips, 2 vols.
- ALARCÃO, J. (1995): *Aglomerados urbanos secundários Romanos de Entre Douro e Minho*. *Biblos*, 71, pp. 387-401.
- ALARCÃO, J. (1995-96): *As Civitates do Norte de Portugal*. In *Actas do Colóquio: A rede viária da Callaecia: Homenagem a Martins Capella*. Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho [etc.] (*Cadernos de Arqueologia*, 2.ª série, 12-13), pp. 25-30.
- ALARCÃO, J. (1997): *A tecnologia agrícola romana*. In ALARCÃO, A. M. (ed.): *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 137-148.

ALARCÃO, J. (1998a): *Três níveis de aglomerados populacionais romanos*. *O Arqueólogo Português*, série 4, vol. 16, pp. 175-186.

ALARCÃO, J. (1998b): *Ainda sobre a localização dos populi do conuentus Bracaraugustanus*. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 9, pp. 51-57.

ALARCÃO, J. (1999a): *Populi, Castella e Gentilitates*. *Revista de Guimarães*, vol. especial, I, pp. 133-150.

ALARCÃO, J. (1999b): *Sobre as raízes históricas da paisagem portuguesa*. In *Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos*. Coimbra, pp. 17-32.

ALARCÃO, J. (2001): *As paróquias suélicas do território actualmente português*. In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. P. (eds.): *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*. *Actas del VIII Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca (Acta salmanticensia. Estudios filológicos; 283), pp. 29-59.

ALARCÃO, J. (2003a): *A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana*. *Conimbriga*, vol. XLII, pp. 5-115.

ALARCÃO, J. (2003b): *As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização político-administrativa do Noroeste pré-flaviano*. *Madrider Mitteilungen*, 44, pp. 116-126.

ALARCÃO, J. (2004): *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia: II*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, n.º 2, pp. 193-216.

ALARCÃO, J. (2005): *Povoações Romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro. Côaviso, cultura e ciência*, n.º 7, pp. 9-18.

ALARCÃO, J. (2008): *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – v*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, n.º 1, pp. 103-121.

ALARCÃO, J. (2015): *Os limites das dioceses suevas de Bracara e de Portucale*. *Portvgalia*, nova série, vol. XXXVI, pp. 35-48.

ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C.; GONÇALVES, A. (2010): *Castelo da Lousa (Mourão), escavações arqueológicas entre 1997 e 2002*. *Studia Lusitana*, 5, MNAR/ EDIA.

ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; FABRE, G. (1969): *Le culte des Lares a Conimbriga (Portugal)*. In *Comptes-rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Paris, 113^e année, n.º 2, pp. 213-236.

- ALARCÃO, J.; GORGES, J. G.; MANTAS, V.; SALINAS DE FRÍAS, M.; SILLIÈRES, P.; TRANOY, A. (1990): *Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine*. In *Les Villes de Lusitanie romaine: hiérarchies et territoires (Table ronde internationale du CNRS – Talence, 8-9 décembre 1988)*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 317-329.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1966): *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca, Consejo Superior de Investigaciones Científicas [etc.] (Theses et studia philologica salmanticensia; 13).
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1985): *A propósito de algunas divindades lusitanas*. In MELENA, J. (ed.): *Symbolae Ludouico Mitxelena septuagenario oblatae*. Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad (Veleia. Anejos. Series Maior; 1), vol. 1, pp. 469-474.
- ALBUQUERQUE, E. (1985): *O tesouro monetário do lugar de Torre. Subsídio para o seu estudo*. Nvmmvs, série II, VII / VIII, pp. 83-139.
- ALCORTA IRASTORZA, E. (2001): *Lucus Augusti II. Cerámica común romana de cocina y mesa hallada en las excavaciones de la ciudad*. La Coruña, Barrié de la Maza.
- ALFÖLDY, G. (2001): *El nuevo edicto de Augusto de El Bierzo en Hispania*. In GRAU LOBO, L.; HOYAS DÍEZ, J. L. (eds.): *El bronce de Bembibre: un edito del emperador Augusto del año 15 a. C.* (Museo de León). Valladolid, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura (Estudios y catálogos; 11), pp. 17-27.
- ALFÖLDY, G. (2012): *Nueva historia social de Roma*. Sevilla, Universidad de Sevilla, secretariado de publicaciones.
- ALMEIDA, C. A. B. (1992-1993): *O passado arqueológico de Carlão - Alijó*. *Portvgália*, nova série, vol. XIII-XIV, pp. 229-274.
- ALMEIDA, C. A. B. (1993): *O aro arqueológico de Carlão Alijó. O cultivo da vinha na época romana*. *Revista de Estudos Transmontanos*, 5, pp. 217-287.
- ALMEIDA, C. A. B. (1996a): *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho das Cotas – Alijó*. *Douro. Estudos & Documentos*, vol. 1, num. 1, pp. 266-269.
- ALMEIDA, C. A. B. (1996b): *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALMEIDA, C. A. B. (2004): *O cultivo da vinha na antiguidade clássica*. In ALMEIDA, C. A. B. de (coord.): *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto, Edições Afrontamento, vol. 1, pp. 348-404.

- ALMEIDA, C. A. B. (2006a): *A Villa do Castelum da Fonte do Milho*. *Douro. Estudos & Documentos*, vol. 12, num. 21, pp. 209-228.
- ALMEIDA, C. A. B. (2006b): *O cultivo da vinha na Antiguidade Clássica*. In ALMEIDA, C. A. B. (coord.): *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto, GEHVID, Edições Afrontamento, vol. 1: *História Antiga da Região Duriense*, pp. 348-404.
- ALMEIDA, C. A. B.; ALMEIDA, A. P. (2004): *As origens da vinha no planalto de Alijó – o contributo da arqueologia*. *Douro – Estudos e Documentos*, n.º 17, vol. 1, pp. 345-358.
- ALMEIDA, C. A. B.; PINTO, P. C.; ALMEIDA, P. M. D. B. (1997): *Os lagares cavados na rocha do Castelo de Castorigo: Pegarinhos (Alijó)*. *Douro – Estudos e Documentos*, vol. 2, n.º 4 (2º), pp. 15-24.
- ALMEIDA, C. A. B.; PLÁCIDO, M. A. (1983): *A estela funerária romana da Quinta de S. Jorge: Favaio-Alijó*. *Arqueologia*, n.º 7, pp. 48-51.
- ALMEIDA, C. A. F. (1982): *Nova e importante ara a Júpiter (Fiaes, Valpaços)*. *Arqueologia*, n.º 5, pp. 69-70.
- ALMEIDA, F. (1930): *História da Igreja em Portugal*. Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora.
- ALMEIDA, J. A. F. (1953): *Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal*. *O Arqueólogo Português*, série 2, vol. II, pp. 5-208.
- ALMEIDA, S. (2005): *A idade do ferro no planalto de Viseu: o caso do morro da Sé*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1999): *Los Vettones*. Madrid, Real Academia de la Historia.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (2003): *Los señores del ganado: arqueología de los pueblos prerromanos en el occidente de Iberia*. Madrid, Akal.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1907): *O Castro de Sacóias*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XII, pp. 339-358.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1915): *Estudos arqueológicos do Major Celestino Beça*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XX, pp. 74-106.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1918): *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Coimbra, 4.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1931): *Chaves*. *Apontamentos arqueológicos*. Chaves, Câmara Municipal de Chaves, p. 56.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1934): *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança*. *Arqueologia, etnografia e arte*, vol. 9.

- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1938): *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança*. *Arqueologia, etnografia e arte*, vol. 10.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1977): *Insculturas e arte rupestre: novos elementos para a sua interpretação*. Museu Abade de Baçal.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1982): *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. *Arqueologia, etnografia e arte*, tomo IX.
- ALVES, F. M. (Abade de Baçal) (1985): *Memórias arqueológicas e históricas do distrito de Bragança*. Museu Abade de Baçal, vol. IX, pp. 159-172.
- ALVES, N. M. F. (1987): *Santuário da Senhora de Perafita*. Vila Real, Biblioteca de Vila Real e I.P.P.C.
- AMARAL, P. (1993): *O povoamento romano no Vale Superior do Tâmega: permanências e mutações na humanização de uma paisagem*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AMELA VALVERDE, L. (2006): *Triunfos en Hispania a finales de la República (36-27 a.C.)*. *IBERIA*, n.º 9, pp. 49-61.
- AMELA VALVERDE, L. (2013-2014): *La conquista del norte peninsular. Primeros tanteos según las fuentes literarias*. *Hispania Antiqua*, 37-38, pp. 69-84.
- AMORIM, I. S. B. (1999): *Craсто de Palheiros (Murça)*. *As ocupações da Pré-história e da Proto-História da plataforma inferior*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- AMORIM, J. V. (1947): *Monforte de Rio Livre*. *Revista de Guimarões*, 57, p. 34.
- AMORIM, J. V. (1950): *Curiosidades arqueológicas*. *Anuário de Chaves*, 1, p. 68.
- AMORIM, J. V. (1952): *Na citânia de Briteiros Uma pedra enigmática? O nosso parecer*. *Revista de Guimarões*, 62, 1-2, pp. 143-151.
- AMORIM, J. V. (1995): *Por Montes e Vales... Terras de Monforte e Terras de Montenegro*. *Aquae Flaviae*, 14, pp. 11-115.
- ANDRÉ, C.; FERNÁNDEZ, A.; COSTA, M.; CARVALHO, P. C.; TERESO, S. (2014): *Cerâmicas romanas da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança)*. *Primeira síntese*. In MORAIS, C. R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. J. (ed.): *Monografias Ex Officina Hispana II. As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. FLUP, tomo 1, pp. 573-586.

- ANDREU PINTADO, J. (2004a): *Edictum, Municipium y Lex: Hispania en época Flavia (69- 96 d. C.)*. Oxford, Archaeopress (BAR International Series; 1293).
- ANDREU PINTADO, J. (2004b): *Apuntes sobre la Quirina tribus y la municipalización flavia de Hispania*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:1, pp. 343-364.
- ANTUNES, J. V.; FARIA, P. B. (2004): *Lagaretas Rupestres do Castelo do Cadaval*. *Douro – Estudos & Documentos*, vol. 9, num. 18, vol. II, pp. 285-291.
- ARAGÃO, A. C. (1870): *Descrição histórica das moedas romanas existentes no Gabinete Numismático de Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Luiz*. Lisboa, Typographia Universal.
- ARGOTE, J. C. C. R. (1732-1747): *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas dedicadas a Elrey D. Joao V*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real.
- ARGOTE, J. C. C. R. (1738): *De antiquitatibus conuentus Bracaragustani*. Ulyssipone Occidentali, typis Syluianis.
- ARIÃO, F. S. S. (1908): *Favaio*. Porto.
- ARIÑO GIL, E.; RIERA I MORA, S.; RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, J. (2002): *De Roma al Medioevo. Estructuras de hábitat y evolución del paisaje vegetal en el territorio de Salamanca*. *Zephyrus*, 55, pp. 283-309.
- ARMADA PITA, X. L.; GARCÍA VUELTA, O.; GRAELLS i FABREGAT, R. (2011-2012): *Un bronze amb motius de sacrifici del nord-oest de la Península Ibèrica al Museu Episcopal de Vic*. *Quaderns del MEV*, V, pp. 9-20.
- ARNAUD, P. (2005): *Les routes de la navigation antique. Itinéraires en Méditerranée*. Paris, Éditions Errance.
- ARRAYÁS MORALES, I.; CORTADELLA i MORRAL, J.; ÑACO DEL HOYO, T.; OLESTI, O.; PRIETO ARCINIEGA, A. (2000): *Civitas y urbs en el noroeste hispánico: algunas reflexiones*. In HERNÁNDEZ GUERRA, L.; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L.; SOLANA SÁIBZ, J. (eds.): *I.º Congreso Internacional de Historia Antigua. La península Ibérica hace 2000 años*. Valladolid, pp. 311-318.
- AZEVEDO, M. (1895): *Notícias Arqueológicas de Trás-os-Montes*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. 1, pp. 130-136.
- AZEVEDO, P. A. (1896): *Extractos archeológicos das “Memórias Parochiaes de 1758”*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. II.
- AZEVEDO, P. A. (1897a): *Extractos archeológicos das “Memórias Parochiaes de 1758”*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. III.

AZEVEDO, P.A. (1897b): *Notícias Archeológicas Colhidas em Documentos do Seculo XVIII. O Arqueólogo Português*, série I, vol. II, pp. 247-248.

AZEVEDO, P.A. (1900): *Notícias archeológicas do seculo XVIII. O Arqueólogo Português*, série I, vol. IV, pp. 81-87.

AZEVEDO, P.A. (1901): *Extractos archeológicos das "Memórias Parochias de 1758". O Arqueólogo Português*, série I, vol. VI.

AZEVEDO, P.A. (1902): *Extractos archeológicos das "Memórias Parochias de 1758". O Arqueólogo Português*, série I, vol. VII.

BAILARIM, S. (2001): *Dedicatória a Júpiter, de Torre de Moncorvo. Ficheiro Epigráfico*, 67, n.º 300.

BARBOSA, S. C. P. (1999): *O Crasto de Palheiros - Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico no Norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).

BARRADAS, L.A. (1956): *Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança*. *Revista de Guimarães*, 66 (1-2), pp. 160-240.

BARREIRA, J. N. (1959): *Monografia da Freguesia de Fornos do Pinhal (Valpaços)*. Lisboa, Escolas Profissionais Salesianas – Oficinas de S. José.

BARROS, F. (1931): *Notas Archeológicas. Uma Citania*. Chaves, Era Nova.

BARROS, J. (1919): *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás os Montes*. In *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa*. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 5.

BÁRTHOLO, M. L. (1963): *Exvoto ibérico do Museu Regional de Bragança*. *Revista de Guimarães*, 73 (1-2), pp. 141-146.

BATATA, C. (2009): *Resultados das escavações arqueológicas de 2007 e 2008 realizadas no complexo mineiro de Três Minas e Jales*. Congresso Transfronteiriço de Arqueologia (Montalegre, Outubro de 2008). *Aquae Flaviae*, 41, pp. 417-431.

BAUDOUX, J. (1996): *Les Amphores du Nord-est de la Gaule (Territoire Français): Contribution à la Histoire de l'Économie Provinciale sous l'Empire Romain*. DAF, n.º 52.

BEÇA, C. (1915): *Estudos arqueológicos do Major Celestino Beça [publicação póstuma introduzida e anotada por F. M. Alves]*. *O Arqueólogo Português*, série I, vol. XX, pp. 74-106.

BELTRÁN ORTEGA, A. (2015): *Epigrafia y territorio: las civitates de la Asturia Meridional y la Lusitania Nororiental*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid.

BÉRARD, F. (2006): *Quelques fidèles de Jupiter Depulsor à Lyon*. In DEMOUGIN, S.; LORIOT, X.; COSME, P.; LEFEBVRE, S. (eds.): *H.-G. Pflaum, un historien du XXe siècle: actes du colloque de Paris, octobre 2004*. Genève, Librairie Droz (*Hautes Études du monde Gréco-Romain*; 37), pp. 369-392.

BETTENCOURT (2000): *Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*. *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, 11, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

BLAIZOT, F. (2009): *Rites et pratiques funéraires à Lugdunum du Ier ao IVe siècle*. In GOUDINEAU, C., (dir.): *Rites funéraires à Lugdunum*. Paris, Errance, pp. 155-185.

BLANCO SANMARTÍN, M. P. (1995): *Culto a Xúpiter en Gallaecia: fontes epigráficas no convento bracarense*. *Férvedes*, 2, pp. 164-175.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1962): *Religiones primitivas de Hispania*. Roma, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. 1.

BLOT, M. L. P. (2003): *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. *Trabalhos de Arqueologia*, 28.

BOST, J. P.; NAVARRO CABALLERO, M. (2003): *Estatuto social y onomástica: eje 4*. In GRUPO MÉRIDA: *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida, Bordéus, Fundación de Estudios Romanos, pp. 413-417.

BOTELHO, H. (1894): *Dois Inscrições Inéditas*. *Revista de Guimarães*, vol. XI, p. 204.

BOTELHO, H. (1896): *Antas e castros do concelho de Alijó*. *O Arqueólogo Português*, série I, vol. 2, pp. 264-266.

BOTELHO, H. (1897): *Antiguidades de Trás-os-Montes*. *O Arqueólogo Português*, vol. III, pp. 69-72.

BOTELHO, H. (1900): *Notícias Pré-históricas*. *O Arqueólogo Português*, pp. 281-282.

BOTELHO, H. (1902): *Archeologia de Trás-os-Montes*. *O Arqueólogo Português*, vol. VII, pp. 149-155.

BOTELHO, H. (1903a): *Instrumentos de bronze no concelho de Villa Real (Trás os Montes)*. *Portvgália*, série I, vol. XIV, pp. 825-827.

BOTELHO, H. (1903b): *Archeologia de Trás-os-Montes*. *O Arqueólogo Português*, vol. VIII, pp. 239-243.

BOTELHO, H. (1904): *Archeologia de Trás-os-Montes*. *O Arqueólogo Português*, vol. IX, pp. 49-59; 166-170.

BOTELHO, H. (1905): *Archeologia de Trás-os-Montes. Concelho de Alijó. Instrumentos do período neolítico e castros lusoromanos*. *O Arqueólogo Português*, série I, vol. X, pp. 237-238.

BOTELHO, H. (1906): *Archeologia de Trás-os-Montes (Villa Real)*. *O Arqueólogo Português*, vol. XI, pp. 270-271.

BOTELHO, H. (1907): *Numismática e Archeologia*. *O Arqueólogo Português*, série I, vol. XII, pp. 23-31.

BRANDÃO, D. P. (1960a): *Novas estelas funerárias de Várzea do Douro (Marco de Canaveses)*. *Revista de Guimarães*, 70 (1-2), pp. 185-196.

BRANDÃO, D. P. (1960b): *Estelas funerárias luso romanas com inscrições latinas no Museu Municipal de Vila Flor. Humanitas*, 11-12, pp. 37-44.

BRAVO, F. C. P. (2006): *Moedas Romanas. Achados no Alto Tâmega e Barroso*. Chaves, Câmara Municipal de Chaves.

CABRAL, A. M. P. (2006): *Carrazeda de Ansiães*. Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

CAETANO, M.A. (2013): *Fiães (Valpaços): uma freguesia histórica. Aquae Flaviae*, n.º 47, pp. 9-46.

CAPELA, M. (1895): *Milliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. Porto, Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão.

CARDOSO, M. (1957): *Uma aquisição preciosa do Museu de «Martins Sarmento»*. *(O Tesouro de Lebução)*. *Revista de Guimarães*, 63, 34, pp. 417-442.

CARDOSO, M. (1959a): *Joalheria lusitana. Conimbriga*, vol. I, pp. 13-27.

CARDOSO, M. (1959b): *Um novo achado em Portugal de jóias de ouro proto históricas*. *Revista de Guimarães*, 69 (1-2), pp. 127-138.

CARDOZO, L. (1747): *Dicionário Geográfico*. Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real M.DCC. XLVII. [1747]-M.DCC.LI. [1751], vol. 1.

CARDOZO, L. (1751): *Diccionario Geográfico de Portugal*. Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real M.DCC. XLVII. [1747]-M.DCC.LI., vol. 2.

CARDOZO, M. (1941): *Monumentos Nacionais das épocas Pré-Históricas e Lusitano-Romana, Classificados e Inventariados*. *Revista de Guimarães*, vol. LI, pp. 127-137.

CARDOZO, M. (1943): *Algumas inscrições lusitano-romanas da região de Chaves*. Chaves, Câmara Municipal de Chaves.

CARDOZO, M. (1954): *A Propósito da Lavra do Ouro na Província de Trás-os-Montes durante a Época Romana*. *Revista de Guimarães*, vol. LXIV, pp. 113-141.

CARDOZO, M. (1965): *Torques encontrado em Vila Flor*. *Lycerna*, vol. 5, pp. 459-460.

CARDOZO, M. (1972): *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento: secção de epigrafia latina e de escultura antiga*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.

CARNEIRO, S. (2013): *As termas romanas medicinais de Chaves*. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, M.; NEVES, C. (coord.): *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa, pp. 793-802.

CARPINETTI, J. S. (1740-1800): *Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa... Escalas [ca 1:660000] - [ca 1:1300000]*, Lisboa, Francisco Manoel Pires, [1762-1769].

CARRERAS MONFORT, C.; MORAIS, R. (2012): *The Atlantic Roman trade during the principate: new evidences from the Western Façade*. *Journal of Archaeology*, 31 (4), pp. 419-441.

CARRETERO VAQUERO, S. (2000): *Hacia la definición de un nuevo grupo vascular del Noroeste hispánico en época romana: la cerámica de tradición astur*. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, n.º 66, pp. 127-249.

CARROLL, M. (2006): *Spirits of the Dead: Roman Funerary Commemoration in Western Europe*. Oxford, Oxford University Press.

CARVALHO, L.; GAMBOA, N. (2000): *Acompanhamento da construção da Casa Mortuária de Sanfins do Douro*. [s. l.]: autores (relatório policopiado apresentado à DGPC).

CARVALHO, P. C. (2004): *Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano. O passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra-Porto, CEACUP, pp. 121-140.

CARVALHO, P. C. (2007a): *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana*. *Conimbriga*, Anexos 4.

CARVALHO, P. C. (2007b): *Terlamonte I (Teixoso, Covilhã): uma quinta romana no interior norte da Lusitania*. *Conimbriga*, vol. XLVI, pp. 207-250.

CARVALHO, P. C. (2010a): *O interior norte da Lusitânia romana: resistências, mudanças e ruturas nos primeiros tempos do Império*. In SASTRE, I.; BELTRÁN, A. (eds.): *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*. Junta de Castilla y León, p. 79-91.

- CARVALHO, P. C. (2010b): *A caminho do Douro na época romana. Da capital da ciuitas Igaeditanorum aos territoria dos Lancienses, Araui, Meidubrigenses e Cobelci*. In CUBAS MARTÍN, N.; HIDLGO RODRÍGUEZ, D.; SALINAS DE FRÍAS, M. (eds.): *Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos "sin pasado". Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero*. Aquilafuente, Universidad de Salamanca, pp. 125-138.
- CARVALHO, P. C. (2012): *Pela Beira Interior no século I d.C.: das capitais de civitates aos vici, entre o Ponsul e a Estrela. Actas V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal*, Meda, Foz Côa e Figueira de Castela Rodrigo, pp. 333-350.
- CARVALHO, P. C. (2014): *A estalagem romana da Raposeira (Mangualde)*. Município de Mangualde / Arqueohoje, pp. 14-25.
- CARVALHO, P. C.; REDENTOR, A.; ANDRÉ, C.; COSTA, M.; TERESO, S. (2015): *Torre Velha de Castro de Avelãs (Bragança): resultados arqueológicos e novidades epigráficas*. Congresso Internacional de História da Antiquidade Clássica. Coimbra, Diálogos Interdisciplinares.
- CARVALHO, P. C.; RIBEIRO, C. A.; SILVA, R. C.; ALMEIDA, S. O. (2002): *Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa, Fundação (1.ª campanha de prospeção intensiva)*. *Conimbriga*, XLI, pp. 127-152.
- CARVALHO, P. C.; SÁNCHEZ-PALENCIA, J. (2016): *O Ouro de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar, Portugal). Um dos mais importantes territórios mineiros do Império Romano*. Arqueohoje.
- CASTILLO PASCUAL, M.ª J. (1996): *Espacio en orden: el modelo gramático-romano de ordenación del territorio*. Logroño, Universidad de la Rioja.
- CASTRO, L. A. (1962): *Uma peça de cobre do castro de Ribas*. *Stvdivm Generale*, vol. IX, 1, pp. 80-84.
- CASTRO, L. A.; CORDEIRO, L. (1963): *Um "fornax" lusoromano*. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço do Fomento Mineiro*, vol. XVI, fasc. 1 / 2, pp. 117-128.
- CENTENO, R. M. S. (1987): *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CENTENO, R. M. S.; SOUTO, J. M. V. (1988): *Notícia de uma moeda helenística do tesouro de Torre (Santa Maria de Émeres, Valpaços)*. *Nvmmvs*, série 2, XI, pp. 91-93.
- CHARLIER, M.-Th., (s.d.): *Noms, identités culturelles et romanisation sous le Haut-Empire*. Bruxelles, Le Livre Timperman, pp. I-VIII.

- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. (1982): *Dictionnaire des symboles: mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Paris, Robert Laffont. (ed. portuguesa traduzida por C. RODRIGUEZ, C.; GUERRA, A.: *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa, Teorema, 1994).
- CHEVALLIER, R. (1972): *Les voies romaines*. Paris, Librairie Armand Colin.
- CHEVALLIER, R. (1997): *Les voies romaines*. Paris, Editions A&J Picard.
- CHIC GARCÍA, G. (1984): *El Tráfico en el Guadalquivir y el Transporte de las Anforas*. *Anales de la Universidad de Cadiz*, I, pp. 33-44.
- CHOUQUER, G. (2007): *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? - Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra-Porto, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- CHOUQUER, G. (2010): *La Terre dans le monde romain: anthropologie, droit, géographie*. Paris, Editions Errance.
- CHRISTOL, M.; NONY, D. (1993): *Roma e o seu Império: das origens às invasões bárbaras*. Lisboa, Dom Quixote.
- COBA, A. (1991): *Carta dos solos. Carta do uso actual da terra e carta de aptidão da terra do Nordeste de Portugal*. Vila Real, UTAD.
- COCCO, V. (1957): *Flumen Banduge: contributo allo studio dell'ambiente linguistico prelatino della Lusitania*. *Revista Portuguesa de Filologia*, 8, pp. 1-38.
- COIXÃO, A. S. (1996): *Carta Arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, A. S., CRUZ, A. B.; SIMÃO, P. V. (2009): *Carta arqueológica do Concelho de Mêda*. Câmara Municipal da Mêda.
- COIXÃO, A. S.; SILVINO, T. (2006): *O sítio arqueológico do Rumansil I (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Portugal)*. *Côavisão – Cultura e Ciência*, n.º 8, pp. 118-137.
- CORTEZ, F. Russell (1948): *Arqueologia da Região Produtora do vinho do Porto*. Instituto do Vinho do Porto, ano III, n.º 3.
- CORTEZ, F. R. (1951a): *As escavações arqueológicas do castellum da Fonte do Milho: contributo para a demogénia duriense*. *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 9, pp. 17-88.
- CORTEZ, F. R. (1951b): *Das Populações Pré - celtas do Norte de Portugal*. Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

- COSTA, A. C. (1706): *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, vol. I, p. 534.
- COSTA, A. L. P. (1990): *O Povoamento do Concelho de Murça*. *Estudos Transmontanos*, n.º 4, pp. 79-109.
- COSTA, A. L. P. da (1992): *O Concelho de Murça (Retalhos para a sua História)*. Murça, Câmara Municipal de Murça, p. 461.
- COSTA, M. C. (2010): *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade e Letras da Universidade de Coimbra.
- CRUZ, C. M. S. (2000): *A paisagem e o povoamento na longa duração: o Nordeste Transmontano - Terra Quente*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho.
- CUNHA, A. M. R.; ALVES, M. M. N. (1991): *Caminhos transmontanos de peregrinação a Compostela*. *Brigantia*, vol. XI, n.º 3 / 4, p. 78.
- CURADO, F. P. (1985): *Estela funerária de Vale do Cunho (Alijó)*. *Ficheiro Epigráfico*, 14, n.º 63.
- CURADO, F. P. (2013): *Notas sobre dois marcos miliários prismáticos, de Augusto (23 a. C.), da região da Guarda*. *Sabucule*, 5, pp. 59-74.
- CURCHIN, L. A. (2008): *Los topónimos de la Galicia romana: nuevo estudio*. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, vol. 55, n.º 121, pp. 109-136.
- CURRÁS REFOJOS, B. X. (2014): *Transformaciones sociales y territoriales en el Baixo Miño entre la Edad del Hierro y la integración en el Imperio Romano*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.
- CURRÁS REFOJOS, B. X.; SASTRE, I.; OREJAS, A. (2016): *Del castro a la civitas: dominación y resistencia en el noroeste hispano*. In MORAIS, R.; BANDEIRA, M.; SOUSA, M. J. (eds.): *Celebração do bimilenário de Augusto. Ad nationes ethnous kallaikon*. Braga, pp. 125 - 135.
- DE BERNARDO STEMPPEL, P. (2003): *Los formularios teonímicos, Bandus com su correspondiente femenino Bandua y unas isoglosas célticas*. *Conimbriga*, vol. XLII, pp. 197-212.
- DIAS, E. R. (1903): *Notícias Archeológicas Extrahidas do «Portugal Antigo e Moderno» de Pinho Leal, com algumas notas e indicações bibliographicas*. Lisboa, Typographia Lallement.
- DIAS, L. A. T. (1997): *Tongobriga*. Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arqueológico.

- DIDIERJEAN, F.; ABÁSULO, J. A. (2007): *La Via Aquitana, aportaciones de la fotografía aérea*. In *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale* (Bordeaux, septembre 2004), pp. 395- 427.
- DONDIN-PAYRE, M.; RAEPSAET-CHARLIER, M.-Th. (2001): *L'onomastique dans l'Empire romain: questions, méthodes, enjeux*. In DONDIN-PAYRE, M.; RAEPSAET-CHARLIER, M.-Th. (ed.): *Noms, identités culturelles et romanisation sous le Haut-Empire*. Bruxelles, Le Livre Timperman, pp. I-VIII.
- DOPAZO MARTÍNEZ, A.; FERNÁNDEZRODRÍGUEZ, C.; RAMIL REGO, P. (1996): *Arqueometria Aplicada a Yacimientos Galaico-Romanos del NW Peninsular: Valoración de la Actividad Agrícola y Ganadera*. In RAMIL-REGO, P.; FERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, C.; GUITIÁN, M. (eds.): *Biogeografía Pleistocena-Holocena de la Península Ibérica*. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia / Unversidade de Santiago de Compostela, pp. 317-332.
- EIRA, A. (1985): *Ruínas de ponte romana no Itinerário de Chaves a Vinhais*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXV (1), pp. 173-179.
- ENCARNAÇÃO, J. (1972): *Vestígios do culto dos Lares em território português*. *Revista de Guimarães*, 82 (1-2), pp. 91-104.
- ENCARNAÇÃO, J. (1975): *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, J. (1982): *Noticiário Arqueológico 1980*. *Conimbriga*, vol. XXI, pp. 169-188.
- ENCARNAÇÃO, J. (1995-1996): *Miliários da Geira: informação e propaganda*. *Cadernos de Arqueologia*, 12-13, pp. 39-43.
- ENCARNAÇÃO, J. (2009-2010): *A propósito de "O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental"*. *Forum*, 44-45, pp. 31-51.
- ESPINOSA ESPINOSA, D. (2014): *Plinio y los "oppida de antiguo Lacio". El proceso de difusión del Latium en Hispania Citerior*. BAR, International Series 2686.
- FADEN, W. (1797): *Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces, (Mappa corografica do Reino de Portugal)*. Londres.
- FERNANDES, C. A.; RIBEIRO, J. C. (2002): *Ara consagrada a Iuppiter Optimus Maximus por Publius Aelius Flaccinus*. In RIBEIRO, J. C. (coord.): *Religiões da Lusitânia: loquuntur saxa*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- FERNANDES, J. L. T. (1985): *Murça. História*. Gentes. Tradições. Murça, Câmara Municipal da Murça.

- FERNANDES, L.; FERREIRA, M. C.; OSÓRIO, M.; PERESTRELO, M. (2006): *Vicus e Castellum na provincia Lusitania: notas epigráficas e arqueológicas*. Conimbriga, 45, pp. 165-198.
- FERNÁNDEZ-GUERRA; ORBE, A. (1888): *Las diez ciudades bracarense nombradas en la inscripción de Chaves*. Revista Arqueológica, 2, pp. 81-105.
- FERNÁNDEZ-OCHOA, C.; MORILLO, A.; GIL SENDINO, F. (2012): *El Itinerario de Barro*. Cuestiones de autenticidad y lectura. Zephyrus, 70, pp. 151-179.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (1998): *La investigación protohistórica en la Meseta y Galicia*. Síntesis, Madrid.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (1998): *Las comunidades campesinas en la cultura castreña*. Trabajos de Prehistoria, 52 (2), pp. 127-150.
- FERREIRA, C. F. (1932): *Carrazeda de Ansiães: notas monográficas*. Lisboa, Tipografia Silvas.
- FERREIRA, O. V. (1970): *Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do professor Manuel Heleno*. O Arqueólogo Português, série 3, vol. IV, pp. 163-174.
- FIGUEIRAL, I. (1999): *Tumuli da Senhora da Ouvida (Castro Daire, Viseu)*. A contribuição da Antracologia. Estudos Pré-Históricos, vol. VII, pp. 163-166.
- FIGUEIRAL, I. (2002): *Eastern Trás-os-Montes (NE Portugal) from the late Prehistory to the Iron Age: the land and the people*. In FLOUACHE, E. (ed.): *The Mediterranean World – Environment and History*. Paris, Elsevier.
- FIGUEIREDO, E. A. (1872): *Mistérios de Anciães*. Porto.
- FONTE, J. (2006): *O “Padrão dos Povos” de Aquae Flaviae*. Al-Madan, n.º 14 (adenda electrónica).
- FONTE, J. (2009): *Lesenho e Aquae Flaviae: dois modelos de Assentamento Central e duas Lógicas Locacionais de Época Pré-Romana e Romana*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- FONTE, J.; LEMOS, F. S.; CRUZ, G.; CARVALHO, C. (2008a): *Segunda Idade do Ferro em Trás-os-Montes Ocidental*. Fêrvedes, 5, pp. 309-317.
- FONTE, J.; LEMOS, F. S.; CRUZ, G.; MARTINS, C. (2008b): *Mineração e Metalurgia pré-Romana em Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal)*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu. León, Universidad de León.
- FONTES, L.; ANDRADE, F. (2005): *Revisão do inventário arqueológico do concelho de Boticas*. Braga, Universidade do Minho.

- FORTES, J. T. R. (1904): *Fibulas e fivelas*. O Arqueólogo Português, série 1, vol. IX.
- FOUET, G. (1969): *La villa gallo-romaine de Montmaurin*. Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique (Suppléments à Gallia; 20).
- FREIJEIRO, A. B. (1958): *Entorno a las Joyas de Lebução*. Revista de Guimarães, 68 (1-2), pp. 155-196.
- FREITAS, A. M. (1978): *As Pias dos Mours: Argeriz - Carrazedo de Montenegro*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 22 (2-3), pp. 253-266.
- FREITAS, A. M. (1989): *A Cerca de Ribas*. Revista de Guimarães, XCIX.
- FREITAS, A. M. (1990): *A Cerca de Ribas e a sua notável rede de muralhas*. In *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 233-249.
- FREITAS, A. M. (2001): *Concelho de Valpaços*. Carta Arqueológica. Valpaços, Câmara Municipal de Valpaços.
- FREITAS, A. M. (2003): *Carta arqueológica do concelho de Valpaços*. Câmara Municipal de Valpaços.
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1990): *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Sada, A Coruña, Edicións do Castro.
- GARCÍA-GELABERT, M. P.; BLÁZQUEZ, J. M. (1994): *Estelas funerarias con retratos*. In CASA, C. (ed.): *V Congreso Internacional de Estelas Funerarias (Soria, 28 abril al 1 de mayo de 1993): actas del congreso*. Soria, Diputación Provincial, vol. 1, pp. 309-321.
- GARCÍA MENÉNDEZ, M. (2004): *Praça Camões: um sítio arqueológico romano na cidade de Bragança*. In: LIMA, A.; ARGÜELLO MENÉNDEZ, J. (coord.): *Bragança: um olhar sobre a História*. Bragança, Sociedade Polis de Bragança, pp. 77-87.
- GOMES, I. (2007a): *Arqueologia*. In *Património Cultural do Concelho de Mirandela*. Mirandela, Câmara Municipal de Mirandela, pp. 35-57.
- GOMES, I. (2007b): *Inventário do património cultural do concelho de Mirandela*. Mirandela, Câmara Municipal de Mirandela.
- GOMES, I. M. T. (2001): *Estudo do material lítico do Castro de Palheiros – Murça*. Portugalia, nova série, vol. XXI-XXII, pp. 41-101.
- GÓMEZ-PANTOJA, J. (1993): *Buscando a los pastores*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 33, pp. 445-459.
- GÓMEZ-PANTOJA, J. (1994): *Occultvs Callis*. Mélanges de la Casa de Velázquez, Antiquité - Moyen Âge, tome XXX-1, pp. 61-73.

- GÓMEZ-PANTOJA, J. (2001): *Pastio agrestis*. Pastoralismo en Hispania romana. In GÓMEZ-PANTOJA, J. (coord.): *Los Rebaños de Gerión*. Pastores y trashumancia en Iberia antigua y medieval. Madrid, Coll. Casa de Velázquez, n.º 73, pp. 177-213.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (1986): *Las unidades organizativas indígenas del area indoeuropea de Hispania*. Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad, Universidad del País Vasco (Veleia. Anejo; 2).
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (1993): *Reflexiones sobre las unidades organizativas indígenas del área indoeuropea*. In GONZÁLEZ, M. C.; SANTOS, J. (eds.): *Revisión de Historia Antigua, I: las estructuras sociales indígenas del Norte de la Península Ibérica*. Vitoria, Instituto de Ciencias de la Universidad del País Vasco, Servicio Editorial (Veleia. Anejos. Serie Acta), pp. 139-166.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (2014): *Los santuarios del territorio en las ciuitates de la Asturia augustana: el ejemplo del Deus Vagus Donnaegus*. In MANGAS, J.; NOVILLO, M. Á. (eds.): *Santuarios suburbanos y del territorio de las ciudades romanas*. Madrid, Monografías del ICCA, pp. 205-223.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006-2007): *Galaicos, poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.)*. Brigantium, vol. 18.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001): *El mundo funerario romano en el País Valenciano: monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a. de C.-VII d. de C.* Madrid-Alicante, Casa de Velázquez; Instituto Alicantino de Cultura “Juan Gil-Albert”.
- GRÁCIO, J. (1985): *Monografia de Sanfins do Douro*. Câmara Municipal de Alijó.
- GRIMAL, P. (1951): *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. Paris, Presses universitaires de France. [ed. portuguesa JABOUILLE, V. (coord.): *Dicionário da mitologia grega e romana*. Algés, Difel, 1999].
- GRUPO TEMPE (1998): *Los dioses del Olimpo*. Madrid, Alianza Editorial (Biblioteca temática [Clásicos de Grécia y Roma]; 8208).
- GUERRA, A. (1998): *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- GUERRA, A. (2007): *Reflexões em torno de alguns elementos da toponomástica do extremo Ocidente peninsular*. In KREMER, D. (coord.): *Onomástica galega con especial consideración da situación prerromana: actas do primeiro Coloquio de Trier, 19 e 20 de Maio de 2006*. Santiago de Compostela, Universidade (Verba, Anuario Galego de Filoloxía - Anexos; 58), pp. 113-134.

- GUIMARÃES, J. A. G. (2007): *São Salvador do Mundo – santuário duriense*. Vila Nova de Gaia, Município de São João da Pesqueira, Ed. Gailivro.
- GUIMARÃES, J. A. G.; BAPTISTA, E.; TEIXEIRA, F. (2006): *Objectos arqueológicos e outros de Trás-os-Montes e Alto Douro na Colecção Marciano Azuaga (Solar Condes de Resende, Vila Nova de Gaia)*. Côavisão – Cultura e Ciência, 8, pp. 25-40.
- GUIMARÃES, J. A. G.; TEIXEIRA, M. de F.; OLIVEIRA, A. J. F. (2008): *Intervenção arqueológica em São Salvador do Mundo, São João da Pesqueira*. Côavisão, 10, pp. 175-187.
- HERNÁNDEZ GUERRA, L. (1999): *Epigrafia romana de unidades militares relacionadas con Petavonium (Rosinos de Vidriales, Zamora): estudio social, religioso y prosopográfico*. Valladolid, Universidad, Centro Buendía (Centro Buendía; 65).
- HIPÓLITO, M. C. (1960-1961): *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*. Conimbriga, 2-3, pp. 1-166.
- HIPÓLITO, M. C. (1985): *Achado Monetário de Torre*. Mais um caso modelar de arqueologia numismática em Portugal. Separata de A Moeda, 10.
- HIPÓLITO, M. C. (1986): *Achado Monetário de Torre*. Mais um caso modelar de arqueologia numismática em Portugal. Separata de A Moeda, 11.
- HÖCK, M. (1979): *Excavaciones en el Castro de S. Juzenda, concelho de Mirandela*. In XV Congreso Nacional de Arqueología (Lugo, 1977). Zaragoza, Universidad, Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, pp. 393-398.
- HÖCK, M. (1980): *Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda (concelho de Mirandela)*. In *Actas do I seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Revista de Guimarães, vol. II, pp. 55-70.
- HÖCK, M.; COELHO, L. (1972): *Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu Abade de Baçal em Bragança*. O Arqueólogo Português, série III, vol. VI, pp. 220-250.
- HÖCK, M.; COELHO, L. (1974-1977): *O castro de S. Juzenda em Vale de Prados, Mirandela (nota preliminar)*. O Arqueólogo Português, série III, vols. VII a IX.
- HOZ BRAVO, J. (1986): *La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania*. In *Primeras Jornadas sobre Manifestaciones religiosas en la Lusitania (marzo de 1984)*. Cáceres, Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, pp. 31-49.
- HOZ BRAVO, J.; FERNÁNDEZ PALÁCIOS, F. (2002): *Band*. In *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 45-52.

- JORGE, S. O. (2000): *Introdução: breve evolução da Pré-história recente do Norte de Portugal (do VI.º ao II.º milénio A.C.)*. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Pré-História recente da Península Ibérica*. Porto, ADECAP, vol. 4, pp. 7-12.
- KALB, P. (1980): *Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal*. Germania, 58.
- LADRA, L. (2002): *Ourivesaria, Arqueologia e Paleontologia: a distribuição territorial dos Torques áureos da segunda Idade do Ferro do noroeste Peninsular e a sua relação com as unidades étnicas indígenas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LANHAS, F. (1969): *As gravuras rupestres de Montedor*. Revista de Etnografia, 13: 2.
- LE ROUX, P. (1982): *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris, De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 8. Collection de la Maison des pays ibériques; 9).
- LE ROUX, P. (1992-1993): *Vicus et castellum en Lusitanie sous l'Empire*. *Studia Historica. Historia Antigua*, 10-11, pp. 151-160.
- LE ROUX, P. (1994): *Bracara Augusta, ville latine*. In JORGE, V. O. (coord.): *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 12-18 de Outubro de 1993). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34:3-4). vol. 4, pp. 229-241.
- LE ROUX, P. (2004): *La question des conuentus dans la péninsule Ibérique d'époque romaine*. In AULIARD, C.; BODIOU, L. (dir.): *Au jardin des Hespérides: Histoire, société et épigraphie des mondes anciens*. Mélanges offerts à Alain Tranoy. Rennes, Presses Universitaires de Rennes (Histoire), pp. 337-356.
- LE ROUX, P. (2008): *Hapax ou question d'épigraphie locale? Municipalis à Aquae Flaviae (AE, 1973, 305)*. *Conimbriga*, vol. XLVII, pp. 113-126.
- LE ROUX, P. (2009): *Cultos y religión en el noroeste de la Península Ibérica en el Alto Imperio romano: nuevas perspectivas*. *Veleia*, 26, pp. 265-285.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1973): *Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique: problèmes d'épigraphie et d'histoire*. Paris, Mélanges de la Casa de Velázquez, 9, pp. 177-231.
- LEITÃO, F. R. (1963): *Monografia do Concelho de Alijó*. Lisboa.
- LEITÃO, F. R. (1969): *Subsídios Psicossociológicos e Históricos do Concelho de Alijó*. Luanda, Edição do Autor.

- LEITÃO, F. R. (1973): *Nótulas Históricas do Concelho de Alijó*. Luanda.
- LEMOS, F. S. (1984): *Relatório das sondagens de Vale de Ferreira II*.
- LEMOS, F. S. (1988): *Primeiras sondagens arqueológicas no Castelo de Ansiães*. *Cadernos de Arqueologia*.
- LEMOS, F. S. (1993): *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.
- LEMOS, F. S. (1996): *Povoamento, espaço e gentilitates no 1.º milénio a.C., no Nordeste transmontano*. In *De Ulisses a Viriato - no 1.º milénio a.C.* (Catálogo da Exposição). Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 147-153.
- LEMOS, F. S. (2001): *Para a História da Arqueologia Portuguesa Leite de Vasconcelos e a Arqueologia Transmontana*. *O Arqueólogo Português*, série 4, vol. XIX, pp. 13-27.
- LEMOS, F. S. (2004a): *O Poder Romano e a Reorganização territorial do Noroeste Peninsular: observações pontuais*. *O Passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra / Porto, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 225-246.
- LEMOS, F. S. (2004b): *Rede viária do conuentus de Bracara Augusta: a via secundária entre o vale do Douro (Peso da Régua) e Aquae Flaviae (Chaves)*. In AULIARD, C.; BODIOU, L. (dir.): *Au jardin des Hespérides: Histoire, société et épigraphie des mondes anciens*. Mélanges offerts à Alain Tranoy. Rennes, Presses Universitaires de Rennes (Histoire).
- LEMOS, F. S. (2007-2008): *Antes de Bracara Augusta*. *Forum*, 42-43, pp. 203-239.
- LEMOS, F. S.; CRUZ, G. (2005-2006): *Trabalhos arqueológicos na citânia de Briteiros*. *Revista de Guimarães*, 115-116, pp. 11-50.
- LEMOS, F. S.; CRUZ, G. (2008): *Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal*. In COIXÃO, A. S.; LUÍS, L. (coord.): *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Vila Nova de Foz Côa. Porto, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.
- LEMOS, F. S.; CRUZ, G.; FONTE, J. (2008): *Cultura Castreja: História das Investigações no Norte de Portugal*. *Revista de Guimarães*.
- LEMOS, F. S.; CRUZ, G.; FONTE, J. (2012): *A diversidade espacial da Cultura Castreja e os limites do conuentus de Bracara Augusta*. *Al-Madan*, 2.ª série, n.º 17, pp. 128-136.
- LEMOS, F. S.; ENCARNÇÃO, J. (1991): *Uma ara votiva romana identificada na capela da Senhora da Ribeira*. *Brigantia*, vol. 11, n.º 3-4, pp. 121-125.

- LEMOS, F. S.; ENCARNÇÃO, J. (1992): *Ara votiva a Bandu Vordeaeo*. *Ficheiro Epigráfico*, 40, n.º 179.
- LEMOS, F. S.; LEITE, J. M. F.; BETTENCOURT, A.; AZEVEDO, M. (2003): *O balneário Pré-romano de Braga*. *Al-Madan*, II série, 12, pp. 43-46.
- LEMOS, F. S.; CRUZ, G. da; FONTE, J. (2008): *Estruturas de banhos do território dos Bracari: os casos de Briteiros e de Braga*. *Férvedes*, 5, pp. 319-328.
- LEMOS, F. S.; MARTINS, C. M. B. (2008): *Civitates e exploração aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica*. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu. Léon, Universidad de Léon.
- LEMOS, F. S.; MARTINS, C. M. B. (2010): *Povoamento e rede viária no território de influência de Aquae Flaviae*. In MARTINS, C. M. B. (coord.): *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto, CITCEM, pp. 79-105.
- LEMOS, F. S.; MARTINS, C. B. (2011a): *Explorações auríferas no Alto Douro Português (entre a foz do rio Tua e Barca de Alva)*. In *V Congresso de Arqueologia*. Interior Norte e Centro de Portugal, DRCN, pp. 293-315.
- LEMOS, F. S.; MARTINS, C. M. B., (2011b): *Civitates e exploração aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica*. In MATA-PERELLÓ, J. M.; ABAT, L. T.; FUENTES PRIETO, N. (eds.): *Actas del quinto Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo* (León 2008). León, SEDPGYM, pp. 503-512.
- LEMOS, F. S.; MARTINS, C. M. B.; CEPEDA, H. (2011): *Mineração aurífera no Vale do Tua (Nordeste Transmontano – Portugal)*. In BATATA, C. (ed.): *Actas do VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu* (Vila Velha de Ródão, 18-20 de junho de 2010). Torres Novas, pp. 157-178.
- LIMA, A.; MENÉNDEZ, J. (2004): *Bragança, Arqueologia e História*. Bragança, Edição Bragança Polis, pp. 43-51.
- LIZOP, R. (1931): *Histoire de deux cités gallo-romaines: les Convenae et les Consorani (Comminges et Couserans)*. Toulouse, E. Privat.
- LOPES, A. B.; SILVA, A. C. F.; CENTENO, R.; PARENTE, J. (1994): *A estátua-estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar): notícia preliminar*. *Portvgália*, nova Série, vol. XV, pp. 147-154.
- LOPES, I. A.; PEREIRA, A. L. (2008): *Carrazeda de Ansiães terra com marcas do tempo*. Carrazeda de Ansiães, Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães.
- LOPES, R.; LAGE, S. (2007): *Alijó – Arte e Património no Douro*. Alijó, Câmara Municipal de Alijó.

- LÓPEZ BARJA, P. (1993): *Epigrafía latina: las inscripciones romanas desde los orígenes al siglo III d. C.*. Santiago de Compostela, Tórculo.
- LÓPEZ BARJA, P. (2000): *La provincia Transduriana*. In SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; MANGAS, J. (coord.): *El edicto del Bierzo: Augusto y el Noroeste de Hispania*. León, Fundación Las Médulas, pp. 31-45.
- LÓPEZ BARJA, P. (2010): *Provincia y Restitvo en el Bronce de El Bierzo*. *AEspA*, 83, pp. 175-181.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1951): *Las joyas castreñas*. Madrid, Instituto de Arqueologia e Prehistoria Rodrigo Caro.
- LÓPEZ MERINO, L. (2009): *Paleoambiente y antropización en Asturias durante el Holoceno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à UAM.
- LÓPEZ MERINO, L.; PEÑA CHOCARRO, L.; RUIZ ALONSO, M.; LÓPEZ SÁEZ, J. A.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (2010): *Beyond nature: The management of a productive cultural landscape in Las Médulas area (El Bierzo, León, Spain) Turing pre-Roman and Roman times*. *Plant Biosystems*, vol. 144, n.º 4, pp. 909-923.
- LOPO, A. S. P. (1900a): *Torre Dona Chama. Ruínas de S. Braz*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. V, pp. 279-280.
- LOPO, A. P. (1900b): *Museu Municipal de Bragança*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. V.
- LOPO, A. P. (1900c): *Gimonde: ruínas – um marco miliário*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. V.
- LOPO, A. P. (1900d): *Bragança e Benquerença*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- LOPO, A. P. (1902): *Uma excursão archeológica a Róios*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XV.
- LOPO, A. P. (1907): *Dois miliários inéditos: trajecto, em território português, de uma via romana de Chaves a Astorga*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XII.
- LOPO, A. P. (1911): *Uma estação arqueológica em Mirandella*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XVI.
- LOPO, A. P. (1987): *Apontamentos Arqueológicos*. Instituto Português do Património Cultural.
- LOPO, J. C. (1895): *Excursão à Torre de D. Chama*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. 1.
- LOPO, J. C. (1899-1900): *Dois enigmas epigraphicos*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. V.
- LOPO, J. C. (1900e): *Notícias Várias. Dois enigmas epigráficos*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. V.
- LOPO, J. C. (1954): *O Concelho de Valpaços*. Tipografia Minerva Central.
- LUJÁN, E. R. (2011): *Briga and castellum in North-Western Hispania*. In LUJÁN, E. R.; GARCÍA ALONSO J. L. (eds.): *A Greek man in the Iberian*

street: *Papers in Linguistics and Epigraphy in Honour of Javier de Hoz*. Innsbruck, Institut für Sprachen und Literaturen der Universität (Innsbrucker Beiträge zur Sprachwissenschaft; 140), pp. 225-242.

MACHADO, J. L. S. (1965): *O torques de ouro de Vilas Boas de Trás-os-Montes*. *Ethnos*, n.º 4, pp. 313-318.

MACIEL, M. J. P.; MACIEL, T. D. P. (1987): *O tesouro monetário romano de Santa Maria de Émeres (Valpaços)*. In *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio Veiga Ferreira*. Lisboa.

MACIEL, T.; MACIEL, M. J. (2004): *Estradas romanas no território de Vinhais: a antiga rede viária e as suas pontes*. Vinhais, Câmara Municipal.

MACMULLEN, R. (1982): *The Epigraphic Habit in the Roman Empire*. *The American Journal of Philology*, 103, 3, p. 233-246.

MADUREIRA, L. (1962): *Os Romanos em Trás-os-Montes (202 a.C. a 409)*. Porto, Livraria Progredior.

MAGALHÃES, A. P. (2010): "Late Hispanic sigillata from Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros, Portugal)". *Rei Cretariae Romane Fautorum*, Acta 41, p. 421-428.

MANGAS MANJARRÉS, J. (1986): *Die römische Religion in Hispanien während der Prinzipatszeit. Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt (ANRW)*. Berlin, Walter de Gruyter, vol. 2.18 / 1, pp. 276-344.

MARANHÃO, F. P. (1836): *Breve Notícia da Terra de Panoyas, cantão famigerado na antiguidade, do qual se formou a melhor parte da Comarca de Villa Real*. Coimbra, Imprensa da Universidade.

MARCO SIMÓN, F. (1978): *Las estelas decoradas de los conventos caesaraugustano y cluniense*. Zaragoza, Universidad (Caesaraugusta, 43-44).

MARCO SIMÓN, F. (1996): *Integración, interpretación y resistencia religiosa en el occidente del Imperio*. In BLÁZQUEZ, J. M.; ALVAR, J. (eds.): *La romanización en Occidente*. Madrid, pp. 217-238.

MARKS, A. E. (1975): *Catálogo dos imóveis classificados*. Lisboa, Direcção Geral dos Assuntos Culturais, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

MARQUES, J. A. M.; AMARAL, L. M. C. G. (1986): *Moedas Romanas de Santa Maria de Emeres (Vale Paços)*. *Revista de Ciências Históricas*, 1, pp. 101-125.

MARTINS, A. V. (1978): *Monografia de Valpaços*. Famalicão, Câmara Municipal de Valpaços.

MARTINS, C. M. B. (2005): *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

MARTINS, C. M. B. (2008): *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. *Cadernos de Arqueologia, Monografias*, n.º 14.

MARTINS, C. M. B. (2010): *Mecanismos de diferenciação na segunda Idade do Ferro. In Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, p. 61-77.

MARTINS, C. M. B.; CARVALHO, J.; ALMEIDA, F.; CAVALHEIRO, A. (2011): "Aplicação do geo-radar no reconhecimento de uma estrutura no Complexo Mineiro de Três Minas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real". In MARTINS, C. M. B.; BETTENCOURT, A. M. S.; MARTINS, J. I. F. P.; CARVALHO, J. (coord.), *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM / APEQ, p. 521-534.

MARTINS, J. B. (1984a): *Breves notas sobre a região do Alto Tâmega*. Chaves, Comissão Regional do Turismo do Alto Tâmega, p. 41.

MARTINS, J. B. (1984b): *Inventário de sítios com interesse arqueológico do concelho de Chaves*. Chaves.

MARTINS, J. B. (1985): *Cerco (Castro) de Adães, Santa Leocádia Chaves*. In *Notícias de Chaves*. 8 / 02 / 1985.

MARTINS, M. (1990): *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. *Cadernos de Arqueologia, Monografias*.

MARTINS, M. (1996): *Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a.C.*. In *De Ulisses a Viriato – O primeiro milénio a.C.*. Museu Nacional de Arqueologia, pp. 118-133.

MARTINS, M.; LEMOS, F. S.; PÉREZ LOSADA, F. (2005): *O povoamento romano no território dos galaicos bracarenenses*. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA DÍAZ, P. (eds.): *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana: III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón* (Gijón, 28, 29 y 30 septiembre 2002). Oxford, British Archaeological Reports (BAR. 1371), pp. 279-296.

MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F. e BRAGA, C. (2012): *Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer*. In RIBEIRO, M. C. e MELO, A. (coord.): *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga, CITCEM.

MENDES, C. (2005): *Relocalização, Inventariação e Recuperação do Traçado da Estrada Romana (Via XVII) existente no concelho de Macedo de Cavaleiros*. Relatório de Progresso. (www.terrasquentes.com; on-line).

MENESES, J. M. M. M. (1857): *Memórias etimológicas e históricas do concelho de Ansiães*. Porto.

MICHELENA, L. (1961): *Religiones primitivas de Hispania* [recensão crítica]. *Zephyrus*, 12, pp. 197-202.

MONTALVÃO, A. (1971a): *Visita a Castros nos arredores de Chaves*. Chaves.

MONTALVÃO, A. (1971b): *Notas sobre vias romanas em terras flavianas*. Bragança, Escola Tipográfica.

MORAIS, C. (1988): *Roteiro de Vila Flor*. Vila Flor, Câmara Municipal de Vila Flor.

MORAIS, C. (1995): *Estudos Monográficos de Vila Flor Freixiel*. Vila Flor, Câmara Municipal de Vila Flor.

MORAIS, C. (2006): *Por Terras de Ansiães – Estudos Monográficos*. Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, vol. 1.

MORAIS, J. M.; MAGALHÃES, A. S. P. (1985): *Memórias de Ansiães (1721)*. Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

MORAIS, J. P.; MAGALHÃES, A. S. P. (1721): *Manuscrito da BN: COD. 222, fl. 153-193* [Memórias de Ansiães. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal, 1985].

MORAIS, J. P.; MAGALHÃES, A. S. P. (1985): *Memórias de Ansiães*. Bragança, p. 60.

MORAIS, R. (1998): *As Ânforas da Zona das Carvalheiras: Contribuição para o estudo das Ânforas Romanas de Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, 8.

MORAIS, R. (2004): *Um caso único em marcas de lucernas: uma figlina em Bracara Augusta documentada pela oficina de Lucretius*. *Conimbriga*, vol. XLIII, pp. 227-240.

MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2004): *Geografia del consum de les Haltern 70*. In CARRERAS MONFORT, C.; NIETO, X. (eds.): *Culip VIII i les àmfors Haltern 70*. Girona, Museu d'Arqueologia de Catalunya; Centre d'Arqueologia Subaquàtica (Monografies del CASC; 5), pp. 93-112.

MORAIS, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2013): *Difusión y comercio. Nuevos yacimientos, estructura comercial y evolución de la misma, expansión y contracción de mercados*. *Ex Officina Hispana. Cuadernos de la Secah*, pp. 47-66.

MORILLO CERDÁN, A. (2007): *El ejército romano en Hispania*. *Guía arqueológica*, León.

MORILLO CERDÁN, A. (2009): *The Augustean Spanish experience: the origin of limes system*. In MORILLO CERDÁN, A.; HANEL, N.; MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (eds.): *Limes XX. Estudios sobre la Frontera Romana—Roman Frontier Studies*. *Anejos de Gladius*, 13, pp. 239-252.

MORILLO CERDÁN, A. (2014a): *Arqueología de la conquista del Norte peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a.C.* In CADIOU, F.; NAVARRO CABALLERO, M. (eds.): *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-ler s. a.C.)*. Bordeaux, pp. 133-148.

MORILLO CERDÁN, A. (2014b): *Espacios sagrados y santuarios militares romanos en Hispania*. In MANGAS MANJARRÉS, J.; NOVILLO LÓPEZ, M. A. (eds.): *Santuarios suburbanos y del territorio en las ciudades romanas*. Madrid, pp. 123-162.

MORILLO CERDÁN, A.; AURRECOECHEA, J. (2006): *The Roman Army in Hispania. An archaeological guide*. León.

MORILLO CERDÁN, A.; PÉREZ GONZÁLEZ, C.; ILLARREGUI GÓMEZ, E. (2006): *Herrera de Pisuerga (Palencia). Introducción histórica y arqueológica. Los asentamientos militares*. In GARCÍA-BELLIDO, M. P. (coord.): *Los campamentos romanos en Hispania (27 a. C.-192 d. C.). El abastecimiento de moneda, Anejos de Gladius*, 9, pp. 305-323.

MOURA, M. (1990): *Subsídios para o estudo arqueológico do Concelho de Valpaços*. Porto, Universidade do Porto.

MOURINHO, A. M. (1977): *Arula romana a Júpiter aparecida em Lagoaça, Freixo de Espada à Cinta*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIII (1), pp. 167-175.

MOURINHO, A. M. (1978): *Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no nordeste transmontano*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIII (23), pp. 279-288.

NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1991): *El comercio antiguo em el NW Peninsular: lectura histórica del registro arqueológico*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico (Monografias urxentes do museu; 5).

NEALE, J. M. (1864): *A handbook for travellers in Portugal: a complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, the British Battle-Fields, Alcobaça, Batalha, Oporto, &c*. Londres.

NUÑEZ HERNÁNDEZ, S.; CURCHIN, L. (2007): *Corpus des Villes. In Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine. Actes de la table-ronde internationale* (Bordeaux, septembre, 2004), pp. 432-602.

NETO, J. M. (1975): *O Leste do Território Bracarense*. Torres Vedras, A União.

NOCK, A. D. (1932): *Cremation and Burial in the Roman Empire*. *Harvard Theological Review*, 25, pp. 321-351.

NUNES, S. A.; RIBEIRO, R. Á. (2000): *Uma estrutura funerária da Idade do Ferro em contexto habitacional no Crasto de Palheiros - Murça (NE de Portugal)*. In *Proto-História da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, ADECAP, vol. 5, pp. 23-42.

NUÑEZ MARCÉN, J.; SÁENZ DE URTURI, P. (2005): *Una mutatio de la vía ab Asturica Burdigalam en Mariturgi (Vitoria/Álava)*. *Archivo Español de Arqueología*, vol. 78, n.º 191-192, pp. 189-207.

- OLESTIVILA, O. (2014): *Paisajes de la Hispania Romana. La explotación de los territorios del Imperio*. Dstoria Ed.
- OLIVEIRA, F.; CAMILO, F.; LUNA, I. (1986-1987): *Mais dois lotes de moedas do tesouro de Torre (Sta. Maria de Émeres, Valpaços)*. *Nvmmvs*, série II, vol. IX-X, pp. 115-148.
- OLIVIER, L. (2008): *Le sombre abîme du temps, Mémoire et archéologie*. Paris, Editions du Seuil.
- OLLER GUZMÁN, J. (2014): *La civitas sine urbe y su función de vertebración en el territorio provincial hispano: los casos de Egara y Caldes de Montbui*. *PYRENAE*, núm. 45, vol. 1, pp. 89-110.
- OREJAS, A.; SASTRE, I. (2000): *El poblamiento romano en la ZAM y la diferenciación funcional*. In SÁNCHEZ PALENCIA RAMSOS, F. J. (ed.): *Las Médulas (León). Un paisaje cultural en la Asturia Augustana*. León, Diputación de León-Instituto Leonés de Cultura.
- OSÓRIO, M.; SILVA, R. C.; NEVES, D.; PERNADAS, P. (2008): *O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Coa*. In *Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional*, Vol. 3. Porto, pp. 98-115.
- OZCÁRIZ GIL, P. (2006): *Los conuentus de la Hispania Citerior. Ciencias jurídicas y sociales*, 48. Madrid, Universidad Rey Juan Carlos, Servicio de Publicaciones.
- PAIVA, S. J. (1996): *Levantamento Arqueológico do Concelho de Alijó*. Porto, Universidade Portucalense, Departamento de Ciências Históricas.
- PARENTE, J. (1997): *Museu de Vila Real – Moedas*, Tomo I. Câmara Municipal de Vila Real.
- PARODI ÁLVAREZ, M. J. (2001): *Rios y Lagunas de Hispania como Vías de Comunicación: La Navegación Interior en la Hispania Romana*. Écija, Editorial Graficas Sol.
- PEDRERO SANCHO, R. M. (2001): *Los epítetos del teónimo lusitano-gallego Bandue / Bandi*. In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ ALVAREZ, M. P. (eds.): *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania [actas del VIII Coloquio Internacional sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica]*. *Acta salmanticensis. Estudios filológicos*, 283. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 541-560.
- PENA, M. J. (1983): *El culto a Tutela en Hispania*. In *Paganismo y Cristianismo en el Occidente del Imperio romano. Memorias de Historia Antigua*, 5 / 1981. Oviedo, Universidad, Instituto de Historia Antigua, pp. 73-88.
- PEREA, A. (2003): *Los torques castreños en perspectiva*. *Brigantium*, 14, Pp. 139-149.
- PEREIRA, A. L.; LOPES, I. A. (2005): *Património Arqueológico do Concelho de Carraceda de Ansiães*.

- PEREIRA, A. L.; LOPES, I. A. (2008): *Carraceda de Ansiães: terra com marcas do tempo*. Carraceda de Ansiães, Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães-Município.
- PEREIRA, A. L.; SOARES, N. (1996): *Intervenção arqueológica na vila medieval de Ansiães*. *Douro. Estudos e Documentos*, vol. 1, num. 1, pp. 281-283.
- PEREIRA, A. L.; SOARES, N. (1997): *Ansiães, um povoado com rupturas no seu processo histórico?*, *Douro. Estudos e Documentos*, vol. 1, num. 4, pp. 63-76.
- PEREIRA, G. M. (2011): *Roriz – História de uma Quinta no Coração do Douro*. Porto, Afrontamento.
- PEREIRA, S. (2015): *A Romanização no Baixo Sabor*. Coavisão, 17. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 133-153.
- PEREIRA, S.; GOMES, H.; COSTA, P.; BARBOSA, T. (2013): *Estudo da romanização no vale do rio Sabor. Notícia preliminar*. In *Arqueología en el valle del Duero. Del Neolítico a la antigüedad tardía: nuevas perspectivas*, *Actas de las primeras jornadas de jóvenes investigadores en el valle del Duero*. Zamora, pp. 187-200.
- PEREIRA, S.; SILVA, B.; LARRAZABAL, J.; GARIBO, J.; NIZA, J.; PEREIRA, J. A.; MATEOS, R.; COSME, S. (2014): *A romanização no vale do Sabor: de Meirinhos a Remondes (Mogadouro)*. In *Atas do I Encontro de Arqueologia de Mogadouro*. Município de Mogadouro, pp. 95-143.
- PEREIRA MENAUT, G. (1982): *Los castella y las comunidades de Gallaecia*. *Zephyrus*, 34-35, pp. 249-267.
- PEREIRA MENAUT, G. (1993): *Cognatio Magilancum: a propósito de la investigación sobre las sociedades indígenas del Norte de Hispania*. In GONZÁLEZ, M. C.; SANTOS, J. (eds.): *Revisiones de Historia Antigua, 1: las estructuras sociales indígenas del Norte de la Península Ibérica. Veleia. Anejos*. Serie Acta. Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad, Universidad del País Vasco, Servicio Editorial, pp. 105-116.
- PINA, J. L. (1942): *Museu. Revista de Guimarães*, 52 (3-4).
- PINHEIRO, J. H. (1895): *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga em que são determinadas todas as estações da referida via*. Porto, Imprensa Civilização.
- PINTO, D. C. (2005): *Existe uma ocupação Proto-histórica em Trás-os-Montes antes da ocupação Romana? Algumas notas sobre a questão*. *Côavisão – Cultura e Ciência*, n.º 7, pp. 19-29.
- PLÁCIDO, M. A. (1959): *O tesouro de denários do monte da Senhora da Piedade Sanfins do Douro*. In *A Voz de Trás-os-Montes*. Vila Real, pp. 5-65.

- PLÁCIDO, M. A. (1981): *Seis Povoamentos do Concelho de Alijó (1115-1269)*. In *Estudos Transmontanos*, n.º 2. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.
- PONTE, S. (1979): *Les Fibules*. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; ALARCÃO, A. M.; PONT, S. (eds.): *Fouilles de Conimbriga*, VII. Paris, Trouvailles Diverses - Conclusion Générales, pp. 109-126.
- PONTE, S. (1984): *Fibulas de sítios a Norte do rio Douro*. Porto, Centro de Estudos Humanísticos.
- PONTE, S. (2006): *Corpus signurum das fibulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- PONTE, S. (2007): *Oito fibulas da região de Braga*. *Conimbriga*, vol. XLVI, pp. 117-128.
- PORTELA FILGUEIRAS, M. I. (1984): *Los dioses Lares en la Hispania romana*. *Lucentum*, 3, pp. 153-180.
- PRÓSPER, B. M. (2002): *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. *Acta salmanticensis, Estudios filológicos*, 295. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- RADDATZ, K. (1969): *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*. In *Madriider Forschungen*.
- RAPOSO, J. (2001): *Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal*. *Al-madan*, IIª série, n.º 10, pp. 100-157.
- REDENTOR, A. (1995): *Moedas romanas e ibéricas do Museu do Abade de Baçal (Bragança)*. *Brigantia*, vol. XV, n.º 2-3-4, pp. 57-66.
- REDENTOR, A. (1997): *O I Milénio a. C. no noroeste Peninsular, a Fachada Atlântica e o Interior*. *Actas do Colóquio realizado em Bragança nos dias, 24 e 25 de Novembro de 1995*. Bragança, Parque Natural de Montesinho.
- REDENTOR, A. (2000a): *Epigrafia romana da região de Bragança*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- REDENTOR, A. (2000b): *Povoamentos fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes*. *Conimbriga*, 39, pp. 5-51.
- REDENTOR, A. (2003): *Pedras fincadas em Trás-os-Montes (Portugal)*. In *Chevau de Frise i fortificació en la primera edad del ferro europea*. Lleida, pp. 135-154.
- REDENTOR, A. (2008a): *Panorama da teonímia pré-romana em Trás-os-Montes Oriental*. In ENCARNAÇÃO, J. (coord.): *Divindades indígenas em análise: actas do VII workshop FERCAN (Cascais, 25-27.05.2006)*. Coimbra; Porto, CEAUUCP, pp. 105-124.
- REDENTOR, A. (2008b): *Iconografia solar no mundo funerário da Astúria Meridional*. In FIALHO, M. C.; ENCARNAÇÃO, J.; ALVAR, J. (coord.): *O sol Greco-romano*. Coimbra, Universidade de Coimbra;

- Universidad Carlos III, pp. 225-247.
- REDENTOR, A. (2008c): *Inscrições sobre guerreiros lusitano-galaicos: leituras e interpretações*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11:2, pp. 195-214.
- REDENTOR, A. (2009): *Sobre o Significado dos Guerreiros Lusitano-Galaicos: O Contributo da Epigrafia*. In *Acta Palaeohispanica X, Palaeohispanica*, 9, pp. 227-246.
- REDENTOR, A. (2012): *Estela funerária de Tinhela (Valpaços, Vila Real)*. *Ficheiro Epigráfico*, 101. Coimbra, n.º 448.
- REDENTOR, R. (2012-2013): *Militares na Astúria meridional: os testemunhos epigráficos do Nordeste Transmontano*, *Brigantia, Revista de Cultura*, Vol. XXXII. Assembleia Distrital de Bragança.
- RIBEIRO, O. (1991a): *Cap. X. A Vida Rural*. B) *A Exploração da Terra. Geografia de Portugal: IV. A Vida Económica e Social*, Suzanne Daveau (coment. e actualização). Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 996-1028.
- RIBEIRO, O. (1991b): *A Organização Regional: As Regiões Geográficas*. *Geografia de Portugal: IV. A Vida Económica e Social*, Suzanne Daveau (coment. e actualização). Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 1241-1264.
- RÍOS GONZÁLEZ, S. (2015): *Arqueología de las instalaciones termas castreñas del noroeste de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Oviedo.
- ROBERT, S. (2003): *L'analyse morphologique des paysages entre archéologie urbanisme et aménagement du territoire – Exemples d'études de formes urbaines et rurales dans le Val-d'Oise*. Tese de Doutoramento apresentada à Université Paris I – Panthéon - Sorbonne.
- RODRIGUES, F. P. (1997): *Memória Descritiva e Bibliográfica da Vila de Alijó - Parte Histórica - História e Cultura dos Povos Europeus*. Viseu, Escola Superior de Educação Jean Piaget.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1987) – *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas*.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1988) – *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas: apêndice fotográfico – recentíssima adenda epigráfica*.
- RODRIGUES COLMENERO, A. (1995/96): *Mansiones y mutationes en la Via Nova (XVIII) del Itinerario de Antonino*. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12-13, pp. 89-112.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997) – *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior (= AquaeFlaviae²)*.

- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ ASOREY, R. D. (2004): *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do Noroeste hispânico: conventos bracarense, lucense y asturicense*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico (Gran Formato. *Callaeciae et Asturiae Itinera Romana*, p. 156-171.
- RODRIGUEZ COLMENERO, A.; FONTES, A. L. (1980): *El culto a los Montes entre los Galaico-Romanos. Atas do seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. III. Guimarães, pp. 21-35.
- RODRÍGUEZ CORRAL, J. (2012): *Las imágenes como un modo de acción: las estatuas de guerreros castreños*. AEspA, 85, pp. 79-100.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLVEVILLA, I.; DUQUE ESPOINO, D.M. (2015): *El estauo de Logrosán en los tiempos de Tartessos: estado actual y perspectivas de future*. In *Actas I Congreso sobre Patrimonio Geológico y Minero de La Serena*, Badajoz, C.D.R. de La Serena, pp. 175-187.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975): *Itineraria Hispana: fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Valladolid, Universidad (Anejo de *Hispania Antiqua*).
- ROMERO CARNICERO, M.V. (2005): *La recepción de sigillata sudgálica en el Alto Duero: el caso numantino*. In NIETO PRIETO, F.X. (coord.): *La difusión de la "terra sigillata sudgálica" al nord d'Hispania*. Museu d'Arqueologia de Catalunya, pp. 141-160.
- RUIZ DEL ÁRBOL, M. (2001): *Organización y explotación del territorio en el noreste de Lusitânia en época Alto-imperial*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid.
- RUIZ ZAPATERO, G.; ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. (2008): *Los verracos y los vettones. Zona Arqueológica, n.º 12 (Arqueología Vettona: La Meseta Occidental en la Edad del Hierro)*, pp. 214-231.
- RUSSELL CORTEZ, F. (1946): *Mosaicos romanos no Douro. Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 7, pp. 121-161.
- RUSSEL CORTEZ, F. (1947): *Panóias: cidade dos Lapiteas. Subsídios para o Estudo dos Cultos Orientais e da vida provincial romana na região do Douro*. Porto, Instituto do Vinho do Porto.
- SAA, M. (1960): *As grandes vias da Lusitânia*, 3. Lisboa.
- SALES, E.A. (1978): *Mirandela: apontamentos históricos*, vol. 2. Vila Real, Minerva Transmontana Tipografia.
- SALLER, R. P.; SHAW, B. D. (1984): *Tombstones and Roman Family Relations in the Principate: Civilians, Soldiers and Slaves*. *The Journal of Roman Studies*, 74, pp. 124-156.

- SANCHES, M. J. (1997a): *O Crasto de Palheiros - Murça. Notícia preliminar das escavações de 1995 e de 1996*. In *Actas do 2º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Zamora, 1996. Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques. Tomo II, pp. 389-399.
- SANCHES, M. J. (1997b): *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional*. In *Textos*, 1, 2 vols.
- SANCHES, M. J. (2001a): *O Crasto de Palheiros (Murça – Trás-os-Montes) interpretação dum sítio fundado nos alvares da metalurgia calcólítica e exposição dum novo programa de estudo e musealização*. In FERNANDEZ MANZANO, J.; HERRÁN MARTINEZ, J. P. L. (eds.): *Mineros e Fundidores en el inicio de la Edad de los Metales. El midi francés y el Norte de la Península Iberica*. Léon, ED. MIC, pp. 99-119.
- SANCHES, M. J. (2001b): *O castro de Palheiros (Murça). Do calcólítico à idade do ferro*. *Portvgália*, nova série, vol. XXI-XXII, pp. 5-40.
- SANCHES, M. J. (2002): *Spaces for social representation, choreographic spaces and paths in the Serra de Passos and surrounding lowlands (Trás-os-Montes, northern Portugal) in late prehistory*. *ARKEOS*, 12, pp. 65-105.
- SANCHES, M. J. (2003): *Crasto de Palheiros Murça. Reflexões sobre as condições de estudo e de interpretação duma arquitectura pré-histórica do norte de Portugal*. In JORGE, S. O. (coord.): *Recintos murados da Pré-história recente*. Porto, Coimbra, CEAUPC, pp. 115-148.
- SANCHES, M. J. (2004): *Crasto de Palheiros – Murça (Northern Portugal). Considerations on the study and interpretation of a prehistoric megaconstruction*. *Journal of Iberian Archaeology*, pp. 117-145.
- SANCHES, M. J. (2008): *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto), Murça – Portugal*. Murça, Município de Murça.
- SANCHES, M. J.; NUNES, S. A. (2003): *Monumentos pétreos do 3º e 4º mil. BC: suas formas, topografias e contextos na central de Trás-os-Montes (Nordeste de Portugal)*. In *Actas do 1º Colóquio Internacional sobre o Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica – Sinais de Pedra. Évora, 24 a 26 de Jan. de 2003*. Fundação Eugénio de Almeida.
- SANCHES, M. J.; PINTO, D. (2006): *Terra, madeira e pedra – materiais para a construção de um povoado proto-histórico de Trás-os-Montes: o caso do Castro de Palheiros – Murça*. In *Terra: Forma de Construir. 10º Mesa-Redonda de Primavera*. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 83-90.

- SANCHES, M. J.; SANTOS, B. C. (1987): *Levantamento Arqueológico do Concelho de Mirandela*. *Portvgália*, nova série, vol. VIII, pp. 17-58.
- SÁNCHEZ MORENO, E.; AGUILERA DURÁN, T. (2013): *Bárbaros y vencidos, los otros en la conquista romana de Hispania. notas para una deconstrucción historiográfica*. In CID LÓPEZ, R. M.; GARCÍA FERNÁNDEZ, E. B. (eds.): *Estudios en homenaje al profesor Julio Mangas Manjarrés*. Ediciones de la universidad de Oviedo, pp. 225-244.
- SANCHEZ-PALENCIA, F. J. (2000): *Las Médulas (Léon). Un paisaje cultural en la Asturia Augustana*. Léon, Instituto Leonés de Cultura.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; CURRÁS REFOJOS, B. (2015): *Campamentos romanos en zonas mineras del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*. In CAMINO-MAYOR, J.; PERALTA-LABRADOR, E.; TORRES-MARTÍNEZ, J. F. (eds.): *Las Guerras Astur-Cántabras*. Gijón, KRK Ediciones, pp. 273-283.
- SANDERS, G. (1987): *L'onomastique et l'épigraphie: population autochtone et population étrangère dans le monde romain tardif*. In *Actes du IXe Congrès international d'épigraphie grecque et latine (Sofia, 31.VIII – 7. IX)*, vol. 1. Sofia, Alexander Fol, Centrum historiae Terra antiqua balcanica, pp. 315-333.
- SANTOS, M. J. (2010a): *Inscripciones rupestres y espacios sagrados del norte de Portugal: nuevos datos y contextualización. Los casos de Pena Escrita, Mogueira y Pias dos Mouros*. In ARENAS-EESTEBAN, J. A. (ed.): *Celtic religion across space and time (IX Workshop F.E.R.C.A.N., Fontes Epigraphici Religioum Celticarum Antiquarum)*. Toledo, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, pp. 181-198.
- SANTOS, M. J. (2010b): *Inscrições rupestres do Norte de Portugal: novos dados e problemática. Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, 8, pp. 123-152.
- SANTOS, F.; SASTRE, J.; FIGUEIREDO, S. S.; ROCHA, F.; PINHEIRO, E.; DIAS, R. (2012): *El sitio fortificado del Castelhino (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronía y las plaquetas de piedra con grabados de la Edad del Hierro*. *Complutum*, Vol. 23 (1), pp. 165-179.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1933): *O abrigo pré-histórico da Pala Pinta. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. VI, pp. 33-43.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1975a): *A cultura dos berrões no Nordeste de Portugal. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22:4, pp. 353-516.

- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1975b): *Berrões Proto-Históricos no Noroeste de Portugal*. Direção Geral dos assuntos Culturais. Porto.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1985): *A cultura dos berrões no Nordeste de Portugal. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXV (1), pp. 31-40.
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; FREIRE, O. (1965a): *O torques de Vilas Boas (Vila Flor)*. *Revista de Guimarães*, 75 (1-4), pp. 137-152.
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; FREIRE, O. (1965b): *O torques de Vilas Boas (Vila Flor – Trás-os-Montes)*. *Lycerna*, vol. V, pp. 443-458.
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; FREITAS, A. M.; COSTA, A. E.; SANTOS JÚNIOR, N. (1989): *O Santuário do Castelo do Mau Vizinho*. *Revista de Guimarães*, 98, pp. 368-410.
- SANTOS YANGUAS, J. (1985): *Comunidades indígenas y administración romana en el Noroeste hispánico*. Bilbao, Universidad del País Vasco, Servicio Editorial.
- SAVORY, H. N. (1951): *A Idade do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa*. *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), pp. 323-377.
- SCHATTNER, T. G. (2003): *Stilistische und formale Beobachtungen an den Kriegerstatuen*. *MM*, 44, pp. 127-146.
- SCHEID, J. (1998): *La religion des Romains*. In *Cursus, Série Histoire de l'Antiquité*. Paris, Armand Colin.
- SCHEIDEL, W. (2012): *Epigraphy and Demography: Birth, Marriage, Family, and Death*. *Proceedings of the British Academy*, 117, pp. 101-129.
- SEVERO, R. (1903): *Notícia da estação romana da Quinta da Ribeira em Tralhariz*. *Portvgália*, 1, pp. 391-398.
- SEVERO, R. (1905): *O castro de Vilarinho de Cotas. Relação de um reconhecimento archeológico*. *Portvgália*, 2, pp. 263-269.
- SEVERO, R. (1908): *O Thesouro de Lebução (Trás-os-Montes)*. *Portvgália*, 2, pp. 1-14.
- SILVA, A. C. (1986): *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Câmara Municipal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. (2007): *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. 2.ª edição. Paços de Ferreira, Câmara Municipal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos.
- SILVA, A. C. (2011): *Ordo Zoelarum. Arqueologia e identidade do Nordeste de Portugal*. Museu do Abade de Baçal, Instituto dos Museus e da Conservação.
- SILVA, A. J. (2014): *Cinco estelas funerárias do Chão da Capela (Junqueira, Adeganha, Torre de Moncorvo)*. *Ficheiro Epigráfico*, 116, n.º 496-500.

- SOEIRO, T. (2005): *Monte Mozinho. Sítio arqueológico*. Penafiel, Museu Municipal de Penafiel.
- SOUSA, O. (1997): *A Estação Arqueológica do Cabeço da Mina, Vila Flor. Estudos Transmontanos e Durienses*, 7, pp. 185-197.
- TARPIN, M. (2002): *Vici et pagi dans l'Occident romain*. Roma, École française de Rome (Collection de l'École française de Rome, 299).
- TEIRA BRIÓN, A. (2010a): *Tierra, metal y semillas. Consideraciones de la agricultura de la Edad del Hierro en Galicia*. In BETTENCOURT, A. M. S.; ALVES, M. I. C.; MONTEIRO RODRIGUES, S. (eds.): *Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular*. Braga, pp. 133-148.
- TEIRA BRIÓN, A. (2010b): *Wild fruits, domesticated fruits. Archaeobotanical remains from the Roman saltworks at O Areal, Vigo (Galicia, Spain)*. In DELHON, C.; THÉRY-PARISOT, I.; THIÉBAULT, S. (dir.): *Des hommes et des plantes. Exploitation du milieu et gestion des ressources végétales de la Préhistoire à nos jours. XXXe rencontres internationales d'archéologie et d'histoire d'Antibes*. Antibes, pp. 199-207.
- TEIXEIRA, J. A. (1946): *Da Terra de Panoyas - história, lendas, Milagres*. Vila Real, Imprensa artística, pp. 13-54; 67-73.
- TEIXEIRA, R. (1996): *De Aquae Flaviae a Chaves: povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- TEIXEIRA, R. J.; AMARAL, P.; RODRIGUES, M. C. (1990): *PROZED. Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro*. Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte.
- TERESO, J. (2012): *Alterações ambientais, desenvolvimento da agricultura e dinâmicas sociais no Noroeste Ibérico da Pré-História recente à Antiguidade Tardia* [Resumo de Tese de Doutoramento]. *Ecologi@*, 5, pp. 79-80.
- TERESO, J.; RAMIL REGO, P.; ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Y.; LÓPEZ GONZÁLEZ, L.; SILVA, R. A. (2013): *Massive storage in As Lais/O Castelo (Ourense, NW Spain) from the Late Bronze Age/Iron Age transition to the Roman period: a palaeoethnobotanical approach*. *Journal of Archaeological Science*, 40(11), pp. 3865-3877.
- TERESO, J.; RAMIL REGO, P.; CARVALHO, T., P.; SILVA, R.; VAZ, F. (2013): *Crops and fodder: evidence for storage and processing activities in a functional area at the Roman settlement of Monte Mozinho (northern Portugal)*. *Vegetation History and Archaeobotany*, 22(6), pp. 479-492.

- TERESO, J.; RAMIL REGO, P.; SILVA, R. (2013): *Roman agriculture in the conventus Bracaraugustanus (NW Iberia)*. *Journal of Archaeological Science*, 40(6), pp. 2848-2858.
- TRANOY, A. (1981a): *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris, De Boccard. (Publications du Centre Pierre Paris, 7; Collection de la Maison des pays ibériques, 7).
- TRANOY, A. (1981b): *Romanisation et monde indigène dans la Galice antique: problèmes et perspectives*. In DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (ed.): *Primera Reunión Gallega de Estudios Clásicos (Santiago- Pontevedra, 2-4 julio 1979): ponencias y comunicaciones*. Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago (Cursos y Congresos de la Universidad de Santiago de Compostela; 19), pp. 105-121.
- TRANOY, A. (1995-1996): *La route, image et instrument du pouvoir imperial dans le nord-ouest ibérique*. *Cadernos de Arqueologia*, 12-13, pp. 31-37.
- VASCONCELOS, J. L. (1895a): *Inscrição romana de Villarandello*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. I, pp. 118-120.
- VASCONCELOS, J. L. (1895b): *Inscrição romana de Poçacos*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. I, pp. 323-325.
- VASCONCELOS, J. L. (1896): *A "porca" de Murça*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. II, pp. 284.
- VASCONCELOS, J. L. (1900): *Estação romana da Ribeira (Tralhariz)*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. V, pp. 193-201.
- VASCONCELOS, J. L. (1905): *Religiões da Lusitania: na parte que principalmente se refere a Portugal*, vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1906): *Bibliographia*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XI, pp. 1-28.
- VASCONCELOS, J. L. (1907): *Ara consagrada a Juppiter*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XII, pp. 242-243.
- VASCONCELOS, J. L. (1913): *Religiões da Lusitania: na parte que principalmente se refere a Portugal*, vol. 3. Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1917): *Por Trás-os-Montes*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XXII, pp. 1-53.
- VASCONCELOS, J. L. (1918): *Coisas Velhas*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XXIII, pp. 356-369.
- VASCONCELOS, J. L. (1933): *Povoações portuguesas vindas do passado*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XXIX, pp. 189-209.
- VASCONCELOS, J. L. de (1980): *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*. 1.ª reed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. 3.

- VASCONCELOS, J. L.; AZEVEDO, P. A. (1912): *Miscelânea*. *O Arqueólogo Português*, série 1, vol. XVII, pp. 157-195.
- VILLAR, F.; PRÓSPER, B. M. (2005): *Vascos, Celtas e Indoeuropeos: genes y lenguas*. In *Acta salmanticensia – Estudios filológicos 307*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- VION, E. (1989): *L'analyse archéologique des réseaux routiers: une rupture méthodologique, des réponses nouvelles*. *Paysages Découverts*, n.º 1, Lausanne, GREAT, pp. 67-99.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

- AE: *L'Année Épigraphique*. Paris, CNRS, Université de Paris I.
- AquaeFlaviae I: RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1987): *Aquae Flaviae I. Fontes epigráficas*. Chaves, Câmara Municipal.
- AquaeFlaviae 2: RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997a): *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*.
- BA: TALBERT, R. J. A. (2000): *Barrington Atlas of the Greek and Roman World*. Princeton (N. J.) [etc.], Princeton University Press.
- CIL II: HÜBNER, E. (1869 e 1892): *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini, Gergium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2).
- DLG: DELAMARRE, X. (2003): *Dictionnaire de la langue gauloise: une approche linguistique du vieux-celtique continental*. Paris, Éd. Errance.
- EEVIII: HÜBNER, E. (1899): *Addimenta noua ad corporis uolumen II. Ephemeris Epigraphica*. Berlin, 8, pp. 351-528.
- EE IX: HÜBNER, E. (1903): *Addimenta noua ad corporis uolumen II. Ephemeris Epigraphica*. Berlin, 9, pp. 12-185.
- ERRB: REDENTOR, A. (2002): *Epigrafia romana da*

WAHL, J. (1988): *Três Minas: Vorbericht über die archäologischen Untersuchungen im Bereich des römischen Goldbergwerks 1986/1987*. *Madriener Mitteilungen*, 29, pp. 221-244.

WATTEAUX, M. (2009): *La dynamique de la planimétrie parcellaire et des réseaux routiers en Vendée méridionale – Études historiographiques et recherches archéogéographiques*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Université de Paris I Panthéon-Sorbonne.

região de Bragança. *Trabalhos de Arqueologia*, 24. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

FE: *Ficheiro epigráfico*. Coimbra, Universidade.

HAE: *Hispania Antiqua Epigraphica: suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

HEp: *Hispania Epigraphica*. Madrid, Archivo Epigráfico de Hispania, Universidad Complutense.

IRCP: ENCARNÇÃO, J. (1984): *Inscrições romanas do conuentus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MivNoH: RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ ASOREY, R. D. (2004): *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do Noroeste hispânico: conventos bracarense, lucense y asturicense*. *Gran Formato. Callaeciae et Asturiae Itinera Romana*. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico.

RAP: GARCIA, J. M. (1991): *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Temas portugueses).

